

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

TÍTULO: OS “TEMPOS MODERNOS” DO CAPITALISMO MONOPOLISTA: um estudo sobre a Petrobrás e a (des) qualificação profissional dos seus trabalhadores.

Autor: Carlos Alberto Lucena

Orientador: Prof. Dr. José Claudinei Lombardi.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese de Doutorado defendida por Carlos Alberto Lucena e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: ____/____/____

Assinatura:

Comissão Julgadora:

2001

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os impactos das transformações do capitalismo monopolista nos trabalhadores petroleiros. Analisa a fundação da Petrobrás, sua importância para o Brasil, e as relações da empresa com a força de trabalho. Realiza uma discussão sobre a qualificação profissional, articulada com o desemprego gerado pela atual crise do capitalismo. Demonstra a consolidação da (des) qualificação profissional como instrumento para conter a luta de classes. Em uma abordagem histórica, debate como o trabalho na empresa vem sendo (des) qualificado, um processo em construção que atenta contra uma das categorias profissionais mais organizadas, em termos sindicais, do país. Demonstra que o conceito de qualificação profissional transcende o tecnicismo. A qualificação vai além do domínio da máquina, englobando diversos fatores que se interligam em um mesmo processo, como a política, a cidadania e a qualidade de vida.

Abstract

The objective of this research is to analyse the impacts of the transformations of the monopolist capitalism on petroleum industry workers. It analyses the foundation of Petrobrás, its importance for Brazil, and the company relations with the work force. It holds a discussion about professional qualification, articulated with the unemployment created by the present crisis of capitalism. It shows the consolidation of the professional (dis) qualification as a tool restrain the class struggle. Through a historical approach, it debates how work in the company has been (dis) qualified, a process in construction which makes an attempt against one of the most organized professional categories, in terms of union, of the country. It demonstrates that the concept of professional qualification transcends technicism. The qualification goes beyond the domain of machine, including several factors which are interwoven in a same process such as politics, citizenship and quality of life.

**Para Lurdes e Edméia,
as razões do meu viver.**

Agradecimentos

Ao meu orientador e amigo Prof. Dr. José Claudinei Lombardi e nossos longos debates sobre o marxismo e “outras coisas mais”.

À minha esposa Maria de Lurdes pelas eternas correções das diferentes versões da minha pesquisa e, principalmente, pela paciência em responder com amor “ao meu péssimo humor” durante os meses necessários para a conclusão da tese.

À minha mãe, Edméia, sempre presente e com palavras otimistas.

À Capes pela concessão de bolsa de estudos que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores doutores Luis Enrique Aguilar, José Luís Sanfelice, Olinda Noronha, Geraldo Inácio Filho e Jorge Mattoso pelas contribuições fundamentais que enriqueceram a elaboração desta pesquisa.

Aos petroleiros Fábio Baroni Moraes e Wagner Kimura pelos debates sobre o trabalho dos operadores petroleiros.

Aos irmãos Renato e Gilberto, muito obrigado pelo apoio espiritual.

À Ivone pela amizade e as brilhantes aulas de Francês.

À turma do doutorado de 1997, obrigado pela amizade e o carinho de nossa convivência. Agradeço a uma colega que já não habita o mundo físico, mas que a lembrança de sua força está sempre presente em nossos corações. A sua coragem e perseverança valeram a pena: o seu velho amigo de grandes discussões filosóficas chegou lá.

Índice

Introdução:	01
Capítulo 1: A Petrobrás: consolidação, crescimento e qualificação profissional dos seus trabalhadores.....	17
1.1 – A consolidação da Petrobrás e o Monopólio Estatal do Petróleo.....	35
1.2 – O crescimento da Petrobrás.....	37
1.3 – Os movimentos sociais dos petroleiros.....	39
Capítulo 2: Petróleo, capitalismo monopolista e transformações na organização da produção.....	55
2.1 – A crise do capitalismo monopolista.....	72
2.2 – A transnacionalização do capital.....	80
2.3 – A reorganização técnica da produção capitalista.....	87
2.4 – O neoliberalismo: saída para a crise ou aprofundamento da miséria?....	96
Capítulo 3: O precário cenário das privatizações, do (des) emprego e da (des) qualificação dos trabalhadores.....	111
3.1 – O governo brasileiro, o neoliberalismo e a privatização das empresas estatais.....	117
3.1.1 – A precarização da Petrobrás e a entrega do petróleo nacional à iniciativa privada.....	121
3.1.2 – A precarização das condições de trabalho dos petroleiros.....	130
3.1.3 – Tempo livre/qualificação e futuro dos trabalhadores petroleiros...	134
3.2 – O crescimento do desemprego e da precariedade do trabalho.....	136
3.3 – Os limites da capacitação profissional e o mercado de trabalho.....	148
3.4 – A politécnica e os limites da capacitação profissional nas fronteiras do trabalho alienado.....	162
Capítulo 4: O conhecimento tácito e o formal no trabalho petroleiro.....	181
4.1 – O trabalho petroleiro e a qualificação profissional.....	181
4.2 – O trabalho dos operadores de refinaria na Petrobrás.....	186
4.3 – A qualificação profissional das primeiras gerações de operadores na Petrobrás.....	193
4.4 – Os limites do conhecimento tácito.....	199
4.5 – A qualificação profissional dos petroleiros e o cenário neoliberal.....	203
4.6 – A Petrobrás e o neotaylorismo.....	208
Conclusão.....	221
Bibliografia.....	231
Anexos.....	239

CAPÍTULO 1

A Petrobrás: consolidação, crescimento e qualificação profissional dos seus trabalhadores

O capitalismo é um modo de produção que transformou a história nos últimos séculos. As transformações econômicas que o mesmo proporcionou, acarretaram profundas mudanças na organização da produção, na política, na cultura, etc. Ele constituiu-se num modelo de sociedade que acreditou, como afirma Hobsbawm (1997: p. 19), que o crescimento econômico repousou na livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato, incluindo-se a força de trabalho, e vender mais caro. A burguesia visava criar um mundo de plena distribuição material, crescente esclarecimento, razão e oportunidade humana, de avanço das ciências e das artes.

De acordo com Mello (1999: p. 83), o capitalismo é um modo de produção, uma totalidade histórica, que se formata paulatinamente pela ampliação da escala do volume de produção para além das necessidades internas e localizadas das comunidades e nações. Marx e Engels (1998: p. 43) discutem no **Manifesto Comunista** que a necessidade de assegurar aos produtos a desobstrução à sua realização impele a burguesia a invadir todo o planeta. É necessário que ela se estabeleça por toda a parte, explorando e criando vínculos por todos os lados. Daí ser inerente ao capitalismo a globalização.

A consolidação do capitalismo não foi algo que se constituiu fruto de magia ou inevitabilidade. O mesmo se configurou a partir de um longo processo de transição. Desde a produção artesanal à manufatura, onde, na última, a organização fabril ainda é manual, sendo o capital responsável pela organização da produção. Um período em que o comércio determina a organização da produção e o capital mercantil é dominante. A divisão internacional do trabalho dava-se pela relação direta entre os impérios e as colônias, sendo o monopólio comercial a peça fundamental para a compreensão desse período de transição.

Entre 1750 e 1870, o capitalismo concorrencial substitui o manufatureiro. O liberalismo consolida-se. O capital mercantil que até então era dominante, é

substituído pelo capital industrial. Surgem profundas mudanças, como a consolidação da grande indústria e com ela o trabalho assalariado. Observa-se o crescimento do proletariado atrelado ao desenvolvimento dos sindicatos com a burguesia sendo obrigada a aceitá-los. Hobsbawm (1997: p. 166) analisa esta afirmação, defendendo que o crescimento dos sindicatos deveu-se a vários motivos. Entre esses, a necessidade da burguesia de reconhecer as organizações trabalhistas no intuito de domesticá-las. O objetivo era prevenir o surgimento do trabalhismo como uma força política independente e, ainda mais, revolucionária.

O capitalismo é um modo de produção baseado na produção de mercadorias. Marx realizou estudos sobre o significado da mercadoria e o seu caráter fetichista. Para o mesmo, como valor de uso, não há nada de misterioso na mercadoria. Ela nada mais é do que o dispêndio de trabalho. As mercadorias se destinam a satisfazer as necessidades humanas, sendo fruto do trabalho humano. Nesse sentido, a mercadoria não é misteriosa. O fetiche da mercadoria não provém do seu valor de uso nem tampouco dos fatores determinantes do seu valor.

O caráter místico da mercadoria não provém, portanto, de seu valor de uso. Ele não provém, tampouco, do conteúdo das determinações de valor. Pois, primeiro, por mais que se diferenciem os trabalhos úteis ou atividades produtivas, é uma verdade fisiológica que eles são funções do organismo humano e que cada uma dessas funções, qualquer que seja o conteúdo ou forma, é essencialmente dispêndio de cérebro, nervos, músculos, sentidos, etc. humanos. Segundo, quanto ao que serve a base à determinação da grandeza de valor, a duração daquele dispêndio ou a quantidade de trabalho, a quantidade é distinguível até pelos sentidos da qualidade do trabalho. Sob todas as condições, o tempo de trabalho, que custa a produção dos meios de subsistência, havia de interessar ao homem, embora não igualmente nos diferentes estágios de desenvolvimento. Finalmente, tão logo os homens trabalham uns para os outros de alguma maneira, seu trabalho adquire também uma forma social (Marx, 1985: p.70)

Marx questiona a origem do caráter enigmático do produto do trabalho sob a forma de mercadoria. Ele desvenda a origem do mistério da mesma: ela é fruto das relações sociais entre os homens e não algo assombroso que aparece do nada, num simples passe de mágica.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos de trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas, metafísicas ou sociais. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho. Mas, o ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. É uma relação física entre coisas físicas. Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não tem que ver absolutamente com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo de fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. (Marx, 1985: p.71)

Marx é enfático ao afirmar que as relações entre os produtores, seres sociais que trabalham, assumem a forma de relações sociais entre produtos de trabalho, onde coisas passam a se relacionar com coisas, e não o trabalho social que criou e produziu essas mercadorias. Assim, a mercadoria é misteriosa porque consegue dissimular as características sociais do próprio trabalho dos homens. Ela oculta a relação entre o trabalho individual e o conjunto do trabalho social, onde o produto do trabalho encontra-se separado do próprio trabalho que o criou.

A consolidação do capitalismo como produtor de mercadorias foi afetado diretamente pela necessidade do controle de matérias-primas que possibilitassem o funcionamento e a produção nas indústrias. Quanto maior o desenvolvimento do capitalismo monopolista, maior o apelo ao fetiche da mercadoria e com ele a busca por matérias-primas que permitiriam a consolidação de um modelo de sociedade voltado para o consumo em larga escala. Com efeito, o petróleo foi ocupando gradativamente o papel de principal matriz energética. Seu refino produziu mercadorias que se tornaram alvos de disputas pelo planeta, criando

novos ramos de produção e permitindo a consolidação de grandes conglomerados de empresas para explorá-los. Costuma-se datar o início da história do petróleo em 1859, quando as perfurações conduzidas pelo norte-americano Edwin Drake alcançaram seus primeiros êxitos em Titusville, povoado da Pensilvânia. Porém, o petróleo já era conhecido antes disso, utilizado como remédio popular, em meados do século XIX. Aos poucos, sua utilização foi sendo transformada, passando o mesmo a ser utilizado como combustível para iluminação e óleo lubrificante. O óleo lubrificante à base de petróleo acabou por substituir o óleo de baleia nos Estados Unidos. Essa mudança de utilização do petróleo despertou o interesse de várias empresas que passaram a procurá-lo nos lugares mais distantes do planeta. O petróleo não havia jorrado e já estava sendo encarado como uma mercadoria capitalista. Na realidade, ele foi procurado para atingir esse objetivo e ninguém pode acusá-lo de não ter correspondido às expectativas.

A descoberta de Drake atraiu um universo de interessados. Os poços se multiplicaram e o petróleo jorrou em grande quantidade. Até o final de 1859, foram produzidos 200mil barris por ano; no ano seguinte, 500mil e a produção em 1861 chegou a 2 milhões de barris/ano. Com efeito, grandes impérios econômicos surgiram. Entre os mesmos, o de John D. Rockefeller, que montou uma refinaria em Cleveland, nos Estados Unidos. Enquanto a produção de petróleo era um jogo de roleta, em que fortunas se ganhavam ou se perdiam, a refinação prometia ser um negócio promissor. O óleo cru deveria ser refinado para que pudesse ser utilizado nos equipamentos. A refinaria assumiu um papel estratégico, garantindo a oferta de combustíveis a várias empresas, bem como realizando acordos secretos com as ferrovias. O império de Rockefeller conseguiu sobrepujar cada vez mais os seus competidores. Vários foram levados a desistir do negócio, vendendo suas refinarias ao próprio Rockefeller.

O tamanho e a eficiência das empresas da organização de Rockefeller permitiam-lhe obter abatimentos nos fretes de transporte ferroviário, reduzindo os seus custos e conseguindo grande vantagem em relação aos concorrentes. Os abatimentos concedidos pela Standard Oil – empresa petrolífera da organização Rockefeller – também atingiam os reembolsos de direitos aduaneiros. Uma

empresa de transporte concorrente podia pagar um dólar por barril para mandar o seu petróleo a Nova York por trem. A ferrovia fazia uma jogada para devolver 25 cents desse dólar não à mesma empresa, mas sim à concorrente, a Standart Oil, que financiava o combustível que movimentava o próprio trem. Esta, que já estava pagando preço mais baixo por seu próprio petróleo, obviamente ficava, graças a isso, em posição de enorme vantagem econômica perante os seus concorrentes. Essa medida significava que os concorrentes estavam, involuntariamente, subsidiando a Standart Oil.

O petróleo americano havia chegado rapidamente ao mercado de outros países. Por volta de 1870, dois terços do petróleo extraído nos Estados Unidos eram exportados, principalmente sob a forma de querosene. Os exportadores americanos – entre os mesmos a Standart Oil – não cessavam de abrir novos mercados, mesmo nas regiões mais longínquas e em sociedades não industrializadas. Um exemplo foi a China. A Standart Oil distribuiu 500 mil lampiões praticamente de graça à população, visando instaurar o consumo de querosene. As prospecções de petróleo cresciam no planeta. Na Rússia, a exploração multiplicou-se. A Romênia seguiu o mesmo caminho. Os holandeses alcançaram êxito com o petróleo na Indonésia.

O petróleo indonésio, produzido e comercializado pela Royal Dutch, contava com a retaguarda do grupo Rotschild. O petróleo russo era trazido por uma companhia transportadora inglesa, a Shell.¹ Essas duas empresas chegaram a se fundir no início do século XX. A concorrência elevava-se. Em 1901 foi descoberto um grande poço de petróleo no Texas, que não só deslocou o pólo de produção petrolífera aos Estados Unidos, mas também propiciou a formação de duas novas companhias: a Gulf Oil e a Texaco. A Standart Oil enfrentou uma longa batalha judicial e política, terminando por perdê-la em 1911, ao ser condenada pela Lei Antitruste. Ela teve de dissolver-se em 33 companhias formalmente desvinculadas uma das outras. Entre as mesmas: a Standart Oil of New Jersey, hoje Exxon

¹ A Rússia elevou rapidamente a sua produção. Em 1874 produzia menos de 600 mil barris/ano, passando para 10,8 milhões de barris uma década após, o equivalente a quase um terço da produção americana. No começo da década de 1880, quase 200 refinarias estavam em funcionamento no novo subúrbio industrial de Baku, conhecido como a “cidade negra”. Elas emitiam uma nuvem de fumaça negra tão densa e malcheirosa que a vida ali era comparada a um confinamento em uma chaminé.

(Esso); a Standart Oil of New York, hoje Mobil Oil; e a Standart Oil of Califórnia, hoje Chevron.

O crescimento das empresas e das descobertas de jazidas pelo planeta levou a uma disputa por todo o petróleo existente. Grandes trustes internacionais edificaram-se visando ao controle de cada centímetro de oleoduto, de cada pedaço de construção, de qualquer metro cúbico de óleo que pudesse ser encontrado. As economias nacionais passaram a sofrer assédio e controle dos trustes. Os mesmos configuravam-se como um conglomerado de grandes empresas internacionais que eram controladas através da compra da maioria das ações pelos sócios das maiores empresas. Os mesmos controlavam não só as economias internacionais, bem como os próprios estados americanos. O controle ocorria através de um escritório central que tomava as decisões de todas as empresas. Os trustes configuraram-se no cenário do imperialismo que desdobrava-se pelo planeta.

Ao mesmo tempo em que ocorria uma corrida no planeta pelo controle das principais jazidas de petróleo, a resistência aos mesmos também articulava-se. Como resposta, desenvolviam-se políticas nacionais que culminaram com a discussão e concretização de grandes empresas estatais para a produção e refino de óleo cru, visualizando que o mesmo era a principal matriz energética do capitalismo monopolista e o seu controle era sinônimo de uma possibilidade concreta de desenvolvimento social e econômico. A exploração nacionalista que culminou com a instalação de estatais em mais de cem países não encontra paralelo na história dos povos em área estratégica e complexa. Nunca tantos países militarmente e politicamente fracos conquistaram quase ao mesmo tempo o direito de gerir os seus negócios. O México foi o primeiro a nacionalizar as suas jazidas em 1938, criando a Petróleos Mexicanos S.A., seguido pelo Irã (1951), Brasil (1953), Kuwait (1960), Arábia Saudita (1962), etc.² No Brasil, a Petrobrás foi fundada em 3 de outubro de 1953, em meio à luta pelo “petróleo é nosso”, dentro de um projeto onde as elites nacionais visualizavam a implantação de indústrias de base no país. A industrialização brasileira baseou-se em um modelo de

² Dados Revista Petrobrás Anos 40, 1993.

desenvolvimento econômico que privilegiou os energéticos fósseis. À medida que esses recursos naturais tornaram-se imprescindíveis para o crescimento do país, o Estado passou a intervir cada vez mais visando assegurar o suprimento de petróleo e gás natural, ações que resultaram na criação da empresa pública Petrobrás.

A consolidação da indústria do petróleo no Brasil foi palco de um grande conflito, que agitou os movimentos sociais, afetou a opinião pública e dividiu as elites quanto à sua implementação. A Petrobrás instaurou-se fruto de um debate exaustivo na sociedade brasileira, onde polarizaram-se concepções liberais defensoras dos interesses internacionais na economia nacional e de concepções voltadas para a nacionalização da indústria nacional, especialmente a produção de petróleo.

Entre 1943 e 1950, ocorreu uma grande revisão na política de nacionalismo econômico que imperava na indústria brasileira de petróleo. O CNP (Conselho Nacional do Petróleo) teve como meta o rápido desenvolvimento da produção do petróleo, apostando na intervenção internacional para a descoberta e utilização das jazidas que poderiam existir no Brasil. Ocorreu um incentivo à abertura ao capital privado das reservas brasileiras, mesmo que para isso ocorresse a participação dos grandes trustes industriais internacionais. É importante observar que a existência das reservas nacionais ainda não haviam sido comprovadas pelos estudos científicos.

A defesa da participação dos trustes na descoberta das reservas de petróleo brasileiro só pode ser compreendida como parte integrante das profundas transformações que se consolidaram no capitalismo monopolista. O mesmo transformava-se, fruto do colapso do liberalismo na segunda metade do século XIX. De acordo com Hobsbawm (1997: pp. 60-77), no início da década de 1870, a expansão econômica e o liberalismo pareciam irresistíveis. No fim da mesma década já não o eram mais. O enorme potencial produtivo da grande indústria capitalista crescia constantemente, mas, ao mesmo tempo, convivia com uma incapacidade de gerar empregos a contento. A era do triunfo liberal atingia uma depressão generalizada. Por volta de 1870, o progresso do mundo burguês

chegara a um ponto em que vozes mais críticas, ou mesmo mais pessimistas, começaram a ser ouvidas. E elas eram reforçadas pela situação em que o mundo se encontrava na época, e poucos haviam previsto. Após uma geração de expansão sem precedentes, a economia mundial entrava em crise.

Uma crise se instalou em virtude da superprodução de mercadorias voltada para um mercado restrito. O mercado não conseguia acompanhar o desenvolvimento da produção de mercadorias, o que levou a uma drástica redução dos preços, atingindo diretamente a lucratividade do capital. A queda de preço das mercadorias representou um desastre para os produtores e um benefício, em princípio, aos compradores.

Uma grande expansão do mercado poderia mais que compensar essa redução, mas a rapidez real do crescimento do mercado não foi suficiente, em parte porque a nova tecnologia industrial fez aumentar enormemente tanto o produto possível como o necessário (ao menos quando a fábrica funcionava a um ritmo rentável), em parte porque o próprio número de produtos e economias industriais concorrentes estava crescendo, aumentando assim, significativamente, a capacidade instalada total, e em parte também porque um mercado de massa para os bens de consumo ainda se desenvolvia devagar (Hobsbawm, 1988: p. 62)

De acordo com Mello (1999: p. 121), depois de um longo período vertical de crescimento econômico, que se estendeu até 1870, a Europa e os EUA em menor escala, passaram a sentir os efeitos contraditórios dessa produção em excesso, e do aumento da produtividade. A crise atingiu os setores mais dinâmicos de toda a máquina global de mais-valia, atingindo a economia do mundo capitalista. Com o crescimento das novas tecnologias, o mercado de massa não conseguiu acompanhar o mesmo ritmo. A exploração se voltou contra o seu executor, sendo um dos pilares da crise que se configurou. Não que houvesse falta de riquezas, pois isso nunca aconteceu, a questão é que a produção foi elevada para o capital e não para a sociedade. O fenômeno da superprodução mundial ocasionou queda das taxas de lucros, falências, aumento do desemprego, baixa de salários e uma generalizada crise social.

A Grande Depressão tinha início e colocava fim ao longo reinado do liberalismo econômico, anunciando a falência de um suposto mercado auto-

regulado. Entre as saídas apontadas para a crise, estava a necessidade de renovação dos estoques de matérias-primas, fundamentais para o funcionamento do capitalismo. Por volta de 1868, o capitalismo monopolista se instaura em um processo de grande transformação, caracterizando-se pelo processo de centralização de capitais e a formação, entre outros, de grandes empresas monopolistas, denominadas cartéis, trustes, consórcios de capitais, sociedades anônimas, etc.

Uma outra característica foi a propensão do capital internacional em financiar a formação de uma estrutura político-administrativa que tornasse possível esse tipo de sociedade de consumo de mercadorias. O que se inaugura na realidade é o denominado monopólio das corporações. Grupos que se associam para contornar a crise, onde por trás do discurso de construir a prosperidade e o desenvolvimento dos países do Segundo Mundo, está escondida toda uma estratégia de controle. O que ocorreu foi o crescimento da hegemonia do capital financeiro, constituído pela fusão do capital industrial em conjunto com o bancário, que se fundem para formar monopólios que, associados a Estados nacionais, passam a constituir uma nova divisão internacional do trabalho.

A ascensão do imperialismo foi um processo que representou um profundo revolucionar das relações entre as grandes potências e os países do denominado Segundo Mundo. Ele marcou a maturação de uma relação opressiva que foi fruto do desenvolvimento dos grandes monopólios e das estratégias de controle que ocorriam nos aspectos econômico, político, social e cultural. Os desdobramentos desse processo são assim enunciados por Lênin (1987):

O capitalismo se transformou num sistema universal de opressão colonial e de asfixia financeira da imensa maioria da população do globo por um punhado de países “avançados”. E a partilha deste “saque” faz-se entre duas ou três aves de rapina, com importância mundial, armadas até os dentes (América, Inglaterra e Japão) que arrastam consigo toda a Terra na sua guerra pela partilha de seu saque (Lênin, 1987: p. 11)

O capitalismo iniciou o seu período monopolista, marcado por um aumento da opressão e da dependência. Com relação à última, Hobsbawm (1997: p. 171)

afirma que os países subdesenvolvidos tornaram-se ainda mais dependentes em virtude de uma dinâmica da economia mundial que foi sendo dominada pelos desenvolvidos. Ao grande capital já não bastavam os velhos horizontes pátrios, limitados e incertos. Com efeito, entre 1830 e 1880 iniciou-se uma verdadeira partilha do mundo, tendo o comando das nações mais industrializadas. Parte da África, a Ásia e o sul do Pacífico tornaram-se referências para o domínio econômico. Essas nações, ou seja, a Inglaterra, a França, os Estados Unidos, o Japão, entre outras, partiram para uma ampla redefinição do planeta, tendo como objetivo o controle das matérias-primas.

De acordo com Mello (1999: p. 120), com o crescimento da grande empresa, o capitalismo abandonou a sua fase concorrencial clássica (*laissez-faire*), circunscrita basicamente à disputa entre pequenas unidades de capital. Surgiram os primeiros oligopólios e, com eles, uma nova etapa de enfrentamento entre capitais, agora de maior monta, cuja necessidade de sobrevivência e de autovalorização consagra estratégias mais agressivas de ação desses conglomerados para o domínio do mercado mundial. O capitalismo tornou-se então imperialismo, termo que passaria a consagrar as ações associadas entre oligopólios e Estados metropolitanos pela nova partilha do planeta. Com efeito, recriou um novo conjunto de colônias formais e informais e de esferas de influência sob o controle do grande capital industrial financeiro.

Mais do que em qualquer época anterior, os novos impérios formados a partir das últimas décadas do século XIX incumbiram-se da tarefa de avançar, até os últimos horizontes, a subsunção do planeta ao capital, ampliando-se os espaços periféricos organicamente subordinados aos interesses metropolitanos de acumulação: se em 1800, a proporção da superfície terrestre ocupada, chegara a atingir 35%, em 1880 (com a ação imperialista) este percentual havia se elevado para 67%, contra 84,4%, em 1914 (ano de início da Primeira Guerra Mundial) (Mello, 1999: pp. 130-131).

De acordo com Hobsbawm (1988: p. 88), entre 1880 e 1914, a maior parte do planeta, à exceção da Europa e da América, foi dividida em territórios sob governo direto ou dominação política de um ou outro Estado de um pequeno grupo. Esses Estados, principalmente Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália,

Holanda, Bélgica, EUA e Japão, exerceram um domínio político e econômico nos antigos impérios europeus pré-industriais sobreviventes da Espanha e de Portugal. As colônias espanholas eram as mais disputadas, apesar da tentativa de extensão do território sob controle ao noroeste africano. As regiões da África e do Pacífico foram totalmente divididas, não restando qualquer Estado independente. Por volta de 1914, a África pertencia inteiramente aos impérios europeus, à exceção da Etiópia, que conseguia resistir à Itália, o mais fraco dos Estados imperiais, da Libéria e de parte do Marrocos. Lênin (1987: p. 80) afirma que, por volta de 1914, as quatro maiores potências do planeta adquiriram 14,1 milhões de quilômetros quadrados de colônias, ou seja, uma superfície quase vez e meia maior que a da Europa, com uma população de aproximadamente cem milhões de habitantes. Esse controle dos grupos monopolistas tinha entre outros objetivos o de controlar todas as fontes de matérias-primas do planeta, sendo que somente a posse de colônias dava ao monopólio completas garantias de sucesso em virtude da luta contra os seus rivais. Quanto mais o capitalismo se desenvolvia, maior a necessidade e a concorrência para o acesso às matérias-primas, elevando em muito a brutalidade pela sua posse.

Para Lênin (1987: p. 21), o surgimento dos modernos monopólios ocorreu por volta dos anos 1860–1870. O primeiro período importante do seu desenvolvimento começa com a depressão industrial de 1870–1880 estendendo-se até os princípios de 1890. O crack de 1873, junto com a depressão que o seguiu, demonstrou uma expansão vigorosa, mas ao mesmo tempo curta, que preencheu 22 anos de história. Os principais períodos da concretização do monopólio são assim demonstrados. Um primeiro período, 1860 a 1890 para a Inglaterra e 1860 a 1880 para a França e Alemanha, que foram o ponto culminante do desenvolvimento da livre concorrência. Os mesmos nada mais são do que embriões dificilmente perceptíveis. Um segundo período, após a crise de 1873, quando ocorre um grande desenvolvimento dos cartéis, mas que ainda tem um caráter transitório, carecendo de estabilidade. Um terceiro, que se desenvolve a partir da expansão do final do século XIX e a crise de 1900–1903, quando os

mesmos tornam-se uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo se transformou em imperialismo. Já não se trata, de modo algum

(...) da antiga livre concorrência entre empresários dispersos que não se conheciam uns aos outros e que produziam para um mercado desconhecido. A concentração chega a um ponto em que torna-se possível fazer um inventário aproximado de todas as matérias-primas (tais como jazidas de minério de ferro) de um país e mesmo, como veremos, vários países e até do mundo inteiro. E não só se procede a tal inventário como até todas estas fontes são apoderadas por poderosos grupos monopolísticos. Avalia-se aproximadamente a capacidade de consumo dos mercados que esses grupos “partilham entre si” por contrato. O monopólio de mão-de-obra especializada, os melhores engenheiros; apodera-se das vias e meios de comunicação, das estradas de ferro da América, das sociedades de navegação da Europa e na América. O capitalismo, chegado à sua fase imperialista, conduz à beira da socialização integral da produção; ele arrasta os capitalistas, seja como for, independente da sua vontade e sem que eles tenham consciência disso, para uma nova ordem social, intermédia entre a livre concorrência e a socialização integral (Lênin, 1987: p. 25).

A produção tornou-se social, mas a apropriação continuou privada. O controle dos monopólios sobre a livre concorrência cresceu consideravelmente. De acordo com Lênin (1987: pp. 25-26), o controle ocorria da seguinte forma. Em primeiro lugar, a privação das matérias-primas. Em segundo lugar, a privação da força de trabalho por meio de alianças, ou seja, os acordos entre os capitalistas e os sindicatos, nos quais os últimos só aceitavam trabalhar em empresas cartelizadas. Em terceiro lugar, a privação dos meios de transporte e seu desdobramento com o encerramento de mercados para vender as suas mercadorias. Em quarto, construção de acordos com os compradores, em que os mesmos se comprometem a manter relações apenas com os cartéis. Em quinto, redução dos preços para destruir a concorrência e, por último, a privação dos créditos até o boicote total. Com relação à privação de créditos, nota-se que os bancos, com a ascensão do imperialismo, passam a ter um papel fundamental para gerir o sistema. Além de intermediar os pagamentos, os mesmos colocam-se à disposição das classes capitalistas, exercendo uma imensa função de controle para os grandes monopólios.

Os capitalistas dispersos acabam por constituir apenas um único capitalista coletivo. Se atendermos à conta corrente de alguns capitalistas então parecerá que o banco se dedica apenas a operações puramente técnicas, unicamente subsidiárias. Porém, quando estas operações tomam uma extensão formidável, daí resulta que um punhado de monopolistas subordina a si as operações comerciais e industriais da sociedade capitalista em bloco; antes de mais nada, graças às contas correntes e outras operações bancárias eles podem conhecer exatamente a situação de tal ou tais capitalistas e, em seguida, controlá-los, agir sobre eles, alargando-lhes ou restringindo-lhes, facilitando-lhes ou entravando-lhes o crédito e, finalmente, determinar inteiramente a sua sorte, determinar os rendimentos de suas empresas, privá-los de capitais, ou permitir-lhes aumentá-los rapidamente em proporções enormes, etc. (Lenin, 1987: p. 35).

Um outro aspecto a se considerar foi a transformação gradativa do papel do Estado num quadro de consolidação do capitalismo monopolista. A dinâmica do mercado mundial e a hegemonia da grande indústria foram subordinando e ajustando os Estados nacionais aos interesses dinâmicos do capital internacional. Assumiram um outro papel, tornando-se progressivamente essenciais ao próprio desenvolvimento das forças produtivas, um aliado do capital, indispensável para a imposição de uma nova sociedade. Como afirma Hobsbawm (1997: p. 420), um novo Estado, cada vez mais forte e intervencionista e, dentro dele, um novo tipo de política, desenvolveram-se então. Não seria mais controlado pela autonomia moral e pela legitimidade que a tradição lhe atribuía na crença de que as leis da economia não podiam ser quebradas, iria tornar-se um Leviatã cada vez mais poderoso, embora na teoria um instrumento para atingir os objetivos das massas.

Diante de uma situação mundial de crise – quando a depressão generalizada dos preços soava como uma trombeta apocalíptica nas mentes de empresários e economistas – , num ambiente de luta entre grandes oligopólios por novos mercados, quando a força se mostrava (mais uma vez) o parceiro mais adequado à construção de uma nova ordem internacional afinada aos interesses monopolísticos em cena, o Estado, em nome dos mais nobres “interesses nacionais” passava ser novamente interpelado. Num contexto onde o monopólio avançava às custas da livre concorrência de mercado, as sociedades anônimas às custas das firmas privadas individuais (familiares), as grandes empresas comerciais às custas das menores; onde o controle do mercado e a eliminação da concorrência, em seus moldes clássicos, constituíam apenas um aspecto do processo geral de concentração e centralização do capital (ávido por novas e ampliadas possibilidades de acumulação), o Estado, mais que qualquer outro recurso, tornava-se o instrumento

privilegiado na guerra imperialista pelo mercado mundial (Mello, 1999: pp. 136-137).

Foi esse o objeto de análise de Braverman (1980: p. 242), quando discutiu a crescente intervenção do Estado com a consolidação do capitalismo monopolista. Na Alemanha e no Japão, o capitalismo monopolista tanto criou como foi criado por um novo poder estatal. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, a burguesia industrial assinalou ao governo uma esfera de ação mais restrita, e por essa e outras razões, o intervencionismo social e econômico do Estado pareceu revelar um movimento de reforma.

O amadurecimento do capitalismo monopolista possibilitou uma situação em que a intervenção estatal não poderia ser evitada. Em primeiro lugar, o mesmo possuiu uma tendência a gerar um excedente econômico maior do que podia absorver. Com efeito, ele se tornou vulnerável a desordens no seu funcionamento geral, como a estagnação, depressão, desemprego, etc.

Com o diagnóstico apontando para uma falta de 'demanda efetiva' aceitou-se finalmente pelos políticos das sociedades capitalistas que os gastos governamentais, na medida em que são ampliados, preencherão essa lacuna – o efeito de um aumento nos gastos governamentais sendo meramente proporcional se os impostos são aumentados semelhantemente, porém maior em vez de proporcional se os gastos excederem as rendas tributárias. Mas essa política, que tem sido de uma forma ou de outra, adotada pelos países capitalistas, não se tornou doutrina universalmente aceita até meio século depois dos inícios do capitalismo monopolista, e a partir de então apenas devido à prolongada depressão dos anos 30, crise cuja resolução não foi absolutamente espontânea e que ameaçou a existência do capitalismo em âmbito mundial (Braverman, 1980: p. 243).

Em segundo lugar, a internacionalização do capital criou uma situação de concorrência econômica, relativa ao controle das matérias-primas e investimentos, que proporcionou confrontos militares entre países capitalistas. Em terceiro lugar, a miséria e a insegurança tornaram-se aspectos permanentes da vida social. Uma vez que as mesmas eram concentradas nas grandes cidades, a persistirem sem melhoria, colocariam em risco a própria existência da estrutura social. O governo deveria intervir para aliviar a tensão social. Por último, com a rápida urbanização

da sociedade e o crescimento da vida econômica e social, elevou-se a necessidade de serviços providos pelo Estado.

A atuação e a importância do Estado cresceram gradativamente no planeta. No Brasil, alguns representantes do CNP (Conselho Nacional do Petróleo), com referência ao desenvolvimento da indústria do petróleo, foram influenciados pelas transformações que o imperialismo ocasionava no mundo capitalista. Uma parte de seus integrantes acreditava que, em um cenário exclusivamente nacional, os técnicos brasileiros ficariam isolados das descobertas de geólogos de grandes empresas internacionais prejudicando o acesso aos resultados da pesquisa e lavra de petróleo. De acordo com Smith (1976: p. 64) com a eleição do general Eurico Dutra à Presidência da República em 1946, houve uma tentativa de realizar uma abertura aos interesses econômicos imperialistas internacionais. O Brasil não realizaria a intervenção estatal e abriria as portas para todos os tipos de importação. Com referência ao petróleo, a Constituição de 1946 apontou uma única restrição: que o seu desenvolvimento ficasse a cargo de brasileiros ou de companhias instaladas no país, independentemente de sua nacionalidade. Esperava-se que essa iniciativa levasse a uma série de propostas voltadas para a exploração do petróleo, o que não se concretizou. Isso se deve a alguns fatores.

Conforme afirma Smith (1976: p. 65), em primeiro lugar o CNP colocou condições severas para a concessão de licenças para a construção de refinarias. As mesmas levaram à retirada de duas das quatro propostas realizadas em 1945. Era necessário que os candidatos, dentro de 90 dias, a partir de 18 de janeiro de 1946, depositassem Cr\$ 500 (US\$ 29,1) por barril de capacidade projetada de refino. Teriam que apresentar um contrato de fornecimento de óleo cru durante cinco anos, e planos segundo os quais a construção deveria começar no prazo de 30 dias da aprovação e terminar no máximo em dois anos. Em segundo lugar, a conjuntura internacional foi desfavorável ao Brasil. Os Estados Unidos perderam temporariamente o interesse pela América Latina, quando se voltaram para a reconstrução da Europa após o término da Segunda Guerra Mundial. Os empréstimos para a construção de refinarias no Brasil já não eram mais possíveis através do Export-Import Bank. Ao mesmo tempo, não havia outros

emprestadores a quem recorrer. Os trustes internacionais ligados ao petróleo apresentavam relativo desinteresse pelo Brasil, em virtude de sua geologia desinteressante, legislação restritiva e do nacionalismo e sua hostilidade às companhias internacionais.

Iniciou-se um intenso debate sobre a indústria do petróleo no Brasil e a criação do Monopólio Estatal do Petróleo. Entre os defensores da liberalização do petróleo estavam Odilon Braga e o general Juarez Távora. Defendiam que as reservas de petróleo deveriam ser abertas aos trustes internacionais. O governo brasileiro era incapaz de realizar uma gerência em nível nacional. O Brasil necessitaria de capital, de equipamentos e técnicos internacionais para que as atividades inerentes à pesquisa e lavra de petróleo fossem concretizadas. Entre os contrários à liberalização, estava Horta Barbosa, então membro do CNP. Utilizava como exemplo o México e a Argentina. Nesses países o Estado garantia acesso a toda a nação dos benefícios inerentes a essa concepção de indústria. Argumentava que em nações onde havia o monopólio privado, somente as companhias privadas, e não a população, enriqueciam com a produção elevada. Esses países permaneciam numa relação de estreita dependência econômica e política às grandes potências internacionais. Acreditava que a criação de uma grande indústria nacional de refino poderia trazer grandes benefícios ao Brasil.

O debate não se inseria apenas entre setores governamentais. O bloco comunista liderado por Carlos Marighela propôs a criação do Instituto Nacional do Petróleo (INP), em substituição ao CNP, em 25 de julho de 1947. O INP teria o monopólio absoluto de todas as fases da indústria, e sua principal receita viria da distribuição e venda de produtos do petróleo. Somente os capitais privados brasileiros poderiam investir nas companhias petrolíferas nacionais. A União Nacional dos Estudantes passou a apoiar a iniciativa do petróleo nacional. Realizou manifestações de rua em defesa do monopólio, que tiveram início no Rio de Janeiro e estenderam-se pelo país. O slogan “O petróleo é nosso” passou a fazer parte do cotidiano das reivindicações que ecoavam pela sociedade. De acordo com Smith (1976: p. 72), o tema começou a empolgar grandes contingentes da população, uma mobilização que assumiu proporções nacionais.

A campanha não foi apenas voltada para a luta contra a liberalização do petróleo, mas sim colocou a discussão sobre o nacionalismo e a influência do imperialismo nas economias dos países não pertencentes aos grandes conglomerados internacionais.

Smith (1976: pp. 72-73) divide em três principais grupos os que defendiam o monopólio. O primeiro deles, os militares. Apoiada nas teses de segurança nacional e pelo desejo de conservar a soberania nacional sobre os recursos naturais, a maioria dos oficiais defendia diretamente o monopólio. Porém, existiam rupturas. Uma minoria de oficiais, chefiada pelo general Juarez Távora, defendia a liberalização. Pertencia à Escola Superior de Guerra e era composta de veteranos da Segunda Guerra Mundial. Essa experiência pode ter originado uma forte antipatia pelo fascismo e o excessivo controle do Estado, motivo que os levaria a acreditar no continentalismo e nas “boas intenções americanas”.

Um segundo grupo foi formado pelas organizações estudantis universitárias. Acreditavam no nacionalismo, por compreender que os recursos naturais deveriam estar a serviço do Estado, aos interesses da população. A industrialização iniciada por Getúlio Vargas durante o Estado Novo significava mais oportunidade de emprego para os futuros formados. A liberalização poderia acarretar incertezas quanto às possibilidades concretas de emprego para os estudantes.

O terceiro grupo era composto de intelectuais nacionalistas que, através de publicações em jornais e revistas, ajudavam a manter aquecida a campanha do monopólio para a população. A questão que se ensaiava nos discursos contrários à liberalização era voltada para a própria capacidade dos brasileiros em desenvolverem os seus recursos, afirmação que contagiava aqueles que esperavam ter um papel ativo nesse processo de desenvolvimento.

De acordo com Smith (1976: p. 73) a luta contra a liberalização ocorreu através de duas principais concepções de resistência: o nacionalismo desenvolvimentista, representado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), com uma abordagem moderadamente racionalista de desenvolvimento, voltada para a constituição de companhias mistas sob direção e controle estatais,

o nacionalismo radical, que caracterizava a estrutura econômica vigente como espoliativa, exigindo radical mudança. Lutava contra uma possível conspiração articulada pelos países desenvolvidos, representados por empregados de firmas estrangeiras e brasileiros dedicados ao comércio de exportação e importação, que visavam deixar o Brasil em situação colonial.

A campanha atingia amplos segmentos da população, percorrendo diferentes segmentos da sociedade. A sensação de libertação política após a ditadura de Vargas apontava a perspectiva de participação concreta nas decisões sobre o destino econômico, político e social do país. Muitos brasileiros acreditavam que a nação deveria modernizar-se, assumindo o lugar de uma grande potência no hemisfério. A iniciativa privada brasileira demonstrava-se frágil para liderar esse impulso e os homens ligados ao capital internacional representavam o imperialismo. O Estado forte nacional deveria ser o coordenador do crescimento da industrialização.

A descoberta de petróleo em 1939, pelo CNP, colaborou para a afirmação das teses voltadas para um desenvolvimento regido sob a égide do Estado. A mesma questionou a competência dos técnicos internacionais – que haviam afirmado que não havia petróleo no Brasil – e colocou em discussão o trabalhador brasileiro. Em outras palavras, que os técnicos brasileiros eram iguais ou melhores a quaisquer outros existentes no planeta, podendo ser capazes de criar e desenvolver uma indústria petrolífera nacional.

Em virtude da pressão popular, as opções relativas à liberalização do petróleo foram sendo afastadas, deixando de ser opção para a política. O antiamericanismo aglutinava, apesar dos projetos de sociedade distintos, tanto integrantes da base militar, como os críticos ao capitalismo. É o caso do Estatuto do Petróleo de 1948 que foi derrotado pelos nacionalistas radicais e pelos nacionalistas desenvolvimentistas liderados por Horta Barbosa. A campanha repercutiu entre os brasileiros porque o Estatuto do Petróleo foi um projeto impopular, que foi contra os sentimentos nacionalistas do período que apostavam no crescimento da industrialização, tendo como referência os critérios nacionais de desenvolvimento.

1.1 – A consolidação da Petrobrás e o Monopólio Estatal do Petróleo

A necessidade de consolidação de uma política nacional para o petróleo no Brasil cresceu com a chegada do final da década de 1940. O país passava por uma crise energética, graças à escassez de combustíveis. De acordo com Smith (1976: p. 91), em 1951, mais de cem mil veículos foram importados para o Brasil. As promessas de crescimento industrial começaram a concretizar-se. As indústrias básicas tinham como exigência para a sua expansão, uma maior oferta de energia e o petróleo poderia suprir essa necessidade.

Getúlio Vargas, eleito em 1950, planejava um amplo programa de desenvolvimento que articularia tanto o setor público como o privado, voltado para o nacional-desenvolvimentismo. Tinha como meta modernizar as ferrovias introduzindo locomotivas a diesel. As importações de combustíveis cresciam, devendo ser pagas em dólares. O consumo acenava para o crescimento, tendendo a duplicar entre 1950 e 1955. As refinarias planejadas pelo governo Dutra atenderiam apenas à metade do consumo nacional em um prazo de cinco anos. O petróleo passava a ser o fator fundamental para o desenvolvimento da nação. Vargas e seus assessores realizaram um projeto para a criação de uma empresa brasileira, com capital e administração nacionais, a Petrobrás. O projeto da Petrobrás diferia do Estatuto do Petróleo, pois daria ao governo um maior controle e proporcionaria um capital de vulto para a nova indústria, oriundo de fontes alheias às suas operações. O governo entraria com a maior parte do capital da Petrobrás. As parcelas seriam distribuídas entre os governos federal, estaduais e municipais. A iniciativa privada também teria um papel no investimento na empresa, só que em menor extensão.

Os debates voltaram a acirrar-se em torno do projeto. Os nacionalistas radicais representados por Euzébio Rocha defendiam a exclusão do capital privado de todas as fases da indústria. Criticaram o governo Vargas, afirmando que o projeto elaborado não era nacionalista, mas sim uma forma de contemplar os grandes trustes internacionais. As alianças em torno da concretização do

monopólio sem a participação do capital privado cresciam no Brasil. A União Democrática Nacional (UDN), que tinha uma postura favorável à liberalização, mudou de postura e passou a apoiar o monopólio do petróleo, pedindo que fosse construída uma empresa estatal para o desempenho dessas funções. O que estava em jogo era a conquista de votos para o processo eleitoral, visto que a UDN visualizava o envolvimento popular com o controle estatal absoluto. Essa só isolou o governo federal e impossibilitou politicamente o desenvolvimento do petróleo brasileiro por empresas privadas.

O monopólio estatal ganhava força com a população. A sociedade civil organizava-se em torno da questão fazendo mobilizações e campanhas. Era uma discussão que se articulava tendo como referência a construção de um projeto nacional e a rejeição da intervenção internacional. O número de mensagens em apoio ao monopólio crescia, abrangendo cada vez mais setores da população. De acordo com Smith (1976: p. 102), foi realizada fora do Congresso Nacional, uma Convenção de Defesa da Petrobrás, de 5 a 8 de julho de 1952. Compareceram cerca de 600 delegados de 17 estados e do Distrito Federal, representando os movimentos estudantis, o Exército, a Marinha, governos estaduais e municipais e várias profissões. Foi declarada a oposição à participação do capital privado na indústria petrolífera brasileira repudiando, ao mesmo tempo, o projeto de Vargas tido como impatriótico e entreguista.

Fruto da pressão popular, em setembro de 1952 foi votada a Emenda n. 14 que excluía o capital internacional de participar na Petrobrás. A Lei n.1.516/51 foi aprovada em 15 de setembro. O projeto Petrobrás transformava-se na Lei 2004. A estatal iniciou formalmente as suas operações em 1º de janeiro de 1954, quando entraram em vigor as taxas de financiamento para embarcações, veículos a motor e aeronaves. Em 2 de abril, o governo Vargas transferiu para a Petrobrás todos os bens e títulos em petróleo do governo avaliados em US\$ 165 milhões. Smith (1976: p. 111) afirma que estavam incluídos os campos de produção do Recôncavo Baiano (produzindo 2.500 barris por dia); a Refinaria de Mataripe; a nova Refinaria de Cubatão; a frota nacional dos petroleiros, com 22 navios; e o

equipamento de perfuração espalhado por oito estados. Foi nomeado seu primeiro presidente, o coronel Juracy Magalhães.

1.2 – O crescimento da Petrobrás

Foi dada ampla autonomia para que a Petrobrás se desenvolvesse. A meta era encontrar petróleo em quantidade que garantisse a auto-suficiência do Brasil e atendesse aos imperativos de um consumo que crescia. O debate sobre a liberalização do petróleo prosseguia. A Federação das Associações Comerciais apelou, após o suicídio de Vargas, para que o novo governo de Café Filho permitisse que os trustes ajudassem a explorar a metade dos terrenos petrolíferos brasileiros, reservando o restante aos interesses do Estado. A justificativa utilizada era de que somente com a ajuda internacional seria possível realizar um levantamento adequado do potencial das reservas nacionais.

Em março de 1955, a Petrobrás descobriu um poço produtor em Nova Olinda, próximo ao Rio Madeira, região de Manaus. Essa descoberta, atrelada ao fato de que a estatal começava a apresentar resultados, não fez com que as críticas ao monopólio cessassem. Logo após essa descoberta, o Senado rejeitou um outro projeto para permitir a participação internacional no desenvolvimento de recursos petrolíferos. De fato, a descoberta do petróleo no país encontrava diversos obstáculos. Os poços eram difíceis de perfurar em virtude da extensão da área sedimentar, superior a 4 milhões de quilômetros quadrados, bem como pela natureza das maiores bacias – idade paleozóica – que possuem um tipo de rocha de difícil exploração e pouco prolífica em petróleo. Na perfuração marinha, a dificuldade estava na profundidade da água onde estão os maiores reservatórios, variando de 100 a 2 mil metros. A Petrobrás começou a investir, em meados da década de 1950, nas primeiras pesquisas ao longo da plataforma continental que apontassem para o descobrimento de petróleo em alto-mar, sendo encontrado, em 1968, o primeiro campo, localizado em Guaricema, estado de Sergipe.

Com a ascensão de JK (Juscelino Kubitschek) à Presidência da República em 1956, iniciou-se um programa que tinha como meta o rápido desenvolvimento

econômico do Brasil. A construção de Brasília, atrelada à substituição das importações por meio de recursos do Estado, entre elas o petróleo, colocou a Petrobrás novamente no cerne das discussões. JK intitulou a Petrobrás como símbolo do nacional-desenvolvimentismo. A empresa tornara-se o ponto central da controvérsia contra o pensamento liberal nacional. Sendo a referência do pensamento nacionalista, passou a ser alvo dos ataques diretos dos liberais, que acreditavam que, desestabilizando a empresa, estariam “minando” as resistências dos defensores de um projeto estritamente nacional.

Em 1955 foi inaugurada a Refinaria de Cubatão, que por ironia destinava-se a processar petróleo estrangeiro. Além de aumentar a capacidade de refino, a estatal anunciou a construção de mais uma refinaria no estado do Rio de Janeiro, em Duque de Caxias. Porém, ocorria uma dependência tecnológica e financeira do Brasil para com os trustes que eram desconhecidos pela população nacional. De acordo com Smith (1976: pp. 126-127) a Texas Company e a Standart Oil da Califórnia colaboraram no projeto da Refinaria Duque de Caxias. A Foster Wheeler Corporation recebeu US\$ 40 milhões para construí-la.

A Petrobrás, além de receber vários financiamentos da Europa para o desenvolvimento dos seus projetos, emprestou US\$ 1 milhão da Standart Oil da Califórnia para a construção de uma usina de asfalto. A direção da estatal entendia que era fundamental a assistência internacional para o rápido crescimento da empresa. Ao mesmo tempo, por mais que aumentasse a produção nacional, as refinarias brasileiras não estavam preparadas para processar o petróleo produzido no Brasil, dado o seu alto teor de parafina. Boa parte da produção nacional tinha que ser exportada. Em um acordo fechado em março de 1959, entre a Petrobrás e a Esso Export Corporation (filiada de comércio internacional da Standart Oil de New Jersey), o Brasil comprometia-se a exportar 28 milhões de barris de petróleo da Bahia para Aruba durante três anos e importar 80 milhões de barris de petróleo bruto venezuelano, da Creole Petroleum Corporation (também filiada à Standart Oil de New Jersey), durante um período de seis anos.

A Petrobrás crescia. As reservas de petróleo bruto aumentaram de 150 milhões de barris em 1954 para 620 milhões em 1959. Em 1960 sua produção ultrapassou a marca de 100 mil barris por dia. Novos planos para a construção de refinarias estavam sendo elaborados, como o projeto para Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Por volta de 1960, criticar a companhia era equivalente a uma traição nacional, pois ela representava um projeto de sociedade baseado no desenvolvimento nacional. Por ter como matéria-prima o petróleo, a mesma simbolizava que o Brasil poderia atingir os níveis de prosperidade dos países capitalistas desenvolvidos.

Seus trabalhadores percebiam a sua centralidade no cenário em que se configurou a Petrobrás. Suas ações foram sendo modificadas com o passar dos anos. A percepção da sua importância, atrelada à dinâmica da luta de classes e articulado ao cenário nacionalista que os consolidou, fez com que os petroleiros se organizassem, para a discussão das dificuldades do cotidiano fabril e as transformações que estavam ocorrendo na política do Brasil. Quanto mais a política nacional foi se transformando, afetando a sua qualificação profissional e os seus interesses de classe, mais foram se organizando para a resistência.

1.3 - Os movimentos sociais dos petroleiros

As ações do movimento social dos petroleiros desencadearam uma série de represálias dos sucessivos governos que se seguiram no Brasil após a criação da Petrobrás. A ditadura militar de 1964 é um exemplo. A mesma tentou excluir da estatal os nacionalistas radicais, tidos como “elementos extremistas” que haviam sido responsáveis pela defesa e constituição da Petrobrás. Essa ação dos militares gerou revolta nos petroleiros, sendo o motivo para a concretização dos primeiros movimentos sociais na categoria. De acordo com Smith (1976: p. 180), os soldados do Exército encontraram 11 metralhadoras na Refinaria Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Houve confrontos armados entre empregados com opiniões políticas divergentes. Um navio petroleiro, o Ipojuca, zarpou do Rio Grande do Sul com combustível para ajudar o governo Goulart na resistência

contra os militares. Líderes sindicais convocaram uma greve de todos os trabalhadores petroleiros, que foi sufocada pelo Exército. O ministro da Guerra ordenou a prisão de todo o pessoal da área do Rio de Janeiro, por suspeita de acrescentar água à gasolina. O Exército iniciou a cassação e prisão de todos os nacionalistas radicais mais notórios, entre eles os ex-presidentes e diretores da Petrobrás, Francisco Mangabeira e Osvino Alves, Hugo Régis e Jairo José Farias, este último trocando tiros com a polícia antes de ser detido. Mário Lima, dirigente do Sindicato dos Petroleiros de Mataripe, na Bahia, antes de eleger-se deputado federal, quando preso, conclamou que os trabalhadores explodissem a refinaria em retaliação à ditadura militar. Em junho de 1964, foram demitidos 61 (sessenta e um), sendo 51 (cinquenta e um) envolvidos na greve de 1963, destinada a forçar a desapropriação da refinaria de Capuava.

O projeto dos militares para a Petrobrás partiu do princípio que a mesma não deveria atuar além do que estabelecia a Lei 2.004. Em julho de 1965, o Conselho de Segurança Nacional aprovou o investimento privado de qualquer origem na indústria petroquímica. Logo depois franqueou o aproveitamento do xisto betuminoso do Sul do país até então reservado à Petrobrás. A estatal cortou relações com a União Soviética quanto à lavra do xisto e aproximou-se da empresa americana Cameron & Jones Company, de Denver, Colorado, para a construção da usina piloto de São Mateus. As atividades de pesquisa cresceram depois do golpe militar de 64, apontando novas descobertas de petróleo. A produção de petróleo cresceu entre 1965 e 1966, ultrapassando os 150 mil barris por dia. Porém, a partir de 1970, a produção começou a cair, estabilizando em 164 mil barris por dia. As reservas estavam estimadas em 857 milhões de barris de petróleo. Em 1970, apenas 2% dos combustíveis consumidos no Brasil eram importados. A Petrobrás possuía cinco refinarias (Duque de Caxias, Cubatão, Mataripe, Canoas e Betim), estando mais uma em construção em Paulínia, São Paulo, com previsão de entrada em operação em 1972. Essa última iria ter a maior capacidade de refino do Brasil.

Apesar do crescimento da empresa em termos de pesquisa e da relativa estagnação dos índices relativos ao descobrimento do petróleo, as relações dos

trabalhadores petroleiros com o governo militar e com aqueles que o sucederam foram tornando-se cada vez mais conflituosas com o passar dos anos. Quanto mais a opção governamental da Petrobrás como detentora do Monopólio Estatal do Petróleo foi sendo abandonada – como na Década de 1970, através dos “contratos de risco” defendidos arduamente por Shigeaki Ueki e Roberto Campos; na Década de 1980 quando o próprio Shigeaki Ueki assumiu a presidência da Petrobrás, e na sua gestão ocorreu a greve dos petroleiros de 1983; ou na Década de 1990, quando com o avanço do neoliberalismo, ocorreu a quebra do Monopólio Estatal do Petróleo – mais os trabalhadores organizaram-se na luta contra esses processos.

Em Lucena (1997) foram pesquisadas as principais greves dessa categoria de trabalhadores, dando ênfase aos conflitos com a ditadura militar e inserindo-os num cenário de conjuntura nacional voltado para a construção do sindicalismo classista. Uma nova crise do capitalismo monopolista começava a configurar-se no planeta na Década de 1970. Uma crise que apontaria profundas mudanças no cenário nacional. O capital internacional, tema abordado no próximo capítulo, na construção de respostas que o levassem a superar a falência dos padrões econômicos construídos no pós – Segunda Guerra Mundial, começou a questionar o Estado, as relações de trabalho, etc. Por mais que o Brasil tenha permanecido “relativamente fechado”, no período da ditadura militar, as transformações por que passava o capitalismo monopolista – em que as disputas foram voltadas para a instrumentalização da democracia, o que polarizou os conflitos em nível nacional – não podem ser desconsideradas na análise das greves dos petroleiros que ocorreram especificamente nas décadas de 1980 e 1990. Essas décadas inauguraram a construção da crítica às estatais e a tentativa dos governos militares de produzirem decretos leis que possibilitariam as privatizações futuras.

As sucessivas mudanças na política econômica nacional, atreladas ao abandono ao nacionalismo e articuladas à construção de políticas que apontavam para a precarização das condições de trabalho, o sucateamento e a privatização da Petrobrás, levaram os petroleiros a diversos conflitos contra os governos militares e civis que instauraram-se no Brasil nas Décadas de 1980 e 1990. Entre

os mesmos: a greve de 1983; a luta contra a invasão militar das refinarias da Petrobrás em 1987; a greve nacional de 1988; a greve contra o projeto neoliberal do governo Fernando Collor de Mello em 1991 e a campanha salarial de 1994, que culminou com a construção da grande greve dos petroleiros de 1995, um dos maiores enfrentamentos realizados pelos trabalhadores ao projeto neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso, que até hoje divide opiniões quanto ao seu avanço ou retrocesso. As greves dos petroleiros serviram como um profundo questionamento dos trabalhadores às transformações das relações do Estado com as empresas estatais, bem como ao desenvolvimento da precarização das condições de trabalho. Com efeito, serão apontadas suas reivindicações e um pequeno resumo do seu desenrolar.

A Década de 1980 assistiu ao conflito entre os petroleiros e o governo militar ávido em atender aos interesses do capital internacional. A greve dos petroleiros de 1983 ocorreu como uma resposta dos trabalhadores a essa ação governamental. Sua pauta de reivindicações foi contra a intervenção do Fundo Monetário Internacional no Brasil e o Decreto-Lei n. 2.036, que cortava os benefícios dos empregados recém-admitidos, como: abono de férias, promoções, auxílio de alimentação e transporte, salários, adicional anual, participação nos lucros, recompensas de chefias, dentre outros; estabeleciam-se prazos para um corte de 10% do efetivo das empresas e proibiam-se novas contratações e investimentos por um ano. De acordo com Lucena (1997: p. 40) acreditava-se que este decreto, assinado pelo presidente Figueiredo, instituiria de vez a demissão em massa. Apesar de manter aos antigos funcionários todos os direitos adquiridos, exigia das estatais uma redução semestral de 5% do seu valor total de custeio. Isso representava, na prática, a demissão dos atuais funcionários em um número que garantiria uma redução global de 10% na folha de pagamento, acreditando os mesmos que seriam demitidos 15% do efetivo atual da Petrobrás, ou então substituídos 30% dos seus funcionários com novas contratações pela metade dos salários atuais.

Os petroleiros de Paulínia e da Bahia entraram em greve e, ao mesmo tempo, o governo militar iniciou um dos maiores processos de repressão a uma

greve que já ocorreu neste país. Brant (1990: p. 25) tomou como parâmetro, a greve dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema em 1980, uma das mobilizações ocorridas no Brasil durante a ditadura militar, quando mais de 100 mil trabalhadores cruzaram os braços. Naquele episódio a diretoria do sindicato só teve seus direitos cassados 17 dias após o início da greve, quando ela foi julgada ilegal. No caso dos petroleiros, a sentença que considerou o movimento ilegal foi proferida pelo ministro do Trabalho antes mesmo de a produção haver cessado na refinaria. A exemplo dos metalúrgicos, todas as diretorias sindicais foram cassadas.

Em São José dos Campos, os empregados da Petrobrás ameaçaram paralisar as suas atividades, mas foram espancados pela polícia. As refinarias de Cubatão, Minas Gerais e Paraná declararam solidariedade. Os metalúrgicos do ABC aderiram à paralisação em solidariedade aos petroleiros. A estratégia era de uma greve de solidariedade por um dia somente nas montadoras. Porém, o contingente de operários que participou surpreendeu até as lideranças, possibilitando a concretização de uma proposta para a paralisação de todas as fábricas. Ficou definida uma greve “arrastão”, onde os trabalhadores fariam uma passeata para conseguir o fim das atividades em todas as indústrias que encontrassem no caminho.

Lucena (1997: pp. 45-46) afirma que o governo federal e a direção da empresa permaneciam intransigentes em não negociar. Shigeaki Ueki, presidente da Petrobrás, dirigiu de Paulínia as ações da companhia para reprimir a greve, dando início às demissões. A estratégia foi de enviar gerentes acompanhados de policiais federais, às residências dos petroleiros, formalizando as demissões caso não houvesse retorno ao trabalho. Setores da imprensa foram utilizados para formar a opinião pública contra o movimento. O SNI (Serviço Nacional de Informações) e o Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações), evitaram qualquer cobertura ao vivo da greve, chegando a lacrar as transmissões da Rádio Bandeirantes de São Paulo sob a justificativa de que transmitia ao vivo de Paulínia. O 2º Exército entrou em prontidão e a polícia reprimiu qualquer manifestação favorável aos petroleiros. As demissões começaram a ocorrer.

Foram demitidos cem trabalhadores em Paulínia e 180 em Mataripe, na Bahia. Com as demissões e os sindicatos cassados, os trabalhadores não conseguiram resistir. No retorno ao trabalho foram submetidos a filas de identificação na porta das refinarias e a palestras de “conscientização empresarial”. Operários foram demitidos no local de trabalho, depois do término da greve.

O final da Década de 1980 assistiu a duas grandes mobilizações dos petroleiros que foram as campanhas salariais de 1987 e 1988. Em 1987 os petroleiros entraram novamente em conflito contra a direção da Petrobrás e o governo federal. A campanha salarial estava em andamento, e havia discordância quanto aos índices de reajuste salarial, a serem oferecidos. Os sindicatos tinham como proposta um reajuste salarial de 70,98%, mais o gatilho salarial, utilizado como fator de indexação do poder de compra dos vencimentos trabalhistas. A direção da Petrobrás, argumentando que estava pagando baixos salários aos profissionais de nível superior, fez uma proposta de aumento diferenciado, alegando que estava com dificuldades de manter o quadro de trabalhadores. Para aqueles de nível superior foram oferecidos 62% mais o gatilho, e para os de nível médio, 38% com direito ao gatilho.

Os petroleiros com cargos de nível médio mobilizaram-se contra a proposta da empresa. Os estoques de combustíveis estavam baixos, pois os funcionários das empresas distribuidoras de gás de cozinha haviam retornado da greve fazia pouco tempo. Os portuários ameaçavam paralisar as suas atividades. A estratégia de luta dos petroleiros estava definida, com uma “operação permanência” em todas as refinarias da Petrobrás. Essa consistia em os trabalhadores ocuparem as dependências da empresa, de maneira que aqueles que fossem encerrando a sua jornada de trabalho não retornassem para casa, até que todos estivessem no local de trabalho, assumindo o controle da produção.

Em resposta à mobilização dos trabalhadores de nível médio, a estatal aumentou o reajuste desse pessoal para 48%, mais o gatilho. Ao mesmo tempo, atrelado às ameaças da empresa de punição dos trabalhadores caso participassem da mobilização, o governo federal enviou tropas militares para invadirem as refinarias e sufocar qualquer possibilidade de mobilização. Lucena

(1997: p. 61) afirma que todas as refinarias do Brasil foram invadidas pelo Exército, bem como os portos pela Marinha. Foram utilizados armamentos pesados de guerra como tanques, bazucas, morteiros e metralhadoras de grosso calibre que circulavam em meio a reservatórios e tubulações cheios de produtos altamente inflamáveis, o que poderia ocasionar sérios acidentes. Mesmo após a desistência da vigília pelos trabalhadores, os camburões da PM (Polícia Militar) cercaram o portão, acompanhando a saída dos ônibus dos funcionários, observada também por dois agentes da Polícia Federal à paisana, um deles portando uma metralhadora.

Uma outra greve realizada pelos petroleiros foi em 1988. O governo e a direção da estatal, diante da proximidade do término dos trabalhos da Assembléia Constituinte, propuseram um acordo segundo o qual somente as cláusulas sociais do dissídio coletivo seriam acertadas antes da promulgação, ficando a decisão sobre os pontos econômicos a serem julgados pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho) após a promulgação da Nova Constituição. De acordo com Lucena (1997: pp. 66-67), no julgamento de todas as reivindicações apreciadas pelo TST, o único ganho foi a produtividade de 4%, bastante inferior aos 10% pleiteados pela categoria. Os representantes dos 17 sindicatos petroleiros presentes no plenário do TST não esperaram o final do julgamento para se retirar do recinto.

A reação foi imediata: greve nacional a partir de 11 de novembro, contra a decisão do TST. O estoque de óleo diesel e gás de cozinha diminuía gradativamente. Esta situação agravou-se ainda mais, com a adesão à greve, três dias após o seu início, dos petroleiros da Bacia de Campos, responsáveis por 60% de toda a produção nacional de petróleo. A direção da Petrobrás importava derivados para diminuir a possibilidade de desabastecimento e, ao mesmo tempo, procurava sensibilizar os ministros militares a convencerem as autoridades governamentais a darem aumento salarial, pondo fim ao movimento. A greve terminou com vitória econômica dos trabalhadores, conquistando 15% de reajuste, o não desconto dos dias parados e nenhum outro reflexo. Essa proposta foi aceita por 13 dos 17 sindicatos, encerrando a greve nacional. Um reajuste que foi conseguido mesmo quando a mobilização nacional começava a diminuir.

A Década de 1990 representou um dos maiores processos de resistência que uma categoria de trabalhadores realizou contra o projeto neoliberal. Ocorreram mobilizações contra demissões de funcionários da estatal, atrasos na entrada do expediente, passeatas, vigílias, greves de fome, etc. Entre essas mobilizações ocorreram as greves de 1991 e de 1995. A de 1991 apresentou a seguinte pauta de reivindicações: reintegração de todos os demitidos por mobilizações sindicais e pacotes econômicos; estabilidade no emprego; reposição salarial com reajuste mensal pelo índice do Dieese; criação da Comissão de Saúde, com eleição direta e imunidade igual à de dirigente sindical para todos os seus membros; fim da política de privatizações, com a revogação de todas as etapas do processo; fim da contratação das empreiteiras e absorção dos trabalhadores terceirizados pela Petrobrás através de concurso público; plano de classificação de cargos e salários. Com relação aos demitidos, essa reivindicação foi voltada especialmente àqueles que haviam tido os seus contratos de trabalho suspensos, por ocasião da reforma administrativa do governo Collor, na metade de 1990. A reposição salarial pretendida estava em torno de 161%, e a Comissão de Saúde teria como objetivo a discussão das transformações tecnológicas e a segurança dos trabalhadores.

De acordo com Lucena (1997: p. 87), com o início da greve, a direção da Petrobrás atuou no sentido de desarticular o movimento paredista, convocando os trabalhadores para que retornassem ao trabalho, sob pena de demissão. As demissões começaram a ocorrer gradativamente, chegando a 200 em todo o país. O Tribunal Superior do Trabalho julgou abusiva a greve. Para o TST, a pauta de reivindicações não justificava a greve; portanto foi indeferida e nenhum dos itens foi julgado. Esse julgamento, apesar do indicativo do comando de greve pela continuidade da paralisação, dividiu a categoria e diminuiu a mobilização. O governo apostou no desgaste do movimento, pois com os altos níveis de estoque de combustíveis, retardou ao máximo o julgamento, pois sabia que sem os salários e cansada de tantas pressões, boa parte acataria o resultado. Com a redução do número de trabalhadores parados, no dia 20 de março, o comando de greve passou o indicativo de retorno ao trabalho, encerrando o movimento.

A greve de 1995 ocorreu em um cenário de confronto ao projeto neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. De acordo com Lucena (1997: p. 104), as lideranças sindicais vinham trabalhando a categoria de trabalhadores petroleiros desde o mês de abril, e ao mesmo tempo construindo, dentro da CUT, uma greve unificada, pois sabiam que o embate contra o governo seria muito mais difícil. A união de diferentes categorias profissionais poderia fortalecer o movimento, aumentando o poder de barganha dos trabalhadores.

As principais reivindicações foram o cumprimento do acordo assinado entre os trabalhadores, o governo e a direção da empresa em 25 de novembro de 1994, reposição das perdas salariais pelo índice do custo de vida do Dieese (setembro de 1994 a abril de 1995) equivalente a 26,63%, reintegração de todos os demitidos que participaram da greve anterior, suspensão do GDP (Gerenciamento e Desenvolvimento de Pessoal), flexibilização das normas e multifunções, contra o desconto dos dias parados por participação em movimentos sindicais e a recomposição de efetivos através de concurso público.

O governo federal e a direção da Petrobrás quebraram três acordos firmados com os petroleiros em 1994. O primeiro deles em setembro, denominado Termo de Entendimento de Juiz de Fora. O acordo garantia: a não realização de demissões; o pagamento de passivos trabalhistas do Plano Bresser de forma parcelada, pagamento de horas extras turno relativas à implantação do turno de 6 horas de forma parcelada (25 parcelas); nova negociação das cláusulas sociais; anistia aos dirigentes sindicais punidos pelo governo Collor. Esse acordo não teve assinatura do Presidente e acabou sendo posteriormente quebrado. Um outro acordo foi proposto, intermediado pelo Ministério das Minas e Energia. Ele baseou-se em: pagamento dos passivos do Plano Bresser; retorno dos benefícios sociais à categoria cortados pelo TST; correção da parcela do 13º salário pela Unidade Real de Valor. Este acordo também foi quebrado. Com a greve dos trabalhadores, um outro foi proposto, desta vez pela direção da empresa. Esse acordo assinado no TST, em Brasília, propunha um aumento das faixas salariais entre 12 a 18%, com implantação em 20 dias. Esse acordo também foi quebrado pela Petrobrás.

Sem acordo para a manutenção das atividades mínimas, dois dias após o início da greve, a maior parte da produção da Petrobrás foi paralisada. A adesão era grande em todas as unidades do país, crescendo ainda mais, quando cerca de 300 petroleiros ocuparam a Refinaria Presidente Bernardes em Cubatão, assumindo o controle da mesma. Ao mesmo tempo, o Tribunal Superior do Trabalho julgou abusiva a greve dos petroleiros e considerou inválido o acordo trabalhista assinado em novembro entre o governo e a Federação Única dos Petroleiros. O mesmo determinou ainda a imediata volta ao trabalho, autorizou a demissão por justa causa dos grevistas e o desconto dos dias parados, fixou multa de R\$ 100 mil (US\$ 83,3 mil) por dia parado a cada um dos sindicatos que patrocinaram a greve. Entre os 12 juízes do Trabalho, em relação à abusividade, 11 foram favoráveis e um contra, e em relação ao acordo assinado, nove pela não-validade e 3 para que o mesmo fosse mantido. A reação dos petroleiros foi imediata: continuidade da greve, ignorando a decisão do TST. Lucena (1997: pp. 106-107) afirma que a greve assumiu claramente a contestação à política de FHC, colocando em cheque a postura de “neutralidade” do TST, como um tribunal acima dos conflitos entre o capital e o trabalho, pois o mesmo era um instrumento de classe, sujeito a decisões políticas.

De acordo com Lucena (1997: p. 107), o governo federal e a direção da empresa iniciaram um processo de demissões, acreditando que com isso, haveria a volta ao trabalho. Dois dias após o julgamento foi divulgada a primeira lista, constando 25 demitidos. No dia seguinte, mais 34 demissões, sendo cinco petroleiros da Replan e, entre eles, três dirigentes sindicais. As distribuidoras de gás de cozinha retiraram os caminhões das ruas, formando-se grandes filas nas mesmas, para a obtenção do produto. Por sua vez, a direção da Petrobrás não fornecia os números de estoque, e crescia o pânico em boa parte da população. Com as filas formadas, os defensores da quebra do monopólio do petróleo defendiam junto à sociedade que a mesma não poderia ser “refém” de uma categoria de trabalhadores. Aproveitando-se de que estavam sendo realizados os trabalhos da revisão constitucional, visaram buscar o apoio popular, afirmando que os petroleiros e o monopólio eram inimigos da nação, funcionários altamente

remunerados paralisados para manter os seus privilégios, desafiando a Justiça e o “estado de direito”, para prejudicar a sociedade.

Os sindicalistas desconfiavam dessa manobra, mas não conseguiam espaço na imprensa para a denúncia. Segundo Lucena (1997: p. 109), em Santos, o prefeito David Capistrano, filiado ao Partido dos Trabalhadores, mandou realizar uma vistoria-surpresa nas distribuidoras e constatou que não havia falta de gás de cozinha, determinando que os caminhões fossem às ruas. A propaganda governamental foi descoberta, sem porém, quase nenhuma divulgação pelos meios de comunicação de massa. Nesse período, havia mais de 300 mil trabalhadores grevistas em todo o país. Estavam parados trabalhadores de 25 universidades federais, telefônicos do Paraná, Mato Grosso do Sul e Campinas no estado de São Paulo, trabalhadores da saúde e Previdência de sete estados, bem como as escolas técnicas federais.

Como a sentença do TST não foi unânime, a FUP entrou com um recurso, pedindo que o tribunal reconsiderasse a sua decisão. Por mais contraditória que fosse esta decisão, as lideranças acreditavam que o mesmo poderia representar uma saída negociada para o impasse. A expectativa era de que o governo apresentasse uma contra-proposta, sem que o mesmo tivesse desgaste político, utilizando o tribunal como canal de negociação. O número de paralisações aumentou, com os funcionários da Petrobrás Distribuidora, empresa responsável pela distribuição de derivados de petróleo, aderindo à greve e reduzindo a oferta de combustíveis. Em Paulínia foram emitidos 26 telegramas de “convocação demissão”, determinando o horário de retorno ao trabalho, cujo não-cumprimento significaria automática demissão por justa causa.

Lucena (1997: p. 111) afirma que uma outra estratégia do governo federal, a exemplo de 1987, foi convocar o comando da 11^a Brigada de Infantaria Blindada, com sede em Campinas, para desencadear a operação de invasão das refinarias da Petrobrás. O 28^o Batalhão de Infantaria Blindada, uma das principais unidades da brigada, convocou todos os homens que estavam em prontidão havia mais de uma semana. Foram invadidas a Recap em Mauá, a Revap em São José dos Campos e a Repar em Araucária no Paraná. Em Paulínia, a força do Exército

contou com cerca de 500 soldados armados de metralhadora e granadas de mão, 15 tanques de guerra, 19 caminhões, 17 jipes e cães treinados, que entraram na refinaria sob os olhares de quatro trabalhadores que faziam plantão em seu portão no momento da invasão.

Com a invasão do Exército e as ameaças de demissão, os trabalhadores não conseguiram resistir. Com o aumento do retorno ao trabalho e as manobras políticas que conseguiram a obtenção de um documento assinado pelos parlamentares pela retomada das negociações, a FUP (Federação Única do Petroleiros), no dia 2 de junho, indicou o término do movimento, aceito em toda a Petrobrás após longas assembleias e com o condicionante da retirada de todas as tropas militares de todas as refinarias.

Para Lucena (1997: p. 114), os petroleiros, ao resistirem a dois julgamentos do TST, trouxeram a discussão sobre o instrumento de lutas de classe que é o tribunal, visto que até então havia julgado a maioria das greves em favor dos interesses do capital. Ao invadir as refinarias com as Forças Armadas, veio à tona a falta de habilidade governamental para resolver conflitos, demonstrando a predominância, em seu interior, de posições autoritárias similares à ditadura militar, com a “Social-Democracia” se curvando aos mesmos que apoiaram a “República de Alagoas”. A greve de 1995 quebrou toda a idéia autocrata do governo FHC, balançando a estrutura de principado do Presidente da República.

Um outro aspecto há de considerar-se com referência às lutas dos petroleiros e os seus desdobramentos. Ao mesmo tempo em que proporcionaram relações extremas de confronto dos trabalhadores, a direção da empresa e o governo federal, com demissões – realizadas pelos últimos – e conflitos contra as tropas militares, foi através das mesmas que os trabalhadores conseguiram várias conquistas nas últimas décadas. No capitalismo, as empresas nada concedem sem mobilização e luta de classes.

Isso comprova-se pelas próprias mudanças que foram ocorrendo na legislação trabalhista fruto da pressão operária, onde os trabalhadores da Petrobrás foram os principais atores. No final da Década de 1970, os petroleiros conquistaram a redução da jornada de trabalho de 42 para 40 horas semanais,

tanto para aqueles que trabalhavam em turno como no horário administrativo. Até o início da década de 1980, não havia negociações coletivas. As condições de trabalho eram estipuladas pela Petrobrás, deixando poucos espaços de atuação aos petroleiros. Os primeiros acordos coletivos que surgiram na estatal continham em média sete cláusulas que limitavam-se a apenas discutir o reajuste salarial. Em 1983, em virtude da pressão operária, o acordo coletivo já possuía 37 cláusulas. Nele – pela primeira vez – estabeleciam-se direitos de forma negociada para a categoria.

A Década de 1980 assistiu a uma das maiores conquistas da categoria profissional que foi a criação da quinta turma de trabalho. A luta dos trabalhadores foi capaz de incluir a jornada de 33,6 horas no texto constitucional de 1988, abrindo o precedente para que a luta pela quinta turma ocorresse tanto na esfera política como na jurídica. Em 1989, após exaustivas negociações com a Petrobrás, foi implementada a redução da jornada de trabalho para o pessoal de turno de revezamento.

Ocorreram várias outras conquistas, como a transformação do adicional por tempo de serviço de trienal para anual para todos os empregados; o horário repouso alimentação (HRA); a gratificação de férias; a remuneração de horas extras por 100%, entre outros. Mesmo o cenário da Década de 1990, com os difíceis enfrentamentos contra o projeto neoliberal, trouxe alguns avanços. Os mesmos permitiram dimensionar os conflitos que estavam por vir. Apesar de terem apresentado aparentes derrotas quando da sua realização, podem servir de importantes referências de resistência e construção de estratégias de lutas para aqueles que acreditam na centralidade das lutas de classe. A considerar apenas o cumprimento das pautas de reivindicações, sem dúvida os objetivos não foram atingidos. Porém, parte-se do princípio de que as lutas dos trabalhadores vão muito além de uma simples pauta de reivindicação. Nem sempre a mesma traduz os anseios políticos de uma categoria. A luta dos trabalhadores compreende concepções sociais, políticas e econômicas. Seus avanços ou retrocessos devem ser visualizados dentro da história das sociedades. Dentro de uma imprevisibilidade dos resultados, aparentes derrotas podem significar grandes

vitórias com o tempo. A greve de 1983 foi um exemplo. Com a cassação da diretoria e dezenas de demissões, o seu final aparentou uma derrota aos petroleiros. Com o passar dos anos, isso não se confirmou. A partir dela ocorreu a criação da Central Única dos Trabalhadores. Posteriormente, todos os trabalhadores foram readmitidos em seus postos de trabalho. Os dirigentes sindicais cassados foram ressarcidos pelo Estado – 17 anos após o conflito – obrigando os mesmos a reconhecerem o autoritarismo presente no desenrolar do conflito. Da mesma forma, a greve dos petroleiros de 1995. Muitos demitidos na greve foram readmitidos, recebendo todos os seus direitos trabalhistas como se estivessem na ativa. As previsões dos trabalhadores quanto ao cenário neoliberal – que no desenrolar da greve eram vistas como meras especulações, conforme será discutido um pouco mais a frente – começam a concretizar-se, abrindo a possibilidade para uma ampla discussão com a sociedade com desdobramentos difíceis de serem quantificados.

As grandes transformações estruturais que estão acontecendo no capitalismo monopolista estão afetando a Petrobrás. Estas influenciaram diretamente os seus trabalhadores, transformando-os, com o desenrolar das décadas, de “heróis em vilões nacionais”. A aceitação da estatal e os seus funcionários como representantes de um projeto nacional-desenvolvimentista foi sendo abandonada gradativamente. As vozes que já se articulavam contra o Monopólio Estatal do Petróleo, mesmo antes da sua consolidação, passaram a ser ouvidas com o tempo. De traidoras de um projeto nacional na Década de 1950 e início da seguinte, passaram a ser compreendidas como a personificação da competência dos novos tempos. Competência que significou o desespero, precarização e (des) qualificação profissional para milhares de petroleiros. Para a discussão dessa transformação é necessário estabelecer uma relação entre a Petrobrás e as transformações que estão ocorrendo no capitalismo monopolista. A estatal foi criada em um cenário do capitalismo do pós - Segunda Grande Guerra Mundial, os denominados “anos de ouro” que entraram em uma crise sem precedentes no final da Década de 1960 e na seguinte. As respostas que os grandes conglomerados econômicos internacionais adotaram, para a superação

da queda dos lucros, colocaram condições desfavoráveis à existência de empresas estatais em países em condições subordinadas quanto ao desenvolvimento capitalista.

O petróleo, a exemplo do que já ocorria na história, passou a ser alvo de disputas ainda mais intensas. O seu controle pelas grandes potências internacionais representaria a permanência do seu domínio social, político e econômico do planeta, algo que não poderia ser desprezado. O petróleo configurou-se como a principal matriz energética do capitalismo. Ocupou um lugar de destaque na economia mundial, alterando relações entre países desenvolvidos e servindo como uma referência para aqueles que “sonhavam” em desenvolver-se.

CAPÍTULO 2

Petróleo, capitalismo monopolista e transformações na organização da produção

A criação da Petrobrás e do Monopólio Estatal do Petróleo, na Década de 1950, aconteceu acompanhada por grandes transformações que ocorriam no capitalismo monopolista após o final da Segunda Grande Guerra Mundial. O desastre social, econômico e político, a concretização da guerra fria, redefiniram relações, apontaram pactos sociais e projetaram jeitos de viver e trabalhar. O Brasil foi influenciado por essas mudanças. Promessas de prosperidade que ecoavam pelo planeta entraram em discussão na sociedade. A crescente intervenção do Estado nas economias e as políticas keynesianas serviram de princípio para os debates sobre um Estado forte atento aos interesses nacionais. A Petrobrás, a exemplo do que foi discutido no capítulo anterior, surgiu como o grande exemplo de um projeto nacional.

Porém, apesar da influência das transformações do capitalismo monopolista no Brasil, do crescimento da industrialização e da necessidade de suprimento energético, no país nunca existiu um Estado fordista aos mesmos moldes da Europa. A formação da classe operária nacional foi marcada por diferenças marcantes em sua essência. De acordo com Lipietz (1988) no Brasil ocorreu um fordismo periférico, de forma incompleta e precária, fruto de uma combinação do capital local autônomo e do embrião de uma classe operária parcial.

Embora o modelo de “substituição de importações” tenha se inspirado no modelo americano de industrialização, cuja base de sustentação estava dada pela indústria de bens duráveis e pelo consumo de massas, aqui a industrialização e o crescimento econômico assumiram um caráter fortemente excludente. Isto porque incorporou segmentos relativamente reduzidos ao mercado de trabalho organizado e criou um mercado consumidor extremamente selecionado e restrito. Constituiu-se, assim, num modelo essencialmente concentrador de renda, baseado quase exclusivamente na coerção – via Estado e via gestão de trabalho pelo capital – sem combinar a persuasão em termos salariais e de integração de amplas massas de trabalhadores a um novo padrão de vida proporcionado pelo desenvolvimento industrial.

De acordo com Antunes (1992) a industrialização nacional teve início como uma tentativa de substituição das importações, surgindo empresas estatais de grande porte e a abertura às multinacionais. Estas formaram trabalhadores que, em relação ao conjunto brasileiro, possuíam melhores condições de trabalho, remunerações que garantiam acesso aos bens de consumo, mas mesmo assim, eram igualmente explorados pelo capital. Essas diferenças iniciaram-se com a política de Getúlio Vargas de substituição das importações, consolidando o taylorismo e, posteriormente, no governo Kubitschek, implementando o fordismo com a implantação da indústria automobilística. O acesso aos bens de consumo que esses ramos produtivos proporcionavam ocorria pela própria pressão dos trabalhadores e seus movimentos sociais, uma pressão que empurrava o Estado e a iniciativa privada a concederem direitos econômicos e sociais.

O fordismo é compreendido como a grande expressão de um modelo de sociedade baseado na produção e no consumo de mercadorias em larga escala. Porém, o seu estudo dentro dos muros das fábricas não dá conta da sua complexidade. Harvey (1996: p. 131) afirma que o fordismo se constituiu no modelo produtivo que foi uma das expressões da modernidade. O que distinguia o fordismo do taylorismo era que para Ford a produção em massa significava consumo em massa, a construção de um novo sistema de reprodução da força de trabalho, atrelada a uma nova política de controle e gerência do trabalho.

Gramsci (1976: pp. 375-376) entendia que tanto o americanismo como o fordismo foram um esforço coletivo do capital para a construção de um novo tipo de trabalhador e de homem. A construção dos métodos de trabalho fordistas passou a ser inseparável de um modo específico de viver, sentir e pensar a vida. O que estava em jogo era a construção de um novo tipo de trabalhador e de processo produtivo. A difusão do jeito americano de viver e trabalhar. A construção da imagem do trabalhador americano vitorioso, que através do acesso aos bens de consumo possuiu um padrão de vida invejável em relação aos demais trabalhadores do planeta. Ao proporcionar acesso às mercadorias, apesar de não conseguir abolir o conflito entre o capital e o trabalho, faz com que o segundo fique no âmbito do primeiro, dentro da “ordem e do progresso”.

O americanismo e o fordismo derivam da necessidade da organização de uma economia programática, em que os seus problemas e contradições derivam dos elos da cadeia que demonstram a passagem do individualismo econômico para a economia programática. As relações entre o capital e o trabalho não são tão harmoniosas como aparentam ser. Com referência aos industriais americanos fordistas, observa-se que

(...) eles não se preocupam com a “humanidade” e a “espiritualidade” do trabalhador que são imediatamente esmagadas. Essa “humanidade e espiritualidade” só podem existir no mundo da produção e do trabalho, na “criação produtiva”; elas eram absolutas no artesanato, no “demiurgo”, quando a personalidade do trabalhador refletia-se no objeto criado, quando era bastante forte o laço entre a arte e o trabalho. Mas é exatamente contra esse “humanismo” que luta o novo industrialismo (Gramsci, 1976: p. 397).

Vários são os mecanismos de coerção que o capital passou a utilizar com o desenvolvimento do fordismo, sendo muitos dos mesmos utilizados pela direção da Petrobrás. Entre eles, as iniciativas puritanas que visam manter o equilíbrio do trabalhador, evitando o seu colapso físico e o controle através dos salários. Com relação a evitar o colapso físico, o capitalista preocupa-se em manter

(...) a continuidade da eficiência física do trabalhador, da sua eficiência muscular nervosa; é do seu interesse ter um quadro de trabalhadores estável, um conjunto permanentemente afinado, porque também o complexo humano (o trabalhador coletivo) de uma empresa é uma máquina que não deve ser desmontada com frequência e ter suas peças renovadas constantemente sem perdas ingentes. (Gramsci, 1976: pp. 397-398)

Com referência aos altos salários inerentes ao fordismo, Gramsci (1976) afirma que

(...) a coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consentimento, e isto pode ser obtido, nas formas adequadas de uma determinada sociedade, por uma maior retribuição que permita um determinado nível de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de trabalho. Mas, logo que os novos métodos de trabalho e de produção se generalizarem e difundirem, logo que o tipo novo de operário for criado universalmente e o aparelho de produção material se aperfeiçoar ainda mais, o turnover excessivo será

automaticamente limitado pelo desemprego em larga escala, e os altos salários desaparecerão. (Gramsci, 1976: p. 405)

O fordismo desenvolveu-se devido a diversos fatores, como: escolhas políticas, estatais, e em resposta à crise do capitalismo que se manifestou no final da Década de 1930, denominada como a Grande Depressão. A mesma instaurou-se devido a uma falta efetiva de demanda de produtos. De acordo com Bihr (1998), o regime anterior foi uma

(...) era de característica dominante extensiva, baseado essencialmente na formação de mais-valia absoluta: na extração do trabalho excedente pelo simples prolongamento da duração do trabalho além do tempo necessário e pelo aumento de sua intensidade. A ele sucede um regime com característica dominante intensiva, prioritariamente orientado para a formação de mais-valia relativa: o aumento de trabalho excedente pela diminuição do tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho do proletariado, graças ao aumento contínuo da produtividade média do trabalho social (Bihr, 1998, p. 40).

Para Bihr (1998: p. 41), a acumulação com característica intensiva possui uma tendência a desenvolver forças produtivas que não levam em conta as proporções a serem respeitadas entre os diferentes ramos da produção social, muito menos a capacidade real de consumo da sociedade. E foi isso que aconteceu na Década de 1920, pois a produtividade cresceu em ritmo extraordinário, com cerca de 6% ao ano nos países capitalistas ocidentais, enquanto os salários em apenas 2%. Os lucros atingiram valores de 30 a 35%, levando a um “boom especulativo” entre 1926 e 1929.

A crise dos anos trinta marca, os limites da onda de acumulação com característica dominante intensiva da Década de vinte. Esta, em última análise, foi bloqueada pela taxa de exploração demasiadamente elevada que a tornara possível: por um crescimento dos salários reais insuficiente para equilibrar a acumulação do capital possibilitada pelo crescimento dos lucros. Assim, essa crise, que ia se estender fundamentalmente até logo após a Segunda Guerra Mundial, colocava bem em evidência que um regime de acumulação como aquele só é viável com a condição expressa de que o crescimento dos lucros possibilitado pelos ganhos de produtividade seja acompanhado de um crescimento proporcional dos salários reais (portanto do “poder de compra” dos assalariados); em outras palavras, com a condição de que os ganhos de produtividade se dividam “eqüitativamente” entre salários e lucros. (Bihr, 1998: pp. 41-42)

Harvey (1996: p. 125) afirma que foi após a Segunda Guerra Mundial, que o fordismo se consolidou no planeta. O desenvolvimento da economia no planeta redefiniu os papéis das instituições. O Estado assumiu o papel central na organização do desenvolvimento do capitalismo, o capital corporativo se ajustou à lucratividade e o trabalho organizado assumiu novos papéis no desempenho dos mercados e do processo produtivo. O fordismo no pós-guerra teve um significado maior do que aparentou. Ele significou a construção de um modo de vida total, que redefinia o papel de grandes coletividades na sociedade capitalista. Uma sociedade voltada ao consumo, onde o Estado dava ao sistema a sua coerência, configurando, através do poder político, as noções de democracia aos moldes do capital, e regulando uma economia aos moldes do consumo em massa. O fordismo significou a operacionalização da funcionalidade e eficiência do regime.

O capitalismo, em sua nova fase monopolista, passou por uma grande expansão internacional. Na França, os sindicatos comunistas compreendiam que ele poderia significar uma poderosa ferramenta para a garantia da autonomia e a soberania nacional no contexto de um país arrasado pela guerra. Nos EUA, o Plano Marshall foi implementado como uma iniciativa das grandes corporações americanas que procuravam mercados externos para a venda de suas mercadorias. A formação de mercados de massa global e a absorção da massa da população mundial fora do mundo comunista apontavam a construção da “prosperidade” aos moldes do capitalismo.

Bihr (1998: pp. 44-45) analisou o fordismo abordando os termos de compromisso construídos que permitiram a sua consolidação. O modelo de desenvolvimento que o capitalismo ocidental pós-Segunda Grande Guerra Mundial seguiu foi fundamentalmente condicionado pelo compromisso entre a burguesia e o proletariado em que a precedente crise estrutural das Décadas de 1930 e 1940 desembocara. Partiu do princípio de que o mesmo foi algo imposto a cada um dos protagonistas pela lógica anterior do capitalismo. Resultou de um processo muitas vezes cego e ilusório aos participantes, que visava resolver os conflitos entre o capital e o trabalho. Ele não se consolidou diretamente entre os

membros das classes sociais, mas sim, entre os seus intermediários, que lhes serviam como representantes oficiais.

Esses representantes podem ser assim elucidados: as organizações sindicais e políticas do movimento operário; as organizações profissionais do patronato e, por último, o Estado que atuava como árbitro de um acordo aos moldes do capital. O capital negociou visando a não ser atingido pelas transformações em curso na economia, prevalecendo os seus interesses. A perspectiva de aumento de lucros com a produção e o consumo em massa não poderiam ser desprezados. Regular os salários significava impedir que houvesse queda no consumo, pois a produção em massa era inerente ao consumo em massa. O trabalho renunciando à transformação da sociedade, inserindo suas lutas nos limites do capitalismo. O avanço foi entendido na perspectiva da participação, dando condições de participar de um processo em defesa dos seus interesses de classe. Os dirigentes sindicais acreditavam que a tecnologia se humanizaria e o equilíbrio do capitalismo seria mantido. Por último, o Estado ao atuar como agente regulador, tendo o keynesianismo como referencial teórico, estava fortalecido. Ele triunfara na batalha contra o liberalismo que fracassara nas pretensões do mercado de auto-regular a sociedade. Consolidou-se uma outra relação dentro do capitalismo, pois esse compromisso se desdobraria em diferentes relações sociais, apontando a construção de anos de ouro, repletos de contradições.

Carnoy e Levin (1993) elucidam a afirmação acima. Em uma análise da construção do fordismo nos EUA, os mesmos discutem a divisão do trabalho na sociedade americana. A lógica do ajuste do capitalismo é definida a partir de funções preestabelecidas. O capital emprega uma força de trabalho branca e masculina, discriminando os grupos minoritários. Os sindicatos têm a função de gerenciar o capitalismo, representando a força de trabalho não discriminada pelo capital. O Estado, a missão de regular o mercado. A partir da Segunda Guerra Mundial, começa a absorver uma parcela crescente de graduados das escolas superiores pertencentes a grupos minoritários – negros, mulheres e latinos. Busca

satisfazer as aspirações americanas de uma sociedade sem classes, caracterizada por oportunidades iguais para todos.

Ocorreram profundas transformações nos países capitalistas. O aumento da intervenção estatal, e a possibilidade da construção da prosperidade dentro do “reino das necessidades” influenciaram diversas nações. No Brasil ocorreram o crescimento da industrialização e a construção da Petrobrás e do Monopólio Estatal do Petróleo. Esse foi um fenômeno que desdobrou-se pelo planeta, ultrapassando fronteiras, definindo relações sociais, incluindo e excluindo grandes coletividades. O aumento da produção industrial, do crescimento econômico e do acesso aos bens de consumo, por uma parcela da sociedade, colocou o petróleo em posição de destaque. Tornou-se necessário elevar a oferta de combustíveis para dar conta de todo esse crescimento.

A exemplo do Brasil, elevou-se a produção de automóveis pelo planeta. Em 1945, existiam 26 milhões de automóveis em uso nos EUA; em 1950, esse número era de 40 milhões. As vendas da gasolina estavam 42% mais altas que em 1945, sendo que o petróleo satisfazia mais do que o total das necessidades energéticas desse país, substituindo quase que totalmente o carvão. Esse crescimento, visto em um cenário de euforia que estabeleceu-se no pós-Segunda Guerra Mundial, transformou a indústria do petróleo. A devastação de vários países em virtude da guerra levava a uma crise por insuficiência de matérias-primas. O aço, elemento fundamental para a indústria do petróleo, estava em falta, retardando o aumento do número dos oleodutos, de navios petroleiros e o ritmo de conversão das refinarias. Os preços do petróleo subiram vertiginosamente entre 1947 e 1948 em virtude da sua escassez. O aumento do consumo foi acompanhado com o desenrolar de uma crise energética.

Na reconstrução da Europa, o petróleo era a fonte energética fundamental, consistindo no ponto de convergência para a política externa, as considerações de economia internacional, a segurança nacional e os interesses corporativos. O Oriente Médio, detentor das maiores reservas de petróleo do planeta, passara a ser o foco de disputa dos interesses econômicos internacionais. O aumento dos volumes de petróleo oriundos daquela região fundamental para a reconstrução da

Europa. A Alemanha estava totalmente arrasada. A Inglaterra e a França estavam com seu parque industrial parcialmente destruído. Havia escassez de alimentos e matérias-primas. O índice de desemprego cresceu. Na Grã-Bretanha o abastecimento de carvão foi tão prejudicado que a produção industrial foi paralisada por três semanas. O empobrecimento após o final da guerra colocou em cheque o próprio papel imperialista do império britânico.

Em um cenário de grande devastação, o Plano Marshall de recuperação das economias da Europa Ocidental, elaborado pelos Estados Unidos, entrou em ação em junho de 1947. Tendo como meta a reconstrução da Europa e a contenção do poder soviético, apontou uma série de medidas, e entre elas, a solução da crise energética que assolava o continente. De acordo com Yergin (1992: p. 434), em muitos países, os trabalhadores adeptos do pensamento socialista haviam ocupado posições de liderança nos sindicatos dos mineiros. Com efeito, o petróleo poderia ser um poderoso aliado que levasse à contenção dos movimentos sociais, substituindo o carvão das caldeiras industriais e nas usinas elétricas, além de ser combustível fundamental para aviões, caminhões e automóveis europeus. Cerca de metade do petróleo europeu era proveniente de companhias americanas, o que significava que teria que ser pago em dólares, item que mais pesava em seus orçamentos. Em 1948, e nos quatro anos que se seguiram, mais de 20% do Plano Marshall foi destinado à importação de petróleo. Sem o petróleo, acreditava o governo dos EUA, provavelmente teria fracassado.

Diante da falta de petróleo na Europa e dos conflitos da burguesia com os sindicatos dos mineiros de carvão da Europa, o Oriente Médio era uma alternativa para a contenção dos movimentos sociais e substituição da matriz energética. Apresentava uma grande oferta de petróleo barato, que poderia competir diretamente com o carvão. Tendo como referência a contenção do conflito social, o petróleo poderia ser uma solução a curto prazo que poria fim aos conflitos. Isso iria ao encontro dos interesses das indústrias petrolíferas que realizavam uma luta sem fim pela conquista de novos mercados.

Uma nova ordem concretizou-se centrada no Oriente Médio. O petróleo passou a ser utilizado em larga escala na Europa Ocidental, e mais tarde no

Japão. De acordo com Yergin (1992: pp. 441-443), na Década de 1950, o maior problema enfrentado pela indústria não era o suprimento da demanda, mas sim como o petróleo iria ser utilizado pelo planeta. Quem iria controlá-lo e como ele iria ser dividido. Iniciou-se uma batalha das grandes potências industriais sobre o seu controle. O país hospedeiro detinha a soberania do seu subsolo. Os trustes lutavam pelo controle das principais jazidas mundiais e pelo direito de taxar os preços daquilo que fosse descoberto.

A luta pelos rendimentos do pós-guerra foi tanto econômica como política. Para os países que detinham jazidas, era uma questão de soberania, da construção de uma nação poderosa e nacionalista que atuasse contra a intervenção internacional vista como uma negação da prosperidade nacional. O Brasil passou por esse processo quando da criação da Petrobrás e do Monopólio Estatal do Petróleo. Foi a partir dessa ótica que se deu a disputa entre as concepções liberalizantes e nacionalistas. Sendo as jazidas de petróleo uma incógnita em termos de Brasil, as disputas ocorreram em termos das suas possibilidades de existência. Apesar de o Oriente Médio suprir as necessidades da produção capitalista do pós-Segunda Guerra Mundial, os trustes internacionais apostavam na política interna brasileira para garantir os seus interesses. Não pretendiam a princípio realizar grandes investimentos, o que se comprovou pelo seu aparente desinteresse no petróleo brasileiro, mas ao mesmo tempo queriam resguardar-se, caso ocorresse alguma descoberta. Apostavam na benevolência de setores da política nacional para a garantia dos seus interesses. Caso se concretizasse a existência de grandes reservas surgiriam como “algozes vampiros econômicos prontos a sugar até a última gota” do petróleo nacional. Uma ação que ocorreria algumas Décadas após, a que será discutida um pouco mais à frente.

O total mundial de consumo de energia triplicou entre 1949 e 1972, sendo que só o petróleo aumentou mais de cinco vezes. Nos EUA, no mesmo período, o consumo elevou-se de 5,8 milhões para 16,4 milhões de barris diários. Na Europa Ocidental cresceu mais de 15 vezes. No Japão, 137 vezes, de 32 mil para 4,4 milhões de barris diários. No final da Década de 60, o nível de vida das

sociedades dos países industrializados havia subido consideravelmente. A produção em massa consolidava-se. De acordo com Yergin (1992: p. 562), o número de veículos produzidos nos EUA estava em 119 milhões em 1972. Fora dos EUA, em 161 milhões. Durante as Décadas de 1950 e 1960, o preço do petróleo havia baixado, contribuindo diretamente para o aumento das vendas. Alguns governos incentivavam a sua utilização como uma estratégia para o crescimento econômico. Boa parte dos países exportadores queria vender cotas de petróleo visando obter lucros crescentes.

Hobsbawm (1998) denomina o capitalismo monopolista do pós-guerra como os anos dourados do capitalismo, onde os EUA estenderam o seu domínio no planeta.

(...) a Era do Ouro foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo – os que viviam em países para cuja pobreza e atraso os especialistas da ONU tentavam encontrar eufemismos diplomáticos. Entretanto, a população do Terceiro Mundo aumentou num ritmo espetacular – o número de africanos, leste-asiáticos e sul asiáticos mais que duplicou nos 35 anos depois de 1950, o número de latino-americanos mais ainda (World Resources, 1986: p. 11, APUD. Hobsbawm, 1998: p. 255).

A elevação da aquisição de automóveis tinha um profundo significado. Os mesmos, que antes eram um símbolo de status social, passaram a ser mercadorias que referenciavam a sociedade de consumo instaurada. Ter um automóvel na garagem, uma casa sem muros e possibilidade de lazer, significava a concretização do sonho americano de viver e trabalhar. A demonstração efetiva de que “o capitalismo proporcionaria a felicidade à coletividade”. Uma felicidade baseada no fetiche da mercadoria, o acesso incondicional aos bens de consumo.

O que antes era um luxo tornou-se o padrão de conforto desejado, pelo menos aos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone. Em 1971, havia mais de 270 milhões de telefones no mundo, quer dizer, esmagadoramente na América e na Europa Ocidental, e sua disseminação se acelerava. Dez anos depois, esse número quase dobrara. (Hobsbawm, 1998: p. 259).

O modelo de produção em massa, aos moldes fordistas, expandiu-se através dos oceanos. Nos EUA, o McDonald's foi uma história de sucesso após a

Segunda Guerra. O McDonald's servia de referência ao que significava o padrão fordista de produção. Ao contrário das indústrias, onde o processo de produção é fechado à maioria dos homens, nele o funcionamento é visível até para as crianças. Essas lojas de alimentação possuem uma forma de atuação similar. Em primeiro lugar, os alimentos ali vendidos são similares em qualquer lugar do planeta. Não existe diferença em consumir um lanche seja no Brasil, na Inglaterra ou no Chile. Em segundo lugar, há visibilidade do comportamento dos funcionários aos olhos dos adultos e, principalmente, das crianças. Nessas lojas são transmitidos os princípios da rapidez e da eficiência. Os trabalhadores que ali vendem a sua força de trabalho visam entregar o lanche o mais rápido possível, tentando, incessantemente, abolir os tempos mortos. As crianças, por sua vez, motivadas pela imenso fetiche dos produtos ali vendidos, o querem o mais rápido possível. O interior dessas lojas transforma-se numa autêntica escola de adestramento e abolição dos tempos mortos. Os funcionários trabalham num ritmo cada vez mais intenso, recebendo como recompensa uma fotografia exposta geralmente do lado esquerdo da loja, "o destaque do mês". Ao mesmo tempo, os homens ali presentes procuram digerir os lanches o mais rápido possível, pois as mesas são de alta rotatividade e ali não é um lugar para descansar, "pois o tempo é dinheiro e o capitalismo não pode parar".

Um outro aspecto a ser considerado nos anos dourados foram as transformações no âmbito da pesquisa e do desenvolvimento. De acordo com o relatório da Unesco de 1985, citado por Hobsbawm (1998: p. 261), os países desenvolvidos tinham mais de mil cientistas para cada milhão de habitantes na Década de 70, enquanto o Brasil possuía em torno de 250, a Índia 130, o Paquistão perto de 60 e o Quênia e a Nigéria cerca de 30. Ao mesmo tempo, os trabalhadores tornavam-se cada vez menos importantes na constituição do processo produtivo. A tendência de substituição dos homens pelas máquinas tendia a crescer no cotidiano fabril. Por sua vez, tendência inversa era observada nos consumidores, pois a lógica do sistema era voltada ao consumo. Hobsbawm (1995) elucida a questão acima ao afirmar que

(...) o ideal a que aspirava a Era de Ouro, embora só se realiza-se aos poucos, era a produção, ou mesmo o serviço, sem seres humanos, robôs automatizados montando carros, espaços silenciosos cheios de bancos de computadores controlando a produção de energia, trens sem maquinistas. Os seres humanos só eram essenciais para tal economia num aspecto: como compradores de bens e serviços. Aí estava o seu problema central. Na Era do Ouro, isso ainda parecia irreal e distante, como a futura morte do universo por entropia, da qual os cientistas vitorianos haviam avisado a raça humana. (Hobsbawm, 1998: p. 262)

De acordo com Hobsbawm (1998: p. 263), o sucesso dos anos de ouro do capitalismo pode ser explicado a partir da constatação de alguns fatores. Em primeiro lugar, havia uma substancial reestruturação e reforma do capitalismo e um avanço na globalização e internacionalização da economia. A organização do sistema produziu uma economia mista, que tornou mais fácil aos Estados planejarem e administrarem a modernização da economia acompanhada do aumento da demanda. Em segundo lugar, o sistema multiplicou a capacidade produtiva da economia mundial, possibilitando uma divisão internacional mais elaborada. Aos formuladores de decisão, quatro aspectos eram claros. A catástrofe do entreguerras não poderia voltar, não podendo haver colapso do sistema comercial e financeiro global. A libra esterlina não era mais suficiente para estabilizar a economia mundial, devendo em função da importância dos EUA no planeta, ser utilizado o dólar como referência de moeda. A Grande Depressão devera-se ao fracasso do livre mercado irrestrito, devendo o planejamento público substituí-lo. Por último, as ações deveriam ser concretizadas para não permitir o retorno do desemprego.

Ocorreu um considerável crescimento das indústrias, nos anos de ouro. As empresas multinacionais disseminaram-se pelo planeta, sendo que só nos EUA, existiam 7,5 mil empresas em 1950, elevando-se para 23 mil em 1966, com ampla maioria na Europa Ocidental e no Hemisfério Ocidental (Speco, 1977: p. 92, APUD Hobsbawm, 1998: p. 273). A expansão das multinacionais foi implacável. A Volkswagen expandiu suas filiais, abrangendo países como Brasil, Canadá, Equador, Egito, etc. Eram empresas que abasteciam os mercados locais e produziam a um menor custo para os mercados mundiais. Elas atuavam na exportação de artigos produzidos pela indústria local, ou mesmo tornando-se parte

de um processo transnacional de manufatura. Era uma forma do sistema se ajustar gerando empregos e garantindo o domínio da tecnologia pelas grandes potências. A transferência das fábricas para países menos desenvolvidos visava levar a produção aonde o valor da força de trabalho era mais baixo, e não proporcionar o desenvolvimento tecnológico. O papel dessas nações deveria ser o de consumidores de mercadorias e não produtores de tecnologia.

Esse crescimento fazia com que a indústria do petróleo tomasse proporções gigantescas. Novas refinarias foram construídas, cada vez maiores e com grande capacidade de refino. Novos projetos eram desenvolvidos visando possibilitar as refinarias a converterem o petróleo em produtos nobres, tais como a gasolina, óleo diesel, gasolina de avião, etc. O índice de conversão do barril do petróleo bruto passou de 50% para 90%. Elevou-se o número de aviões a jato, locomotivas, caminhões a diesel e aquecimento a óleo nas residências européias. As frotas de petroleiros multiplicaram-se, dando espaço para o surgimento de superpetroleiros, navios cada vez maiores para o transporte de petróleo. Os postos de gasolina multiplicaram-se, tornando-se cada vez mais sofisticados. Os automóveis, mercadorias que aguçavam o desejo de consumo de grandes coletivos da população que podiam adquiri-lo, eram cada vez maiores, extravagantes e movidos por grandes motores que em geral percorriam 13 quilômetros com um galão de gasolina.

Os “anos dourados” do capitalismo apresentaram uma série de contradições. Apesar do apelo ao consumo, a sociedade continuava dividida em classes sociais, significando que nem todos foram atingidos pelos benefícios do fordismo. A modernização

(...) prometia desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo, mas que, na prática, promovia a destruição das culturas locais, muita opressão e numerosas formas de domínio capitalista em troca de ganhos bastante pífios em termos de padrão de vida e de serviços públicos (por exemplo, no campo da saúde), a não ser para uma elite nacional muito afluente que decidiria colaborar ativamente com o capital internacional (Harvey, 1996: p. 133).

A desigualdade levava a pressões sociais por parte dos excluídos, com a consolidação de movimentos sociais que demonstravam que a raça, o gênero e a origem étnica determinavam quem tinha ou não acesso aos bens de consumo. A sociedade se hierarquizava entre aqueles que podiam ou não consumir. Considerar a humanidade a partir de sua propensão a consumir é limitar a própria concepção de homem é a afirmação da superioridade de uns sobre os outros. O fordismo propiciou a consolidação de uma sociedade branca e machista. O ser social passou a ser visto desprovido de sua historicidade. Sendo o consumo um fenômeno de classe, o homem branco é visto como superior ao homem negro geralmente pertencente às classes menos favorecidas no capitalismo. O jovem é mais importante do que o velho, pois o primeiro consome e o último por já ter esgotada a sua força de trabalho, transforma-se num peso para a sociedade. O gênero masculino é mais importante do que o gênero feminino, pois o último encontra-se numa posição subordinada no mercado de trabalho, etc. Com efeito, a partir da negação da historicidade, que é a ferramenta para se verificar por que alguns consomem mais do que outros, o ser social passa a ser visto como um espectro, onde a desigualdade é vista como “natural”. Como os homens podem reconhecer o direito à cidadania de outros, se ambos se concebem apenas como fatos, meras abstrações de uma sociedade de consumo?

Os sindicatos, que se constituíram em um dos alicerces do compromisso social para a consolidação do fordismo, não davam conta da representação do coletivo da sociedade sob a ótica do trabalho. O seu papel no compromisso social era de representar os interesses dos trabalhadores, mas esses estavam confinados a certos setores da economia. Os mesmos tinham um papel limitado na consolidação do fordismo. Ao mesmo tempo, as condições de vida e a educação dos americanos não acompanhavam o glamour propiciado com os anos de ouro do capitalismo. Os resultados do trabalho de Baran e Sweezy (1974) demonstram o nível de insatisfação, apatia e desespero que afetava os americanos no período em questão.

O mal-estar priva o trabalho de sentido e objetivo; transforma o lazer numa preguiça sem alegria, debilitante; atinge fatalmente o sistema

educacional e as condições de desenvolvimento sadio dos jovens; transforma a religião e a igreja em veículos comercializados de uma fuga à solidão; destrói a base mesma da sociedade burguesa, a família. (Baran e Sweezy, 1974: p. 281)

Após o final da Segunda Guerra Mundial, houve um aumento no número de divórcios e suicídios na sociedade americana. O desemprego elevou-se, mas foi minimizado em função da dinâmica da guerra e do envolvimento da força de trabalho no conflito. Mais de 10 milhões de homens foram mobilizados para as Forças Armadas, enquanto a produção total foi ampliada em dois terços ou mais. A família passou a ter uma renda maior, possibilitando melhoria das condições de vida dos seus integrantes. Porém, a euforia do pós-guerra chegou ao fim. O capitalismo tomou o seu impulso e com ele elevaram-se a exclusão e a miséria.

Baran e Sweezy (1974: p. 289) afirmam que as condições de habitação dos EUA divulgadas no Censo de 1960 também eram precárias. Das 53 milhões de unidades domiciliares ocupadas no país, 8,8 milhões (16,6%) foram classificadas como não tendo instalações sanitárias, banheiros ou água corrente. Cerca de dois terços das residências americanas estavam em decadência ou semidestruídas. Com relação à população não branca, de um total de 5,1 milhões de casas, 2,3 milhões (45%) careciam de instalações sanitárias e água corrente. O número de residências em condições precárias era percentualmente maior do que o restante do país. Em 1950, Robbins, Illinois, possuía uma população de 4.766 habitantes, sendo que 85,6% das habitações estavam em decadência. A área metropolitana de Indianápolis tinha uma população de 551.777 habitantes, apresentando 31% das residências em decadência.

A composição dos bairros também era heterogênea. A riqueza e a miséria coexistiam, demonstrando que os “anos dourados” brilhavam apenas para uma parte da sociedade. As classes mais altas, tidas como a imagem do bem-estar dos americanos no pós-guerra, moravam em residências luxuosas, geralmente em bairros fechados, gozavam de bons serviços públicos, escolas espaçosas e bem equipadas. Era a partir dessa parcela que se difundia o jeito americano de viver e trabalhar, uma família feliz e branca, ciente do seu papel na sociedade produtora de mercadorias. Uma casa impecável e sem muros, como símbolo do sucesso

individual. Em seu interior, uma diversidade de eletrodomésticos, com um forte apelo da liberação do trabalho da mulher no lar, que agora teria “mais tempo à família”. Na garagem, um ou mais automóveis, apontando a possibilidade de status e de lazer sob a ótica do capitalismo.

Já as classes desfavorecidas não serviam de referência. O jeito americano de viver e trabalhar não se aplicava a essa massa de excluídos, condenada à miséria e ao desespero. Suas casas eram mal construídas, pequenas, e com uma previsão de vida inferior à das citadas acima. Apesar da precariedade, muitas delas sequer eram de propriedade de seus habitantes. Isso servia para piorar as suas condições, transformando os bairros mais pobres em autênticos aglomerados de cortiços e favelas.

A educação americana também estava em crise aos moldes do fordismo. Uma análise da distribuição dos recursos financeiros disponibilizada pelo governo americano, em 1960, permite visualizar a sua importância. O dispêndio financeiro total em educação foi de 5,5%, enquanto a organização militar consumiu 11%, o mesmo valor utilizado para a compra de serviços de instituições financeiras, corretores, agentes imobiliários, conselheiros de investimentos, etc. As despesas com publicidade foram quase três vezes maiores do que todos os orçamentos do ensino superior. As escolas públicas americanas acomodavam cerca de 1,7 milhão de alunos acima da capacidade normal. Ao mesmo tempo, as escolas privadas tinham um número de alunos que variava de 60 a 70 mil. Suas instalações eram de primeira qualidade, possuindo um dispêndio médio por aluno acima de US\$ 1.000 por ano.

A diferenciação social dentro do sistema educacional talvez seja ainda mais notável do que a diferenciação regional, e contradiz claramente tudo o que se afirma sobre a ausência de classes em nossa sociedade e sobre a igualdade de oportunidades que, supostamente, proporciona a todos. A oligarquia endinheirada, no alto da pirâmide social, não manda, em sua minoria, os filhos às escolas públicas, mas a instituições privadas e fechadas (Baran e Sweezy, 1974: p. 308).

Baran e Sweezy fizeram uso dos resultados da pesquisa realizada pela professora Sexton. Constataram que os filhos dos excluídos não podiam competir com os das classes favorecidas; a assistência médica era desigual; a incidência

de contratação de professores substitutos era três vezes maior do que a das escolas das crianças de renda maior; a construção do currículo era feita para gerar a exclusão. A citação da professora Sexton elucida as questões acima, afirmando que

(...) as escolas secundárias revelam o funcionamento do sistema de classes sociais melhor do que as escolas primárias. Todas as crianças, no primário, sejam quais forem as suas origens e aspirações, estudam as mesmas matérias e cumprem o mesmo currículo. Somente no nível secundário é que começam a trilhar caminhos separados. Nas escolas secundárias, os alunos são dispostos, muito metodicamente, em várias categorias – como cartas no correio – segundo a idéia que a escola faz do caminho que trilharão na vida. Em consequência dessa separação, os alunos são encaminhados a um dos três currículos típicos: preparatório para a universidade, geral e profissional. A colocação num desses currículos pode determinar toda a vida futura do aluno. Se ele for colocado, por exemplo, num currículo geral ou profissional (em idades que vão de 12 a 14 anos), terá grande dificuldade em ser aprovado numa universidade, e acompanhar os cursos, caso admitido. Suas oportunidades, portanto, de ingressar em atividades profissionais, ou altamente especializadas, serão igualmente limitadas (Sexton, p. 152. APUD Baran e Sweezy, 1974: p. 312).

Um fator que elucidou a situação do ensino americano foi um vasto programa nacional de testes realizado em 1960, denominado por Projeto Talento. De um total de 450 mil alunos envolvidos, 99% de todos os estudantes secundários não conseguiram escrever uma composição de cinco minutos sem cometer erros de inglês. As considerações de William A. Gorhan, supervisor do teste, citadas pelos autores referenciam a situação da educação americana.

Como esperar que o aluno secundário domine uma língua estrangeira se ele jamais aprendeu, na escola primária, os rudimentos da estrutura de sua própria língua? Como pode compreender a história, se não tem senso de progressão cronológica dos fatos, ou saber o que está acontecendo em outros países, se não tem senso de significação geográfica, ou localização? Como poderá compreender a Matemática, ou a nova Física, se a Aritmética foi ensinada principalmente pela sua utilidade social, como algo cômodo para se fazer um troco ou uma declaração de renda? Acima de tudo, como pode ele compreender e deleitar-se com bons livros, ou expressar-se com simplicidade e clareza ao escrever, se jamais aprendeu a ler adequadamente, ou a escrever? (Council for Basic Education, Bulletin, 1960: p. 8. APUD Baran e Sweezy, 1974: p. 318)

As pressões dos excluídos, os limites do lucro do capital e o crescimento do desemprego atentaram contra o fordismo. Os “anos dourados” baseados na farta oferta de petróleo barato pareciam estar com os seus dias contados. No final da Década de 60 e início da seguinte, o mundo árabe dava o seu recado. Em um nítido conflito com Israel e contra aqueles que o apoiavam, começaram a transformar as relações econômicas inerentes ao petróleo, ajudando a pôr fim ao “glamour” do capitalismo. A “mágica dos alquimistas” parecia se desfazer, e as “luzes da ribalta” começavam a perder o seu brilho: o capitalismo monopolista entrava em crise.

2.1 – A crise do capitalismo monopolista

O capitalismo monopolista está atravessando, desde o início da Década de 1970, uma das maiores crises da sua história. A mesma se manifesta em vários aspectos. Com relação aos trabalhadores, ela afeta a sua materialidade e a sua subjetividade, conforme relevam os estudos de Antunes (1995), que identifica alguns fenômenos que propiciaram a crise da classe que vive do trabalho. Em primeiro lugar, ocorreu um grande salto tecnológico, com a automação, a robótica e a microeletrônica invadindo o universo fabril. Em segundo lugar, o taylorismo e o fordismo já não são únicos. Em terceiro lugar, ocorreu uma flexibilização do processo produtivo. Por último, o toyotismo substituiu o fordismo em várias partes do capitalismo globalizado propiciando o envolvimento manipulatório dentro das fábricas.

A propósito, para Antunes (1999: p. 102) a classe que vive do trabalho são todos aqueles que vendem a sua força de trabalho. Ela não se restringe apenas ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social. Ela incorpora as formas de trabalho que são produtivas, que produzem mais-valia. A classe que vive do trabalho engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço. “Considerando, portanto, que todo trabalhador produtivo é assalariado e nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora, vista

de modo ampliado, deve, em nosso entendimento, incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados. Isso não elide, repetimos, o papel de centralidade do trabalhador produtivo, do trabalho social coletivo, criador de valores de troca, do proletariado industrial moderno no conjunto da classe-que-vive-do-trabalho, o que nos parece por demais evidente quando a referência é dada pela formulação de Marx.

Ainda com relação ao trabalho, observa-se que a tendência do capitalismo de apostar no trabalho morto agravou-se. A crise trouxe o desespero a milhares de trabalhadores. A ausência de políticas do Estado no combate ao desemprego, a falta de crescimento econômico atrelado ao desenvolvimento tecnológico fizeram com que o nível de emprego caísse. A crise não aconteceu somente no trabalho. Ela atingiu também o capital. O crescimento econômico do mundo capitalista desenvolvido cresceu num ritmo bem mais lento do que nos anos de ouro do capitalismo. O número de falências bancárias e de grandes empresas pertencentes aos diferentes ramos produtivos aumentou. Nos países onde o capitalismo não é desenvolvido, o PIB (Produto Interno Bruto) não cresceu após as Décadas de crise que se anunciaram no final da Década de 1960. Os antigos países socialistas desmoronaram após 1989, desencadeando o aumento da pobreza. Hobsbawm (1995: p. 396) afirma que na Década de 80 ocorreu um aumento do número de mendigos. Nova York, em 1993, possuía 23 mil mendigos, representando 3% da população da cidade. No Reino Unido, em 1989, havia 400 mil sem teto.

(...) o fato fundamental das Décadas de Crise não é que o capitalismo não funcionava tão bem quanto na Era do Ouro, mas que suas operações se haviam tornado incontroláveis. Ninguém sabia o que fazer em relação aos caprichos da economia mundial, nem possuía instrumentos para administrá-la. O grande instrumento para fazer isso na Era do Ouro, a política do governo, coordenada nacional ou internacionalmente, não funcionava mais. As Décadas de crise foram a era em que os Estados nacionais perderam seus poderes econômicos (Hobsbawm, 1998: p. 398).

O fordismo entrou numa crise sem precedentes. Vários foram os motivos, mas o principal para o sistema foi que a produtividade caiu. Ele esbarrou em

limites técnicos e sociais. Técnicos, pela própria dinâmica dos métodos fordistas de produção que tinham limites para serem aplicados indefinidamente. Sociais, pela revolta dos trabalhadores contra a exclusão e o autoritarismo dentro das fábricas. Ocorreu uma saturação da norma social de consumo. Os mercados tornaram-se flutuantes e tenderam a se fragmentar. Houve um aumento dos custos da produção em massa. O trabalho improdutivo cresceu. A massa de trabalho produtivo cresceu menos do que a do trabalho improdutivo.

(...) o próprio fordismo finalmente caiu na “armadilha” de massificação em que ele pegara o proletariado e que acabara impondo-lhe seus limites. Limites subjetivos, com a revolta do operário massa contra as formas fordistas de produção (trabalho em cadeia e trabalho por turnos), mas também com o deslocamento das práticas de consumo para fora da norma fordista. Limites objetivos, com a massificação do capital constante (e, particularmente, fixo) levando à diminuição dos ganhos de produtividade e à alta composição orgânica do capital, enquanto a massificação do capital variável (força de trabalho) traduzia-se pela saturação dos mercados que sustentavam o crescimento fordista e pelo aumento dos custos sociais (Bihr, 1998: p. 73).

A crise alastrou-se pelo planeta. A inflação disparou. De acordo com Bihr (1998: p. 74), o desemprego cresceu levando os proletários ao desespero. Os trabalhadores dos países menos desenvolvidos foram os mais atingidos. Grandes parcelas da população foram lançadas à miséria absoluta. Isso se explica pelo desenvolvimento desigual do fordismo no planeta. Enquanto nos países desenvolvidos o “Estado de Bem Estar” concretizou-se em sua totalidade, nos menos avançados, ocorreu um fordismo parcial. O Estado, nos países menos avançados, apesar de propiciar o crescimento de um segmento da classe trabalhadora que vendia sua força de trabalho nos serviços públicos, estatais, e nas grandes multinacionais, possuindo vencimentos que permitiam acesso aos bens de consumo, jamais teve uma atuação aos moldes da Europa e dos EUA. Apesar de ele apresentar vestígios como agente regulador da sociedade, tinha como função garantir a reprodução do capital em nível internacional, não estando preparado para gerenciar o desemprego, a exemplo do que ocorria nos países capitalistas mais avançados.

No final de 1973 e início de 1974, ocorreu a primeira recessão generalizada desde o final da Segunda Guerra Mundial. Os preços do petróleo foram elevados pelos grandes produtores, o que desencadeou o aumento da crise que já se consolidara. A Década de 70 vivenciou uma grande transformação nas relações inerentes ao petróleo mundial. O excedente de petróleo acumulado em 20 anos estava acabando. O mundo tornava-se cada vez mais dependente do petróleo do Oriente Médio e do norte da África. A demanda do petróleo dos países capitalistas se elevava de 19 milhões de barris por dia em 1960 para 44 milhões de barris por dia em 1972. Cada vez maiores quantidades eram queimadas nas fábricas, nas usinas e nos veículos automotivos. De acordo com Yergin (1992: pp. 589-590), nos EUA havia um comprador para cada barril de petróleo que pudesse ser produzido. No período entre 1957 e 1963, a capacidade excedente era de aproximadamente 4 milhões de barris por dia, por volta de 1970, era de 1 milhão de barris, número que poderia ser menor. Isso apontava o fim da capacidade excedente, uma margem de segurança fundamental para a Europa Ocidental. Nesse mesmo período, a capacidade de produção no Oriente Médio e norte da África cresceu cerca de 13 milhões de barris por dia.

O Oriente Médio vivia uma intensa agitação política. Na Líbia, Kaddafi, inspirado por Gamal Abdel Nasser, em seu livro **Filosofia da Revolução** e em sua estação de rádio, a Voz dos Árabes, articulava uma revolução que tinha como referência as idéias do Islã. Atrelado a todo este processo de transformação, estava o ódio a Israel. A ascensão de Kaddafi ao poder alterou as relações inerentes ao petróleo. O Conselho do Comando Revolucionário passou a exigir aumento dos preços fixados pelo barril do petróleo. Caso não conseguisse, ameaçava interromper a produção. De acordo com Yergin (1992: p. 602), Kaddafi havia escolhido uma ocasião propícia para iniciar as negociações para a elevação dos preços. A Líbia estava abastecendo cerca de 30% do petróleo da Europa. Fruto dessas negociações, a Líbia conquistou um aumento de US\$ 0,30 por barril produzido de petróleo.

Esse aumento influenciou o mundo árabe. O Irã também passou a reivindicá-lo. A Venezuela introduziu uma legislação que aumentava sua margem de lucro

para 60%. Uma conferência da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) endossou que a taxa conseguida pela Líbia deveria ser estendida para todo o Oriente Médio como taxa mínima, ameaçando o corte da produção caso não fosse atendida. A desvalorização do dólar no início da Década de 1970 impulsionou a Opep a pressionar pelo aumento dos preços do barril de petróleo.

Os sistemas de concessão que tinham consolidado a indústria de petróleo fora dos EUA haviam chegado ao fim. Esses sistemas, baseados nos direitos contratuais que uma empresa petrolífera obtinha de um país para explorar e produzir petróleo por conta própria, independentemente do tamanho do território, não mais interessavam aos países produtores. O que importava era a soberania sobre seus recursos naturais e as formas como a mesma seria utilizada. O petróleo, além de representar um símbolo de orgulho nacional, era também um negócio. Um negócio que poderia trazer relações vantajosas para países que possuíam jazidas. Interromper as relações com as companhias internacionais significava participar diretamente do negócio da venda do petróleo e não receber apenas uma parte.

A demanda de petróleo continuava a crescer em 1973. Com a escassez que se configurava em virtude das constantes crises com o Oriente Médio, previa-se um racionamento de gasolina para a metade do ano. Kaddafi estatizara 51% das atividades das empresas que ainda não estavam controladas pelos líbios. O Iraque, a Argélia e a Líbia pressionavam para aumento dos preços. Entre 1970 e 1973, os preços do petróleo haviam dobrado. O petróleo passava a ser utilizado como uma arma visando conseguir objetivos econômicos e políticos. O objetivo era atingir Israel. Reconhecendo a aproximação dos EUA com o Estado Judeu, o mundo árabe passou a utilizar o petróleo como uma arma para pressioná-lo. Os conflitos cresciam e uma nova guerra entre árabes e judeus parecia ser inevitável.³ De acordo com Yergin (1992: p. 631), em 8 de outubro de 1973, o Egito e a Síria iniciaram o ataque contra Israel. Dois dias após, a União Soviética iniciou o reabastecimento desses dois países. Os soviéticos colocaram tropas de

³ *A Guerra dos Seis Dias de 1967, vencida rapidamente por Israel contra os árabes, mantinha presente a possibilidade eminente de novos conflitos.*

pára-quedistas de prontidão, visando encorajar os outros Estados árabes a entrarem na guerra. A derrota de Israel parecia ser iminente, e a Opep exigia um aumento de 100% no preço do barril de petróleo.

Os Estados Unidos viam-se pressionados politicamente. Não poderiam admitir a derrota de um país aliado com armas soviéticas. Corriam o risco de perder espaço aos interesses japoneses, europeus e russos. Sua posição de “intermediários honestos” causava desconfiança aos árabes, por ser nítido o apoio a Israel. Mesmo com Israel conseguindo deter a ofensiva árabe, os conflitos em torno do petróleo não cessaram. A Opep anunciara, em 16 de outubro do mesmo ano, um aumento unilateral de 70% no preço do barril de petróleo, elevando-o para US\$ 5,11. A guerra prosseguia e as tentativas de negociar o seu fim eram frustradas. Em represália, os ministros árabes do petróleo começaram a discutir a possibilidade de um embargo de 5% do total de barris de óleo fornecidos, tendo como referência a produção de setembro de 1973, continuando a cortar em 5% nos meses subseqüentes, menos para os países aliados. A delegação iraquiana defendia a estatização de todas as empresas americanas no mundo árabe e o saque de todos os fundos árabes nos bancos americanos. O objetivo seria o corte total de petróleo para os EUA. De acordo com Yergin (1992: p. 635), esse era um plano engenhoso, pois a perspectiva de reduções mensais, acrescida da diferenciação entre os países consumidores, aumentaria a incerteza e a rivalidade entre os países importadores. O objetivo era dividir os países industrializados. A Arábia Saudita foi além de seus parceiros. Em 20 de outubro de 1973 resolveu cancelar todos os carregamentos de petróleo para os EUA.

Os acordos para o cessar-fogo pareciam não querer ser cumpridos por Egito e Israel. Com a possibilidade de derrota do 3º Exército egípcio apoiado por Moscou, os soviéticos não queriam permitir que isso ocorresse, nem que tivessem que ir à guerra para esse fim. Acreditavam que poderiam perder prestígio político na região. Com o apoio americano a Israel, concretizava-se a possibilidade de guerra aberta entre duas grandes potências econômicas e militares, acentuando a crise. Os EUA e a União Soviética estavam se colocando em posição direta de

ataque, situação que não acontecia desde a crise cubana e poderia levar ao conflito nuclear.

Em 26 de outubro, o conflito no Oriente Médio chegou ao fim. O cessar-fogo foi assinado, e com ele anulada a possibilidade de uma guerra em nível internacional. Os desdobramentos desse processo elevaram o preço do barril de petróleo. Conforme afirma Yergin (1992: p. 643), no acordo de 16 de outubro de 1973, o barril de petróleo iraniano valia US\$ 5,4. Em novembro, o petróleo da Nigéria foi vendido por US\$ 16. Um mês após, o Irã reajustou seu petróleo para US\$ 17. A Nigéria respondeu, vendendo em um leilão, aos japoneses, o barril por US\$ 22,6. A elevação dos preços afetou os países capitalistas desenvolvidos. Nos EUA, o preço da gasolina subiu 40%. Os postos de combustíveis chegavam a elevar os preços uma vez por dia. Os japoneses também foram diretamente atingidos, pois eram dependentes do petróleo árabe, em torno de 77%. Em maio de 1974, encerrou-se o embargo do Oriente Médio e seus desdobramentos não poderiam ser desprezados. O petróleo barato que havia impulsionado as economias das Décadas de 1950 e 1960 não mais existia. A elevação do preço do barril de petróleo e a falta de garantia de fornecimento atingiram o crescimento econômico.

Esse processo influenciou diretamente o Brasil e sua indústria petrolífera monopólica estatal. Com a crise no Oriente Médio, as grandes potências industriais passaram a interessar-se pelos países que possuísem potencialidade de existência de petróleo em suas fronteiras. A cada nova descoberta de petróleo em território brasileiro, a existência do Monopólio Estatal do Petróleo e da própria Petrobrás passava a ser um incômodo aos lucros do capital internacional. Com a subida de preços do petróleo no Oriente Médio e a redução da capacidade excedente mundial, o controle de toda e qualquer jazida mundial tornou-se uma imposição geopolítica fundamental. O controle de cada gota de petróleo fora do mundo árabe tornou-se um caso de guerra econômica e política. As pressões sobre o governo nacional elevavam-se gradativamente. A maquinaria produtora de mais-valia necessitava de combustível para continuar a funcionar. Uma das estratégias seria apostar na influência sobre os governos militares – tendo como

aliados os mecanismos de coerção como do Fundo Monetário Internacional – e pressioná-los a construir políticas, leis e estratégias que permitissem abrir espaço para as privatizações e internacionalização da exploração das jazidas. Colocaram-se as cartas para uma disputa que poderia levar ao fim o monopólio e a Petrobrás. Foi dentro desse projeto que ocorreram as lutas dos petroleiros, inaugurando a resistência com a greve de 1983.

O capital buscou alternativas visando a saída para a crise que se instaurava. De acordo com Bihr (1998: pp. 74-75), uma das metas foi perseguir o fordismo a crédito, mantendo e até estendendo internamente os mecanismos institucionais de aumento de salários reais. Visava ao aumento do consumo como uma possibilidade de aumento dos lucros. Externamente, incitando o crescimento do keynesianismo mundial, criando estratégias para que os países onde o capitalismo não era desenvolvido importassem equipamentos industriais, o que era visto como a possibilidade da redução do déficit junto à Opep.

Essas ações não resolveram a crise que se anunciava. O aumento de salários não atingia o conjunto da população. Os excluídos protestavam por todo o planeta. Os ganhos de produtividade caíam. A estratégia de importar equipamentos atentava contra os lucros dos países capitalistas desenvolvidos, pois a indústria das nações que adquiriam máquinas com o aprimoramento do parque industrial, também passava a concorrer no mercado.

(...) tornou-se evidente, para os dirigentes ocidentais, que essa via não passava de um beco sem saída. Estes vão, ao contrário, proceder uma verdadeira inversão de sua política econômica, marcando assim a entrada em uma terceira fase da crise. Seu objetivo principal será, a partir de então, sanear a situação, ou seja, restabelecer a taxa de lucro satisfatória, condição necessária, (se não suficiente) para a retomada da acumulação. (Bihr, 1998: p. 76)

As classes dominantes partiram para a destruição do Estado fordista como uma estratégia para a sua própria salvação. Eliminando empresas menos rentáveis, fizeram reestruturações técnicas e financeiras. Com referência à eliminação do capital social, Chesnais afirma que

A operação de aquisição/fusão surge da centralização do capital do capital e não pressupõe nenhum “aumento positivo do capital social” (...)

Pelo contrário, ela se tornou, quase que invariavelmente, uma maneira de o capital já concentrado combater a queda da taxa de lucro, absorvendo outras empresas, para juntar mercados e eventualmente integrar algum elemento da capacidade de produção e de pesquisa tecnológica dessas últimas, mas dismantelando a sua maior parte (Chesnais, 1997: p. 29).

Os trabalhadores foram duramente atingidos por essas medidas, pois seus salários foram reduzidos, estando comprometida a relação salarial fordista. O liberalismo foi o mecanismo utilizado pela ofensiva do capital, tendo como objetivo a luta contra a inflação através da restrição ao crédito e da desestatização da economia. O objetivo do último era atacar o Estado fordista, visando dismantelar todo o seu quadro institucional. Com efeito, a burguesia internacional implementou uma série de respostas – econômicas, na organização técnica da produção e políticas – que atuando ao mesmo tempo, foram voltadas para garantir a sua reprodução na sociedade. Entre as respostas econômicas, observam-se as iniciativas que levaram à **transnacionalização do capital**.

2.2 – A transnacionalização do capital

O capital se reorganizou no plano internacional, visando à perpetuação da sua reprodução. O fordismo possuía, como essência, o caráter nacional. Ele foi um regime de acumulação onde o desenvolvimento auto-centrado e a oferta nacional constituíam a base do regime. Porém, o segundo choque do petróleo, aplicado pelos grandes produtores no final da Década de 1970, transformou esse cenário. Entre as principais transformações, observam-se as políticas de austeridade competitiva. As mesmas visam escapar da superprodução relativa e do estrangulamento dos lucros, por meio da conquista de mercados externos. Elas implicam a compressão máxima de todos os custos de produção, tendo início pelos custos salariais.

Com relação à economia mundial, Bihr (1998) afirma que a mesma não é mais uma economia internacional,

(...) mas uma economia transnacional em sentido duplo: seus movimentos constitutivos ao mesmo tempo atravessam as diferentes economias nacionais, prejudicando sua coerência e autonomia, e ultrapassam-nas, ao procurarem emancipar-se dos limites do Estado-Nação, sem entretanto consegui-lo totalmente. Daí o caráter contraditório do espaço mundial atual, feito ao mesmo tempo de homogeneização, através dos fluxos de mercadorias, de capitais, de mão-de-obra, de tecnologias, de informações, etc., e de fragmentação, devido à persistência dos Estados-Nação, e de hierarquização, imposta pelos desenvolvimentos desiguais sobre os quais repousa a DIT (Divisão Internacional do Trabalho) (Bihr, 1998: p. 109).

Para Chesnais (1997: p. 13), a partir de 1978, a burguesia mundial, conduzida pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, começa a dismantelar as instituições e estatutos que materializavam o estado anterior das relações. As políticas de liberação, desregulamentação e privatização surgiram como alternativa para que o capital reconquistasse a liberdade que havia perdido a partir de 1914.

É no domínio da moeda e das finanças por um lado, e do emprego das condições contratuais pelo outro, que as políticas de liberação e desregulamentação foram levadas mais longe e de forma mais homogênea, entre um país capitalista e outro. As prioridades ditadas pelo capital são, é claro, as do capital engajado na extração de mais-valia na produção de mercadorias e de serviços, mas principalmente, e de forma mais intensa nos últimos 15 anos, as de um capital extremamente centralizado que conserva a forma monetária e que pretende se reproduzir como tal dentro da esfera financeira. O poder, senão a própria existência desse capital monetário (ou capital-dinheiro), são defendidos a qualquer custo pelas instituições financeiras internacionais e pelos Estados mais poderosos do globo, como no caso dos US\$ 55 bilhões emprestados no início de 1995 ao México por instituições que cumpriam a função de “fiadores em última instância”, para evitar que a bancarrota do Estado mexicano desencadeasse um processo de desvalorização dos créditos em nível mundial. (Chesnais, 1997: p. 14)

Com efeito, o capital utiliza a liberdade de se deslocar entre um país ou continente ao outro. Essa liberdade impôs à classe operária dos países mais avançados, as condições de exploração que já existiam nos não avançados. A miséria se transnacionalizou. Chesnais (1997: p. 15) entende que o conceito de capital deve ser visto como uma totalidade, composto de diferenciações e hierarquizações. Ele pode ser dividido nas seguintes categorias: capital produtivo,

empregado na indústria em sentido amplo; capital comercial, empregado na intermediação e na grande distribuição concentrada; e capital-dinheiro, entendido como capital monetário.

A transnacionalização do capital colocou em cheque as relações fordistas. O pacto entre o Estado e os oligopólios não foi mais possível, pois uma grande parcela dos aparelhos produtivos nacionais passou para as mãos de grupos internacionais, sobre os quais o Estado tem poucos meios de pressão. Ao mesmo tempo, com a difusão da transnacionalização do capital, a classe dominante, notadamente a representada pelos capitais financeiro, industrial e comercial, começam a se interessar por uma difusão do mercado internacional em detrimento do nacional. Essas mudanças na política de acumulação acabam por penalizar os próprios capitalistas, visto que nem todos conseguem se adaptar às suas transformações. Em um contexto de mundialização dos mercados, as empresas que operam somente nos mercados nacionais são duramente atingidas, agravando o desemprego estrutural e a difusão da miséria.

De acordo com Chesnais (1997: p. 19), a análise da economia e das sociedades mundiais devem ser compreendidas por dois ângulos. Por um lado, a ofensiva do capital contra a classe operária, a juventude e as massas oprimidas, uma vez que o que está em discussão é a perpetuação da miséria permanente e da exclusão de seres humanos. O capital visa perpetuar o seu reinado, não importa o custo que isso signifique. Por outro, observa-se a multiplicação das manifestações, não apenas devido ao impasse da economia capitalista em geral, mas das contradições próprias ao funcionamento da economia capitalista mundial, detentora de uma crise econômica maior. O setor financeiro constitui-se na essência do parasitismo, atacando o próprio capitalismo e ameaçando o futuro da humanidade.

O Estado passou por profundas transformações no cenário da transnacionalização do capital. O mesmo, no quadro do fordismo, foi um verdadeiro mestre-de-obras no processo global de reprodução do capital. De acordo com Bihr (1998: p. 114), o capital transnacionalizado provoca um profundo divórcio entre o espaço econômico e o político, sendo que ao mesmo tempo em

que o capital se transnacionaliza, o Estado permanece essencialmente nacional. A gestão estatal torna-se contraditória por essência. Por um lado deve continuar a desempenhar o seu papel de mestre-de-obras na reprodução do capital nos níveis sociais e, sobretudo, políticos. Ele deve garantir as políticas de dominação nos limites do espaço nacional.⁴ Por outro lado, apesar do seu domínio sobre a reprodução do capital, a sua ação enfraquece-se sensivelmente. A

⁴ A atuação do governo de Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, elucida esta afirmação. Ele promove um autêntico desmonte do Estado nacional, atendendo aos interesses do capital transnacional. Euzébio Rocha afirma que, em termos de privatização das indústrias brasileiras, entre as 19 empresas listadas pelo governo, a maior parte – 12 empresas – é constituída por estatais lucrativas, das quais se destaca a Usiminas, que foi, em 1988, a oitava estatal em lucro operacional, a quarta mais rentável e a sexta em receita. Outras estatais rentáveis incluídas na lista das privatizáveis foram a Petroquímica União e a Copesul, ambas do setor petroquímico. A decisão de vender certas empresas que, com o seu lucro, ajudam a financiar a exploração e produção de petróleo no Brasil é da maior gravidade pelos efeitos desencadeados. Entre eles o da redução de recursos para o setor petrolífero, podendo comprometer o objetivo da auto-suficiência em petróleo ou, até mesmo, o abastecimento. Em 1984, foi amplamente divulgado pela imprensa o arquivamento puro e simples de 240 processos que apuravam fraudes de todos os tipos, em bancos e instituições financeiras, representando centenas de trilhões de cruzados a beneficiar poucos em detrimento de muitos. É notório o número de bancos que foram estatizados, socializando os prejuízos e privatizando os lucros. De acordo com José Genoíno, em artigo publicado no Jornal da Tarde (17/2/1998), no final de 1997 e início do novo ano, em vários estados brasileiros que têm as fornecedoras de energia elétrica privatizadas, ocorreram cortes e blecautes no fornecimento de energia. As empresas privatizadas desse setor estão obtendo altos lucros e não fazem nenhum investimento. As reclamações dos consumidores não estão encontrando nenhum eco, seja junto às fornecedoras ou seja junto aos órgãos governamentais. Em algumas rodovias privatizadas a situação não é diferente. A precariedade das estradas continua e os investimentos prometidos não vieram. Assim, as privatizações, que foram feitas em nome da garantia de padrões de qualidade no fornecimento de bens e serviços, estão se transformando em descaso para com o cidadão-consumidor, que além de pagar impostos, agora paga tarifas para empresas privadas em troca de serviços de péssima qualidade. O mais grave de tudo é que agora o governo fala em privatizar a Previdência e a Saúde, que já são precárias. O Brasil, aliás, já tem um modelo de Saúde privatizada que é o PAS (Plano de Assistência à Saúde), da Prefeitura de São Paulo. O que se vê são hospitais e postos fechados e população desassistida. Se essas privatizações vierem forçarão as pessoas que têm algum recurso a buscarem saúde e previdência privadas, enquanto que aqueles que não têm recursos ficarão na dependência da caridade alheia.

Cid Barbosa Lima, em artigo publicado no Jornal do Engenheiro em junho de 1999, afirma que no setor energético, os constantes blecautes no Rio de Janeiro e regionalmente no Brasil apontam para a desorganização total do Sistema Elétrico Brasileiro. Na telefonia, a empresa espanhola tem gerado a desnacionalização da gestão, dos projetos e até das obras. Caso o saneamento venha a ser privatizado, as consequências sociais serão ainda mais graves. O próprio governo estima que, para cada dólar investido no setor, economiza-se US\$ 2,50 na Saúde. Considerando que 80% das doenças são provenientes de veiculação hídrica, segundo a Organização Mundial da Saúde, e que o lucro contrapõe-se à qualidade no tratamento das águas, a Saúde Pública do país pode entrar em colapso, agravada pela escassez de recursos e ausência de políticas institucionais.

Fernando Henrique Cardoso elevou a dívida pública de R\$ 60 bilhões (US\$ 30,3 bilhões), quando assumiu, para mais de R\$ 400 bilhões (US\$ 202 bilhões). Desde 1991, o governo federal arrecadou R\$ 70 bilhões (US\$ 35,3 bilhões) com as privatizações das estatais, o que dá para pagar somente metade dos juros acumulados neste ano. A dívida interna continua subindo de forma exponencial por causa das mais altas taxas de juros praticadas hoje no mundo. O Brasil deve pagar de juros da dívida pública, em 1999, cerca de R\$ 130 bilhões (US\$ 65,6 bilhões), segundo cálculo divulgado pela Folha de S. Paulo de 19 de março. Ou seja, em 1999, cada cidadão brasileiro fica devendo R\$ 1 mil (US\$ 505). O dinheiro arrecadado com a eventual privatização não aliviaria em nada essa catástrofe.

transnacionalização do capital torna praticamente impossível qualquer ação do poder central visando corrigir as desigualdades regionais. Com efeito, o próprio conceito de Estado entrou em crise. Como bem afirma Bihr (1998: p. 114), nenhum Estado solitário possui força suficiente, seja ela tecnológica, financeira, comercial ou militar, para reconstruir uma nova ordem sob a sua própria égide. O mundo que produz a transnacionalização do capital é extremamente complexo para ser dominado por um único Estado.

A transnacionalização também atingiu as empresas, transformando os seus conceitos e atuações, mexendo com sua distribuição pelo planeta. As empresas transnacionais assumiram claramente a liderança do desenvolvimento econômico mundial, gerando uma dinâmica sobre a qual mesmo os países mais avançados têm pouca influência. Em termos de volume de produção, passaram a ser responsáveis por um faturamento da ordem de US\$ 5 trilhões, algo como 25% do Produto Interno Bruto mundial.

Dowbor (1997: p. 46) afirma que é importante discutir o poder dos países que lhes dão origem. As 24 economias de alta renda, entre elas, Europa Ocidental, América do Norte, Japão, Austrália, Nova Zelândia, além de alguns pequenos e riquíssimos produtores de petróleo, com uma população de 812 milhões de habitantes, detinham em 1993 cerca de US\$ 18,2 trilhões dos US\$ 23,1 trilhões da produção mundial de bens e serviços. A totalidade dos países de baixa renda, com uma população na ordem de 3,1 bilhões de habitantes, detinha, no mesmo ano, apenas US\$ 990 bilhões. Essa concentração de riqueza está assentada no controle da tecnologia. As Nações Unidas estimam que, no início da Década de 1990, os países do Terceiro Mundo detinham cerca de 4% do investimento mundial em pesquisa e desenvolvimento, apesar de contarem com 80% da população mundial.

Para Dowbor (1997: p. 47), existe uma tendência em considerar as empresas transnacionais como “apátridas”, sem bases nacionais. Isso em parte é verdade, pois não seguem dinâmicas internas e não servem propriamente a nenhum interesse nacional. Porém, essas firmas aproveitam-se da força política que as suas raízes nacionais lhe conferem, mobilizando, aos seus interesses, os

Congressos, Executivos e se necessário até a força militar. As atividades dos departamentos jurídicos norte-americanos para proteger os interesses da Microsoft no mundo inteiro, ou a pressão Clinton sobre o governo brasileiro para ser aprovado o contrato com a Raytheon referente à segurança da Amazônia, ou mesmo o tráfico de influência para a privatização da Petrobrás e a abertura para a exploração do petróleo nacional por empresas internacionais são exemplos.

No início da Década de 1990, existiam 37 mil empresas transnacionais matrizes e 200 mil filiais. Surgem de 4 mil a 5 mil novas empresas por ano. O controle das atividades econômicas, por sua vez, é feito por cerca de 500 a 600 empresas, constituindo aquilo que as Nações Unidas chamam de “galáxias econômicas”. As mesmas são responsáveis por 20 a 25% da produção mundial de bens e serviços. A considerar que estas empresas monopolizam a renovação tecnológica, cerca de 80 a 90% das novas tecnologias surgem em seu interior.

O poder das transnacionais reforça-se pelo fato de que se trata cada vez menos de simples empresas que produzem em escala mundial, a cada vez mais de empresas organizadoras da produção, comercialização, financiamento e promoção, com um impacto de reordenamento do universo econômico que vai muito além das fronteiras da propriedade empresarial. De acordo com Dowbor (1997: pp. 48-49), as grandes produtoras de automóveis são na realidade montadoras que gerem um conjunto de relações onde o que importa são as patentes, a tecnologia, as marcas. À medida que as transnacionais evoluem do conceito de produtor para o de organizador, passam a organizar um sistema complexo de relacionamentos que envolve a mídia, financiadores, distribuidoras, advogados e sistemas de pressão política nos países onde exercem atividades. Esses grupos empresariais transnacionais exercem um poder extremamente vasto. Baseados no poderio dos países do Primeiro Mundo, transformam a maior parte dos atores sociais do planeta – os do Terceiro Mundo – em meros espectadores que tentam, sempre com atraso, se adaptar de forma menos prejudicial às transformações do capitalismo monopolista. Mas, ao mesmo tempo, essas estruturas também se impõem aos países desenvolvidos. As mil maiores empresas americanas são responsáveis por mais de 60% do produto nacional

bruto, deixando o restante para 11 milhões de pequenas empresas. O processo de contratação externa cria efetivamente novas oportunidades para as empresas menores, mas o controle permanece com as maiores. As pequenas empresas não dispõem de acesso independente ao mercado, atuando mais como apêndices dependentes das grandes corporações do que como negociadores independentes.

As transnacionais são controladas pelo poder da tecnocracia dos seus gestores, enquanto a propriedade dilui-se nos sistemas de investimento de longo prazo de fundos de pensão e seguradoras. Dowbor (1997: p. 49) afirma que o poder de seus lobbies junto aos governos, seus bilhões de dólares utilizados na mídia, sua capacidade de compra, transformação, revenda ou controle de empresas concorrentes ou complementares, sua direção é manejada cada vez mais por especialistas multinacionais que formam uma casta política em termos sociais, econômicos e culturais. Com efeito, formou-se uma classe em nível mundial, e não mais no âmbito nacional, que concentra a tomada de decisões. Suas mensagens, valores e opiniões são rapidamente absorvidos pelo planeta. Suas opções tecnológicas definem o que e quem deve consumir. Esses especialistas gerem um universo que drena recursos de bilhões de seres humanos, através de um universo complexo de serviços de intermediação, uma fase do capitalismo monopolista onde a produção segue sendo importante, mas cresce a importância do direito de trânsito da mercadoria na esfera econômica mundial. O que importa é a “griffe” e não onde a mercadoria foi produzida. Um exemplo é a Nike, onde a produção de tênis, independente de o mesmo ter sido produzido em Hong Kong ou no Paraguai, a um custo de US\$ 6 o par, com o acréscimo da marca passa a valer entre US\$ 70 e US\$ 130. O salto do preço se dá na intermediação global e não no produtor. O camponês que produz ópio para a fabricação de drogas concentradas, na Tailândia, recebe cerca de US\$ 150 por mês, menos de um centésimo do preço do produto no mercado. Porém, quem controla a intermediação capta bilhões de dólares.

Com a concentração de forças das transnacionais, as decisões econômicas distanciam-se dos espaços comunitários, da sociedade em geral. Às estruturas globais de especulação financeiras pouco interessam se os recursos estão indo

dos países pobres para os ricos. O distanciamento dos centros de decisão e a fragilização das estruturas políticas do Estado-Nação não permitem que haja políticas econômicas correspondentes.

A transnacionalização do capital correspondeu à resposta econômica do capital à crise. Porém, ocorreram também respostas em nível da organização técnica e social da produção capitalista. Com efeito, houve uma reorganização da produção capitalista no cotidiano fabril, um processo que consistiu em ações do capital para superar a fábrica fordista, através da instauração de estratégias de dominação e exploração do trabalho.

2.3 - A reorganização técnica da produção capitalista

Várias mudanças ocorreram na organização da produção capitalista em contraste com o fordismo. Um conceito utilizado para as mesmas é o de “acumulação flexível”,⁵ termo utilizado por Harvey (1996) para definir as transformações no mundo do trabalho. Ocorreu a implementação da flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Foram inovados os setores de produção, modificando as formas de fornecimento, dos serviços, bem como o aumento das taxas pela inovação comercial, tecnológica e organizacional. Houve um implemento do setor de serviços, bem como setores industriais novos como a Terceira Itália, Flandres, etc. Os empregadores passaram a exercer fortes pressões sobre a força de trabalho, que estava enfraquecida pela crise anteriormente ocorrida. Em outras palavras, o capital apoiou-se no crescimento do desemprego estrutural para promover acordos desvantajosos aos trabalhadores, impondo contratos e regimes de trabalho mais flexíveis. Na Inglaterra, o índice de trabalhadores flexíveis aumentou

⁵ Harvey (1996: p. 179) acredita que as tecnologias e formas organizacionais flexíveis não se tornaram hegemônicas em toda a parte – mas o fordismo que as precedeu também não. A atual conjuntura se caracteriza por uma combinação de produção fordista altamente eficiente em alguns setores e regiões que se apóiam em relações de trabalho “artesaniais”, paternalistas ou patriarcais que implicam mecanismos bem distintos de controle de trabalho.

em 16%, entre 1981 e 1985, alcançando a marca de 8,1 milhões. Os empregos permanentes caíram 6%, alcançando a marca de 15,6 milhões.

Bihr (1998: p. 87) analisa as ações do capital para a saída da crise. Entre os principais, observa-se a implementação da fábrica difusa, da fluida e da flexível. A fábrica difusa consiste em espalhar a produção e o poder através de todo o espaço social, desconcentrando as funções produtivas e administrativas. A fábrica fluida visa à obtenção de novos ganhos de produtividade e de intensidade no trabalho.

A introdução de novos equipamentos robóticos não é feita simplesmente para eliminar operações efetuadas manualmente e substituí-las, inteiramente ou não, por uma atividade regulada de maneira eletrônica. A essa “automação de substituição” superpõe-se e combina-se uma “automação de integração”⁶, que consiste em uma gestão informatizada dos fluxos produtivos no nível de cada seção. O objetivo disso é otimizar a combinação, no espaço e no tempo, das matérias-primas, das energias, dos equipamentos, dos homens, da informação, etc., reduzindo ao mínimo os tempos mortos no encadeamento das operações produtivas. O que assegura ao capital, além de novos ganhos de intensidade e de produtividade, economia de capital constante (tanto fixo quanto circulante) por unidade produzida (Bihr, 1998: pp. 88-89).

A fábrica flexível aposta na flexibilidade do processo de trabalho. O objetivo é a multifunção, onde o trabalhador deve ser capaz de ocupar diferentes postos de trabalho. Ao mesmo tempo, atua no sentido de flexibilizar a força de trabalho, desenvolvendo o trabalho em tempo parcial, os horários variáveis e promovendo a subcontratação. Os subcontratados desempenham a função de amortizar a crise.

Em termos de organização da produção no cotidiano fabril, o toyotismo foi usado como referência ao capital para o aumento do lucro e da produtividade. Entre os maiores entusiastas, está Coriat (1994) que, em **Pensar pelo Averso**, defende a expansão do toyotismo pela Europa como a saída produtiva para o aumento do lucro do capital. Analisa a gênese do toyotismo tendo como referência a situação da economia japonesa no pós-Segunda Guerra Mundial.

Com a morte da força de trabalho e o aumento da miséria, retirou o Japão da crise construindo condições para que concorresse em situação favorável, com as

⁶ Aspas do autor.

grandes potências do capitalismo mundial. Entre os fatores que propiciaram a sua implementação está a derrota do sindicalismo combativo japonês na Década de 1950, na greve de resistência de 55 dias, na Toyota, onde foram demitidos aproximadamente 1.600 trabalhadores. O movimento sindical foi praticamente destruído no país, sendo que, em 1954, as greves praticamente desapareceram.

O sindicalismo de indústria, marcado por uma tradição e uma vontade de enfrentamento aberto com os empregadores e seus representantes, ao conhecer grandes derrotas, teve que aceitar sua transformação em sindicalismo de empresa, ao mesmo tempo em que foi obrigado a passar de práticas de enfrentamento a formas cada vez mais marcadas pelo acordo, e até mesmo pela cooperação com os representantes do interesse do capital. (Coriat, 1994: p. 85)

As empresas passaram a utilizar outros mecanismos de coerção para evitar o conflito e suprimir a luta de classes. O emprego vitalício e o salário-antigüidade foram exemplos. A atividade sindical tornou-se requisito fundamental para promoção e formação das elites da empresa. O emprego vitalício surgiu em virtude da abundância de jovens no Japão. Com a morte de boa parte da força de trabalho mais experiente na guerra, o emprego vitalício aos jovens foi uma alternativa para a redução dos custos e o controle dos conflitos sociais. Como a política salarial era voltada para um salário que iria crescer com o passar dos anos, esta maioria absoluta de jovens operários reduziu em muito a folha de pagamento. Ao mesmo tempo em que foi uma alternativa que valorizou as promoções, constituiu-se em um mecanismo de controle. Um trabalhador mais antigo sempre teria salários maiores que os mais novos. As contratações sempre ocorreriam para as posições iniciais. Caso houvesse troca de emprego, o trabalhador teria que iniciar em cargos inferiores com remuneração também inferior.

Esse é um dos motivos pelos quais o japonês trabalha tanto, com alguns até se confundindo com o capital, pois não existe a mobilidade dentro do trabalho. A princípio, a “questão da regulação do mercado e do poder individual de transformar o mundo e superar as suas próprias limitações” parece não se aplicar ao caso japonês, pois o que se observa é um altíssimo índice de mortes no

trabalho, com muitos operários morrendo em virtude do “Karocho”, um enfarte fulminante nos homens na faixa dos 40 aos 50 anos.

Gounet (1999) realiza uma crítica ao toyotismo, defendendo que o mesmo não é a saída para a crise. O mesmo é voltado para uma economia em recessão. É importante observar que as mudanças implementadas por ele são voltadas para os interesses do capital e não do trabalho.

Foi a mesma técnica que a direção da General Motors empregou na filial de Anvers para impor a jornada de trabalho de dez horas diárias e a colaboração de classe: ameaçou demitir os 3 mil operários da unidade 1. Havia ali duas fábricas: a 1, funcionando com 3 mil homens; e a 2, ocupando 6 mil trabalhadores. Ao fechar a fábrica 1, colocava-se o problema da reclassificação do pessoal que trabalhava ali. A direção organizou a seguinte chantagem: ou os 3 mil iriam para a rua ou o trabalho seria em três equipes com uma delas noturna, ou em jornadas de dez horas (em três semanas, cada operário trabalha 11 dias com jornada de dez horas, mais o trabalho de sábado). Essa última solução foi votada entre os sindicalizados. Mas está claro que era o desejo da direção. (Gounet, 1999: p. 89)

Ao contrário do aumento dos ganhos de produtividade, o que se observa é que a produção do operário eleva-se num mesmo lapso de tempo, mas seus salários permanecem iguais. É o caso do toyotismo, visto que a produção de automóveis é elevada e os custos permanecem os mesmos. Com a redução de trabalhadores, acompanhada do aumento dos acidentes do trabalho, nos diferentes ramos produtivos, consolida-se a elevação da exploração dos trabalhadores nos “**tempos modernos**”.

Em termos de ganhos de produtividade, baseia-se na ausência dos conflitos de classe. A partilha dos ganhos de produtividade pode ser vantajosa para todos. O capital põe o sistema em funcionamento e eleva a produtividade. O trabalho desenvolve uma maior responsabilidade e polivalência, elevando a produtividade. A partilha significa “um salário mais alto, um emprego garantido, uma qualificação”. Gounet (1999: pp. 89-90) acredita que a questão é verificar quem tem interesse na colaboração de classes, quem são os verdadeiros beneficiados. Para isso, levanta algumas questões. Em primeiro lugar, as contrapartidas do capital para o trabalho foram criadas para que o sistema funcionasse e não por generosidade. Ford o criou para estabilizar a força de trabalho que se esvaziava

na busca de melhores salários. A Toyota o implementou para acomodar o conflito social. O objetivo principal, tanto na Ford, como na Toyota, foi que os trabalhadores aceitassem o sistema. Em segundo lugar, a nova organização do trabalho significa uma intensificação de sua exploração. A compensação não passa de uma modesta redução das taxas de exploração, consentida pelo capital para tentar conter a dinâmica das lutas de classe permitindo que o sistema funcione. Por último, afirmar que se trata de uma partilha de interesses de classe, uma democracia salarial, constitui-se numa falsa discussão, que tem como objetivo estimular os trabalhadores a aceitarem as transformações na organização do trabalho.

O sistema de acumulação dentro da indústria automobilística constitui-se num aparato de marginalização, exclusão e de estratificação social. O ponto essencial do toyotismo é a flexibilização do aparato produtivo e dos direitos dos trabalhadores. O sistema é estruturado a partir de um número mínimo de operários, com o incentivo ao acúmulo de horas extras e à contratação de trabalhadores temporários ou sub-contratados. Com relação ao número mínimo de trabalhadores, observa-se que os mesmos vendem a sua força de trabalho em condições precárias. Os trabalhadores na montagem de veículos chegam a operar cinco ou mais máquinas ao mesmo tempo. A tendência do capital é a redução do número mínimo de trabalhadores e a elevação do índice de horas extras. São jornadas de trabalho, onde as forças vitais dos proletários são exauridas até o limite. De acordo com Gounet (1999: p. 30), nas empresas Toyota, um trabalhador chega a estar presente dentro da fábrica por até 2.300 horas por ano, desdobrando-se em uma média de 44 horas por semana. Ao mesmo tempo, em outras fábricas, como a Ford-GenK, General Motors-Anvers, Volkswagen-Forest, Renault-Vilvorde e Volvo-Gande, na Bélgica, os proletários permanecem, em média, 1.650 horas por ano. Esse aumento do ritmo e das horas de trabalho aponta ganhos de produtividade que não são transferidos à altura para os salários.

O sistema Toyota conseguiu assumir um valor universal, tendo em vista as exigências do capitalismo mundial, notadamente as condições de concorrência e de valorização do capital, surgidas a partir da crise da Década de 1970. O

toyotismo não pode mais ser reduzido às condições históricas de sua gênese. Ele deve ser concebido sob a ótica da mundialização do capital, dentro de uma estrutura de concorrência capitalista no cenário da crise de superprodução.

Um precário mundo do trabalho surge com essas mudanças. Os proletários com o toyotismo continuam na mesma relação descrita por Marx em **O Capital**. Eles permanecem alienados **do e pelo** trabalho. O opinar tem pouca importância, pois não significa transformar. A realização de múltiplas tarefas não colocam os trabalhadores em nenhuma relação de privilégio sobre o processo produtivo; ao contrário, são mais “escravos das trevas” do que antes, pois imaginam que caminham pelos jardins do “país das maravilhas”, mas na realidade estão presos às “profundezas do inferno”. De acordo com Antunes (1995: p. 34) a decisão de o que e como produzir não pertence aos trabalhadores, pois encontram-se excluídos do processo produtivo. O fetichismo da mercadoria é preservado, pois o resultado do processo de trabalho permanece alheio aos mesmos. Vive-se no cotidiano empresarial um estranhamento do ser social que trabalha que se aproxima do limite.

As transformações na organização da produção capitalista trazem à tona a discussão sobre o “novo trabalhador”. Com o crescimento do trabalho morto, as teses otimistas em relação ao capital defendem a necessidade de um proletário com maior formação intelectual para o desempenho de suas funções no cotidiano fabril. De acordo com Bresciani (1997: pp. 71-72), essas transformações apresentam ganhos aos trabalhadores, como o aumento do nível de escolaridade e o incentivo à criatividade e à iniciativa. O trabalhador deve ter capacidade de diferenciar a sua relação no processo de produção das mercadorias, estando atualizado e apto a aceitar as mudanças impostas pelo capital. O segundo, voltado para o incentivo, a criatividade e a iniciativa, possibilita o estabelecimento de relações de trabalho, em que são aproveitadas ao máximo as potencialidades dos seres humanos. O capital lucra com o aumento da produtividade e atende a uma reivindicação histórica dos trabalhadores que se revoltavam contra o autoritarismo e as tarefas repetitivas relativas aos métodos tayloristas/fordistas de produção.

Essas afirmações, porém, devem ser vistas com cuidado. É inegável que a participação em cursos de capacitação pode trazer alguns pequenos benefícios para aqueles que o realizam. Porém, os seus limites são estreitos. Deve-se considerar que nem todos os trabalhadores têm acesso aos mesmos. Os critérios utilizados para a sua realização são, em alguns casos, baseados na postura política do trabalhador no cotidiano fabril (que não participe de greves ou tenha militância no sindicato). O capital difunde no cotidiano fabril que a realização desses cursos é fundamental para o prosseguimento da carreira profissional e sobrevivência no mercado de trabalho. Essa ação tem como objetivo a difusão do medo entre os trabalhadores, que em face do aumento do desemprego, vêem-se obrigados a realizá-los. Os empregados passam a conceber a possibilidade de demissão e a rotatividade no emprego como algo natural e inevitável. É importante observar que os cursos de capacitação profissional são voltados para a implantação da multifunção e a redução do número de funcionários.

Observa-se que os cursos (computação, línguas estrangeiras, instrumentação, caldeiraria, etc.) feitos por operários possibilitam a realização da multifunção sem remuneração. Em outras palavras, tendo como referência o medo pela perda do emprego, os trabalhadores são obrigados a realizar múltiplas tarefas, com o capital elevando excessivamente o ritmo do trabalho, obtendo, cada vez mais, aumento nos ganhos de produtividade.⁷ Um operário que domine as qualificações de caldeireiro e instrumentista tem condições de resolver diversos problemas operacionais reduzindo o tempo de parada das máquinas e garantindo a continuidade da produção.

Tomem-se como exemplo os cursos de capacitação profissional para que os trabalhadores tenham noção de mais de um idioma além da Língua Portuguesa. A tamanha disparidade existente em termos de avanço tecnológico, entre os países desenvolvidos e os não desenvolvidos, possibilita verificar os motivos pelos quais são realizados. As empresas sequer têm interesse em traduzir para o idioma

⁷ Os índices de produtividade das montadoras de automóveis de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul confirmam esta afirmação. Entre 1987 e 1997 a produtividade elevou-se de 6,5% para 12,2%, ou seja, quase dobrou. A produção de veículos cresceu, sendo produzidos 120.291 veículos a mais que em 1987. Ao mesmo tempo, ocorreu uma redução de 18.572 postos de trabalho. (Dieese, junho/1999).

nativo, os manuais e desenhos técnicos inerentes às máquinas que são adquiridas. O conhecimento elementar, de um ou mais idiomas, é voltado apenas para possibilitar o perfeito funcionamento da maquinaria industrial. Os trabalhadores devem dominá-los apenas para realizar a leitura e interpretação desses manuais que trazem um conhecimento pronto e que deve apenas ser aplicado. A considerar que nem todos os trabalhadores o realizam, a exclusão ao saber eleva-se consideravelmente, pois além de não terem acesso à tecnologia que elaborou a máquina, agora muitos operários têm dificuldades de compreender o seu funcionamento, pois não conseguem sequer ler as suas especificações.

O incentivo à criatividade e à iniciativa também é um exemplo elucidativo do nível de exclusão dos trabalhadores. Seus objetivos são voltados ao aumento incessante do lucro e à descaracterização do conflito entre o capital e o trabalho. Essas estratégias de gestão empresarial não colocam os trabalhadores em uma situação privilegiada. A discussão não é simplesmente qual forma de organização técnica e social da produção é mais viável, “ou onde o trabalhador se sente melhor ou é mais reconhecido”. O desafio está em verificar se a transição do fordismo ao toyotismo e, com o último, o incentivo à “participação, à multifunção e à criatividade”, conseguiram superar os limites do trabalho alienado apontados por Marx em **O Capital**, ou se apenas constituem formas mais elaboradas de exploração que visam ao envolvimento e ao aumento da produtividade.

Um outro aspecto a se considerar, com referência à multifunção das qualificações, diz respeito aos processos de terceirização e seus desdobramentos. A Petrobrás é um exemplo. Em seu interior existe um grande contingente de petroleiros terceirizados que realizam trabalhos de manutenção, limpeza, pinturas, etc. São trabalhadores sem carteira assinada, sem acompanhamento de sua saúde ocupacional, em alguns casos, admitidos por menos de três meses, o que desobriga o vínculo empregatício. A terceirização visa à redução dos custos de produção.

Com a quebra do Monopólio Estatal do Petróleo, articulada a dinâmica da concorrência no cenário da economia globalizada atrelada a resistência do movimento sindical em face da precarização e perda dos direitos, a estatal

implementou outras estratégias para a elevação do lucro. A terceirização aos moldes tradicionais perde gradativamente a importância. A Petrobrás não mais se interessa em apenas obter lucro na redução de encargos sociais. Em uma indústria do petróleo onde existem múltiplas atividades inerentes à produção e refino, como produção de energia elétrica, vapor, tratamento de esgotos e resíduos, etc., o objetivo não é mais terceirizar esses setores, mas sim, flexibilizá-los através da venda ou se associar à iniciativa privada.

Aos otimistas, isso acabaria sendo uma vantagem para os proletários, visto que a terceirização tenderia a acabar e, com ela, a precariedade, pois todos passariam a ser empregados de empresas-mães. Porém, não é bem isso o que está acontecendo. A terceirização está sendo substituída pela “primeirização”. À empresa interessa o lucro máximo e, com isso, o aumento da exploração da mais-valia absoluta e relativa. Com a redução do número de terceirizados, as tarefas passam a ser efetuadas por aqueles com vínculos empregatícios com a estatal. É aí que os mistérios do processo começam a ser desvendados e as iniciativas da multifunção das qualificações médias compreendidas numa dimensão maior. Ocorre um deslocamento da precariedade absoluta do trabalhador terceirizado para o não terceirizado. No caso de um petroleiro, que desenvolve tarefas de alta complexidade no processo produtivo, este passa a ser obrigado a “bater marretas”, trocar válvulas e o óleo das máquinas, fazer limpeza, etc., acompanhado de um aumento do ritmo e da jornada de trabalho. A substituição da terceirização pela primeirização também é implantada através da difusão do medo entre os trabalhadores, aproveitando-se de uma organização sindical que enfrenta dificuldades para a mobilização, devido à crise do capitalismo.⁸ O objetivo é

⁸ A organização dos trabalhadores foi duramente atingida no cenário da crise do capitalismo. De acordo com Soares (1998: p. 218), no Brasil, a cada conjunto de 16 carros importados, ocorre a perda de 4,3 postos de trabalho, sendo um posto nas montadoras e o restante em toda a cadeia produtiva. Com o volume de 420 mil veículos importados em 1995, reduziram-se 26.250 mil postos de trabalho nas montadoras e 86.625 mil no restante da cadeia produtiva. Antunes (1997: p. 74) afirma que em relação ao Canadá, de acordo com dados do Science Council of Canada Report (n. 33, 1982), cerca de 25% dos trabalhadores perderão o emprego até o final do século, principalmente pelo aumento da automação. Ao mesmo tempo, 35 milhões de empregos serão eliminados nos Estados Unidos até o final do século. Desenvolve-se no planeta uma intensa taxa de dessindicalização. A Europa Ocidental, à exceção de Espanha, Portugal e Grécia, reduziu de 41% dos sindicalizados em 1980, para 34% em 1989. Incorporando-se os países excluídos destes números, as taxas seriam ainda menores. No Japão, houve uma redução de 30% para 25% no mesmo período e nos Estados Unidos de 23% para 16%. Na Espanha, na França, na Grã-Bretanha, nos Países Baixos e, em menor número,

absorver todos os tempos mortos e elevar o lucro. Em alguns casos, nos cursos de treinamento para a multifunção, geralmente realizados fora do horário de trabalho, nem as horas extras são pagas, pois os cursos são difundidos como de “interesse do trabalhador”. Ou ele participa do processo, sendo “primeirizado”, ou é ameaçado de demissão. Ao invés da melhora das condições de vida e de trabalho dos operários precarizados, o que ocorre é o seu gradativo desaparecimento. Os trabalhadores da Petrobrás passam a ser os “novos precários pós-modernos”.

Porém, não foram apenas as respostas do capitalismo em nível econômico e na organização técnica da produção que afetaram os trabalhadores. A burguesia internacional, visando manter uma relação de domínio e exploração na sociedade produtora de mais-valia, tratou de concretizar uma resposta política voltada para atender aos seus interesses de classe, o que denomina-se como **neoliberalismo**.

2.4 – O neoliberalismo: saída para a crise ou aprofundamento da miséria?

Entre as ações do capital para a busca de uma saída para a crise da Década de 1970, o neoliberalismo se apresentou como um braço político que não pode ser

na Itália, na Irlanda, na Grécia e em Portugal, ocorreram quedas nas taxas de sindicalização e uma redução no número de membros ligados ao sindicalismo. Porém, apesar desta tendência, a mesma não deve ser confundida com uma uniformização do sindicalismo, visto que na Suécia, mais de 80% dos trabalhadores são sindicalizados. Esse país, a Áustria e a Bélgica formam o grupo dos países com maior taxa de sindicalização. Na Inglaterra, de acordo com McIlroy (1997: p. 51), a taxa de sindicalização caiu em todos os sindicatos de 13,5 milhões em 1979 para 8,2 milhões em 1994. Nos sindicatos ligados ao TCU (Trade Union Congress), a Central Sindical Nacional fundada em 1868, a redução foi de 12,2 milhões em 1979 para 6,9 milhões em 1994. Existiam 1 milhão de sindicalistas a mais em 1948 do que em 1994. Ao mesmo tempo, os sindicatos atualmente organizam cerca de um terço da força de trabalho e os sindicatos do TCU menos do que isso. “Nos anos de expansão de 1988 e 1989 a taxa de adesão aos sindicatos do TCU caiu em 5% e 2,7% antes de declinar mais fortemente, quando a economia entrou em recessão, em 5% em 1991 e 6% em 1992. Mais uma vez, quando a economia saiu da recessão, o declínio continuou: a sindicalização caiu em 5% em 1994. Entre 1990 e 1993 o número de associados menores de 25 anos em 40% e o número de associados menores de 20 anos em 60%. Tem-se a impressão que o sindicalismo se dissolve, que o declínio já assumiu uma dinâmica própria e que a taxa de sindicalização está em queda livre.” (McIlroy, 1997: p. 52) “Houve em média apenas 893 greves por ano entre 1986 e 1989, comparada com a média anual de 2.412 na segunda metade dos anos 1980. O número de greves caiu para 369 em 1991, 253 em 1992, 211 em 1993 e 205 em 1994, o menor número desde que os registros começaram em 1891. De maneira similar, as perdas diárias nas paralisações declinaram de 11 milhões em média anual em 1974-79, para 6 milhões durante 1980-85 e 3 milhões entre 1986-89.” (McIlroy, 1997: p. 53)

desconsiderado. Ele justificou mudanças impostas pelo capital como garantia de sua reprodução. Atuou, visando estabelecer a individualidade em detrimento da coletividade. Afirmou o fim da luta entre o capital e o trabalho, pois os conflitos poderiam ser resolvidos dentro dos interesses do primeiro. De acordo com Lombardi (1993: pp. 152-153), as concepções neoliberais baseiam-se em uma suposta realidade estrutural nova, marcada por uma estrutura de classes na qual não existe a oposição entre a classe burguesa e o proletariado. Essa concepção parte do princípio de que o próprio capitalismo socializou-se. Os neoliberais acreditam que essa socialização deve-se ao capital estar distribuído em um número infinito de capitalistas, indicando que as propostas de inspiração marxista, que colocam a exigência da superação do capitalismo rumo ao socialismo, não mais procedem, pois o capital possui uma tendência a socializar-se cada vez mais pela sociedade.

Para verificar as principais características do neoliberalismo, é necessário discutir a essência de suas formulações, as críticas e fórmulas para a continuidade do império do capitalismo no planeta. A definição mais abrangente do projeto neoliberal é que o mesmo é um processo amplo de redefinição global das esferas

(...) social, política e pessoal, no qual complexos e eficazes mecanismos de significação e representação são utilizados para criar e recriar um clima favorável à visão social e política liberal. O que está em jogo não é apenas uma reestruturação neoliberal das esferas econômica, social e política, mas uma reelaboração e redefinição das próprias formas de representação e significação social (Silva, 1994: p. 13).

De acordo com Perry Anderson (1996), o neoliberalismo nasceu após a Segunda Guerra Mundial tendo como protagonista Friedrich Hayek, em um texto publicado em 1944, denominado **O Caminho da Servidão**. Seu principal alvo, uma crítica ao fascismo e ao socialismo, bem como ao Welfare State, dominante nos EUA, na Inglaterra e no resto da Europa. Três anos após a publicação da obra citada, Hayek

(...) convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça (...) na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael

Polanyi, Salvador de Mariaga, entre outros. Aí, se fundou a Sociedade de Zmont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos (Anderson, 1996: p. 10).

Para Hayek (1977), o socialismo, o estatismo e o planejamento centralizado constituem o verdadeiro “caminho da servidão”, pois os mesmos reduzem os indivíduos a simples peças “anômicas”, sujeitos que possuem a sua vida totalmente controlada pelo poder público que tem por função impor a vontade do coletivo. Não obstante, suas críticas visam atingir a sociedade, desde os princípios da individualidade, até os caminhos a serem atingidos pelo capital. Ele acredita que o homem, com o Welfare State, tem suas possibilidades, como “ser”, limitadas pela intervenção estatal e pela igualdade. A igualdade é o “obstáculo definitivo para o cidadão superar a si mesmo”, vivendo contido em um “mundo de trevas” que são as suas próprias limitações. Assim, a desigualdade constitui-se na “verdadeira liberdade”, pois a mesma traz consigo a competição, e essa liberta, “pois cria condições para a superação dos limites e desenvolvimento do intelecto.” A individualidade nada mais é do que um caminho para satisfazer os desejos, uma forma de alcançar a própria sorte, transcendendo os próprios limites em busca do “sucesso”.

O efeito de maior significação e alcance deste sucesso será, no futuro, muito provavelmente, a nova consciência do poder sobre o próprio destino, a convicção de que existem infinitas possibilidades de melhorar a própria sorte - consciência e convicção dadas aos homens pelo sucesso já alcançado. Com o sucesso nasceu a ambição e o homem tem todo o direito de ser ambicioso. (Hayek, 1977: p. 17)

Hayek (1977: p. 16) justifica a importância da individualidade ressaltando os avanços da ciência que ocorreram na Itália, na Inglaterra e nos demais países da Europa, como resultado da libertação das energias individuais. A mesma não aparece naturalmente, mas sim, só é possível a partir de garantias mínimas para a sua implementação. Essas são voltadas para uma série de formulações de como deve ser a relação entre o mercado e o Estado que garantam o “sucesso dos cidadãos”. O Estado deve ter como objetivo proteger a livre concorrência, administrar a justiça e realizar o que a iniciativa privada não pode fazer. Ao

mesmo tempo, não desvirtuar o regime de livre concorrência, evitando intervir no mercado a fim de impor um plano arbitrário concebido pela política do bem-estar social. A iniciativa privada é tida como fundamental, pois traz consigo o princípio da concorrência, ou seja, a forma que Hayek acredita ser possível para o melhor uso das forças de competição como um meio de “coordenar os esforços humanos”. Com efeito, onde for criada, ocorrerão maiores possibilidades de implementação dos esforços individuais. A competição é considerada

(...) como superior não somente por ser ela na maioria das circunstâncias o método mais eficiente que se conhece, mas sobretudo por ser o único método dentro do qual nossas atividades podem se harmonizar sem a intervenção coercitiva ou arbitrária da autoridade. Com efeito, um dos principais argumentos em favor da concorrência é que ela dispensa a necessidade de um controle social consciente e dá aos indivíduos oportunidade para decidir se as perspectivas de determinada atividade são suficientes para compensar as desvantagens e riscos que ela pode oferecer (Hayek, 1977: p. 35).

Sem a concorrência, amplos setores da sociedade ficam “reféns” das ações conjuntas dos capitalistas monopolizados e dos “trabalhadores das indústrias mais bem organizadas”. A tentativa de controle de preços pelos chamados grupos econômicos

(...) priva a concorrência da sua capacidade de proporcionar uma efetiva coordenação dos esforços individuais, porque então as alterações de preço deixam de registrar todas as alterações importantes das circunstâncias e não mais fornecem uma orientação segura para as decisões dos indivíduos. (Hayek, 1977: p. 36)

Com a livre concorrência, o mercado se auto-regula, ajusta as demandas, e comporta-se de forma semelhante a um organismo com funcionamento biológico perfeito. A partir daí, qualquer intervenção, seja ela do Estado ou dos movimentos sociais organizados, é vista como uma “anomalia” que impede o “bem coletivo” da sociedade. O positivo é a livre iniciativa, o mercado, o Estado totalmente privatizado, bem como a instrumentalização da democracia. O negativo são as manifestações sociais das massas. Os sindicatos combativos são tratados como inimigos “nocivos” ao auto-ajuste do mercado, pois reivindicam aumento de salários, ganhos sociais e lutam contra o desemprego. A destruição do sindicato

dos mineiros, o mais combativo da Inglaterra, pelo governo Thatcher, a ofensiva contra os sindicatos petroleiros do Brasil, são exemplos da fúria neoliberal contra a organização dos trabalhadores. Para Banco Mundial, em seu relatório sobre o desenvolvimento mundial no ano de 1995, os sindicatos são encarados como positivos ou negativos. Os positivos são aqueles que têm uma ação gerenciadora das relações entre trabalhadores e empresas, limitando o poder arbitrário dos empregadores. Os negativos são aqueles que têm uma ação “corporativa” em relação aos seus filiados, visando a maiores salários independentemente das condições do mercado.

Um outro aspecto do estudo de Hayek em relação aos indivíduos está presente nas análises sobre o socialismo. O socialismo nada mais é do que a forma como os “inescrupulosos” chegam ao poder. Um sistema autoritário que só pode ser colocado em prática com medidas rígidas que os próprios socialistas condenam.

Assim como o estadista democrático que se propõe a planejar a vida econômica não tardará a defrontar-se com o dilema de assumir poderes ditatoriais ou abandonar o seu plano, também o ditador totalitário teria logo de escolher entre o fracasso e o desprezo à moral comum. É por esta razão que os homens inescrupulosos e sem inibições têm mais probabilidades de êxito numa sociedade que tende para o totalitarismo (Hayek, 1977: p. 128).

Para o mesmo autor, no totalitarismo, existem três razões básicas para que os grupos que tomam as decisões com relação ao poder público, não venham a ser formados pelos “melhores” e sim pelos “piores elementos” de qualquer sociedade. Em primeiro lugar, quanto mais elevadas forem a inteligência e a educação dos indivíduos, maior a probabilidade de não concordarem com a hierarquia de valores. Com efeito, só é possível encontrar um alto grau de uniformidade nas camadas onde os “padrões morais e intelectuais são inferiores”, onde prevalecem os “instintos mais primitivos e comuns”, pois nelas existem homens que se assemelham uns aos outros. Em segundo lugar, o líder totalitário só conseguirá apoio dos “dóceis e simplórios” que não têm convicções próprias, homens com idéias frágeis que se deixam influenciar, aqueles cujas paixões e

emoções não é difícil despertar.⁹ Por último, é mais fácil aos homens concordarem sobre um programa negativo, pois são movidos “pelo ódio e pela inveja” dos bens conseguidos por outros. O líder totalitário sempre é utilizado por grupos que procuram apoio na política, um apoio irrestrito e incondicional que fornece uma liberdade de ação aos mesmos em qualquer situação, como por exemplo o massacre dos judeus na Alemanha.

(...) o desejo de identificar-se com um grupo, por parte do indivíduo, resulta amiúde de um sentimento de inferioridade, e por isso tal desejo só será satisfeito se a qualidade de membro do grupo lhe conferir alguma superioridade sobre os de fora. Às vezes, parece, o próprio fato que esses instintos violentos, que o indivíduo sabe ter a obrigação de reprimir no seio do grupo, podem ser desencadeados numa ação coletiva contra os de fora – esse fato constitui mais um incentivo para fundir a sua personalidade na do grupo (Hayek, 1977: p. 134).

Hayek foi utilizado como referência teórica para os neoliberais na Década de 70, na discussão do fracasso da intervenção do Estado no desenvolvimento do capital. A inflação, a maior doença das últimas Décadas, passou a ser encarada como o sinônimo das políticas sociais mal gerenciadas e da falência das propostas alternativas à neoliberal. A emissão desenfreada de moedas, juntamente com os governos legislando sucessivamente no vermelho, demonstra a existência de democracias frágeis e limitadas, vulneráveis às pressões de grupos políticos que atuam em benefício próprio, e não para o desenvolvimento do mercado. Nessa perspectiva, os governos tornam-se reféns desses grupos, dificultando as suas ações e as políticas a serem adotadas. O peso do voto democrático e a pressão dos grupos organizados impossibilitam a concretização de reformas e ajustes, levando as democracias à beira da ingovernabilidade. Para diminuir a influência dos “grupos”, os mesmos defendem um compromisso dos governos com a liberdade econômica e a privatização, sendo fundamental o prolongamento dos mandatos dos presidentes comprometidos com a cartilha

⁹ Respeitando o universo teórico do autor que se refere à influência do líder autoritário sobre os grupos, esta afirmação de Hayek nos faz refletir sobre a construção do discurso do capital no cotidiano das fábricas. Em um conflito entre o capital e o trabalho, onde as decisões são tomadas pelo coletivo proletário, o primeiro geralmente procura caracterizar o segundo como “dócil e simplório”. Para o capital, os sindicatos combativos

neoliberal, pois essa ação retira a necessidade dos políticos de realizarem medidas “irresponsáveis e populares”. A única forma de governar contra as “pressões” é a utilização de medidas de emergência, os decretos, por exemplo, com influência direta das agências internacionais (Bird, FMI e Banco Mundial).

O projeto neoliberal concebido como um braço político e econômico, como resposta à crise do capital, não é tão belo como se apresenta. Ao afirmarem que a felicidade e a superação dos limites só são possíveis através da individualidade, Hayek e seus seguidores parecem espelhar-se em um mundo aos moldes do “país das maravilhas”. Os movimentos sociais são compreendidos a partir de uma ótica menor, como fruto de “reivindicações absurdas”, que não conseguem visualizar o “brilho do capital”. A expressão da individualidade dos neoliberais se personifica através da venda, pelos meios de comunicação globalizados da imagem do yupie. Esse é a referência ao homem do final do século, o novo empreendedor do planeta que delineia o sucesso aos moldes do capitalismo. O empresário multifuncional, apto a manusear os computadores, alheio às discussões de classe, que compreende a política a partir da perversidade.

Uma comparação do yupie com as transformações do trabalho a partir da crise do capital faz-se necessária. Ao confrontar o cenário do trabalho no planeta, com os dizeres que a individualidade constrói, o “país das maravilhas” perde o seu encanto. Com a destruição do Estado fordista, grandes somas de trabalhadores mundiais transformaram-se em autênticos reféns da miséria e da falta de esperança. Os yuppies, como uma referência neoliberal de trabalhadores pós-fordistas, não passam de espectros da mídia globalizada. O que se desenvolve é a precarização absoluta do emprego que é transferido aos países desenvolvidos aos moldes dos menos industrializados. Em um cenário de crise, a exclusão econômica, política e cultural ultrapassa as fronteiras levando grandes coletividades ao desespero.

nada mais são do que uma ditadura da maioria que oprime os “inteligentes”, ou seja, os que agem por si e estão em conformidade com os princípios empresariais.

O yupie, como projeto de homem utilizado pela mídia globalizada, é a referência de uma avançada fetichização da mercadoria. Ele representa o consumo de equipamentos sofisticados, simboliza uma sociedade regida pela Internet, onde a informação se globaliza em um “mundo sem fronteiras”. Personifica a gênese de um “ser humano mais sábio”, que deve ser formado por uma “outra escola” regida pela informática e pela razão instrumental. Nesta, o professor é descartável e a “tecnologia educa e substitui o homem”. A personificação do yupie não são meras escolhas ao acaso, fruto da inevitabilidade do avanço tecnológico. A sua difusão, como o “jeito neoliberal de viver e trabalhar”, é uma resposta do capital dentro da dinâmica da luta de classes. A afirmação de um proletário pós-fordista que omite o conflito de classes e concebe a miséria como responsabilidade da competência individual: dentro desta concepção não existe crise do emprego no mercado de trabalho, os trabalhadores é que devem se qualificar para consegui-lo.

Ao contrário das afirmações de Hayek, da possibilidade da felicidade dentro do reino do capital e do individualismo, o que se observa são as desigualdades e os antagonismos espalhando-se pelo planeta. O mundo está atravessado pelo desemprego estrutural, pela miséria, racismo, fundamentalismo, terrorismo de estado, etc. Fenômenos que ocorrem em todas as partes do globo terrestre, independentemente do grau de desenvolvimento capitalista. A miséria estende-se pelo planeta, excluindo milhões de seres humanos. Contraditoriamente à construção de um mundo globalizado repleto de oportunidades, onde a competência individual é o caminho para a felicidade, a miséria estende-se pelo planeta. Com o avanço do neoliberalismo, ela tem levado grandes coletivos da sociedade ao desespero. Na Argentina, de acordo com André Solari (1999), a pobreza atinge mais de 3 milhões de habitantes, só em Buenos Aires, o equivalente a 25,9% da população total da capital. Em 1993, este número era de 1,8 milhão. No país, a proporção é ainda maior. Isso ocorre apesar de a economia argentina ter crescido 6% ao ano, em média, nesta Década, além de ter mantido a inflação baixa. Em outras palavras, o país ficou mais rico, mas a população, mais pobre. Se com crescimento a pobreza aumentou, a retração econômica está

agravando ainda mais a situação. O desemprego é considerado a principal causa da pobreza.

No Uruguai, a pobreza também tem crescido de forma alarmante. De acordo com dados obtidos no Jornal “El Juego”, nos últimos anos, a situação econômica desse país tem-se agravado. Atualmente, 21,1% de todo o país está sendo atingido pela pobreza. Montevidéu, a capital do país, possui uma taxa de 14,6% e o interior, 28,5%. Cerca de 45% das crianças uruguaias estão vivendo num contexto de pobreza absoluta. A cada dia mais crianças passam a cometer roubos e pequenos delitos.

No Brasil, de acordo com relatórios do governo brasileiro (Ministério da Ciência e Tecnologia, 1999) cerca de 32 milhões de brasileiros defrontam-se com o problema da fome. São 9 milhões de famílias, cuja renda mensal lhes garante apenas a aquisição de uma cesta básica de alimentos. A metade dos brasileiros cuja renda não permite sequer acesso à quantidade adequada de alimentos, localiza-se nas cidades. A parcela mais significativa, cerca de 7,2 milhões de indigentes, está na Região Nordeste. Outra parcela dos indigentes urbanos está nas regiões metropolitanas – 4,5 milhões de pessoas, ou cerca de 30% do total de indigentes que vivem nas cidades brasileiras. Os estados da Bahia, Minas Gerais e Ceará lideram a relação dos que abrigam maior número de habitantes em condições de indigência – um terço do total. São Paulo e Pernambuco reúnem um contingente do mesmo tamanho – cerca de 2 milhões de indigentes cada. Os estados do Paraná e do Rio de Janeiro, ambos com menos de 2 milhões de indigentes, fecham a lista dos sete que apresentam os índices mais elevados de carência alimentar.

De acordo com critérios do IBGE/Unicef, que define o rendimento de até meio salário mínimo per capita de renda familiar, percebe-se que, de um modo geral, é elevada a população que está abaixo da linha de pobreza (40,4%). Nos estados do Nordeste brasileiro, 63% da população vivem com uma renda de até meio salário mínimo. Nos estados do Piauí e Maranhão chega a 70% o número de famílias em situação de pobreza. No estado de São Paulo, 16% das famílias, seguido pelo Distrito Federal com 19%, Santa Catarina com 23%, Rio Grande do

Sul 25% e no Rio de Janeiro são 27% da população que entram nesta categoria de classe sobre rendimento familiar.

Para o Banco Mundial (1995), a população em situação de pobreza em áreas urbanas e metropolitanas representam quase 60% da população do Brasil. Vinte e cinco por cento da população em situação de pobreza urbana vive nas duas maiores cidades do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo. Nas zonas rurais dos estados do Nordeste, cerca de 60% dos chefes de família são analfabetos e 90% têm escolaridade inferior a quatro anos. A maior parte dos domicílios rurais não tem acesso aos serviços de infra-estrutura, inclusive eletricidade. A condição na ocupação mais freqüente é por "conta própria" (44%), enquanto outros (33%) trabalham sem remuneração, o que significa que se dedicam à pequena produção agrícola, destinada predominantemente ao autoconsumo, gerando pouco excedente comercializável. Ao mesmo tempo, nas metrópoles, a maioria dos pobres urbanos (40%) trabalha nos setores de comércio e serviço. A taxa de desemprego entre os chefes de família pobres atinge 14%, mostrando que esta taxa tende a se elevar nas áreas modernizadas, onde o grau de formalização do mercado de trabalho é maior.

De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 1995, as mulheres e os jovens são atingidos em maior grau pela pobreza. Observa-se que as condições de sobrevivência dessas famílias são bastante precárias. Em todos os estados encontram-se proporções de mulheres chefes de família, com ganhos inferiores a meio salário mínimo per capita. Em praticamente todos os estados do Nordeste, a situação deste grupo é precária, especialmente para negras/pardas.

Em relação à educação, observa-se que o seu acesso é seletivo por gênero, região e, principalmente, quando se leva em consideração a situação étnica do indivíduo. Negros e pardos estão numa posição bastante inferiorizada, em relação aos demais Estratos Sociais, particularmente, na Região Nordeste. O aumento do uso de drogas injetáveis por jovens e a gravidez na adolescência são fatos graves. Destaca-se na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Bemfam (1997) que a queda da fecundidade tem sido relativamente mais acentuada nas áreas etárias

centrais (20-24 anos), ocasionando o aumento na participação do grupo 15-19 anos na fecundidade total (18%) – uma em cada três esteve grávida alguma vez. A escolarização é uma variável fundamental na determinação do início da vida sexual e reprodutiva. As mulheres de baixa escolaridade começam a vida sexual 4,8 anos antes do que as mulheres com escolaridade superior. Com referência ao crescimento na infância, verifica-se que, a partir de dados relativos a 1989, 15,9% das crianças menores de cinco anos de idade apresentavam baixa estatura. Destas, 54% localizavam-se nas Regiões Norte e Nordeste, enquanto as Regiões Sul e Sudeste somavam menos de 20%.

Em termos de América Latina, de acordo com dados do Cepal (1999), a pobreza está se elevando nas últimas Décadas. Em 1997 havia 204 milhões de pobres em toda a América Latina, dos quais 100 milhões não podiam sequer se alimentar. A mesma atinge milhões de crianças, sendo que 35% são crianças menores de 15 anos de idade. Quase 60% de todas as crianças da América Latina são miseráveis.

O relatório do Banco Mundial de 1999 aponta que em 1987, 1,2 bilhão de pessoas sobreviviam com menos de US\$ 1 por dia. Em 1993, esse índice cresceu para 1,3 bilhão. Já em 1999, poderá atingir 1,5 bilhão de homens na mais absoluta miséria na entrada do novo milênio. Na Ásia Oriental, a Indonésia, a Malásia e a Tailândia sofreram aumentos consideráveis de pobreza. Na Indonésia estima-se um aumento de cerca de dez pontos percentuais na incidência da pobreza. Espera-se o surgimento de cerca de 20 milhões de novos pobres, o equivalente à população de um país de tamanho médio. A Ásia Meridional apresenta a Índia com níveis de pobreza crescentes. Dados preliminares, obtidos no final de 1997, apontam um aumento do número de pobres nas zonas tanto rurais (de 224 milhões a 250 milhões nos meados da Década de 1990) como urbanas (de 72 a 73 milhões). Em 1998, a pobreza urbana aumentou em todos os países de Ásia Oriental. Na Coreia, a pobreza da população urbana duplicou, passando de 9% em 1997 para 19% em 1998. Os salários reais também diminuíram. Na Indonésia, a queda foi de 41% em 1998. A crise econômica obrigou grandes coletividades a procurarem moradias a preços mais compatíveis, iniciativa esta em virtude da

queda do nível de emprego. O nível de vida da classe média caiu. Os gastos públicos reais na saúde e educação também caíram em todos os países da Ásia Oriental.

As perspectivas da África são catastróficas. Os preços dos produtos básicos e o conflito armado têm resultado numa redução do crescimento econômico na África ao sul do Deserto do Saara; o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), em 1998, foi inferior à taxa de crescimento demográfico, o que supõe uma diminuição do ingresso per capita. Na Europa Oriental, Ásia Central, Oriente Médio e Norte da África a situação não é diferente. Em alguns países ocorrem redução do crescimento e aumento da pobreza, como na Federação Russa, na Ucrânia e na Romênia. Apesar do crescimento considerável de outras zonas da Europa Oriental e da Ásia Central (sobretudo Polônia e Hungria), espera-se que o crescimento do PIB per capita da região seja zero. Também prevêm-se crescimentos negativos do PIB per capita e aumento da pobreza no Oriente Médio e Norte da África.

As transformações por que está passando o capitalismo monopolista após a crise da Década de 1970 estão influenciando diretamente o jeito de viver de grandes coletividades da população. As mudanças no papel e na política do Estado estão redefinindo as relações econômicas e sociais. O neoliberalismo, dentro das respostas políticas do capitalismo monopolista, configura-se em um amplo cenário de exclusão social. Uma abordagem que permite uma discussão sobre as suas implicações é a sua relação com o nazi-fascismo. Ianni (1998: p. 113) nos dá importantes referências sobre o tema em questão. O neoliberalismo é a fábrica onde se produzem as ideologias e as práticas nazi-fascistas, tendo a sua expressão na guerra contra a social-democracia e o socialismo.

O capitalismo global não fermenta apenas o neoliberalismo, fermenta também o nazi-fascismo. O nazi-fascismo pode ser visto como um produto extremo e exacerbado das mesmas forças sociais predominantes na fábrica da sociedade mundial administrada em moldes neoliberais. Uma fábrica na qual se fabricam e refabricam desigualdades, tensões e contradições atravessando todo o edifício.

O neoliberalismo parece radicalizar o “desencantamento do mundo”¹⁰, mas desenvolvendo principalmente as práticas e idéias mais características da “razão instrumental”¹¹. Muito do que são as formas de sociabilidade em todos os níveis e em âmbito local, nacional, regional e mundial tende a ser equacionado em termos tecnocráticos. Sob o neoliberalismo, como prática e ideologia desenvolve-se muitíssimo, as técnicas de organização, produção, administração, informação, comunicação e controle das atividades sociais em geral, compreendendo a economia, a política e a cultura, em quase tudo é material e espiritual ou real e imaginário (Ianni, 1998: p. 116).

Moraes (1998: p. 123) analisa a proximidade do neoliberalismo com o fascismo. O último se consolida como uma ditadura militar ou um Estado policial quando não consegue derrotar a classe trabalhadora. Com o intuito de desmoralizá-la e atomizá-la, é necessário um movimento de massas, no qual o papel decisivo é assumido pela pequena burguesia atingida pela crise, auxiliada por setores marginalizados. A dinâmica da crise e seus desdobramentos, interligados ao desespero das massas, são fundamentos para a construção de uma demagogia voltada para as formas específicas do capitalismo, onde são atacados os monopólios, os atravessadores, o capital ocioso, etc., mas que, ao mesmo tempo, não discute a iniciativa privada. O Estado aos moldes do neoliberalismo, tendo como exemplo os governos Reagan e Thatcher, ataca os direitos democráticos e sociais presentes na sociedade. Sua estratégia é a publicação de leis e medidas provisórias que visem abafar o conflito social, ou seja, as leis antigreves, a penalização de sindicatos, manipulação da informação, etc. A aceitação passiva dos ataques aos direitos democráticos torna as classes dominantes cada vez mais confiantes.

Se o movimento operário cede diante de tais ataques, na primeira oportunidade ou no primeiro impasse em que tais retaliações autoritárias se mostrem insuficientes, um aventureiro audaz e inteligente – e nesse momento já com o apoio de um movimento de massas e financiamento do grande capital – tomará o cetro para exterminar de vez a resistência. (Moraes, 1998: p. 123)

¹⁰ Aspas do autor.

¹¹ Aspas do autor.

Um outro aspecto a ser abordado é o caráter tecnocrático do projeto neoliberal, baseado na razão instrumental. O predomínio de cenários globalizados, a Internet, as organizações, os blocos e estruturas de poder, são instrumentos que aos poucos garantem o predomínio e a abrangência de estruturas autoritárias de gestão das formas de produção, circulação, troca e consumo, seja no âmbito nacional ou internacional. Para Ianni (1998: p. 116) a brutalidade é algo que está sendo enfatizado pela manipulação da imagem. A imagem tem sido utilizada de forma a causar impacto no espectador. Ocorre uma espécie de estetização da violência, onde a brutalidade colorida e sonora passa a ser a referência da produção cultural e dos altos índices de audiência. É nesse sentido que a indústria cultural acentua os valores nazi-fascistas, pois prioriza uma dimensão dos fatos, o que se supõe ser espetacular ou o que se fabrica como espetacular. Aí pode florescer um aspecto da cultura fascista, o culto da violência, que pode alimentar a subjetividade de espectadores de todo o planeta.

As respostas do capitalismo monopolista à crise da Década de 1970 estão trazendo profundas implicações ao ser social que vive do trabalho. A exclusão social, a pobreza, a violência e o desemprego difundem-se pelo planeta de forma implacável. O desespero de parcelas cada vez maiores da população aponta para a consolidação de um mundo globalizado miserável. Um mundo no qual são produzidas muitas riquezas, mas que mantém uma relação totalmente desigual quanto à sua distribuição. Nesse cenário de mudanças sociais e econômicas, a Petrobrás e seus trabalhadores foram duramente atingidos. As privatizações entraram em moda, e com elas a diminuição do tamanho do Estado nacional em detrimento aos interesses transnacionais. Foi a partir desse quadro precário que os petroleiros construíram as grandes greves da Década de 1990, discutidas no capítulo primeiro deste trabalho. Greves que, muito além de uma simples pauta econômica, surgiram como um turbilhão dos trabalhadores na resistência contra os “horrores” do capitalismo monopolista e seus desdobramentos cruéis aos trabalhadores.

CAPÍTULO 3

O precário cenário das privatizações, do (des) emprego e da (des) qualificação dos trabalhadores.

As transformações que ocorrem no capitalismo monopolista no mundo e, em especial, na América Latina, levam a desdobramentos catastróficos para o ser social que trabalha. As privatizações, a diminuição do tamanho do Estado, o aumento da miséria, da exclusão social e do desemprego estão contribuindo diretamente para a concretização de uma sociedade miserável. Em termos de redução da atuação do Estado, os países onde o capitalismo não é desenvolvido, como o caso do Brasil, apresentam políticas de liquidação do patrimônio público com uma rapidez e condições desfavoráveis que nunca se vivenciaram na história política e econômica desse país. Ao contrário de um projeto político nacional voltado para a implementação de grandes empresas estatais, entre elas, a Petrobrás, observa-se que essa tendência inverteu-se radicalmente na Década de 1990. Mas as raízes serão encontradas em 1964 quando se dá a falência do modelo de substituição de importações.

As empresas estatais, braços econômico e político do nacional-desenvolvimentismo, passaram a ser atacadas de uma forma implacável. As elites nacionais, comprometidas com os interesses neoliberais, partiram para uma liquidação do patrimônio público. O Monopólio Estatal do Petróleo foi quebrado, empresas estatais foram privatizadas, o ensino público precarizou-se. Ocorreram tentativas de desmoralização e descaracterização do funcionalismo público como o instrumento de mediação do Estado com a sociedade. Assistiu-se a uma violência sem limites contra esses trabalhadores. As ações governamentais podem ser verificadas através das recomendações do relatório do Banco Mundial de 1995. Os governos de Argentina, Gana e Guiné reduziram seus funcionários entre 16% e 23% com pouca oposição política. Os tecnocratas compreendem que um dos motivos é que os salários

(...) e benefícios dos empregos públicos já sofreram uma redução drástica nos países particularmente necessitados de reforma. Quanto menor o valor do trabalho, menor é a oposição à redução de pessoal – os custos do ajustamento, de modo geral, já foram pagos. Assim, mesmo uma indenização modesta pode ser suficiente para compensar uma redução de pessoal em larga escala. Além disto, existem sinais de que os alvos mais comuns das reformas do serviço público são os numerosos trabalhadores não especializados que ocupam cargos mais baixos e que são relativamente pouco numerosos. Na maioria dos países, os funcionários públicos não estão suficientemente organizados para suscitar um protesto viável contra os cortes propostos. (Banco Mundial, 1995, p. 109)

As grandes empresas estatais de países subordinados em relação ao capitalismo monopolista passaram a não mais serem aceitas em termos de concorrência internacional. Isso se deve a uma série de fatores. A tentativa frustrada do empresariado internacional de tentar sair da crise dos anos 70 através da promoção do fordismo a crédito, vendendo tecnologia e maquinário, afetou diretamente o Brasil. O projeto desenvolvimentista do governo Geisel, baseado na captação de recursos internacionais, adotou uma estratégia visando completar a estrutura industrial e tecnológica do país. O governo militar procurou não só fugir da crise internacional, bem como, manter a instabilidade política durante o período de transição conservadora que se configurava. Foi nesse princípio que se formulou, em 1974, o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (2º PND), formado por grandes blocos de investimentos nos setores intermediários, de insumos básicos e de bens de capital. Os recursos financeiros externos concentraram-se especialmente nas grandes estatais, como a Eletrobrás, Petrobrás, Nuclebrás, Embratel e Vale do Rio Doce. Com efeito, em plena crise econômica internacional, configura-se no Brasil uma política expansionista. Ao mesmo tempo em que o país crescia, na mesma proporção endividava-se.

Agravava-se os problemas financeiros. As sucessivas crises do petróleo, como o segundo choque do petróleo em 1979, transformaram essa relação. O segundo choque do petróleo ocorreu em virtude da situação política do Irã. Na Década de 1970, o país não havia conseguido absorver o aumento dos lucros oriundos da produção de petróleo. A corrupção crescia e o caos econômico provocava tensões sociais e políticas por toda a nação. Em Teerã, um trabalhador

civil gastava até 70% de seu salário com aluguel. O sistema de transportes ferroviários estava sobrecarregado, o setor elétrico não supria a demanda. Os blecautes eram freqüentes. A insatisfação crescia com o regime do xá Reza Pahlevi. Ao mesmo tempo crescia a oposição do aiatolá Khomeini. O governo do xá em termos de direitos humanos era desastroso. De acordo com Yergin (1992: p. 709), em relação aos direitos humanos do Irã em 1976, o soberano estava bem abaixo da lista dos tiranos, ainda assim fora da lista dos piores. A Savak, polícia secreta do Irã, era violenta e terrível em termos de tortura. A oposição de Khomeini cresceu quando seu filho foi assassinado, sendo a culpa atribuída à Savak. As revoltas cresceram na cidade santa de Quom. Tropas foram mobilizadas e manifestantes foram mortos. A oposição ao governo cresceu. A retirada dos subsídios às instituições religiosas xiitas provocou o aumento do ódio do clero. Durante duas semanas, em agosto de 1978, meia dúzia de cinemas foram incendiados por fundamentalistas opositores aos filmes que denominavam como ofensivos. Em meados de agosto, em Abadã, sede de uma grande refinaria, um cinema foi incendiado com 500 pessoas em seu interior. As demonstrações sangrentas atingiram Teerã. As greves cresciam contra o governo. Com a expulsão de Khomeini do Irã, o mesmo continuou a resistência da França. A indústria petrolífera caminhava para o caos. A principal área petrolífera – The Fields – reduziu a sua produção. Os trabalhadores entraram em greve ocupando as instalações das sedes das empresas controladoras, a Osco e a National Iranian Oil Company. Ninguém ousava retirá-los de lá. Em novembro, cerca de 200 trabalhadores moravam, comiam e dormiam nos corredores do escritório central. Várias centenas de petroleiros participavam desse movimento.

Yergin (1992: p. 711) afirma que o impacto das greves foi imediatamente sentido. O Irã era o segundo maior exportador de petróleo depois da Arábia Saudita. Com uma produção de 5,5 milhões de barris, perto de 4,5 milhões eram exportados. No início de novembro, as exportações haviam caído para menos de 1 milhão de barris diários. Navios petroleiros se enfileiravam à espera do petróleo, que não chegaria. Ocorria um aumento da demanda em função da chegada do inverno. Com a tranquilidade que até então existia no mercado, as companhias

petrolíferas haviam deixado seus estoques baixarem. Haveria escassez em termos mundiais. Não havia jeito de acabar com a greve. O presidente da National Iranian Oil Company, ao tentar negociar com os petroleiros em greve, foi atacado, deixando o país logo em seguida. O governo do xá, para tentar controlar a crise, instaurou um governo militar sem sucesso. Os soldados também se mudaram para os escritórios centrais das empresas, onde coexistiam de forma desagradável com os grevistas, que continuaram acampados em seus corredores.

O mês de dezembro de 1978 foi de luto, procissões e autoflagelação no credo xiita. Sob o comando de Khomeini, enormes demonstrações de força eclodiram pelo país. As greves prosseguiram, e a produção continuava a cair. No Natal, as exportações iranianas haviam cessado completamente. Os preços do barril de petróleo subiram de 10 a 20% acima do preço oficial. O Irã perdeu os suprimentos para o consumo interno. Longas filas formaram-se. Os soldados tentavam manter a ordem atirando para o ar. Os operários petroleiros negavam-se a entregar petróleo para os militares, contribuindo para imobilizá-los. A dinastia Pahlevi chegava ao fim.

O regime Islâmista chegou ao poder. De acordo com Yergin (1992: pp. 718-719), as transformações políticas no Irã influenciaram todo o planeta. As mesmas geraram o Segundo Choque do Petróleo, elevando os preços de US\$ 13 para US\$ 34 o barril. Ocorreram mudanças maciças na indústria petrolífera internacional, na economia e na política mundiais. De 1978 até outubro de 1979, a produção iraniana foi parcialmente compensada pela elevação de outros países produtores de petróleo. A produção de petróleo do mundo capitalista foi perto de 2 milhões de barris diários, abaixo da produção do último trimestre de 1978. Apesar de a redução da oferta de petróleo ter sido de apenas 4 a 5%, a elevação dos preços deveu-se ao pânico que ocorreu no planeta. O mesmo ocorreu devido a alguns fatores. O consumo de petróleo havia crescido e o impacto da economia e do petróleo ainda não era claro, com todos os países imaginando que a demanda continuaria a crescer. O corte iraniano atingiu de maneira desigual as companhias, dependendo do grau de dependência ao petróleo iraniano, provocando interrupções no fluxo contratual de suprimentos. A competição entre os

compradores acirrou-se, com os mesmos lutando para assegurar de qualquer forma os barris perdidos. Em um cenário de crise, enquanto os governos lutavam para estabilizar os preços, as companhias dessas mesmas nações elevaram os preços, manipulando os estoques para agitar o mercado e ter receitas extras. Todo o sistema petrolífero parecia estar fora de controle. Existiu a compreensão de que esta não seria uma crise temporária, mas a antecipação de uma crise petrolífera mais profunda, significando preços permanentemente altos. Havia a indagação sobre as fronteiras da revolução iraniana. Alcançaria o Kuwait, chegaria à Arábia Saudita, ao Egito ou mais além. Os fundamentalistas religiosos atrelados a um nacionalismo fervoroso haviam tomado o Ocidente de surpresa. Um dos aspectos que os moviam era a rejeição ao mundo moderno, o que construiu o pânico pelo planeta. Enquanto o mundo capitalista articulava-se para a destruição dos Estados nacionais, o Oriente Médio acenava com o desenvolvimento de um nacionalismo radical.

O Brasil foi afetado por essas transformações econômicas e sociais. Os empréstimos internacionais passaram a ser realizados a curto prazo e com alta taxa de risco. O crescimento econômico não foi mais possível e o Brasil endividou-se. Iniciou-se a discussão sobre a ida ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e a instauração de uma recessão econômica. As dívidas externa e interna elevaram-se e com elas a inflação. A concentração de renda aumentou e a exclusão social elevou-se. De acordo com Gonçalves e Pomar (2000: pp. 11-15) no final do governo Geisel, as empresas públicas estavam endividadas, servindo ainda de captadoras de novos empréstimos, apenas para garantir que o país pudesse pagar a dívida externa. A relação do Brasil com o FMI foi desastrosa. A possibilidade de moratória da dívida, como no caso do México em 1982, implicou que a dívida não mais poderia ser rolada. As normas para a garantia do pagamento tornaram-se mais rigorosas.

Gonçalves e Pomar (2000: p. 15) afirmam que a renegociação da dívida foi feita pelo Clube de Paris – grupo de países credores criados em 1956 – que mantém estreitos laços com o FMI. Enquanto os credores atuavam como cartéis, os devedores foram tratados caso a caso, sendo os acordos dependentes da

supervisão do FMI. A primeira carta de intenções entre o FMI e o governo brasileiro, assinada em janeiro de 1983, afirmou que a crise econômica brasileira era resultado das transformações do capitalismo em termos internacionais, como também, de fatores internos como: excessivo endividamento externo, excessiva presença das estatais na economia, excessivo volume de incentivos fiscais e subsídios creditícios, distorções nas taxas alfandegárias, restrições às importações e operações cambiais, aumentos salariais para os trabalhadores acima da produtividade.

A dívida externa abriu as portas do Brasil para o neoliberalismo. Essas iniciativas do FMI só podem ser compreendidas se articuladas às respostas da burguesia internacional à crise do capitalismo monopolista. Os empréstimos foram concedidos como um autêntico “cartão de crédito” internacional para garantir a produção da maquinaria de mais-valia, não dando conta de retirar o capitalismo da crise. As empresas estatais ao serem aparelhadas com esses equipamentos e empréstimos, passaram a concorrer em um mercado que rejeitava “novos parceiros”. A considerar o cenário neoliberal, onde 16% da população controla 80% da riqueza mundial, a presença das estatais tornou-se um incômodo. As empresas públicas e os monopólios da União passaram a ser questionados. Começou a articular-se na Década de 1980 o fim de todas as empresas estatais. Esse fenômeno só não se concretizou antes em virtude da luta dos movimentos sociais, tendo como grande destaque a greve dos petroleiros de 1983. A dinâmica dos movimentos sociais – como a reconstrução da União Nacional dos Estudantes, a criação da Central Única dos Trabalhadores, o surgimento e a legalização de diversos partidos de esquerda, entre eles o Partido dos Trabalhadores – fez com que se configurasse uma Década vitoriosa. Os movimentos sociais retardaram esse processo por mais de dez anos.

Com a queda do Muro de Berlim, atrelada ao fim do Leste Europeu e ao crescente desemprego estrutural, os movimentos sociais entraram em crise e o projeto neoliberal avançou no Brasil. Os governos Collor e FHC (Fernando Henrique Cardoso) possibilitaram que as determinações do Consenso de Washington – controle do déficit fiscal, cortes nos gastos públicos, reforma

tributária, administração da taxa de juros e câmbio, abertura do mercado e liberalização das importações, liberdade de entrada de investimentos externos, privatização das empresas estatais, desregulamentação da economia, etc. – fossem implementadas no país. Iniciou-se um processo de redução do tamanho e da atuação do Estado no país. Os processos de (des) estatização aceleraram-se, transformando-se em uma autêntica entrega do patrimônio público aos interesses privados. O Brasil passou a ser literalmente liquidado. Ao mesmo tempo, as condições de trabalho nas empresas estatais precarizaram-se de forma implacável. Os salários não mais sofreram reajustes, o treinamento profissional foi reduzido, os acidentes e emergências operacionais cresceram, etc. Por maior que tivesse sido a resistência dos trabalhadores – como a greve dos petroleiros de 1995 – não conseguiu deter esse processo. Os preços dos derivados de petróleo, apesar da concorrência tão anunciada como condição para a queda dos preços, dispararam. As empresas estatais foram “doadas” aos interesses internacionais, um desmonte do Estado que lesou grande parcela da população nacional.

3.1 – O governo brasileiro, o neoliberalismo, a privatização das empresas estatais

A privatização das empresas estatais teve início com uma intensa campanha governamental, através dos meios de comunicação em massa, de que esse processo reduziria os preços, graças à “eficiência” das empresas privadas, beneficiando grandes coletivos da população. Porém, o governo federal agiu em sentido contrário, reajustando as tarifas antes mesmo das privatizações. De acordo com Biondi (1999: p. 7) ocorreu reajuste de preços das empresas fornecedoras de energia elétrica e telefonia. Naquelas, houve um ajuste das tarifas de 150% e nestas, a partir de novembro de 1995, um reajuste de até 500%. Além desses aumentos, o governo nacional garantiu que as empresas que adquirissem as estatais teriam direito de reajustar suas tarifas todos os anos, no mínimo pelo índice da inflação.

No processo de privatização do Brasil, os consórcios multinacionais apresentaram lucros rápidos e exorbitantes. Isso se deveu a diversos fatores como: tarifas e preços, demissões de trabalhadores, dívidas assumidas pelo governo e incorporação dos fundos de pensão das estatais. Biondi (1999: p. 8) afirma que com referência às tarifas e preços, ocorreram reajustes, antes da privatização, que variaram de 100% a 500%. As demissões foram maciças antes da privatização. Utilizaram bilhões de reais no pagamento de indenizações e direitos dos trabalhadores, que na verdade seriam de responsabilidade dos compradores. Um exemplo dessa afirmação diz respeito à Fepasa (Ferrovia Paulista S.A.): além de demitir 10.026 funcionários entre 1995 e 1998, o governo estadual assumiu o pagamento de 50 mil aposentados da ferrovia. No Banerj (Banco do Estado do Rio de Janeiro), foi demitida a metade dos 12 mil funcionários. Os compradores receberam folhas de pagamento mais baixas, o que ocorreu para quase todas as estatais que foram privatizadas.

O mesmo autor afirma que o governo federal passou para o Tesouro Nacional dívidas que eram das estatais, bilhões de reais que deveriam ser pagos pelos compradores. Na venda da Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista), assumiu R\$ 1,5 bilhão (US\$ 1,25 bilhão), além de adiar o recebimento do ICMS atrasado no valor de R\$ 400 milhões (US\$ 333,3 milhões). A venda foi efetuada por apenas R\$ 300 milhões (US\$ 250 milhões). Nos fundos de pensão, os compradores também foram privilegiados. No Banerj (Banco do Estado do Rio de Janeiro), o governo estadual emprestou R\$ 3,3 bilhões (US\$ 2,75 bilhões) mesmo sabendo que o Banco seria vendido por R\$ 330 milhões (US\$ 275 milhões). A propósito, este valor foi pago em “moedas podres” (títulos emitidos pelo governo, negociados no mercado pela metade do preço – 50% de desconto). A transação foi realizada por R\$ 165 milhões (US\$ 137,5 milhões), quase 20 vezes menos do que o valor do empréstimo de R\$ 3,3 bilhões (US\$ 2,75 bilhões).

Um outro aspecto a se discutir diz respeito aos prejuízos e ao dinheiro em caixa das estatais antes das vendas. Com relação ao primeiro, os compradores dos bancos estatais podem utilizar o prejuízo que tenham sofrido nos últimos anos e acumulado nos balanços e abatê-lo do seu próprio lucro, reduzindo-o e

diminuindo o Imposto de Renda que deveria ser pago. Um exemplo disso foi o grupo econômico que adquiriu o Banco Meridional, que pôde utilizar um prejuízo de R\$ 230 milhões (US\$ 116,16 milhões) – do banco adquirido – em seu benefício. Com o custo de R\$ 267 milhões (US\$ 133,84 milhões), abatido do prejuízo descontado, na realidade o banco custou apenas R\$ 37 milhões (US\$ 18,68 milhões). Biondi (1999: p. 11) afirma que a Telesp tinha R\$1 bilhão (US\$ 505,05 milhões) em suas contas bancárias ao ser entregue à espanhola Telefonica. A última havia pago R\$ 2,2 bilhões (US\$ 1,11 bilhão) pela compra da Telesp. Na realidade pagou apenas R\$ 1,2 bilhão (US\$ 606,06 milhões).

Para Biondi (1999: p. 11), ocorreu um aumento dos lucros da iniciativa privada nesses negócios, visto que o valor devido está sendo pago em prestações, com juros mais baixos do que os exercidos no Brasil. Na venda das redes ferroviárias, houve uma entrada de 10% a 20% do valor, com prazo, no total, de 30 anos para o pagamento. Se já não bastasse, os compradores

(...) das estatais brasileiras têm ainda novos presentes à sua espera: o BNDES lhes oferece empréstimos bilionários, depois que eles tomam posse das empresas, para executarem – com dinheiro do banco estatal, logo nosso – os “investimentos” que se comprometeram a fazer. Ninguém se espante: depois do caos nos serviços de energia elétrica no Rio, no começo de 1998, a Light ganhou um empréstimo de nada menos do que 730 milhões¹² de reais do BNDES. A Companhia Siderúrgica Nacional, comprada com “moedas podres” financiadas, também foi imediatamente presenteada com um empréstimo de 1,1 bilhão de reais¹³ do BNDES para execução de um plano de expansão de cinco anos. Tudo, sempre, com juros privilegiados, abaixo dos níveis de mercado (Biondi, 1999, p. 12).

De acordo com as afirmações governamentais, as privatizações reduziriam as dívidas do governo, mas ocorreu o contrário. Isso se deveu a vários fatores. O governo, com a venda das estatais, deixou de contar com o lucro que proporcionavam. Por outro lado, começou a ocorrer uma sangria de dólares do

¹² US\$ 368,68 milhões

Brasil. Isso se comprova no investimento que o governo realizou – R\$ 7 bilhões (US\$ 3,53 bilhões) – no setor de telecomunicações. Empresas brasileiras foram fechadas e o desemprego cresceu no setor. As multinacionais existentes no ramo e mesmo aquelas financiadas pelo BNDES começaram a importar em grande escala. Alguns equipamentos de telefonia passaram a utilizar cerca de 97% de peças e componentes importados, sendo apenas montados no Brasil. O governo chegou a discutir a obrigatoriedade da utilização de 35% das peças nacionais nos equipamentos, mas à medida que o leilão de privatização aproximava-se, recuou, não realizando qualquer exigência.

De acordo com Biondi (1999: pp. 16-17), os desdobramentos desse processo podem ser avaliados da seguinte maneira: de 1993 a 1998, as compras do setor no exterior cresceram dez vezes, 1.000%, de US\$ 280 milhões para US\$ 2,8 bilhões, criando um déficit setorial de US\$ 2,5 bilhões. Ao mesmo tempo, esses números não refletem a totalidade. Há peças e componentes que são classificados como produtos eletrônicos, mesmo sendo destinados ao setor de telecomunicações. Nessa área, o déficit chegou a US\$ 8 bilhões, com a importação de US\$ 11 bilhões e a exportação de US\$ 3 bilhões. Esse rombo, analisado para todos os setores, em 1993 estava entre US\$ 600 milhões e US\$ 700 milhões, passando, em 1998, para a faixa de US\$ 7,8 bilhões. Se já não bastasse, no próprio processo da venda das estatais, os compradores conseguem empréstimos no exterior que são incluídos na dívida externa do Brasil, elevando os juros que o país tem que pagar aos bancos internacionais. É o caso da já privatizada Vale do Rio Doce, que conseguiu um empréstimo de US\$ 1 bilhão do National Bank para concorrer na compra da Light. Ou da própria Light, já privatizada e com a Vale como uma de suas proprietárias, que conseguiu um empréstimo de US\$ 1,2 bilhão para comprar a Eletropaulo. Esse processo demonstra o Estado se desobrigando com a suas próprias empresas e para isso efetuando percursos que reproduzem novamente a relação de submissão aos interesses privatistas, facilitando o caminho da privatização e pagando duas vezes por algo que diz vender.

¹³ US\$ 555,5 milhões

3.1.1 – A precarização¹⁴ da Petrobrás e a entrega do petróleo nacional à iniciativa privada

Acompanhando o processo antes descrito, a Década de 1990 assistiu à entrega das reservas petrolíferas brasileiras aos grandes conglomerados transnacionais. A luta travada por esses interesses e seus fiéis asseclas nacionais chegava ao fim com êxito. Embasados nos referenciais neoliberais, os “algozes vampiros econômicos” finalmente esperaram o anoitecer para surgir em cena. O petróleo nacional foi rifado, uma ação que lesou toda a sociedade.

Com referência à Petrobrás, o próprio governo nacional atuou no intuito de desestabilizá-la. A empresa dentro do cenário neoliberal passou a conviver com críticas ferozes na sociedade, críticas que tiveram como objetivo desconstruir a imagem de empresa nacional e da possibilidade de atuação com sucesso por parte do Estado na economia. As mesmas foram voltadas, em especial, para a afirmação de que a gasolina nacional tinha os preços mais altos do planeta. De acordo com Biondi (1999: p. 22), a Petrobrás sempre teve direito a uma parcela mínima sobre o preço do litro de gasolina e outros produtos. A estatal é uma das empresas mundiais que possuem o menor lucro por litro de gasolina. Para permitir que o desenvolvimento da indústria petroquímica nacional tivesse preços compatíveis aos de mercado internacional, a estatal assumiu, por determinação governamental, a venda de matérias-primas por preços mais baixos do que o praticado no mercado, acumulando um prejuízo de US\$ 4 bilhões.

A Petrobrás investiu R\$ 2,6 bilhões (US\$ 1,46 bilhão) no desenvolvimento da produção de petróleo na Bacia de Campos no Rio de Janeiro. Foram descobertos poços com capacidade de produção em torno de 10 mil barris por dia. No final da Década de 1990, os poços estão produzindo 240 mil barris de petróleo por dia, ou seja, 20% de toda a produção nacional. O objetivo da estatal é elevar a produção para 500 mil barris por dia, planejando investir mais R\$ 2,3 bilhões

(US\$1,29 bilhão), totalizando um investimento de R\$ 4,9 bilhões (US\$ 2,75 bilhões). De acordo com Biondi (1999: p. 33), após o planejamento desse montante de investimento, o governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) determinou que a estatal convide grupos privados para participarem do investimento. A participação ocorrerá em termos de cotas, formando grupos de 20 investidores. Para participar desse projeto, o consórcio terá que investir a cifra espantosamente baixa de R\$ 140 milhões (US\$ 67,96 milhões). Dividindo-se esse valor pelos 20 consorciados, cada um terá que desembolsar a quantia de R\$ 7 milhões (US\$ 3,39 milhões), podendo ficar sócio de um projeto que terá custado à sociedade brasileira R\$4,9 bilhões (US\$ 2,37 bilhões).

O governo brasileiro, através do informe do BNDES de fevereiro de 1999, justificou essa iniciativa como sendo em decorrência do corte de investimento na ordem de R\$ 1 bilhão (US\$ 485,4 milhões), afirmando a necessidade de investimentos internacionais para a continuidade dos seus projetos. Apesar dos baixos investimentos do capital privado mostrados acima, as suas participações nos lucros não seguirão as mesmas proporções. Os investidores terão praticamente um terço dos lucros de toda a produção dos campos de Marlim. Isso se comprova pela iniciativa do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), que formou um consórcio chamado “Sociedade de Propósito Especial”, com um capital total de R\$ 200 milhões (US\$ 97 milhões) , sendo R\$ 140 milhões (US\$ 67,96 milhões) da iniciativa privada e R\$ 60 milhões (US\$ 29,12 milhões) do próprio BNDES. De acordo com Biondi (1999: p. 34), esse consórcio foi criado apenas para pedir um empréstimo aos bancos internacionais para o desenvolvimento dos campos de Marlim. Um dinheiro que a Petrobrás teria condições de conseguir no exterior. Vão aplicar R\$ 1,3 bilhão (US\$ 631 milhões), mais os R\$ 140 milhões (US\$ 67,96 milhões) do seu capital, formando um total de R\$ 1,44 bilhão (US\$ 699 milhões), equivalente a menos de um terço do investimento da estatal na ordem de R\$ 4,9 bilhões (US\$ 2,37 bilhões). Terão direito à participação de 30% dos lucros. Segundo Biondi (2000: p. 26). o campo de Marlim, explorado pela

¹⁴ A precarização entende-se como uma das condições prévias para a privatização. O processo privatista visto em perspectiva é um movimento que assume seqüências que incluem: abandono, omissão, degradação, concessão e privatização.

Petrobrás na Bacia de Campos, produzia 200 mil barris por dia, em fevereiro de 1999. Em janeiro de 2000, a produção foi elevada para 400 mil barris por dia. Isso significa que o poço vai produzir 150 milhões de barris por ano; a considerar o preço do barril de petróleo em US\$ 30, a produção anual vai estar próxima a R\$ 9 bilhões (US\$ 4,36 bilhões). Valores de produção que podem ser duplicados em poucos meses, de acordo com estudos da própria Petrobrás.

Com a quebra do monopólio estatal da exploração do petróleo na Década de 1990, o governo assegurou ao Congresso Nacional que não iria privatizar a Petrobrás. As empresas privadas poderiam participar de todas as atividades relativas ao petróleo, desde a exploração, o refino, a distribuição, etc. De acordo com Biondi (1999: p. 34), graças a manobras dos senadores e deputados governistas, foi aprovado um substitutivo ao projeto original. O mesmo garante que qualquer setor da Petrobrás pode ser vendido a grupos privados. O governo pode criar uma outra empresa apenas para cuidar das refinarias. E, em seguida, vendê-la. A mesma ação pode ser feita para a exploração de gás, os oleodutos e gasodutos, as plataformas marítimas, etc. Em outras palavras, a Petrobrás corre sério risco, fruto dessa abertura na lei, de existir apenas no papel, sendo vendida em partes ao capital privado.

O governo nacional forneceu estudos sobre áreas, onde a Petrobrás havia descoberto petróleo, ou mesmo indícios dele, a empresas privadas nacionais e internacionais, por meio de licitação. A estatal foi obrigada a fornecer todos os estudos e relatórios de pesquisa que ela fez sobre as possíveis jazidas de petróleo no Brasil. Estudos e pesquisas de Décadas, que custaram dezenas de bilhões de reais à Petrobrás e que foram entregues à Agência Nacional do Petróleo (ANP) sem custo algum. A agência cobrou apenas R\$ 300 mil (US\$ 168,5 mil) por todo o “pacote” de pesquisas que custaram bilhões de reais ao Brasil. Ao mesmo tempo, as empresas que quiserem comprar os estudos relativos a apenas uma região do país poderão pagar cerca de 10% do valor acima.

O governo federal abriu licitações para exploração e produção de petróleo em diversas regiões do país. A ANP pediu às empresas privadas interessadas em participarem do “negócio do petróleo” no país, uma quantia que variou de R\$ 50

mil (US\$ 28 mil) a R\$ 150 mil (US\$ 84,26 mil). É importante observar que foram incluídos os poços com uma capacidade produtiva – 10 mil barris por dia – aos moldes dos países do Oriente Médio, como Irã, Kuwait, Iraque, que produzem de 7 a 8 mil barris por dia. A considerar o preço do barril de petróleo a US\$ 20, significa que no Brasil pode haver faturamento de US\$ 200 mil por dia em um único poço. Esse número pode chegar a US\$ 6 milhões por mês, ou US\$ 70 milhões por ano. De acordo com Biondi (2000: p. 26), uma das jazidas da Petrobrás na Bacia de Campos no Rio de Janeiro, tem 25 poços funcionando, significando que podem faturar em torno de US\$ 1,75 bilhão por ano. As jazidas foram compradas por R\$ 150 milhões (US\$ 84,26 milhões), mil vezes o preço inicial pedido pelo governo; R\$ 150 milhões (US\$ 84,26 milhões) pagos em uma só vez, para adquirir poços que podem faturar US\$ 1,75 bilhão ao ano.

Se já não bastasse a capacidade produtiva dos poços discutidos, soma-se aos mesmos a descoberta, pela Petrobrás, do megacampo de Roncador, situado na Bacia de Santos. Biondi (2000: p. 27) afirma que, somando a produção desse campo à de Marlim, pode-se obter um faturamento anual de R\$ 36 bilhões (US\$ 20,2 bilhões), que cobriria grande parte das despesas do governo federal. Campos que terão um percurso produtivo na ordem de 15 a 20 anos, gerando uma produção que valerá em torno de R\$ 540 bilhões (US\$ 330,37 bilhões) a R\$ 720 bilhões (US\$ 404,49 bilhões).

No dia 7 de junho de 2000, a iniciativa privada passou a ter acesso a poços com essa capacidade produtiva. Poços que poderiam gerar bilhões de dólares ao Brasil. A Petrobrás foi autorizada a participar dos leilões de compra das áreas petrolíferas que ela descobriu. Porém, só pôde participar em parceria com grupos multinacionais que ficaram com 75% da sociedade, permanecendo o restante à estatal.

Para a compreensão do leitor, é necessário historiar as transformações que ocorreram no Brasil em termos do petróleo, que levaram à criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A mesma é um órgão que regulamenta o setor petróleo no Brasil. Sua atuação é voltada aos objetivos privatistas, defendendo que a única possibilidade de desenvolvimento da indústria petrolífera nacional está

articulada à participação do capital internacional. Ela representa toda uma estratégia governamental voltada para a privatização da Petrobrás.

Após a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a submissão organizada de seu governo às políticas do FMI, foram remetidas ao Congresso Nacional cinco emendas alterando a ordem econômica na Constituição do Brasil: a quebra do Monopólio Estatal do Petróleo, das telecomunicações, da navegação de cabotagem, do gás canalizado e a eliminação da diferença constitucional entre empresas brasileiras de capital nacional e empresas brasileiras de capital estrangeiro. As mesmas visavam ajustar a economia brasileira aos imperativos neoliberais, possibilitando a abertura de espaços para a privatização das empresas estatais. De acordo com Zica (1999), sua votação ocorreu com forte pressão em favor da aprovação da mídia brasileira. Com um Congresso Nacional extremamente fisiológico, cada votação transformava os gabinetes das lideranças do governo em balcões de negócios voltados para atender aos anseios das bancadas de representantes de grupos de interesse econômico. Essa ação acabou por aprovar todas as propostas governistas sem um aprofundamento dos seus impactos no país. Ao mesmo tempo, os partidos antiliberalizantes não conseguiram construir a unidade do movimento social para a defesa de um projeto nacional. O movimento sindical lutava isoladamente, vendo cair uma a uma as garantias constitucionais inerentes ao seu ramo produtivo.

Foi nesse contexto que se desenvolveu a greve dos petroleiros de 1995. Com o desenrolar da mesma, e a falta de derivados promovida pelas distribuidoras, criou-se um confronto entre os trabalhadores do setor e o monopólio da Petrobrás de um lado, e a população do outro. As forças liberalizantes aproveitaram-se para construir uma campanha em favor da competitividade internacional e da abertura da economia nacional como pressuposto para a redução dos preços e maior oferta de produtos. Ao mesmo tempo, iniciou-se um processo visando à neutralização da resistência operária aos processos que ainda estavam por vir. Trabalhadores foram demitidos – 74 demissões – os sindicatos foram multados por dia de greve, totalizando prejuízo de cerca de R\$ 50 milhões (US\$ 28 milhões) às entidades.

Segundo Zica (1999), esse foi o processo que levou à quebra do monopólio da Petrobrás. Assim se aprovou a emenda que abriu caminho à desregulamentação do setor e à sua entrega à fúria do mercado. A propósito, quando da quebra do monopólio, o litro da gasolina custava ao consumidor cerca de R\$ 0,50 (US\$ 0,51); cinco anos após estava em média R\$ 1,62 (US\$ 0,91). Um botijão de gás (GLP), que custava R\$ 4,00 (US\$ 4,12) em 1995, no final de 1999 estava em torno de R\$ 17,00 (US\$ 9,55).

Logo após a quebra do Monopólio Estatal do Petróleo, iniciaram-se os trabalhos para a sua regulamentação. Os partidos contrários à liberalização apresentaram projetos visando reduzir o impacto do texto aprovado. Entre os mesmos, o PL-1.210/95¹⁵, que propunha a abertura de possibilidade para associações da Petrobrás com outras empresas – para exploração da indústria do petróleo no Brasil – desde que com controle acionário da Petrobrás. Tinha como princípio que o então CNP (Conselho Nacional do Petróleo) teria plena participação nos diversos segmentos de atuação na área: trabalhadores, empresas, governo, consumidores e o Congresso Nacional. Visava garantir o caráter público do setor e o abastecimento nacional a preços compatíveis com as necessidades da população.

Segundo Zica (1999), o mesmo foi derrotado no Congresso Nacional – por larga margem de votos – sendo vencedor o projeto do governo. Com efeito, foi transferida à ANP toda a responsabilidade de definir a política do setor, desde controle de qualidade, preços, importação e exportação. A Lei 9.478 de 1997 que criou a ANP e que “regula” o setor petróleo consolidou, em seu artigo segundo, o Conselho Nacional de Política Energética. Juntamente com a ANP, o presidente da República teria a atribuição de constituir o novo Conselho em até 120 dias após a promulgação da Lei 9.478. Caberia a ele definir o controle das reservas brasileiras de óleo e gás, a política de produção e importação; enfim, assegurar proteção do “interesse nacional” contra as grandes transnacionais do setor. Porém, até hoje ainda não foi constituído. No seu artigo 62, a lei estabelece que a União manterá o controle acionário da Petrobrás, mantendo sob seu poder metade

¹⁵ De autoria do Deputado Federal Luciano Zica, do Partido dos Trabalhadores.

do capital votante mais uma ação do capital votante, diferentemente da Lei 2.004 de 1953, que obrigava a manter sob controle da União metade mais uma ação do total do capital da empresa. Só essa mudança no controle do capital possibilita a venda de cerca de R\$ 9 bilhões (US\$ 4,54 bilhões) em ações.

Mas é no artigo 64 que estão inseridas as maiores complicações. O mesmo afirma que a Petrobrás fica autorizada a constituir subsidiárias, as quais poderão associar-se, majoritária ou minoritariamente, a outras empresas. Zica (1999) afirma que esse artigo fere frontalmente a Constituição em seu artigo 37, incisos XIX e XX. O primeiro estabelece que “somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública.” E o segundo sentencia: “Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada”. Os partidos contrários à liberalização da economia – Partido dos Trabalhadores, PCdoB (Partido Comunista do Brasil), PDT (Partido Democrata Trabalhista) e PSB (Partido Socialista Brasileiro) – deram entrada a uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) junto ao STF (Supremo Tribunal Federal), solicitando liminarmente a supressão desse artigo 64, e do 65¹⁶ da Lei 9.478. A liminar foi negada, mas o mérito ainda não foi julgado.

O discurso da direção da ANP é contraditório. Em uma conjuntura internacional onde ocorrem fusões e o fortalecimento de grandes grupos econômicos do setor petróleo – como o da British Petroleum com a Amoco, da Exxon (Esso) com a Mobil e da Texaco e a Shell nos EUA – afirma que pode vir a vender algumas unidades da Petrobrás, acreditando ser fundamental a redução da atuação e do tamanho da empresa. Para o seu presidente, David Zilberstajn – genro de FHC –, o Estado deve preocupar-se diretamente com o cidadão, investindo em áreas mais importantes como educação, saúde e segurança. Repetindo a retórica neoliberal, acredita que o Estado deve sair do setor petróleo,

¹⁶ A Petrobrás deverá constituir uma subsidiária com atribuições específicas de operar e construir seus dutos, terminais marítimos e embarcações para transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, ficando facultado a essa subsidiária associar-se, majoritária ou minoritariamente, a outras empresas.

dando lugar à iniciativa privada, “pois a origem do capital tem pouca importância”. Ao mesmo tempo em que o Brasil adota essa postura, governos como o da França e o dos Estados Unidos investem para manter e ampliar as reservas de suas empresas no exterior.¹⁷

É nesse contexto que a ANP pretende privatizar a Petrobrás, integrando-a ao desmonte da fúria neoliberal. A recente licitação de áreas para exploração de petróleo, sem que o CNPE – a quem competiria definir a estratégia do setor – se manifeste a respeito, é aparentemente apenas mais um dos passos que se “explicam” pelo fato de tal Conselho ainda não ter sido constituído. A ANP e o governo federal atuam como verdadeiros gestores dos interesses neoliberais transnacionais, atuando no intuito de viabilizar a entrega do petróleo brasileiro e da Petrobrás, independentemente de que para isso desrespeitem o interesse e as leis nacionais. Essas ações comprovam-se nas próprias transformações que estão ocorrendo no cotidiano da estatal. Ocorrem trocas de gerentes nas refinarias, que assumem com o intuito de reduzir em até 30% o já minúsculo quadro de funcionários, visando ajustá-las aos interesses dos compradores. Além disso, já foram criadas mais três subsidiárias que colidem com a Constituição: a Transpetro, herdeira de todo o setor de transportes (navios, terminais e dutos), a Gaspetro (gestora de sandices como o Gasoduto Bolívia-Brasil) e a Fronape. Com as mesmas precarizam-se as condições de trabalho. A Fronape é um exemplo. Ocorrem substituições de empregados por contratados, retirada do auxiliar de saúde nos navios de cabotagem e média cabotagem. Os navios estão sempre com a lotação mínima exigida pela Marinha, impondo jornadas exaustivas aos trabalhadores.

De acordo com Zica (1999), a manter essa ação governamental, a sociedade vai assistir à transformação da Petrobrás, como empresa pública, em um escritório sem qualquer significado ou importância para o país. Da privatização da Petrobrás, não existirá o tradicional martelo, pois ela será administrativa, realizada disfarçadamente nos bastidores. Não será necessário o governo expor-se ao desgaste de um tumultuado leilão confrontando os movimentos sociais.

¹⁷ Jornal Surgente n. 421 13/1/1998 – Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro.

Isso comprova-se através dos leilões realizados pela ANP, onde atua na concretização de uma autêntica privatização “branca” da estatal, através da venda de refinarias, oleodutos, terminais, etc. Essas são estratégias que dentro do cenário neoliberal estão sendo utilizadas para desestabilizar a Petrobrás e passar o petróleo nacional ao controle dos interesses transnacionais. Iniciativas de desmoralização da empresa estão sendo elaboradas, como o caso da poluição da Baía da Guanabara, ocorrido no início do ano 2000, visando construir na sociedade a imagem de uma empresa incompetente. Biondi (2000: p. 32) afirma que ocorreram informações desencontradas e demora na tomada de medidas que poderiam sanar os problemas. Com o rompimento do oleoduto que lançou milhares de litros de petróleo ao mar, foi no mínimo “estranho”, que nenhum equipamento, seja de pressão de bombeio, ou indicação de nível de tanque, tenha funcionado. De acordo com informações da própria direção da empresa, o bombeio foi iniciado à 1 hora da manhã. O corpo técnico desconfiou do vazamento por volta da 3 horas da manhã, mas o bombeamento foi interrompido às 5:30 horas da manhã. A direção da Petrobrás deveria ter estabelecido contato com os municípios e o governo do estado, para uma combate mais eficaz, porém o fato foi revelado à sociedade apenas à noite, quando os efeitos do desastre eram irreversíveis. As redes de bóias de contenção de manchas de petróleo não foram utilizadas no primeiro dia, cabendo discutir os motivos pelos quais isso não ocorreu. A direção da estatal afirmou que o vazamento não foi descoberto por falha no programa de computador utilizado para acompanhar essas operações. A empresa fornecedora desse equipamento conseguiu comprovar que os programas funcionaram corretamente, obrigando a direção da empresa a confessar que havia mentido.

Os motivos pelos quais o bombeio demorou tanto tempo a ser descoberto ficam em aberto. Pode ser que um simples alarme, comum nesses sistemas para indicar aos operadores variações no processo, não tenha funcionado, inviabilizando a detecção do problema; esta é uma entre tantas outras possibilidades. Porém, não pode ser deixada de lado a afirmação de que a fruto do projeto neoliberal, a empresa, com os cortes de verbas, falta de incentivo para

treinamento, manutenção preventiva, entre outros, está sendo “sucateada”, sendo o vazamento da Baía da Guanabara apenas um dos vários acidentes que podem acontecer. Isso demonstra apenas “a ponta de um iceberg” de um processo construído que tem como objetivo a destruição da Petrobrás tanto interna como externamente.

3.1.2 – A precarização das condições de trabalho dos petroleiros.

A precarização das condições de trabalho, fruto do sucateamento da Petrobrás, está trazendo sérios riscos à integridade física dos trabalhadores da estatal e da população. A terceirização de serviços, as empreiteiras contratadas para serviços de manutenção, estão utilizando funcionários sem experiência no trato com os equipamentos. O número de acidentes do trabalho vem crescendo na Década de 1990.

De acordo com Sevá e Gil (1996: p. 3), ocorreram aumento de vazamentos de produtos químicos, incêndios, explosões, emergências operacionais que colocaram em risco a vida dos trabalhadores, etc. Com relação ao índice de acidentes com petroleiros da Petrobrás e das empresas contratadas:

Tabela 1

Fatalidades em acidentes típicos

Petrobrás	3	5
Contratadas	15	11
Total	18	16

Fonte: Susema/Coseg apud Boletim Primeira Mão – especial – agosto 1997.

Conforme observa-se na tabela 1, dos 16 operários mortos no ano de 1996, 11 pertenciam a empresas contratadas e, das 18 mortes ocorridas em 1995, 15 foram com trabalhadores terceirizados (empresas contratadas).

Tabela 2

Taxa de frequência de acidentados com afastamento - Petrobrás

Acidentados por milhão de horas-homens de exposição ao risco - 1996

Total	7,28
Segen	1,61
E&P	10,59
Abast-Tran	8,91
Abast-Ref	4,94
Cenpes	2,27
Sede	1,91
Outros	2,47

Fonte: Susema/Coseg apud Boletim Primeira Mão – Especial – agosto 1997.

Tabela 3

Taxa de frequência de acidentados com afastamento – petroleiros terceirizados

Acidentados por milhão de horas-homem de exposição ao risco – 1995-1996

Petrobrás	11,87	14,67
Segen	10,93	16,61
E&P	16,66	17,25
Abast-Tran.	7,84	14,73
Abast-Ref.	13,34	12,91
Cempes	8,65	9,23
Sede	6,59	6,93

Fonte: Susema/Coseg APUD Boletim Primeira Mão – Especial – agosto 1997.

A considerar apenas os petroleiros terceirizados, observa-se de acordo com a tabela 3, que a taxa de frequência de acidentados com afastamento (por milhão de horas-homem de exposição ao risco) foi de 14,67 em 1996. Comparando com

a tabela 2, que inclui apenas as taxas relativas aos funcionários da Petrobrás, o índice de acidentes cai, no mesmo ano, para 7,28. Em relação aos petroleiros ligados à estatal, observa-se o alto índice de acidentes no trabalho que resultam em afastamento das atividades. Ao mesmo tempo, um comparativo dos índices aponta que os petroleiros terceirizados se acidentam duas vezes mais, do que os trabalhadores da Petrobrás.

Entre 1998 e 1999 morreram 74 trabalhadores – 59 em empresas terceirizadas – na Petrobrás. Esse valor corresponde a quase um terço das mortes ocorridas em conflitos recentes no Oriente Médio entre palestinos e judeus. Nas plataformas e refinarias está morrendo um trabalhador a cada quinze dias.¹⁸

Em 1998, ocorreram várias emergências nas refinarias da Petrobrás. Na Refinaria de Paulínia, ocorreu um incêndio, por falta de manutenção preventiva, sendo combatido por apenas seis operadores, em virtude da redução da força de trabalho. Em Betim, Minas Gerais, na Refinaria Gabriel Passos, ocorreu a morte de cinco trabalhadores, sendo quatro petroleiros terceirizados. De acordo com dados da Delegacia Regional do Trabalho, os trabalhadores vinham desenvolvendo suas atividades nas empresas terceirizadas sem terem qualificação ou treinamento adequado. Em novembro do mesmo ano, uma esfera de gás de cozinha desabou de suas colunas de sustentação, na Refinaria Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. O desastre só não ocorreu porque a mesma estava vazia, pois, caso contrário, o Brasil teria assistido a uma tragédia aos moldes da de 1972, com a morte de dezenas de trabalhadores na mesma refinaria.

Com o cenário de precarização da estatal, as condições de trabalho dos petroleiros estão piorando nos últimos anos. O número de trabalhadores na Petrobrás foi reduzido. Essa questão aponta para outro problema também relacionado ao enxugamento das empresas estatais. Em 1996, a estatal possuía um total de 44.247 funcionários em todo o Brasil. Desses, 9.200 estavam em cargos de nível superior, ou seja, funções que requerem formação universitária, como engenheiros, geólogos, químicos, etc.

¹⁸ Dados retirados do Jornal do Sindicato dos Petroleiros do Estado de São Paulo. N. 209, ano 4, 04 a 08/12/00

Os cargos de nível médio, voltados para a área técnica, que não requerem formação universitária, como operadores de petróleo, analistas químicos, bombeiros, seguranças, etc., eram compostos por 35.047 trabalhadores.¹⁹ Houve uma redução, entre os anos de 1989 e 1996, de 15.781 trabalhadores.

Tabela 4 - Evolução do número de trabalhadores da Petrobrás.

1989	60.028
1990	55.569
1991	53.857
1992	51.638
1993	51.228
1994	50.295
1995	46.000
1996	44.247

Fonte: Petrobrás / Sindipetro Campinas/PIW.

Ao mesmo tempo em que houve uma redução da força de trabalho, conforme demonstra o quadro acima, observa-se uma elevação da produção industrial, que pode ser verificada tanto na tabela de capacidade de refino, como nas previsões de produção da estatal.

Tabela 5

Índice de capacidade de refino da Petrobrás – (10³ barrís por dia)

Petrobrás	Brasil	1.352	1.531	1.540

Fonte: PIW (16/12/96).

Com a redução da força de trabalho, acompanhada de aumento dos índices de produtividade, seus desdobramentos tornaram-se insuportáveis aos petroleiros.

¹⁹ Dados da Comissão de Saúde e Meio Ambiente do Sindipetro Campinas.

A elevação da intensidade do trabalho levou os trabalhadores ao desespero. Mesmo com a luta dos movimentos sociais, principalmente pela redução da jornada de trabalho dos petroleiros após a Constituição de 1988, sua situação não melhorou. Os mesmos, que antes trabalhavam em turnos de revezamento de 40 horas semanais, passaram a trabalhar em média 36 horas. Isso se deveu à redução da jornada diária de 8 para 6 horas. Alguns trabalhadores das refinarias da Petrobrás, entre eles, os de Paulínia, optaram por continuar trabalhando 8 horas diárias em troca de mais folgas. As discussões giraram em torno de que com o aumento do tempo livre, os mesmos poderiam usufruí-lo da forma como achassem necessário.

3.1.3 – Tempo livre/qualificação e futuro dos trabalhadores petroleiros de Paulínia

A redução da jornada de trabalho não significou o aumento do nível de emprego. Apesar de terem sido realizadas algumas contratações no final da Década de 1980 e início da seguinte, com as aposentadorias sem reposição, o quadro funcional foi reduzido drasticamente. Ao mesmo tempo, o número de unidades de processo foi elevado nos últimos anos²⁰. A estratégia utilizada foi a do remanejamento de pessoal da própria Petrobrás, entre uma região e outra. Isso não só elevou a exploração, aumentou a intensificação, bem como, não ocasionou o aumento de um só posto de trabalho na empresa. O aumento do tempo livre passou a ser explorado pelo capital com vistas à perpetuação do lucro. Ao contrário do mesmo ser realizado com criatividade, como acreditam os seus defensores, o que se vê é a criação de estratégias para a sua absorção. A elevação das horas extras e, posteriormente, a realização de cursos de aperfeiçoamento profissional sem remuneração, são exemplos dos limites do tempo livre dentro das fronteiras do capitalismo. Com a redução salarial, o acesso ao lazer como uma mercadoria do capital, também tornou-se inviável. As horas de folga são utilizadas numa disputa desenfreada pelas horas extras, uma

²⁰ Com a criação da Unidade de Coque, elevação do número de tanques de armazenamento, etc.

possibilidade de elevação indireta dos salários. O tempo livre transformou-se na extensão de uma fábrica do desespero,²¹ não sendo usufruído com criatividade, mas sim explorado pela direção da empresa, que obriga os trabalhadores a realizarem cursos e reuniões fora do expediente sob a ameaça de demissão.

A redução dos efetivos, acompanhada do aumento da precarização das condições de trabalho, tem atormentado os trabalhadores. A diminuição de petroleiros nas brigadas de incêndio, a obrigatoriedade da multifunção sem preparo adequado têm construído, no cotidiano fabril, a configuração de uma “fábrica do horror”, onde os petroleiros convivem diariamente com a possibilidade da perda da vida, ou, no mínimo, de sua integridade física. Um trabalhador demorava anos para ser formado e assumir tarefas independentes dentro de uma instalação na estatal. No cenário neoliberal, todo esse processo de formação ocorre em poucos meses, exercendo atividades com pouco preparo e total falta de experiência. As políticas de redução de pessoal implementadas pela Petrobrás, com incentivos à demissão voluntária, têm levado dezenas de trabalhadores a desligar-se da empresa. Trabalhadores com anos de experiência profissional formados com recursos do Estado, que são absorvidos pela iniciativa privada sem nenhum custo.

Isso tem ocasionado respostas em termos de organização dos trabalhadores. Com as transformações que estão ocorrendo no capitalismo monopolista, e seus impactos na Petrobrás, observa-se que desde o início da Década de 1980, os petroleiros têm organizado grandes movimentos sociais, de contestação à precarização da Petrobrás e das condições de trabalho dentro da estatal, como foi discutido no primeiro capítulo desta pesquisa. O desemprego

²¹ O Sindipetro Campinas fez uma denúncia ao Ministério Público do Trabalho, da degradação das condições de trabalho, o aumento dos riscos de acidente, em função da redução de efetivo e aumento da terceirização, em 1994. No dia 24/3/00, a Justiça do Trabalho de Paulínia proferiu sentença favorável aos trabalhadores, determinando o aumento de efetivo. “A questão do labor em sobrejornada, torna-se mais tormentosa se lembramos que a periculosidade é inerente ao processo produtivo na Replan. Na legislação internacional, normalmente é vedada a realização de horas extras em tais atividades. O trabalhador não é uma máquina formada de músculos e nervos ou um amontoado de células, mas um ser dotado de inteligência, aptidões, sentimentos e aspirações. O desejo de progredir e aprender cada dia um pouco mais, a impressão de não realizar uma tarefa autônoma, sem exercitar a sua iniciativa e participar de sua realização, e a possibilidade de manter contatos humanos são também necessidades fundamentais do homem.” (Trechos da sentença da Justiça do Trabalho de Paulínia relativa à recomposição da força de trabalho na Refinaria de Paulínia, in Boletim Petroleiros, n. 174, 27 a 31/3/00).

estrutural é criado pelo capitalismo monopolista e suas metamorfoses locais. O mesmo assola os trabalhadores e é utilizado pela direção da empresa como uma chantagem contra os trabalhadores e a organização sindical. Aqueles que ainda permanecem nos quadros da Petrobrás são colocados em uma situação profissional onde imperam condições elevadas de precariedade. As possibilidades de resistência são imediatamente advertidas com ameaças de demissão, criando condições insuportáveis aos trabalhadores. As unidades da Petrobrás, para uma grande parcela da força de trabalho, transformam-se em autênticos “campos de concentração humano”, onde o importante é a sobrevivência a qualquer custo. Sobrevivência que implica lutar para forçar o capital a transformar de maneira mais favorável as condições de trabalho e, ao mesmo tempo, dentro dos limites conjunturais que essa luta apresenta, aceitar parcialmente as imposições da direção da empresa sob pena de serem “libertados do campo de concentração” para a “liberdade” do universo de desempregados.

3.2 – O crescimento do desemprego e da precariedade do trabalho

O desemprego, utilizado como chantagem pela direção da Petrobrás contra os seus trabalhadores, é algo que está atingindo grandes contingentes populacionais. O seu aumento assola o ser social que vive do trabalho. De acordo com dados do Banco Mundial de 1995, em 1993, o desemprego regional variou de 7% a 46%, na Hungria, de 3% a 22% na Letônia. Mattoso (1995: p. 83) fornece dados sobre a redução de empregos no planeta. Na Alemanha, entre 1973 e 1989, surgiram 1,765 milhão de desempregados; na Espanha, 2,201 milhões, na Inglaterra, 1,186 milhão e na Itália, 1,564 milhão. Na CEE, no mesmo período, existiam 9,889 milhões de trabalhadores desempregados e na OCDE 13,980 milhões.

O nível de emprego no Brasil também está caindo. De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 1998, o número de vagas na indústria brasileira foi reduzido em 38,1%, entre 1990 e 1997, enquanto a produção industrial cresceu, no mesmo período, 6,3%. O pior desempenho do

mercado de trabalho na indústria brasileira ocorreu em 1996, com uma queda de 11,2% no nível de emprego em relação ao ano anterior. A propósito, no mesmo período foi registrada uma elevação na produção industrial de 1,7%. Em 1997, foram eliminados 5,7% de todos os empregos. Os impactos mais fortes ocorreram nas indústrias da Região Sul (-3,0%), em São Paulo (-2,8%) e em Minas Gerais (-2,5%). Na Região Nordeste ocorreu uma queda de -1,9% e no Rio de Janeiro de -0,7%. O estado de São Paulo acumulou recordes de taxa de desemprego, atingindo no primeiro semestre de 1997, cerca de 1,5 milhão de trabalhadores desempregados. Em janeiro do mesmo ano, a região metropolitana de São Paulo apresentou uma taxa de desemprego de 16,6%, elevando-se para 17,2% em fevereiro e 18,1% em março. Esses valores representaram o maior nível de desemprego existente em toda a história da região.²²

A redução do nível de empregos no Brasil ocorre por uma série de fatores que devem ser compreendidos dentro de uma abordagem histórica. De acordo com Mattoso (1999: p. 9), após o final da Segunda Guerra Mundial, o país havia se transformado em uma economia urbana e industrial com elevada capacidade de geração de empregos formais. O Brasil havia conseguido um maior crescimento econômico e capacidade de geração de empregos que a maioria dos países do planeta, sem que isso implicasse melhoria na distribuição de renda. Na Década de 1980, ocorreram alterações em termos de mercado de trabalho. O desemprego urbano cresceu e deterioraram-se as condições de trabalho. Foram preservadas as estruturas industrial e produtiva nacionais, mantendo o desemprego e a precarização em níveis relativamente baixos.

Na Década de 1990 a situação transformou-se. De acordo com Mattoso (1999: pp. 11-12), o desempenho produtivo nacional foi baixo. A geração de empregos caiu em função da retração das atividades produtivas. O desemprego cresceu e afetou os trabalhadores de forma desigual. Ocorreram alterações profundas na sua estrutura e tempo. Entre 1989 e 1998, elevou-se, atingindo os homens na faixa de idade de mais de 40 anos, cônjuges e para os de maior escolaridade. Estes dados desmontam os argumentos do governo e seus

²² Revista Programa Integrar. Confederação Nacional dos Metalúrgicos. Junho/ 1998.

economistas que tentam atribuir o desemprego à desqualificação dos desempregados. O tempo de desemprego médio cresceu. De 15 semanas em 1989, para 36 semanas em 1998 e 40 semanas nos primeiros meses de 1999.

A desestruturação do mercado de trabalho afetou milhões de pessoas. As condições e relações de trabalho deterioraram-se, tornando-se crescentemente informais, precárias, com trabalhos e salários descontínuos e de curta duração. Em termos de condições de trabalho, elevou-se o índice de acidentes atingindo a saúde e a integridade física de grandes parcelas da população. Castillo (1994: p. 9) afirma que o número de acidentes do trabalho está aumentando nos Estados Unidos e na Europa. Ocorreram elevações na França entre 1984 e 1991; na Espanha, o número de acidentes de trabalho praticamente dobrou entre 1984 e 1990; na Califórnia (EUA), existem altas possibilidades de que os proletários imigrantes latinos percam a vida no trabalho nos distritos de alta tecnologia. De acordo com o Jornal Nacional de Portugal²³ (13/5/1999), os acidentes do trabalho são um verdadeiro flagelo na Europa. Só na União Européia ocorrem anualmente 4,5 milhões de acidentes de trabalho, dos quais 8 mil são mortais. Em Portugal, de acordo com o mesmo jornal, só em 1998, registraram-se na construção civil 179 acidentes de trabalho mortais. A maioria das mortes foi provocada por quedas em altura, seguindo-se de esmagamentos e soterramentos.

Em um cenário de precariedade, o trabalho informal cresce no planeta. Mattoso (1999: p. 16) faz referência às pesquisas do IBGE, no final da Década de 1990, afirmando que mais de 50% dos trabalhadores brasileiros das maiores cidades exercem suas funções em algum tipo de informalidade. Grande parte trabalha sem registro em carteira profissional, garantias mínimas em saúde, aposentadoria, seguro-desemprego e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Em outras palavras, três em cada cinco brasileiros das maiores cidades ou estão desempregados (um em cinco) ou na informalidade (dois em cada cinco), com os últimos apresentando evidente degradação das condições de trabalho e de seguridade social. De acordo com o Instituto DataFolha, na Década de 1990, existiam 24 milhões de brasileiros nessas condições, sendo mais de 12 milhões

²³ Disponível na Internet: <http://www.aecops.pt/noticias/199920/2846.html#indice>

trabalhando sem registro em carteira em virtude do desemprego ou por não conseguir outro trabalho.

O Brasil, na Década de 1990, mostrou-se incapaz de gerar postos de trabalho. Segundo Mattoso (1999: p. 17), a mesma apresentou um desempenho negativo. O desempenho negativo da geração de empregos no Brasil só não foi pior em virtude do aumento do emprego público. Porém, com as privatizações das empresas estatais, os sucessivos ajustes fiscais e os cortes nos gastos sociais, o crescimento do emprego público retraiu. Entre 1995 e 1998, a redução de postos formais aconteceu durante todos os anos, mesmo quando ocorreu o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). As indústrias de transformação e a construção civil foram as mais atingidas. Foram reduzidos aproximadamente 3,3 milhões de postos de trabalho formais na economia brasileira, sendo só no governo Fernando Henrique Cardoso – quando assumiu em 1995 – uma redução de 1,8 milhão de empregos formais conforme demonstra o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho

(...) Até maio de 1999 a indústria de transformação reduziu seus empregos formais na Década em cerca de 1,6 milhão (cerca de 73% do que dispunha em 1989) e os subsetores mais atingidos foram as indústrias têxtil (-364 mil), metalúrgica (-293 mil), mecânica (-214 mil), química e produtos farmacêuticos (-204 mil) e material de transporte (-92 mil). A construção civil viu desaparecerem cerca de 322 mil empregos formais. O comércio também foi duramente atingido (-294 mil). O setor financeiro reduziu sua mão-de-obra formal em cerca de 354 mil. Apenas apresentou um compromisso positivo o heterogêneo subsetor serviços, compreendido por alojamento, alimentação, reparação de diversos (cerca de 160 mil) (Mattoso, 1999, pp. 18-19).

Mattoso (1999: p. 18) afirma que, no Brasil, as aberturas comercial e financeira colocaram a economia numa competição internacional sem qualquer proteção. As grandes empresas passaram a abrir mão do crescimento pelo aumento da produção, e passaram a atuar na terceirização das atividades, no abandono das linhas de produtos, na redução de unidades produtivas, na racionalização da produção, na importação de máquinas e equipamentos e na busca de fusões ou parcerias. Ao mesmo tempo, o governo nacional passou a propor a flexibilização da legislação inerente ao trabalho de forma a favorecer a

redução dos custos empresariais. O governo nacional acredita que a criação de empregos só é possível através da redução do custo do trabalho e com a deterioração dos empregos existentes. Os empresários visam romper a relação entre cidadania e o exercício do trabalho, onde o emprego é um direito do cidadão e cabe ao Estado assegurá-lo. Com efeito, as empresas e o Estado tentam se liberar dos encargos do emprego, fazendo com que o desemprego seja de responsabilidade individual. A discussão sobre a “empregabilidade” passou a ser feita dentro dessa perspectiva. Trata-se de uma tentativa da transferência de riscos e responsabilidades aos mais fracos, fazendo com que o trabalhador assuma a sua empregabilidade, por meio de formação profissional, requalificação, etc. Tanto as empresas como o Estado podem até destinar recursos para esses cursos, que por mais importantes que possam ser, são incapazes de gerar mais postos de trabalho.

Essas ações do governo e das empresas estão levando ao aumento da degradação da qualidade do emprego, pois a qualidade dos empregos criados é indiferente aos eliminados. Esses processos estão criando uma força de trabalho descartável, comprometendo a qualificação futura da força de trabalho, visto que a verdadeira qualificação requer formação básica e tempo de preparo. A manutenção e a intensificação desse processo de precarização das condições e relações de trabalho, em uma sociedade excludente e desigual, estão levando milhões de trabalhadores ao desespero.

As condições citadas acima acabam por impor as condições mais absolutas de exclusão e marginalização atingindo parte da população proveniente de setores de mais-valia absoluta. Bernardo (2000: p. 80) entende que essa marginalização atua como uma autêntica prisão social, que condena grandes coletividades que estão em seu meio a não conseguirem fugir de suas “grades”. A situação de boa parte dos jovens da classe trabalhadora pode ser verificada a partir dessa dinâmica. O desemprego estrutural de jovens é o resultado de uma dualidade estrutural do capitalismo monopolista, onde os progressos da mais-valia relativa não permitem absorver e liquidar a esfera da mais valia absoluta. O desemprego, mais que uma questão econômica, é uma questão social.

A dificuldade de absorção do mercado de trabalho de grandes parcelas de trabalhadores tem refletido no aumento do tempo de desemprego. Esse é um processo que não ocorre apenas no Brasil, mas que difunde-se mesmo nos países onde o capitalismo desenvolveu-se. De acordo com Bernardo (2000: p. 81), mais de 40% dos 17 milhões de desempregados da União Européia estão sem trabalho há pelo menos um ano; um terço nunca trabalhou. Na Europa Ocidental, mais de 30% dos desempregados estão sem trabalhar há um ano ou mais. A situação parece ter-se deteriorado rapidamente, pois mais da metade dos desempregados da Europa Ocidental está sem trabalho há mais de um ano.

O crescimento do desemprego a longo prazo agravou ainda mais a exclusão social. Os desempregados a longo prazo deixaram de exercer pressão sobre os salários e sobre as condições de laboração dos trabalhadores empregados. Com efeito, afirma Bernardo (2000: p. 82), constituem-se dois tipos de trabalhadores desempregados: os de curto e os de longo prazo. Os de curto prazo ainda dispõem de qualificações e fazem parte da procura por novos postos de trabalho. Eles exercem influência no intuito da baixa dos salários, pois são utilizados pelos empregadores como exército de reserva para pressionar os que estão trabalhando. Os desempregados a longo prazo só conseguem voltar a encontrar trabalho em profissões sem estabilidade de emprego e sem seguridade social. São empurrados em alguns casos para empresas terceirizadas – em funções precárias – ou atuam na economia informal ou mesmo no crime organizado.

O fenômeno desemprego pode ser compreendido como um processo de reorganização global da força de trabalho. Um processo que reserva a estabilidade de emprego e a seguridade social para uma minoria de profissionais altamente qualificados e condena o restante às piores condições de trabalho. Na realidade, o desempregado em sua grande maioria é uma força de trabalho em situação de inferioridade e em amplo processo de marginalização. O que se oculta por trás do desemprego não é o fim do trabalho, mas a reestruturação da força de trabalho em condições precárias.

Uma das saídas apontadas contra o desemprego é a redução da jornada de trabalho. A discussão sobre a redução da jornada de trabalho e o aumento do

tempo livre na sociedade capitalista é alvo de um intenso debate. Parte-se do princípio que a redução da jornada de trabalho é condição fundamental para enfrentar a crise do emprego que está presente dentro do capitalismo. Porém, é necessário discutir os seus limites. Por mais que a redução da jornada de trabalho seja condição fundamental e indispensável dentro do capitalismo, as suas fronteiras são compreensíveis quando relacionadas com a discussão do trabalho como mediação dos homens com a natureza.

O trabalho, independentemente do constante reinventar do capital, é central para o estudo dos fenômenos presentes na sociedade capitalista. O homem exerce o papel mais importante na constituição das forças produtivas. É ele quem decide o que produzir e para quem produzir. É o homem quem fabrica as mercadorias. O problema está em quem se apropria disto. Na sociedade não faltam riquezas, a questão é que elas estão sob o domínio de poucos. O trabalho é visto como o princípio para a consolidação de uma sociedade superior, para além do lucro e da propriedade privada.

Essa reflexão apóia-se em Marx e Engels que afirmam que a constituição do ser social o relaciona diretamente ao trabalho. É o trabalho que torna o homem um ser social, aquele que através da produção e reprodução diferencia os homens dos animais, permitindo que o homem seja social. Os homens através do trabalho constroem laços que estão presentes na reprodução da sua própria existência, sendo que parte importante da sua vida social depende do ato laborativo. O trabalho é uma forma de existência exclusivamente humana.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural como uma forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos

primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção do favo de suas colméias. Mas, o que distingue de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo na cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetuou uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar a sua vontade. (Marx, 1985: pp. 149-150)

Todas as coisas que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho preexistentes por natureza. Assim o peixe que se pesca ao separá-lo do seu elemento de vida, a água, a madeira que se abate na floresta virgem, o minério que é arrancado do seu filão. Se, ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é, por assim dizer, filtrado do meio de trabalho anterior, denominamo-lo matéria-prima. Por exemplo, o minério já arrancado que agora vai ser lavado. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho apenas é matéria prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada pelo trabalho. (Marx, 1985: p. 150)

Engels (1987: p. 215) discute o trabalho como um mecanismo de humanização que foi inerente à evolução das formas mais primitivas dos homens até os dias atuais. Com a sociedade de classes, o avanço na produção passou a ser, ao mesmo tempo, o retrocesso daqueles que não detêm os meios de produção. Esta afirmação se comprova com a implementação da maquinaria, cujos efeitos são sentidos de modo crescente até a atualidade. Se entre os bárbaros era difícil estabelecer as diferenças entre os direitos e os deveres, com a civilização esta relação transformou-se. À classe que deteve os meios de produção foram atribuídos todos os direitos e à imensa maioria da população quase todos os deveres. Com efeito, os homens deveriam desaprender o que haviam aprendido através de milênios de história, aproximando-se, eles mesmos, dos animais, através de um trabalho irracional, onde não mais se enxergariam naquilo que produziam. A ascensão da maquinaria foi o pilar do revolucionar das condições sociais de todo o planeta, definindo a concentração da riqueza nas mãos de uma minoria em detrimento da miséria da maioria. Fruto dessa

contradição e com o desenvolvimento de um processo de luta de classes, a própria essência do trabalho do homem modificou-se.

Kurz (1997: p. 274) afirma que o trabalho aos moldes do capitalismo é algo negativo, um sinônimo da perda da liberdade e da identidade humana. Ele é a dimensão do sofrimento, sendo condição fundamental para a felicidade, a liberdade do próprio trabalho. O capitalismo não mais precisa explorar o trabalho, pois as transformações na organização da sua produção começaram a libertar o ser social do trabalho, esgotando-se o masoquismo histórico. Essa afirmação não se sustenta. Marx nunca entendeu o trabalho concreto, sob a ótica do capitalismo, como algo positivo. A sua produção é uma crítica de como a produção capitalista empobreceu o conteúdo intelectual dos homens. O capital tenta reduzir o trabalho vivo e aumentar o trabalho morto, porque ainda depende do primeiro. A técnica não substitui por completo o trabalho. Aliás, quanto mais se desenvolve, maiores são as suas limitações. Ela é dependente dos homens, uma vez que são os mesmos que a criam. O seu ato de construção é fruto do trabalho humano. Marx afirma que o capital pode eliminar o trabalho, só que ele explode as bases materiais de sua existência, sendo improvável que chegue a este limite. O que determina uma grandeza de valor é a quantidade de trabalho socialmente necessária, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso.

A propósito, uma das saídas apresentadas para a superação dos limites do trabalho alienado é a instauração de uma sociedade do tempo livre dentro das fronteiras do capitalismo. André Gorz (1987: pp. 147-148) acredita que com maior tempo livre, os trabalhadores poderiam desenvolver as atividades que achassem convenientes. É o que denomina como “socialismo pós-industrial”, uma sociedade baseada no desperdício mínimo. Ela seria o resultado de uma opção pelo decréscimo da produção social, de se fazer mais e de viver melhor com menos. Para que o tempo que os trabalhadores passam produzindo seja reduzido ao mínimo, são necessárias uma coordenação e uma regulação eficazes dos fluxos e dos estoques, através de uma planificação subdividida. Isso só é possível com um órgão central de regulamentação e de compensação que é o Estado. A alternativa

para o sistema é reduzir ao mínimo na vida de cada um o que deve ser necessariamente feito, estender ao máximo as atividades autônomas, coletivas e ou individuais, que têm o seu fim em si mesmas. O Estado deve ter como missão promover a ampliação da autonomia dos indivíduos. E essa é uma luta onde os movimentos sociais têm um papel fundamental na busca de espaços de autonomia nos aparelhos de dominação do capital e do Estado. À custa de tentarem resistir ou se submeter ao poder do Estado, os partidos políticos entraram em decadência. O descrédito dos partidos, bem como a sua morte, poderiam anunciar o nascimento de um novo Estado, o Estado Total.

Essa afirmação deve ser vista com cuidados. Com referência à relação entre a educação iluminista e o tempo livre aos moldes do capitalismo, Marx e Engels afirmam que

(...) graças ao ensino, pago pela mais-valia extorquida aos operários durante o tempo livre monopolizado pela classe privilegiada, “o capitalista torna-se homem social por excelência (desabrochado em condições alienadas), e representa a civilização”²⁴.

A fim de que não subsista nenhuma dúvida sobre a natureza infecta e alienada desta civilização das sociedades de classes, Engels precisa a propósito da redação do programa socialista de Erfurt de 1891: “E é preciso dizer que, dado o antagonismo social, também as classes dominantes são extropiadas tanto intelectualmente como fisicamente, e repito: ainda mais do que as classes oprimidas”²⁵ (Marx & Engels, 1978: p. 38)

Ao mesmo tempo, o aumento do tempo livre não significa a redução do tempo de trabalho. Antunes (1999: p. 175) afirma que mesmo que se reduza a jornada de trabalho, com a intensificação do ritmo produtivo, um trabalhador que cumpra sete horas por dia terá um tempo real de trabalho bem maior do que outro que trabalhe o dobro das horas, mas numa tarefa de menor complexidade. A luta pela redução da jornada de trabalho implica na redução do tempo opressivo do trabalho, pois a simples redução da jornada pode ocasionar, ao contrário do que pareça, um aumento do trabalho real. No capitalismo, como bem afirma Mészáros (1996: p. 85), o tempo livre é explorado pelo capital no interesse de sua expansão,

²⁴ Aspas do autor.

²⁵ Aspas do autor.

como uma mercadoria onde se exploram as atividades do lazer, sejam elas sexo, religião, etc. Em primeiro lugar, o tempo de não-trabalho no capitalismo não é realmente um tempo livre. Quanto maior o desenvolvimento de uma civilização, maior a sua distorção, pois atende à esfera exclusiva do consumo. Na ótica do capital, que explora o tempo livre como uma mercadoria, o seu significado tende a se limitar às noções estreitas do mercado, legitimados pela televisão, pela mídia ou pela publicidade. Com efeito, a própria necessidade do consumo passa a ser manipulada pelos meios de comunicação, determinando que os trabalhadores atendam aos imperativos de um lazer onde sequer são sujeitos.

O trabalho no capitalismo, dentro de uma concepção que subordina o valor de uso ao valor de troca, os trabalhadores são indiferentes àquilo que produzem. Os mesmos não mais se enxergam no processo produtivo. Antunes (1999: p. 178) questiona se o trabalho, ao qual o ser social não mais se vê, ausente de sentido, é um pressuposto para uma vida com sentido fora do trabalho. Ou a única forma de uma vida com sentido fora do trabalho é através de um trabalho com sentido? A discussão do tempo livre e a redução da jornada de trabalho é fundamental, mas deve observar alguns aspectos fundamentais. Entre eles, qual é a sociedade onde os mesmos devem ser instaurados, e o que e para quem ela produz. Por isso a emancipação do trabalho não deve ser confundida com o tempo livre. É como Marx afirma no volume VI, parte sétima de **O Capital**, no capítulo sobre a renda trinitária, que a redução do tempo de trabalho é o ponto de partida para a construção de uma sociedade emancipada, quando uma sociedade fundada no reino das necessidades se coloca como ponto de partida de uma sociedade fundada no reino da liberdade. O reino da liberdade só é possível, quando o reino das necessidades for atingido. É no reino das necessidades que o tempo livre passa a ser cheio de sentido, porque o trabalho passa a ser dotado de sentido, unindo duas coisas que na realidade são uma só.

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer

o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, o produtor associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, (...) efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho. (Marx, 1984: p. 942)

O tempo disponível só poderá ser considerado como disponível, quando for voltado para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias, propiciando a eliminação de todo o trabalho excedente acumulado pelo capital e voltado para a produção destrutiva de valores de troca. O salto para além do capital será aquele que incorpore

(...) as reivindicações presentes na cotidianidade do mundo do trabalho, como uma redução radical da jornada de trabalho e a busca do tempo livre sob o capitalismo, desde que esta ação esteja indissoluvelmente articulada com o fim da sociedade do trabalho abstrato e a sua conversão em uma sociedade criadora de coisas verdadeiramente úteis. Este seria o ponto de partida para uma organização societária que caminhe para a realização do reino das necessidades (esfera onde o trabalho se insere) e deste para o reino da liberdade (esfera onde o trabalho deixa de ser determinado, como disse Marx, pela necessidade e pela utilidade exteriormente imposta), condição para um projeto fundamentado na associação livre dos indivíduos tornados efetivamente sociais, momento de identidade entre o indivíduo e o gênero humano. (Antunes, 1995: p. 81)

A redução da jornada de trabalho, por sinal uma luta histórica dos trabalhadores é algo fundamental e indispensável. O fato de apontar os seus limites, não significa que a mesma não deva ocorrer. O que se propõe a polemizar aqui é que, por mais importante que seja, a luta dos trabalhadores deve incorporá-la, mas ao mesmo tempo, buscar ir além, tendo como referência a discussão do trabalho dentro do capitalismo monopolista. É necessário discutir como superar a lógica do trabalho alienado, um dos alicerces para a construção de uma sociedade além dos limites do capital. A construção dessa superação passa pelo debate da

noção de qualificação profissional existente no capitalismo e sua relação com o mercado de trabalho. Apontar os limites nesse processo é o ponto de partida para a elaboração de alternativas que possibilitem a consolidação de uma lógica de trabalho que transcenda as fronteiras do trabalho alienado.

3.3 – Os limites da capacitação profissional e o mercado de trabalho

Nas últimas Décadas deste século, as sociedades mundiais estão passando por um acelerado processo de mudanças. Ocorrem inovações tecnológicas que determinam transformações na organização da produção e apontam mudanças sobre as formas de emprego e a qualificação profissional. De acordo com Salm e Fogaça (1998: p. 157), esses fenômenos não são novos nem exclusivos deste período de transformações na organização da produção capitalista. No final do século XIX até a Primeira Grande Guerra Mundial, existiu um processo semelhante ao atual, onde os efeitos das transformações produtivas sobre o emprego e sobre os requerimentos educacionais entraram em discussão. O desemprego não é algo novo, ao contrário, está presente na economia capitalista há mais de 200 anos.

Na segunda metade do século XIX, o incremento da tecnologia e as transformações das exigências **do** e **para** o trabalho que ocorreram com a Segunda Revolução Industrial, levaram boa parte dos trabalhadores ao desemprego estrutural. A experiência acumulada com as máquinas simples, típicas da Primeira Revolução Industrial, relacionada ao avanço científico, permitiu o aperfeiçoamento das máquinas e possibilitou transformações no processo de produção. Em termos de qualificação da força de trabalho, a destreza manual e as habilidades específicas perderam importância quando as máquinas assumiram um importante papel na divisão do trabalho. Essa divisão fabril do trabalho, ao contrário da divisão manufatureira, permitiu uma flexibilidade da distribuição dos trabalhadores dentro do sistema das máquinas. De acordo com Salm e Fogaça (1998: p. 173), se por um lado foi eliminada a especialidade, a habilidade

específica, por outro, essa não-especialização significou a concretização de o trabalhador operar diferentes máquinas nas diversas etapas do processo produtivo, antecipando de certa forma o que se denomina nos dias atuais como polivalência. Marx analisa em **O Capital** que o processo de evolução tecnológica conduz à necessidade por parte do capital, de contar com trabalhadores os mais versáteis possíveis. A tecnologia, ao transformar as combinações sociais do processo de trabalho, produz outras combinações dos movimentos fundamentais que compõem o processo de produção. Com efeito, a questão da educação do trabalhador surge com base nessa tendência à requalificação relacionada aos interesses do capital, que permanece quase cem anos após.

As transformações do capitalismo monopolista, os imperativos da produção de mercadorias, fazem com que se inicie um questionamento da eficácia da educação por diferentes segmentos da sociedade. No Brasil, o discurso oficial aponta para dois eixos básicos: a melhoria do ensino em todos os níveis do sistema e a adequação da rede pública de ensino técnico vocacional às demandas da esfera produtiva. A subordinação da formação profissional aos interesses do capital está ocorrendo no Brasil através da qualificação e do ensino médio técnico dos jovens e adultos, uma diretriz diretamente mercantilista. Desde 1994, os técnicos brasileiros ligados ao Banco Mundial estão introduzindo mudanças no ensino técnico de nível médio, tirando a sua perspectiva formativa e reduzindo-o ao treinamento. De acordo com Frigotto (1999: pp. 226-227), a formação técnico-profissional (des) organiza-se em três níveis. O nível básico, composto por uma massa de trabalhadores, jovens e adultos, que independentemente do nível escolar anterior, tem o objetivo de requalificar os trabalhadores ao mercado de trabalho. São cursos que não estão sujeitos à regulamentação curricular, ligados ao Ministério do Trabalho e não mais ao Ministério de Educação. O nível técnico, com uma organização curricular específica e independente do ensino médio. Destina-se a matriculados ou egressos do ensino médio. Por último, o nível tecnológico, destinado a egressos do ensino médio e técnico para a formação de tecnólogos em diferentes especialidades.

O Banco Mundial tem atuado em suas determinações relativas à orientação pedagógica, à adaptação e conformação do trabalhador às novas bases materiais, tecnológicas e organizacionais da produção capitalista. No interior da pedagogia da competitividade, centrada nos conceitos de competência e produtividade, ocorrem mudanças profundas na educação e nos processos de formação técnico-profissional. Com efeito, a economia da educação consolida-se como central, visto que visa associar a educação aos imperativos do desenvolvimento econômico, e aos interesses da iniciativa privada. No plano ideológico, afirma Frigotto (1999: p. 230), desloca-se a responsabilidade social do Estado para o plano individual. Com a ausência de política de emprego e a falta de perspectiva de uma carreira profissional, a sociedade divide-se entre os indivíduos empregáveis e os não empregáveis. Para os últimos, resta-lhes uma procura interminável por um emprego que passa longe do mercado de trabalho formal, configurando-se num cenário de precariedade total e permanente.

No cenário neoliberal, a formação profissional permanente – ao contrário de constituir-se em um mecanismo que possibilite a concretização da igualdade de oportunidades, da inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho – tem contribuído para o aumento da competição e da exclusão no mercado de trabalho. O cenário dos empregos no planeta tem se apresentado de forma precária no capitalismo monopolista. Nos últimos 30 anos, as políticas econômicas de desregulamentação e privatização das empresas públicas vêm criando uma massa de desempregados pelo planeta. Mesmo nos países como a Grã-Bretanha, onde a taxa de desemprego caiu, os dados não devem gerar ilusões. De acordo com Taddei (1999: p. 345), em setembro de 1997, o desemprego na Grã-Bretanha havia caído. Segundo as estatísticas oficiais, 5,4% da população ativa – 1,5 milhão de trabalhadores – estava desempregada. Porém, estes valores só incluem aqueles que recebem o subsídio de busca do emprego, excluindo, ao mesmo tempo, grandes contingentes de desempregados. O milagre anglo-saxão omite as próprias características dos empregos que foram criados. A qualidade dos empregos criados nos últimos anos é inferior à daqueles que constituíram o mercado de trabalho no período de regulação fordista. Os novos empregos

criados tanto na Grã-Bretanha como nos Estados Unidos, são caracterizados pela precariedade e pela instabilidade, obrigando grandes contingentes de trabalhadores a deslocarem-se de um emprego para outro em curtos espaços de tempo, impossibilitando-os de obterem o seguro social.

A desregulamentação neoliberal levou a um aumento da jornada de trabalho de milhões de trabalhadores, que são obrigados a combinar mais de um emprego para sobreviver. Taddei (1999: p. 346) afirma que a jornada de trabalho dos americanos aumentou nos últimos 40 anos em 163 horas (um mês) por ano. Na França, em um prazo de 20 anos, 5 milhões de trabalhadores estão sem emprego, e de 5 a 6 milhões estão submetidos a sobretrabalho, com jornadas mais longas e desagradáveis. O desemprego transforma-se num instrumento de chantagem sobre aqueles que ainda trabalham formalmente, uma chantagem que tem como objetivo elevar o ritmo e o tempo de trabalho.

Na Grã-Bretanha, a ascensão do Partido Trabalhista (New Labor), em 1997, serve de referência para as análises sobre o desemprego e o mercado de trabalho no cenário neoliberal. Tony Blair aposta em um compromisso social entre o governo, a indústria e os trabalhadores visando atingir o crescimento econômico e elevar o nível de emprego. De acordo com Taddei (1999: p. 346), as prioridades dessa política social blairista sustentam-se em dois elementos básicos: a reafirmação da flexibilidade do mercado de trabalho e o combate – em termos de discurso – da pobreza e da exclusão social. Esse combate à exclusão através do aumento da flexibilização parte do princípio da não concessão às reivindicações dos sindicatos. No Reino Unido, o acesso à indenização por desemprego determina diretamente o número oficial de desempregados. Estima-se que entre 1998 e 1999, ocorreu uma queda de 50% no acesso à indenização. Essa redução deve-se à implantação do workfare, uma política trabalhista onde os desempregados têm a obrigação de participar dos programas de emprego, aceitando qualquer emprego disponível proposto pelos órgãos de colocação, sob pena de perderem os direitos à indenização pelo desemprego. Com efeito, o workfare, além de excluir uma crescente parcela dos trabalhadores que não correspondem aos critérios de inscrição, consolida uma relação precária de

trabalho. Os empregos que o mesmo aponta, são em tempo parcial no setor terciário e com baixa remuneração. O medo da perda da indenização para o desemprego faz com que os desempregados aceitem qualquer trabalho, independentemente da sua precariedade ou baixa remuneração.

A formação profissional tem sido alvo de discussões que a relacionam ou não com o aumento do nível de desemprego. Sua história está ligada ao trabalho, ao modo capitalista de produção, aos conflitos entre o capital e o trabalho. Para compreendê-la, é necessário relacioná-la a respostas específicas, demarcadas histórica e socialmente dentro das transformações do capitalismo no século XX. De acordo com Taddei (1999: p. 351), no período entre 1944 e 1972, no pós-Segunda Guerra Mundial, a formação aparece, na medida em que dissimula a precarização da força de trabalho qualificada, como o resultado do desenvolvimento do conflito capitalista. Consolida-se como mais um instrumento para favorecer o crescimento econômico, o aumento da produtividade e a elevação do nível de vida dos trabalhadores com maior instrução escolar. Na Década de 1960, difundem-se as teorias anglo-saxônicas do capital humano estimulando os homens encarregados do processo de tomada de decisões, tanto no setor público como no privado a investirem na educação. A teoria do capital humano reivindica um aumento do nível de qualificação profissional, por meio da formação, produz um aumento da produtividade, traduzindo-se em um aumento de salário.

A teoria do capital humano trata do problema das relações entre emprego e educação. Os problemas relativos ao emprego e educação devem ser resolvidos no âmbito da economia. Para alcançar o equilíbrio entre a oferta e a demanda de recursos humanos é necessária a construção de uma situação de equilíbrio onde lucrariam “o indivíduo, a produção e o país”. Com efeito, seriam minimizadas as tensões sociais causadas pelo desemprego. Os defensores da teoria do capital humano acreditam que nas relações entre emprego e educação ocorrem os seguintes problemas: a existência de vagas que não são preenchidas por falta de recursos humanos; recursos humanos, desempregados e subempregados, qualificados para o preenchimento de vagas que não estão disponíveis; recursos

humanos, desempregados e subempregados, qualificados para a ocupação de vagas disponíveis no mercado de trabalho. As causas mais comuns dos problemas entre educação e emprego podem ser assim apresentadas: o mercado de trabalho não possui transparência e os empregadores desconhecem as qualificações específicas que compõem a força de trabalho. É importante observar que, no capitalismo, a relação entre educação e trabalho possui os seus limites. Não se deve exigir do sistema educacional uma qualificação de ótimo nível, se for mantida a tendência da gradativa parcelização do saber, da divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho mental inerente à produção capitalista.

A saída para a superação dessas condições foi a defesa da formação profissional permanente. Como parte da educação, ela deveria ter por meta a adaptação dos trabalhadores às mudanças técnicas e às condições de trabalho, favorecer sua promoção social através do acesso à cultura e da qualificação profissional. Taddei (1999: p. 352) afirma que o êxito das fórmulas dos anos pós-Segunda Guerra Mundial repousou não na necessidade da construção de um novo trabalhador via educação e qualificação profissional, defendida pela teoria do capital humano, mas sim pela dinâmica dos movimentos sociais que forçou a repartição das riquezas. A capacidade do movimento sindical para impor uma distribuição de riquezas e não uma suposta racionalidade do capitalismo que se baseia exclusivamente no lucro e não na construção de outro modelo de trabalhador que não atenda aos interesses do capital.

A crise do capitalismo monopolista da Década de 1970 colocou em cheque as teorias do capital humano. O mercado de trabalho transformou-se radicalmente, apontando para o aumento do desemprego, da precarização e da desqualificação dos processos de trabalho. Os programas de formação profissional passaram a coincidir com as teses neoliberais voltadas para a consolidação de uma ordem social direcionada para o livre mercado e o desmantelamento do setor público. O sistema educacional deveria promover o que os neoliberais determinam como empregabilidade. A formação permanente, inerente ao cenário keynesiano, evoluiu para a busca de uma maior eficácia em termos de qualificações ligadas aos empregos. Uma ação que demonstra a

submissão às transformações na organização técnica da produção capitalista. De acordo com Taddei (1999: p. 353), um dos princípios dos modelos de formação profissional atual é que o conhecimento tradicional se desvaloriza e volatiliza mais rapidamente do que nas sociedades anteriores. Com efeito, a solução apresentada como capaz de reverter a crise do emprego é voltada para a adaptação dos trabalhadores aos novos requisitos produtivos.

Em termos de Europa, a criação de um mercado educacional e a liberação de parte da educação pela iniciativa privada estão inseridas em um processo maior no qual a formação profissional tem um importante papel. O setor privado acaba sendo privilegiado pela própria recapacitação profissional que é gerida pelo Estado. A França é um exemplo dessa afirmação. Taddei (1999: p. 355) afirma que, de acordo com a legislação vigente, o setor privado pode recorrer ao Estado visando ao financiamento da formação dos seus trabalhadores. Pode também recorrer à iniciativa privada que provém cursos de formação profissional. Esses cursos são pagos através de um fundo de formação que é parte do orçamento do Estado e das regiões – cerca de 75 bilhões de francos (US\$ 10,86 bilhões) – ou das empresas – 55 bilhões de francos (US\$ 7,97 bilhões) consagrados aos assalariados. A propósito, os representantes dos trabalhadores têm o direito de discutir com os empresários as políticas de formação profissional. Entretanto, em um cenário de crise e enfraquecimento das organizações representantes dos trabalhadores, a relação encontra-se desigual. Os empresários e o capital encontram-se em uma situação privilegiada, podendo influenciar diretamente na orientação das políticas de formação profissional. O desemprego acaba por operar como um poderoso aliado do capital que possibilita a diminuição da resistência operária, forçando-os a aceitarem qualquer imposição. Em um contexto de grande disponibilidade de força de trabalho vivo, os empregadores sequer reconhecem em termos de aumento salarial as iniciativas de capacitação dos seus trabalhadores. Consolida-se por parte do capital a difusão da “obrigação” da realização desses cursos, sob pena de perda do emprego e ingresso no “universo globalizado” dos desempregados. Esse é um processo que as empresas

financiam a custos pífios, a recapacitação da força de trabalho, aumentando com isso a competitividade e os lucros.

Em períodos de disponibilidade de força de trabalho, os cursos de formação são utilizados pelos empregadores como um mecanismo que visa subsidiar parte do salário durante o período de treinamento. O Estado acaba por cumprir a função de ajuda não só no custeio da formação dos trabalhadores, bem como na própria constituição dos salários. As propostas neoliberais de não-intervenção do Estado na economia vêm por terra, visto que os empresários ainda o requerem quando é para o aumento dos lucros. Os trabalhadores acabam sendo os grandes prejudicados nesse processo. O imperativo da formação apresenta-se como a grande alternativa para a manutenção do emprego. Visando ao aumento do ritmo da produção, o capital visa à competição entre os assalariados e à ofensiva contra os sindicatos.

A exemplo do que acontece na Europa, o Brasil também é atingido por esses imperativos da formação profissional aos moldes neoliberais. A Petrobrás é um exemplo. A realização de cursos de capacitação profissional via Senai, ou similares oferecidos pela empresa, é feita sem qualquer remuneração. Os petroleiros são obrigados a realizá-los, pressionados por um discurso empresarial que os compreende como de interesse dos trabalhadores. A exemplo do que foi discutido anteriormente, esses cursos são realizados nos horários de folga dos trabalhadores, sem ser pago o valor correspondente às horas extras. Aqueles que se negam a fazê-los são ameaçados de demissão sumária.

Além dos cursos de formação profissional, a Petrobrás utiliza uma ação empresarial semelhante em relação à força de trabalho que realiza cursos de graduação e pós-graduação.²⁶ A empresa sequer tem um plano de reclassificação-profissional para os trabalhadores que concluem um curso superior. As pressões empresariais referentes à realização de cursos profissionalizantes, graduação e pós-graduação, de acordo com o nível

²⁶ Com relação ao nível de escolaridade dos trabalhadores, nota-se que os mesmos possuem boa formação escolar. Tomando como exemplo a Refinaria de Paulínia (Replan), dos 790 empregados que ali vendem a sua força de trabalho, apenas 10% não possuem o ensino médio completo, sendo os dados aqui apresentados, relativos ao ano de 1998.

hierárquico do trabalhador, têm um único objetivo: a consolidação da multifunção²⁷ como forma de explorar ao máximo e gratuitamente as qualificações adquiridas pelos petroleiros. Em uma indústria onde é complexo o processo produtivo, é necessária a efetivação de processos mais elaborados de multifunção. A multifunção atinge não só os trabalhadores do mais baixo escalão administrativo, como também aqueles que estão presentes em níveis hierárquicos superiores. Da mesma forma que um operador de processo é obrigado a aprender “a bater marretas”, a realizar exames de ruídos em bombas rotativas, entre outros, os engenheiros com cargos de gerência, em face das constantes reestruturações organizacionais da empresa, são obrigados a gerenciar um número cada vez maior de setores operacionais, tendo o seu ritmo de trabalho acelerado. A realização de cursos de graduação e pós-graduação por funcionários de diferentes escalões da Petrobrás demonstra a exploração gratuita de saberes formais que são expropriados dos trabalhadores.

Um exemplo desta afirmação são as políticas de sugestões das empresas. Um operário que possua formação de engenheiro, ao opinar no processo produtivo, o faz com a excelência de uma formação escolar em nível superior. Um trabalhador da área administrativa, com formação em Economia, tem condições de dar sugestões, embasado pela discussão teórica inerente à área que estudou. Ao mesmo tempo, um trabalhador com cargo de engenharia, ao realizar um curso de pós graduação, tem condições de aplicar os resultados de suas pesquisas nas próprias instalações da empresa. Além de exercerem as suas funções cotidianas voltadas para o aumento constante do ritmo de trabalho, atuam como pesquisadores gratuitos. As decisões relacionadas ao negócio-petróleo, as estratégias da empresa em termos de mercado e a própria discussão tecnológica envolvida na indústria petrolífera passam longe desses trabalhadores. Suas pesquisas são inseridas em pequenas parcelas do processo produtivo. A empresa é a única que lucra com essa relação. Os salários e as funções dos petroleiros,

²⁷ O conceito de multifunção é primo de polivalência, também liberal ou neoliberal. Tem a ver com formas de perceber a qualificação e a requalificação como uma possibilidade de obter dos trabalhadores uma alta potencialidade ocupacional, com baixo salário e com alta disponibilidade para ocupar diversas funções possibilitando a redução de postos de trabalho.

apesar de opinarem e terem formação universitária, permanecem inalterados. A mobilidade profissional não existe. Mesmo quando é concedida alguma vantagem, a relação ainda é desigual. Os trabalhadores a recebem em apenas um mês e a empresa utiliza as sugestões pelo tempo que precisar, lucrando numa dimensão que é difícil de ser visualizada por quem as deu. A estatal além de lucrar com a multifunção nas tarefas menos elaboradas, sequer tem que contratar um profissional no mercado para as mais elaboradas, pois possui em suas fileiras, profissionais prontos a contribuir. “Motivados” pelo medo de perder o emprego, os mesmos formulam suas sugestões fora do horário de trabalho, e sem remuneração. A jornada de trabalho estende-se para dentro dos lares, confundindo-se com as próprias vidas dos trabalhadores.

A capacitação profissional capitalista, ligada à exigência de formação superior com vista à manutenção do emprego e inserção no mercado de trabalho, transformou-se em uma armadilha. Ao funcionar como meros aparelhos de adestramento profissional e extração gratuita do saber formal, não consegue visualizar questões centrais relacionadas ao funcionamento da organização da produção capitalista. A compreensão da concepção de Ciência que traz embutida, a serviço de quem está e qual o projeto de classe social que representa passam longe da discussão da formação. A manter-se essa perspectiva, o próprio desemprego passa a ser compreendido numa perspectiva individual. A sociedade transforma-se em algo semelhante a um coliseu, uma arena de luta onde os leões estão à espera dos perdedores. A possibilidade de capacitação ou não torna-se uma arma para que um homem exclua o outro. Com efeito, o desemprego, dentro dessa ótica, passa a ser compreendido como um fenômeno de força. O mercado é para “os mais fortes”, cabendo aos “mais fracos” – os excluídos – sobreviverem das migalhas que alguém – as elites – há de jogar.

A relação entre desemprego, qualificação profissional e inovação tecnológica é mais complexa do que aparenta ser. De acordo com Mattoso (1999: p. 31) a elevação da produtividade e a redução do trabalho vivo, quando discutido no âmbito da empresa, setor ou região, parecem transformar-se em uma fatalidade. Os males do desemprego parecem ser apenas resultados da reestruturação

produtiva, das novas formas de organização do trabalho, da inovação tecnológica, etc. Alguns desses processos não podem ser negados. O progresso técnico favorece a aceleração das transformações qualitativas do trabalho – qualificações, organização e mudança da divisão técnica do trabalho – bem como a distribuição setorial dos empregos. As novas tecnologias podem refletir-se em supressão de empregos conforme demonstra o tabela abaixo relativa à evolução do número de robôs na indústria nacional onde ocorreu um crescimento percentual de 1.366,66% entre 1990 e 1995. Foram instalados 30 robôs em 1990, contra 460 em 1995.

Evolução do número de robôs instalados no Brasil 1990-1996

Ano	Nº de Robôs	Crescimento Percentual (Ano-Base: 1990)
1990	30	-
1991	50	66,67
1992	55	83,33
1993	140	366,67
1994	250	733,33
1995	460	1.433,33
1996*	650	2.066,67

Fonte: Asea Brown Boveri. Apud Revista Diagnóstico do Complexo Metalmeccânico Brasileiro, 1998. Elaboração: Subseção Dieese Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

* Previsão.

Mattoso (1999: p. 31) afirma que por mais que sejam verdadeiros esses exemplos em termos de microeconomia, os mesmos nada provam em nível macroeconômico nacional. A inovação tecnológica e a elevação da produtividade, ao mesmo tempo em que destroem produtos, empresas e atividades econômicas, também criam outras empresas, empregos e setores produtivos. Para Bernardo (2000: p. 74), a economia capitalista tem crescido em virtude de os seus ramos mais antigos terem servido para a configuração de outros ramos produtivos. A agricultura é um exemplo dessa afirmação. A mesma transformou-se através da história, de um setor majoritário, empregador de grandes contingentes da força de trabalho, para um setor, nos países desenvolvidos, com uma pequena percentagem de geração de empregos. Mesmo assim, a utilização de máquinas, produtos químicos, etc., possibilitou um grande crescimento da produção agrícola.

No auge da agricultura, no capitalismo manufatureiro, onde imperava a produção artesanal, era fundamental o trabalho de 95% da população para garantir a alimentação de 5% da população urbana. No capitalismo monopólico, esta relação inverteu-se, com 5% da população total sendo necessária para a produção de alimentos para mais de 95% da população. Sem a diminuição dos trabalhadores alocados na produção de alimentos, não teria sido possível encontrar força de trabalho para a expansão do capitalismo industrial. O trabalho não é uma quantidade fixa que se divide entre aqueles que estão disponíveis. Nos últimos cem anos, a produtividade americana elevou-se em cinco vezes, não impedindo a expansão da procura de novos empregos. A produção de bens em larga escala e baixo custo propiciou a consolidação dos mercados de massa, que acabou por estimular a produção em outros ramos da economia, criando novos ramos e ampliando os empregos.

Embora a inovação tecnológica possa modificar o nível de emprego, não determina a priori o seu resultado. Este resultado, afirma Mattoso (1999: p. 32), que pode ser mais emprego, tempo livre ou desemprego, é uma escolha social, historicamente determinada pela distribuição dos ganhos de produtividade. Torna-se relevante então, a análise da duração da jornada de trabalho, pois sua redução pode favorecer a geração de mais postos de trabalho. No cenário do pós-Segunda Guerra Mundial ocorreu elevação da produtividade e redução, fruto das lutas dos trabalhadores, da jornada de trabalho. O emprego tendeu a elevar-se mais nos países que apresentaram crescimento econômico e que reduziram a jornada de trabalho. No cenário do capitalismo monopolista após a Década de 1970, essa relação transformou-se. O novo padrão financeiro sob hegemonia dos credores internacionais tornou mais baixas as taxas de investimento, crescimento e consumo. Os ganhos de produtividade passaram a ser apropriados pelo capital financeiro, tendo diminuído o processo de redução da jornada de trabalho. Os movimentos sociais dos trabalhadores entraram em crise, encontrando dificuldade de expandir a luta contra o capital e pela redução da jornada de trabalho. A redução da produtividade e da produção foi intensa, sendo superada pela queda do nível de emprego. O desemprego elevou-se e com ele cresceu a precarização

do trabalho, em especial nos países que apresentaram índices de crescimento econômico pífios em relação à expansão da produtividade. O desemprego e a precarização não ocorrem em função da inovação tecnológica e da produtividade, mas devido a um baixo crescimento econômico e à ausência da redução do tempo de trabalho. O desafio, acredita-se, está em discutir as condições em que esses empregos são criados. É necessário verificar as relações de trabalho que podem configurar esses novos ramos industriais, os níveis de exploração e as condições opressivas a que são submetidos os trabalhadores.

Em termos de educação e trabalho, uma análise criteriosa demonstra que o próprio empresariado tem meios diretos e indiretos de influenciar programas educacionais voltados para o atendimento dos seus interesses. Porém, há de se convir que a formação escolar voltada para o trabalho alienado e aos interesses de empresas possui os seus limites. A discussão sobre os critérios tecnológicos e suas disfunções temporárias relativas ao mercado de trabalho transformam os cursos superiores em saídas fictícias para a conquista e manutenção do emprego. Ao mesmo tempo em que ocorre a “corrida” para a conquista de vagas nos “temporários ramos emergentes” desenvolve-se um outro processo que é a luta pela manutenção do emprego daqueles que ainda o possuem. A realização de um curso superior passa a ser condição fundamental para não ser excluído do mercado de trabalho. Proliferam-se cursos superiores atendendo a alunos que correspondem a profissionais com muitos anos de experiência no mercado de trabalho e que buscam o diploma como um “passaporte para a sua sobrevivência”.

Os cursos superiores apresentam uma contradição. Ao mesmo tempo que proporcionam acesso ao saber, esse mesmo saber apresenta-se como uma ferramenta de exclusão do mercado de trabalho. As dificuldades oriundas do processo educativo são concebidas como barreiras que podem levar à perda do emprego. O diploma e a manutenção do emprego tornam-se mais importantes do que o próprio saber. As salas de aulas passam a materializar o desespero e a falta de esperança. Um emprego onde as ilusões deixaram de existir. Concluir um curso superior não significa promoção funcional ou aumento de salário. Como bem afirma Salm (1980: p. 29-36), as organizações empresariais não têm qualquer

demanda específica ao sistema formal da educação, principalmente de profissionais de nível médio que devem ocupar cargos na hierarquia da mesma. A hierarquia é uma discussão interna. As empresas não têm compromissos que vinculem seus cargos à formação educacional, a não ser quando a lei exige.

Salm (1980: pp. 29-36) afirma que o capital não precisa da escola para preparar os trabalhadores para o trabalho na indústria. A escola não tem nada a ver com a redução do emprego, visto que o problema não está nas diferenças entre trabalhos superiores ou inferiores, mas na manifestação concreta do trabalho. A redução de todo trabalho complexo a trabalho simples não é um mero recurso analítico. O processo de trabalho deverá adequar-se aos objetivos da valorização. As formas úteis de trabalho concretizam-se de forma a não perturbarem os movimentos do capital. A raiz do problema na educação está na crescente desvinculação entre educação e trabalho e não na subordinação da escola ao capital. Esta separação leva o planejamento educacional a uma contradição insolúvel entre o objetivo da democratização das oportunidades educacionais por um lado e a adequação ao mercado de trabalho por outro. Ao se atender ao primeiro, não se atenderá ao segundo, pois o mercado requer um mínimo de educação para a maioria e o máximo para uma minoria. Enquanto os mundos do trabalho e da educação estiverem separados não se resolverá o impasse. Mesmo o aumento do nível de escolaridade dos trabalhadores não resolve a questão. À medida que aumenta o nível de escolaridade dos trabalhadores, os mesmos descobrem que são forçados a aceitar qualquer emprego de menor salário e complexidade do que para o qual se formaram.

A discussão sobre os limites dos cursos superiores atrelados aos interesses do capital apresenta um desafio: a construção de uma escola que supere a capacitação e possibilite a construção da qualificação profissional. O ponto de partida é a discussão de uma escola que tenha como referência o trabalho. A escola é o espaço para a união do saber e do fazer. É na mesma que deve ocorrer o debate que proporcione a problematização das múltiplas situações relacionadas à organização técnica e social da produção capitalista. A escola não pode atuar em uma relação pautada apenas por docentes e discentes. Ela deve ser algo além

disso. A junção do saber e do fazer não ocorrerá em uma escola onde educadores e trabalhadores – empregados ou não – sejam estranhos uns aos outros. A relação entre a educação e o trabalho transcende os limites da discussão acadêmica. A elaboração de uma escola que visualize além das fronteiras do trabalho alienado significa um abrir as portas para as vozes dos excluídos, dos marginalizados e dos seus movimentos sociais. Um socializar de experiências para a construção da cidadania onde estará em discussão a crítica conjunta à sociedade em que se vive e, principalmente, de qual sociedade gostaríamos de viver. Esta pode ser uma contribuição da escola para a qualificação profissional concebida como um fenômeno político.

3.4 – A politecnia e os limites da capacitação profissional nas fronteiras do trabalho alienado

A superação dessa escola capitalista, limitada, que perpetua o trabalho alienado está centrada na construção de uma educação politécnica. A noção de politecnia deriva diretamente da problemática do trabalho. Toda educação organizada se dá a partir do conceito e do fato do trabalho, portanto do entendimento e da realidade do trabalho. Toda educação tem por fundamento a questão do trabalho. É importante observar que, numa relação entre a educação e o trabalho, o que se tem por referência é a própria importância do homem na transformação da natureza. É isso que diferencia os homens dos animais, visto que os animais têm a sua existência garantida pela natureza e os homens, ao contrário, devem transformá-la para sobreviver. Ajustar a natureza às necessidades humanas é o que é feito através do trabalho.

O trabalho passa por profundas transformações através das próprias relações dos homens com a natureza no intuito de transformá-la. A sociedade moderna, que consolidou-se a partir do advento do capitalismo, é uma sociedade que revoluciona constantemente as técnicas de produção, incorporando os conhecimentos da força produtiva. De acordo com Saviani (1989: p. 09), é a sociedade que concerne a Ciência, que é potencial espiritual, em potencial

material através da indústria. Com as mudanças que ocorreram a partir do final da Idade Média, o campo passou a se subordinar à cidade e a agricultura à indústria. Por isso, a sociedade moderna tende a uma industrialização da agricultura e urbanização do campo. A sociedade moderna tem como característica assumir uma forma urbano-industrial, visto que a agricultura tende a ser crescentemente mecanizada, incorporando-se à mesma as técnicas de produção industrial.

Com o desenvolvimento da sociedade moderna instaura-se a separação entre o trabalho manual e o intelectual, entre instrução profissional e instrução geral. Na sociedade capitalista que generaliza as exigências do conhecimento sistematizado existe uma contradição. Por ser esta sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção, os recursos produtivos provenientes do trabalho dos homens são adquiridos pela parcela da sociedade detentora dos meios de produção. A Ciência é incorporada ao trabalho produtivo, transformando-se em potencial material atuando no capitalismo como um meio de produzir riqueza. O capital não a criou, mas desenvolveu formas de explorá-la, transformando-a numa mercadoria adequada ao seu interesse. Uma mercadoria que é utilizada, a princípio, como um meio de separação entre o saber e o trabalhador e, posteriormente, através da restrição desse saber, uma vez que a produção do conhecimento passa a ser pertencente aos domínios do capital.

A contradição do capitalismo, conforme afirma Saviani (1989: p. 13), atravessa a própria questão do conhecimento. Apesar de a Ciência, do conhecimento, ser um meio de produção, uma força produtiva, ela deveria ser uma propriedade da classe dominante. Porém, os trabalhadores não podem ser expropriados de forma absoluta dos conhecimentos, porque sem o conhecimento eles não podem produzir, não acrescentando valor ao capital. A sociedade capitalista desenvolveu estratégias através das quais visa expropriar o conhecimento dos trabalhadores e devolvê-lo de forma fragmentada. A ascensão da maquinaria industrial e o taylorismo foram as expressões típicas dessa afirmação. A relação de ambos permitiu detectar quais eram as tarefas mais simples que cada trabalhador desenvolvia. A partir daí, uma vez que essas funções foram sistematizadas, o capital apropria-se das mesmas, e devolve-as

aos trabalhadores de forma parcelada. O trabalhador passa a dominar um conhecimento parcelado.

Independentemente da organização técnica do capitalismo ser o taylorismo, ou em tempos atuais, o toyotismo, a lógica de produzir permanece a mesma. Não é porque os trabalhadores na égide do taylorismo e do fordismo realizavam tarefas parcelares, e no toyotismo executam a multifunção, que essa relação transformou-se. Ao contrário, a transição do taylorismo ao toyotismo mantém a mesma essência da lógica da produção alienada que se constitui em um dos pilares da produção capitalista. Exercer mais tarefas no cotidiano fabril não é elevação da sabedoria, de aproximação entre o saber e o fazer, mas sim um aumento da exploração e da intensidade do trabalho. Maior nível escolar dentro da fábrica não coincide com aumento de sabedoria no processo produtivo. Essa é uma contradição que o capitalismo apresenta, pois ao mesmo tempo que exige maior escolaridade para o trabalho, aliena e bestializa o próprio trabalho. O trabalho alienado capitalista pouco tem a oferecer, pois na realidade é ele que está à procura da apropriação gratuita das qualificações e dos saberes dos trabalhadores.

A consolidação da grande indústria proporcionou grandes transformações em termos de tecnologia produtiva e sua relação com os trabalhadores. De acordo com Mello (1999: p. 91), o advento da máquina foi a resposta concreta, a versão mais bem elaborada e o maior testemunho para o fato de que o trabalho organizado em padrões manuais já não mais satisfazia às exigências do desenvolvimento do mercado. A indústria moderna repousa no instrumental de trabalho, na transferência da operação produtiva das mãos dos homens para as máquinas (máquina ferramenta), potencializando o grau de intensificação da força produtiva do trabalho. A invenção da máquina a vapor não provocou nenhuma revolução industrial. Foi a invenção da máquina ferramenta que revolucionou a produção e toda a vida social. Marx (1987: p. 69) discute em **A Miséria da Filosofia** que as relações sociais possuem sólidas ligações com as forças produtivas. A partir do momento, que os homens mudam a sua forma de produção, as relações sociais também são transformadas. O trabalho organiza-se

e divide-se de acordo com os instrumentos de que dispõe. Para entendê-lo, inicia-se a análise pela sua divisão, dando ênfase à ascensão das máquinas.

As máquinas nada mais são do que uma manifestação da Ciência que está a serviço do capital.

Tal não é também de modo algum a finalidade da maquinaria utilizada como capital. Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva de trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia. (Marx, 1988: p. 5)

Marx interessou-se pela maquinaria, visto que o seu próprio crescimento indicava que estava ocorrendo uma profunda revolução nas relações de produção. As máquinas visavam instalar a ordem na produção, uma meta difícil de ser atingida enquanto o capital se subordinasse à subjetividade²⁸ do trabalhador. No livro primeiro de **O Capital**, fez referência à máquina ferramenta, como uma revolução capitalista dos meios de produção que retirou a ferramenta das mãos dos homens e a conectou a um mecanismo que passou a executar as operações, até então, realizadas pelos trabalhadores, sem limitações.

As máquinas são uma mecanização que permite a separação entre o saber e o fazer. Marx compara o trabalho artesanal e o trabalho nas fábricas, elucidando o papel do trabalhador na transformação da natureza. Com o trabalho no capitalismo, a Ciência é posta na máquina, mas, ao mesmo tempo, está fora da consciência do homem, porque o mesmo não mais está na posição inicial do trabalho. Em outras palavras, com o trabalho artesanal o homem possuía a liberdade de transformar a natureza produzindo coisas úteis, era ele quem tomava as decisões, que possuía o saber tecnológico de transformar a matéria-prima. Com as máquinas essa relação se transforma, pois os homens já não têm mais possibilidade de decidir aquilo que será produzido, visto que passam a ser simplesmente uma parte integrante de uma máquina. Eles não têm capacidade

²⁸ Entende-se como subjetividade do trabalhador, a utilização da inteligência e dos sentidos humanos (tato, visão, olfato, etc.) para a transformação da natureza.

decisória, mas sim, atuam como uma mera mercadoria, fruto da venda de sua força de trabalho.

(...) o operário – começa-se a dizer aqui – aparece não mais como quem utiliza determinados meios de produção e os orienta para determinados fins, mas o operário torna-se órgão de uma coisa que se move fora dele, de um sistema automático, movido por um autômato, ou seja, por uma força motriz que certamente não é, e nem poderia ser, a força física do operário (Napoleone, 1981: p. 87).

Buscando explicar o capítulo VI, inédito de O Capital, Napoleone (1981) analisa o papel do trabalhador com as transformações tecnológicas do capitalismo. Para o mesmo, o operário que antes estava em posição inicial ou ativa em relação ao trabalho,

(...) agora se encontra em posição intermediária e, por isso, instrumental, a ponto de que a denominação de instrumento de trabalho aplicada à máquina resulta evidentemente imprópria, porque o que ocorre é o inverso: foi o trabalho do operário que se transformou em instrumento desse “instrumento”²⁹. Em outras palavras: a própria essência da tecnologia capitalista reside no fato de que é invertida a relação entre o trabalho e o instrumento; enquanto inicialmente o instrumento é precisamente instrumento em sentido próprio, agora é exatamente o contrário; é o trabalho que se torna instrumento e, portanto, o termo de mediação com o qual o sistema das máquinas - que agora não está mais na posição de instrumento - entra em contato com a coisa, com o objeto trabalhado, com o processo.

As máquinas desenvolveram-se como uma manifestação da Ciência burguesa, aproveitando-se de agentes naturais como força motriz que nada custaram ao capital, como a água, o vapor, etc. A tecnologia permitiu a criação de novas máquinas por meio de máquinas, configurando a base técnica que atenta diretamente ao conhecimento do trabalhador. (Napoleone, 1981: p. 88)

Com o desenvolvimento da maquinaria e do uso intencional da Ciência, o capital busca superar a condição em que o trabalhador é suporte vivo do saber operativo que produz as mercadorias. É a configuração de uma luta incessante entre o capital e o trabalho, entre o trabalho morto e o trabalho vivo. O capital aposta no crescimento do trabalho morto como uma estratégia de aumento de

²⁹ Aspas do autor.

mais-valia, tanto absoluta como relativa, e no domínio dos trabalhadores. O trabalho reage enfatizando a importância do trabalho vivo e lutando contra a precarização das condições de vida e sistematização contínua dos seus saberes. Quanto mais o capitalismo se desenvolve, maior a tendência do avanço tecnológico em empobrecer o conteúdo intelectual dos homens.

A difusão dos conceitos da produção em larga escala agravaram ainda mais essa questão. São os “tempos modernos” que surgem relacionados à ignorância, onde o ser social desenvolve um trabalho sem sentido em meio à brutalidade daqueles que tendem a explorá-lo ao máximo, sugando toda a sua força vital para descartá-lo quando não mais servir

Por outro lado, porém, o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de uma fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum uma relação entre a atividade e o efeito útil, entre trabalhador e produto de trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto da valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é portanto, sorte, mas azar (Marx, 1988: pp. 101-102).

Com efeito, a maquinaria é algo contraditório. Aumentou consideravelmente a produção capitalista elevando o padrão de vida de uma parcela da sociedade europeia na virada do século e, ao mesmo tempo, contribuiu para o empobrecimento intelectual dos homens. Produziu mercadorias que propiciaram uma maior comodidade àqueles que a podiam adquirir e, ao mesmo tempo, assassinou trabalhadores no cotidiano fabril dados os altos índices de mortalidade e acidentes do trabalho

(...) com o desenvolvimento da maquinaria, as condições de trabalho também surgem como dominando o trabalho do ponto de vista tecnológico, e ao mesmo tempo o substituem, oprimem-no, tornam-no supérfluo em suas formas autônomas. Nesse processo, no qual as características sociais do trabalho se contrapõem aos operários de maneira, por assim dizer, capitalizada – tal como, por exemplo, na maquinaria os produtos visíveis do trabalho aparecem como dominantes deste –, ocorre o mesmo com as forças naturais e a Ciência – o produto do desenvolvimento histórico geral em sua quintessência abstrata – que lhes opõem como potências do capital. De fato, separam-se da habilidade e do saber do operário individual, e, ainda que observadas em sua origem sejam, por sua vez, produto do trabalho, surgem em toda a ocasião em que ingressam no processo de trabalho, como incorporadas ao capital. O capitalista que utiliza a máquina não precisa compreendê-la. (Ver Ure)³⁰. Mas, na máquina, a Ciência realizada apresenta-se ante os operários como capital. Na realidade, toda essa utilização – fundada no trabalho social – da Ciência, das formas naturais e dos produtos do trabalho em grandes quantidades, não surge ante o trabalho senão como meios de exploração do trabalho, como meios de se apropriar do trabalho excedente, e, portanto, como forças pertencentes ao capital. O capital, naturalmente, só utiliza esses meios para explorar o trabalho; mas para explorá-lo tem que aplicá-los à produção. E desse modo, o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho e as condições desse desenvolvimento apresentam-se como obra do capital, ante as quais não só o operário individual se conduz passivamente, mas que agem em oposição a ele (Marx, 1978: pp. 86-87).

Marx afirma que a produção capitalista possui uma tendência a desqualificar grandes somas de trabalhadores apostando na qualificação de pequenas parcelas dos mesmos. Com a divisão do trabalho intelectual e o trabalho de execução, o saber humano retirado dos trabalhadores e incorporado na maquinaria, defronta-se contra o seu criador, como uma força estranha, como um instrumento de dominação:

Como máquina, o meio de trabalho logo se torna um concorrente do próprio trabalhador. A autovalorização do capital por meio da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. Todo o sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende a sua força de trabalho como mercadoria. A divisão do trabalho unilateraliza essa força de trabalho em uma habilidade inteiramente particularizada de manejar uma ferramenta parcial. Assim que o manejo da ferramenta passa à máquina, extingue-se com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho. O trabalhador torna-se invendável, como papel-moeda posto fora de

³⁰ Observação de Marx.

circulação. A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais imediatamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha empresa artesanal e manufatureira contra a mecanização, inunda, por outro lado, todos os ramos mais acessíveis da indústria, abarrotando o mercado de trabalho e reduz, por isso, o preço da força de trabalho abaixo do seu valor. (...) Onde a máquina se apodera paulatinamente de um setor da produção, produz miséria crônica nas camadas de trabalhadores que concorrem com ela. Onde a transição é rápida, seus efeitos são maciços e agudos. A história mundial não oferece nenhum espetáculo mais horrendo do que a progressiva extinção dos tecelões manuais ingleses, arrastando-se por Décadas e consumindo-se finalmente em 1838. Muitos deles morreram de fome, muitos vegetaram com suas famílias a 2,5 pence por dia (Marx, 1988: pp. 46-47).

Periodicamente, no outono e no inverno, pessoas jovens e mulheres principalmente, filhos, filhas e mulheres de pequenos arrendatários das vizinhanças, pessoas que nada conhecem de maquinaria, são retirados do trabalho do campo para alimentarem com linho os laminadores das scurching mills. Em dimensão e intensidade, os acidentes são totalmente sem similares na história da maquinaria. Uma única scurching mills em Kildnan (perto de Cork) registrou, de 1852 a 1856, 6 casos fatais e seis mutilações graves, todos podendo ser evitados mediante dispositivos dos mais simples, ao preço de poucos xelins (Marx, 1988: p. 83).

Não possuindo as condições materiais do trabalho, os trabalhadores são obrigados a venderem a sua força de trabalho em diferentes atividades, tornando-os indiferentes ao que produzem. A produção capitalista, que possui uma base revolucionária, através da Ciência, reorganiza sistematicamente a produção e o trabalho a ela submetido. Com efeito, na busca de domínio do mercado, o capital se desdobra de ramo em ramo da produção, obrigando o trabalhador a acompanhar o seu movimento, inventando e reinventando profissões.

O desenvolvimento do capitalismo consolidou no cotidiano fabril a opressão do homem sobre o homem. Proporcionou a construção de um mundo mágico, um mundo onde o “Mágico de Oz” propagava que era possível atingir a felicidade dos homens através da construção de um exército de “seres abobalhados”. Soldados que imaginavam que a propensão de consumir bens duráveis era a estrada dos tijolos de ouro que conduziria aos céus. O capitalismo transformou o trabalho, decretando o império do valor de troca, em detrimento ao valor de uso. Os trabalhadores foram “presenteados”, passando a ter que “morrer para viver”,

desenvolvendo suas atividades num mundo vazio, um trabalho onde ele mesmo não mais se enxerga, com total ausência de sentido.

Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda a produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva. (Marx, 1988: pp. 41-42)

Com efeito, os trabalhadores tornaram-se indiferentes ao que produzem. Para os mesmos, tanto faz trabalhar nessa ou naquela profissão, desde que a mesma garanta a sua sobrevivência. Pouco importa se eles venderão a sua força de trabalho em ramos produtivos que atentarão contra a vida de milhares de seres humanos ou a existência do planeta. Mesmo o trabalhador consciente do potencial destrutivo do capitalismo se vê envolvido em suas “teias”, pois não tem como romper individualmente com essa lógica, do destruir para se alimentar, de matar para sobreviver.

A ascensão do capitalismo monopolista significou um revolucionar da produção. O imperialismo e o desenvolvimento da Ciência, como uma mercadoria do capital, ocasionaram profundas mudanças na sociedade, principalmente nas relações de trabalho. Em termos de organização da produção capitalista, o taylorismo e o fordismo representaram a sistematização do esforço do capital em manter a produção sob o seu controle, abolindo a resistência do trabalho. A organização do trabalho foi transformada pelo capital, tendo como objetivo o desenvolvimento de formas mais elaboradas que visavam ao controle e ao aumento da produtividade.

Braverman (1980: p. 55) analisa as transformações que ocorreram com o advento do capitalismo industrial, isto é, com a produção de mercadorias em bases capitalistas. Nos Estados Unidos, no início do século XIX, quatro quintos

dos trabalhadores trabalhavam por conta própria. Por volta de 1870, esse número já havia sido reduzido para um terço. Em 1940, já era de apenas um quinto, sendo em 1970, um décimo. Estes números permitem visualizar que, com o desenvolvimento do capitalismo e da maquinaria, o controle do empregador eleva-se gradativamente. O trabalhador é obrigado a fazer um contrato de trabalho, porque as condições sociais não lhe dão alternativa para ganhar a vida. Ao mesmo tempo, o capitalista é o possuidor de uma unidade de capital a qual se esforça para ampliar e para isso converte parte dela em salários. É assim que funciona o processo de trabalho, um processo voltado para a expansão do capital e a criação do lucro. O mesmo é dominado e modelado para a acumulação do capital.

Em termos de organização do trabalho, no capitalismo a divisão social do trabalho é dominada pelos interesses do mercado, enquanto a divisão do trabalho dentro da indústria é imposta pelo planejamento e controle. No capitalismo, os produtos da divisão social do trabalho são trocados como mercadorias, enquanto os resultados das operações dos trabalhadores parcelados não são trocados dentro da fábrica, como no mercado, mas são todos possuídos pelo mesmo capital. Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão parcelada do trabalho subdivide o homem.

A divisão do trabalho na produção tem início com a análise do processo produtivo. Braverman (1980: p. 72) afirma que quanto maior a divisão de ofícios, mais barata é a compra e venda da força de trabalho. Ao destruir os ofícios, o capitalismo os constrói sob o seu domínio, visando com isso à extração da força de trabalho de vantagens máximas voltadas ao aumento incessante do lucro. Com relação ao mercado, a força de trabalho pode ser comprada a menores custos como elementos dissociados, do que como capacidade integrada num só trabalhador. Ao mesmo tempo, a força de trabalho converte-se numa mercadoria. Suas necessidades são voltadas aos interesses do capitalista que visa ampliar o valor do seu capital. O mesmo visa baratear sua mercadoria, criando uma população trabalhadora ajustada às suas necessidades. Observa-se que a longo

prazo foi construída uma massa de trabalho simples, que se transformou numa característica principal das populações dos países desenvolvidos.

Ainda com referência ao trabalho simples e parcelar, o taylorismo representou o empenho para a aplicação dos métodos da Ciência aos problemas do controle de trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão. Taylor, cuja obra começou por volta de 1880, teve como preocupação central o desenvolvimento de um conceito de controle da produção capitalista. Para isso, desenvolveu os princípios da gerência científica, como um instrumento para o controle total do capital sobre o trabalho. Braverman (1980) analisa o conceito de gerência, afirmando que o verbo

(...) to manage (administrar, gerenciar), vem de manus do latim, que significa mão. Antigamente significava adestrar um cavalo nas suas andaduras, para fazê-lo praticar o manège. Como um cavaleiro que utiliza rédeas, bridão, esporas, cenoura, chicote e adestramento desde o nascimento para impor a sua vontade ao animal, o capitalista empenha-se, através da gerência (management), em controlar. E o controle é, de fato, o conceito fundamental de todos os sistemas gerenciais, como foi reconhecido implícita ou explicitamente por todos os teóricos da gerência (Braverman, 1980: p. 68).

A gerência científica, voltada para o controle total do processo produtivo, apresentou efeitos negativos aos trabalhadores. O taylorismo separou a execução da elaboração do trabalho. Braverman (1980: p. 112) afirma que a separação do trabalho mental do manual reduz a necessidade de trabalhadores diretamente na produção, pois retira dos mesmos as funções mentais que consomem tempo, e atribuir a outros essas funções. Caso a produtividade aumente, a necessidade de trabalhadores manuais é reduzida. Esse processo tem como consequência a divisão entre lugares distintos e distintos grupos de trabalhadores. Num local são executados os processos físicos da produção; num outro estão concentrados o projeto e o planejamento. Os processos físicos passaram a ser executados não só pelos trabalhadores, mas por categorias mais baixas de empregados supervisores. O controle de todo esse processo é realizado num centro gerencial, onde o processo de produção é reproduzido em papel antes e só depois que adquire forma concreta.

A separação entre mão e cérebro é a mais decisiva medida simples na divisão do trabalho tomada pelo modo capitalista de produção. É inerente a esse modo de produção desde os inícios, e se desenvolve sob a gerência capitalista, por toda a história do capitalismo. Mas só no último século a escala de produção, os recursos tornados disponíveis à empresa moderna pela rápida acumulação do capital, e o aparelho conceptual e pessoal preparado tornaram possível institucionalizar esta separação de um modo sistemático e formal. (Braverman, 1980: p. 114)

Ao mesmo tempo, a gerência científica atuou numa outra perspectiva. Além de propiciar a separação entre o saber e o fazer, criou estratégias no intuito de habituar o trabalhador ao capitalismo. Os trabalhadores deveriam se adestrar à produção capitalista, um adestramento que deveria ser renovado de geração em geração. Suas faculdades críticas, inteligentes, eram vistas, por menores que fossem, como uma ameaça ao capital.

A necessidade de ajuste ao trabalho é um aspecto inerente ao capitalismo. A história econômica e política do mundo capitalista demonstra essa afirmação. A invenção da linha de montagem é um exemplo que elucida a discussão. Por volta de 1908, Ford lançou o modelo T. Em janeiro de 1914, com a inauguração da primeira esteira rolante sem fim na fábrica Ford em Highland Park, em três meses o tempo de montagem tinha sido reduzido a um décimo do tempo anteriormente necessário. Por volta de 1925, havia uma organização que produzia quase tantos carros por dia quantos os que haviam sido fabricados durante todo o ano, em 1908. O aumento da produção se devia ao controle gerencial e às mudanças na organização do trabalho. A mesma podia dobrar e triplicar o índice que as operações seriam executadas a um aumento extraordinário de trabalho. O ofício cedeu lugar a operações pormenorizadas e repetidas, e as taxas de salário padronizaram-se em níveis uniformes. À medida que Ford, pela vantagem concorrencial que adquiria, forçava a linha de montagem às outras indústrias automobilísticas, ao mesmo grau os trabalhadores eram obrigados a submeter-se a ela pelo desaparecimento de outras formas de trabalho naquela indústria.

Womack et alii. (1997), no texto **A máquina que mudou o mundo**, numa abordagem a partir da perspectiva do capital, realizaram estudos sobre a produção em massa, centrando-se no cotidiano fabril. Para os mesmos, a

produção em massa foi organizada por profissionais especializados que projetam mercadorias que são edificadas por trabalhadores semi ou não qualificados. A essência da produção consiste em uma sólida fragmentação do trabalho dentro da fábrica, onde um operário realiza pequenas tarefas numa linha de montagem da qual resulta um produto final. A chave desse processo de produção é uma completa e consistente intercambialidade das peças e a facilidade de ajustá-las entre si. Isso ocorre em virtude de uma padronização das medidas das peças por todo o processo, trazendo com isso benefícios financeiros nos custos de montagem. A divisão acentuada do trabalho trazia vantagens para o método de produção em massa, pois permitia eliminar o grosso da força de trabalho, ou seja, os ajustadores qualificados formados na indústria artesanal. Essa divisão acentuada do trabalho criou basicamente dois tipos de trabalhadores. Os do “chão da fábrica”, que não tinham uma carreira pela frente, razão pela qual, em virtude da natureza das atividades de montagem, chegavam ao máximo no cargo de supervisor; e os engenheiros de processo ou industriais, que tinham como função construir projetos que mostrassem como as peças iriam se encaixar. Trabalhadores que quase nunca entravam na oficina, e que, de acordo com os autores, substituíam os antigos donos das oficinas qualificadas e o velho supervisor dos tempos de produção fabril. O engenheiro como organizador da montagem das peças, onde teoricamente possuía o controle do processo, trazia um apelo tão forte, que o mesmo confundia-se com o próprio capital, com posturas autoritárias no local de trabalho, característica fundamental do fordismo.

Quando se discute a questão da separação da concepção e execução, toma-se como referência que os laboratórios de pesquisa das empresas dos Estados Unidos começaram aproximadamente com o início do capitalismo monopolista. Braverman (1980: p. 150) afirma que, com o crescimento desses laboratórios, elevou-se a necessidade de instrução científica e da engenharia nos departamentos universitários de ciências físicas e nas instalações das associações financeiras. O governo gradativamente passou a ter um papel crescente na pesquisa.

A se considerar que a tendência apontada acima corresponde a um domínio do capital sobre a tecnologia produtiva, observa-se que os trabalhadores nada ganharam com o fato do declínio do seu comando sobre o processo de trabalho em prol dos gerentes e engenheiros. Pelo contrário, pois quanto mais a Ciência é incorporada no processo de trabalho,

(...) tanto menos o trabalhador compreende o processo; quanto mais um complicado produto intelectual se torne a máquina, tanto menos o controle e compreensão da máquina tem o trabalhador. Em outras palavras, quanto mais o trabalhador precisa de saber a fim de continuar sendo um ser humano no trabalho, menos ele ou ela conhece. Este é o abismo que a noção de qualificação média oculta. (Braverman, 1980: p. 360)

Apesar dos avanços tecnológicos próprios do capitalismo, os trabalhadores foram e são indispensáveis para a realização do processo de trabalho. Com o crescimento da organização do trabalho e, com ela, a difusão da divisão técnica do trabalho, a intervenção individual perdeu o sentido.

Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a Natureza sem a atuação dos seus próprios músculos, sob o controle do seu próprio cérebro. Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual ao manual. Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos. (Marx, 1988: p. 101)

Mészáros (1996: p. 25) afirma que o capitalismo nada mais é do que uma sociedade descartável. O equilíbrio entre a produção e o consumo só é possível se ela puder artificialmente consumir em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) grandes quantidades de mercadorias, que anteriormente pertenciam à categoria de bens duráveis. O sistema produtivo manipula mesmo os bens duráveis, devendo os mesmos ser lançados no lixo, muito antes de esgotarem a sua vida útil. A maquinaria do capital se articula de tal forma que serve antes a propósitos destrutivos do que a objetivos produtivos, caso os

imperativos do capital assim determinem. O capital tem que se expandir constantemente, não importa a grandeza adquirida. Logo, quando uma nova tecnologia é criada, é decretada a sua morte. O desenvolvimento dos meios de produção se opõe às necessidades humanas, pois o que importa é a expansão do capital.

Com relação à organização da produção capitalista, Mészáros (1996: p. 69) diz que a separação forçada do trabalhador dos meios de produção retirou paulatinamente as limitações de um dado consumo, estimulando a produção motivada pela oferta. O capital perde a habilidade de pôr limites em seus procedimentos produtivos, sem com isso adentrar na inatividade da crise. O capital não trata o valor de uso e o valor de troca meramente como dimensões separadas, mas de uma maneira que o primeiro é subordinado ao último.

(...) qualquer mercadoria pode estar constantemente em uso, num extremo da escala, ou ainda nunca ser usada no outro extremo das possíveis taxas de utilização, sem perder por isso sua utilidade no que tange às exigências expansionistas do modo de produção capitalista. (Mészáros, 1996: pp. 69-70)

Não importa se houver uma redução no valor de uso de uma mercadoria, pois isso não afetará o seu valor de troca. O que interessa ao capital é que a transação comercial seja realizada. Assim, do ponto de vista do capital,

(...) uma certa quantidade de valor de troca seja efetivamente realizada na mercadoria em questão através do ato de venda em si, sem levar em conta se ela subseqüentemente estará sujeita a uso constante ou a muito pouco, se é que a algum (por exemplo a câmara fotográfica que poderei usar apenas uma vez por ano, nas férias, se tanto) como pode ser o caso. Pois o capital define “útil” e “utilidade” em termos de vendabilidade; um imperativo que pode ser realizado sob a hegemonia e no domínio do próprio valor de troca. (Mészáros, 1996: p. 70)

De acordo com Mészáros (1996: p. 94), o capital inventa o consumidor como uma coisa independente e o capitalista como produtor. Ao adotar essa denominação, o mesmo reduz ficticiamente o papel estratégico do trabalho a um mínimo irrelevante. A economia política burguesa do século XX reflete e legitima a mais anti-social e desumanizante tendência do capital para a eliminação brutal do

trabalho vivo no processo de trabalho. Mészáros (1996: p. 95) discute a relação entre o trabalho e a tecnologia. Os profundos problemas relativos à força de trabalho, com a redução do trabalho vivo no processo de trabalho, são atribuídos como disfunções temporárias de caráter meramente tecnológico, cujas soluções também se encontram no campo da tecnologia. Em outras palavras, o desenvolvimento tecnológico aparece como algo neutro, envolto de magia e inevitabilidade, que não pode ser detido. O desemprego é atribuído a esse fator, como se não fosse fruto das decisões humanas. Como algo sobrenatural, a ele ninguém pode se opor.

Ainda com referência à maquinaria industrial, um outro aspecto a se considerar foi a aplicação da máquina e do vapor. Os mesmos transformaram as fronteiras, reduziram o espaço e o tempo, consolidaram o mercado mundial, multiplicaram a produção e determinaram padrões de consumo para milhares de pessoas em várias regiões do planeta. Propiciaram a construção de um mundo voltado para a implementação exaustiva dos interesses do capital.

Dentre os inúmeros fatores que contribuíram para a arrancada da grande indústria (a Inglaterra na liderança), o mais importante e decisivo fora o avanço e consolidação do mercado mundial garantido pelo sistema colonial e mercantilista, onde o comércio exterior se apresentava como a grande fonte de riqueza. (Mello, 1999: pp. 97-98)

A máquina tornou-se, paulatinamente, aquela que sob o domínio da burguesia, determina os movimentos da produção. O trabalho e o mercado passam a ser dominados pela lógica da produção em larga escala. Mello (1999: p. 106) afirma que se antes, como no período manufatureiro, era a procura que determinava a oferta (o mercado mundial que impulsionava a produção), agora, forçada pelos próprios instrumentos disponíveis a produzir em grandes quantidades, a grande indústria já não mais poderia sujeitar-se às seduições unilaterais do mercado. Com a revolução industrial, a produção passou a comandar a circulação como sua própria condição. A partir de então, não apenas o processo produtivo está constituído como momento do processo de circulação,

mas também, dialeticamente, a circulação se transforma, ela própria, num momento intrínseco ao processo de produção tomado em sua totalidade.

A grande indústria tornou a concorrência entre capitais cada vez mais mundial. A mesma estendeu a liberdade de comércio (*laissez-faire*), revolucionou os transportes, estendeu os meios de comunicação, aperfeiçoou o sistema monetário e despatriou-se em seguida. Marx afirma que ao passo que a burguesia de cada nação conserva interesses nacionais particulares,

(...) a grande indústria criou uma classe que, em todas as nações, tem o mesmo interesse, e na qual a nacionalidade está já anulada, uma classe que realmente está livre de todo o velho mundo e, ao mesmo tempo, a ele se contrapõe. Torna insuportável para o operário não só a relação com o capitalista mas o próprio trabalho (Marx, 1984: p. 78).

Com referência à concepção profissionalizante de formação dos trabalhadores, são essas concepções capitalistas burguesas que passam a imperar na mediação através do trabalho dos homens com a natureza. São formados trabalhadores para executar tarefas parcelares. A divisão entre o trabalho manual e intelectual, entre proprietários e não proprietários de meios de produção acentua-se, pois o trabalhador detém apenas a sua força de trabalho. Tal concepção implica a divisão entre os que concebem e os que executam o processo de trabalho. De acordo com Saviani (1989: p.14), o ensino profissional é destinado àqueles que devem executar, enquanto o ensino científico–intelectual àqueles que devem conceber o processo.

Saviani (1989: p. 15) afirma que a idéia de politecnia deve contrapor-se à referida concepção. Ela parte do princípio de que o processo de trabalho ocorra, em uma unidade indissolúvel, dos aspectos manuais e intelectuais. Um princípio dessa afirmação é que não existe trabalho manual puro, muito menos trabalho intelectual puro. Todo trabalho humano envolve a relação tanto de aspectos manuais como intelectuais. O homem, a partir do momento em que transforma a natureza, que a molda de acordo com as suas necessidades vitais, une tanto as concepções manuais como intelectuais. A separação dessas funções é um produto histórico social, separação que não absoluta, mas relativa. Isso é uma iniciativa de classe social, visto que o trabalho manual passa a ser inerente a uma

parcela da sociedade e o trabalho intelectual a outra parcela. Em termos de trabalho manual, a sistematização dessas tarefas passa a definir as formas dominantes dessas profissões, mas não exclui a função intelectual. O fenômeno da aprendizagem evidencia isso. Se o trabalhador pode aprender e exercer essa atividade é porque ele aplica a sua inteligência nesse processo. Ao mesmo tempo, as funções intelectuais têm esse nome porque organizam-se no campo intelectual, tendo como eixo as funções intelectuais. Porém, não se concretizam sem o recurso da prática, da ação manual. É por isso que a Ciência não se faz sem manipulação da realidade e não se pensa sem o campo da ação. A idéia de politecnia tenta introduzir a compreensão desse fenômeno em termos da contradição que marca a sociedade capitalista e a direção para sua superação.

A união entre trabalho intelectual e manual só será possível através da superação da apropriação privada dos meios de produção, através da colocação dos meios de produção a serviço do conjunto da sociedade. A idéia de politecnia parte do princípio do questionamento do próprio trabalho dentro do capitalismo. Politecnia significa o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho. Baseia-se em diferentes princípios, determinados fundamentos. O trabalhador através da politecnia deve compreender as diferentes modalidades do trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência. O trabalhador deve se ver vivo, compreendendo o trabalho, como a forma mais humana, a mediação que possibilita a própria existência da humanidade. Não se trata de um trabalhador que é adestrado para o trabalho, que se encaixa para desenvolver esta ou aquela atividade. Ele deverá ter um desenvolvimento multilateral, que conceba todos os ângulos da prática produtiva. Com a produção moderna baseando-se na Ciência, os trabalhadores deverão dominar os fundamentos presentes no trabalho moderno.

Saviani (1989: p. 15) afirma que a idéia de politecnia parte da necessidade de articulação entre trabalho intelectual e manual e envolve uma formação a partir do próprio trabalho social, trabalho este que desenvolve os princípios e fundamentos que estão presentes na organização do trabalho da sociedade capitalista. Não é no âmbito da iniciativa privada que se possibilitará essa

transformação, visto que o empresariado além de atentar à separação entre o saber e o fazer, entre o conhecimento material e o intelectual, na realidade compreende o trabalho apenas na perspectiva do ajuste social. Visa a uma formação profissional onde o trabalhador apenas desenvolva as suas tarefas mais rapidamente, da forma como a empresa está organizada. O capital objetiva a permanência do trabalho fragmentado e alienado.

CAPÍTULO 4

O conhecimento tácito e o formal no trabalho petroleiro

Discutiram-se aqui as grandes transformações que estão ocorrendo no capitalismo monopolista nas últimas décadas. Em seu decorrer, o petróleo assumiu o papel de destaque, redefinindo relações, sendo um dos alicerces de crises e apontando estratégias de guerra para o seu controle. A Petrobrás, tendo-o como matéria-prima, também foi sendo afetada pelas mudanças em curso no planeta. De uma empresa nacional e monopólica, símbolo da eficiência de um projeto nacional-desenvolvimentista, após a crise das décadas de 1960 e 1970, passou a ser compreendida por uma parcela da sociedade como um sinônimo de ineficiência. As elites nacionais comprometidas com os interesses neoliberais transnacionais abandonaram por completo a perspectiva de um projeto de desenvolvimento baseado em um Estado nacional forte.

Os trabalhadores petroleiros foram atingidos por esse processo. Não só iniciaram uma luta de resistência, com a construção de grandes greves, como verificaram que as suas próprias relações em termos de saber operário também foram afetadas. Tendo como referência esse cenário, é imperiosa a discussão do trabalho dos petroleiros, em que princípios se baseia, quais as implicações que estão envolvidas e como constitui-se em um processo de resistência no cotidiano fabril. Algumas conquistas que foram obtidas através de anos de luta estão sendo retiradas pela direção da empresa.

4.1 – A Petrobrás e a qualificação profissional

O trabalho petroleiro constitui-se em um rico exemplo a ser investigado. A indústria do petróleo nacional foi um segmento onde ocorreu um dos maiores investimentos no Brasil. Todas as discussões aqui realizadas sobre as relações

entre a educação, o trabalho e o desemprego estrutural como estratégias do capital para a saída da crise atingiram diretamente essa categoria produtiva.

A contratação de um operário para a Petrobrás tem-se realizado através de um concurso público eliminatório. Uma prova onde são exigidos conhecimentos gerais, sendo que aqueles que conseguem as maiores notas são aprovados. A aprovação não significa a imediata admissão, ao contrário, essa é somente uma etapa do processo de admissão. Inicia-se um processo de formação profissional dentro e fora do local de trabalho. Fora do local de trabalho através de um curso de formação teórica em processo.

Um curso oferecido a qualquer operador aprovado nos concursos da empresa independente do setor em que deverão trabalhar. Trata-se de uma revisão de noções de matemática, física e química, e de uma formação genérica sobre os processos de refino e seus principais equipamentos, utilidades, segurança, instrumentação e sistema de controle. O objetivo é nivelar o conhecimento e preparar os futuros operadores para o estágio de formação. Trata-se de um curso noturno realizado em instalações externas à refinaria (Senai ou Universidade Católica). O tempo de duração é de cerca de quatro meses (a carga horária tem variado de 255 a 370 horas). Durante esse curso o operador é considerado um bolsista recebendo meio salário básico do nível inicial da carreira de operador (Revista A modernização tecnológica da Repar: uma abordagem ergonômica, 1995: p. 33).

Um curso quantitativo, onde a nota mínima é sete. Aqueles que não atingem são automaticamente desligados e sem nenhum direito. O treinamento dentro do local de trabalho consiste na realização de tarefas do cotidiano da indústria de petróleo, realizadas em turno de revezamento e sob as mesmas condições do trabalho normal. A nota sete também é o valor de corte. O candidato passa a ser acompanhado por um monitor³¹ em todas as suas atividades.

Após a conclusão dessa primeira etapa, o operador é transferido para o seu grupo de turno devendo continuar sua formação sob responsabilidade do operador chefe (OSI)³² e apoio dos operadores de área mais experientes. Normalmente nessa etapa, o operador ainda não

³¹ Monitor é um empregado mais antigo, com experiência no trabalho, que atua como um professor dentro do local de trabalho, ensinando as rotinas de trabalho e, ao mesmo tempo, avaliando os candidatos quanto à aprendizagem e ao desempenho das funções.

³² OSI - Operador de Sistemas Industriais.

deveria contar para o número mínimo da equipe. No entanto, mais cedo do que seria desejado, os novatos passam a contar como parte efetiva dos grupos de operação. O tempo total desse estágio que já foi cerca de um ano tem sido atualmente de no máximo três meses. A diminuição desse tempo não está ligada ao desenvolvimento de novas técnicas de formação ou ao aumento da qualificação dos candidatos. A razão principal é a aposentadoria dos operadores, o que tem desfalcado consideravelmente as equipes de turno (A modernização tecnológica da Repar: uma abordagem ergonômica, 1995: p. 34).

Esse processo tem por objetivo a adaptação do trabalhador ao maquinário e às normas da empresa. Salm (1980: p. 63) afirma que o processo de trabalho é, ao mesmo tempo, processo de valorização do capital e deve submeter-se a esse objetivo. A ele devem se adequar as alterações da tecnologia, na organização do trabalho, nas qualificações requeridas. O objetivo do capital é fazer com que o processo de trabalho domine o trabalho. Se antes o processo de trabalho se adaptava ao trabalhador parcial, agora é o trabalhador que se adapta às máquinas. A tarefa da gerência vai ser de convencer cada trabalhador de que seu interesse reside na lealdade à empresa, na produção capitalista. O seu desempenho na produção depende da aceitação das normas da empresa.

De acordo com Salm (1980: p. 94), o treinamento de pessoal pode ser dividido em duas formas básicas. A primeira, que requer atenção dos supervisores ou trabalhadores mais experientes, em virtude da possibilidade de danificar algum equipamento. A segunda ocorre por osmose, onde os trabalhadores simplesmente repetem as atividades dos trabalhadores mais experientes. Na Petrobrás, a formação de pessoal ocorre através de uma inter-relação dessas duas formas. Os estagiários são acompanhados por um petroleiro mais experiente que os ensina a realizar as tarefas mais simples do cotidiano fabril. Ao mesmo tempo em que esse acompanhamento ocorre em virtude da possibilidade de danificação dos equipamentos, os estagiários repetem as atividades que são desempenhadas pelos trabalhadores mais experientes. O que se pretende com esses treinamentos é que os estagiários aprendam de forma rudimentar o funcionamento de uma unidade de processo. O que ela produz, os princípios de funcionamento, as linhas e dutos principais, como realizar amostras, etc.

Nesse processo, a empresa resolve o problema da recomposição da força de trabalho sem custos adicionais. Não existem desperdícios, visto que nada que não seja prático é ensinado. Aprende-se fazendo aquilo que serve apenas à operação a ser executada. Qualquer informação teórica ou tecnológica só será transmitida na estrita medida da necessidade prática. É o processo de produção que disciplina o processo de aprendizagem. A empresa não irá depender nem de instituições externas de treinamento, nem de força de trabalho que seu corpo coletivo de trabalho não possa formar. A partir do momento em que a individualidade produtiva perde importância no resultado do trabalho final, a própria qualificação também transforma-se. Qualificar-se significa ajustar-se ao ritmo do corpo coletivo de trabalho, estar em condições de ocupar ao longo do tempo um posto de trabalho numa das variadas hierarquias existentes na profissão operador de processamento na Petrobrás. A capacidade de executar tarefas será desenvolvida como subproduto desse ajuste. Os trabalhadores deverão se submeter a um contínuo treinamento, nem que seja – como aponta a tendência atual da estatal – para permanecer no mesmo posto de trabalho. O qualificado do ponto de vista empresarial é aquele que defende os interesses da empresa e conhece o seu lugar na hierarquia profissional.

Para Kuenzer (1995: pp. 163-164), a ação pedagógica da fábrica tem por objetivo ensinar exclusivamente o fazer destituído de qualquer explicação sobre o significado do trabalho. É um ensinar o fazer de uma forma fragmentada, com o trabalhador sendo ensinado no cotidiano fabril a desempenhar pequenas tarefas parcelares que não são suficientes para que ele exerça o ofício em outro lugar. Os mecanismos de controle do saber sobre o trabalho são formas pelas quais o capital produz a incompetência técnica e política do operário, como condição essencial para a sua exploração. Os operários desqualificados são os mais facilmente submetidos à dominação do capital, com os quais o processo de dominação se evidencia mais eficiente, embora não se estabeleça uma relação mecânica entre desqualificação e despolitização.

Essa forma de treinamento profissional que ocorre na Petrobrás apresenta uma contradição. Ao mesmo tempo em que os estagiários possuem uma

perspectiva de acesso ao emprego estando dentro das fronteiras do trabalho formal, tornam-se reféns dos interesses da empresa, sem qualquer possibilidade aparente de recusa. Os riscos relacionados às indústrias petrolíferas atentam contra sua própria integridade física. Pelo fato de o estágio ser realizado no mesmo horário de trabalho do pessoal efetivo, o candidato é obrigado a largar o seu emprego, quando o tem, sem qualquer garantia de contratação pela Petrobrás. Seus direitos sociais são inexistentes, recebendo uma gratificação insignificante, muito abaixo do salário do pessoal contratado, sem representação sindical, passando meses à mercê da “boa vontade” e dos interesses da empresa.

A considerar a situação de miséria, exclusão social e desemprego, a possibilidade de acesso aos bens de consumo, acompanhada da pouca rotatividade no trabalho, transformou o emprego na Petrobrás em um atrativo para muitos trabalhadores. A estatal como sinônimo de uma “sólida carreira profissional” foi algo construído através dos anos no imaginário da população. Era a oportunidade concreta de um bom salário, mesmo que, contraditoriamente, o trabalhador vendesse a sua força de trabalho nas piores condições.

Na Petrobrás, o desemprego praticamente não existia até a Década de 1980. Era a oportunidade de um emprego por toda a vida ativa. A estatal era de propriedade da sociedade. Isso descaracterizava a onipotência do capital, pois os trabalhadores acreditavam que vendiam a força de trabalho para o “progresso da nação”, constatação que foi deixada de lado quando da greve dos petroleiros de 1983. O autoritarismo apresentava-se de forma dissimulada. Isso se deve a diversos fatores, como o elevado grau de automação das unidades de processo e o alto grau de riscos à vida humana inerentes ao processo. Parte-se do princípio de que, quanto mais complexo e perigoso é o processo produtivo, mais os dirigentes empresariais visam dissimular o conflito com o trabalho. Dissimulação que significa a tentativa de estabelecer o controle dos conflitos no local de trabalho. Um conflito que se estabelece com a empresa visando, através do envolvimento manipulatório, à absorção do saber operário inerente às atividades cotidianas do processo de petróleo, e os trabalhadores, com um saber construído

através do tempo de serviço e da experiência, utilizando-o como uma estratégia de luta e resistência dentro da fábrica.

4.2 – O trabalho dos operadores de refinaria na Petrobrás

A venda da força de trabalho nas unidades de processo da Petrobrás é um palco de profundas transformações. O contato com o tamanho dos equipamentos, a disposição da fábrica, despertam, a princípio, uma sensação de impotência perante um universo hostil, onde os segredos inerentes ao mesmo ainda não foram descobertos. O trabalho em turno, em função das unidades de processo funcionarem continuamente, 24 horas por dia,³³ ocasiona sensíveis mudanças na saúde e nas relações sociais dos petroleiros. Com relação à saúde ocupacional, altera-se ciclo circadiano dos trabalhadores, ou seja,

(...) uma espécie de relógio biológico interno, que cada pessoa tem dentro de si e que faz com que ela tenha comportamentos diferentes segundo as diferentes 24 horas do dia; fundamentalmente, que fique acordada durante o dia e repouse durante a noite, como é normal na espécie humana. Quando as pessoas trocam o dia pela noite, como acontece com quem trabalha em turnos de revezamento, este relógio biológico pode ficar atrapalhado e provocar alterações na vigília e no sono: a pessoa sente dificuldades de dormir de dia e sente sono quando trabalha à noite. (Ferreira e Iguti, 1996: p. 97)

Se, por um lado, os impactos sobre a saúde ocupacional não podem ser deixados de lado, por outro, o próprio trabalho em turno é mais intrigante do que possa parecer. Quando um trabalhador que sempre vendeu a sua força de trabalho durante o dia passa a exercer as suas atividades em turno, o aspecto tempo transforma radicalmente a sua vida. Se, antes, o mesmo teoricamente podia ter a sua vida programada, agora a relação com os dias sofre uma profunda mudança. Um dia de trabalho noturno passa a significar dois, pois boa parte do dia, aquele que consegue, o passa dormindo. Os contatos sociais também modificam-se. Os trabalhadores em turno têm uma tendência a relacionar-se somente com aqueles que exercem atividades semelhantes.

³³ Em Paulínia, os operários são divididos especificamente em três grupos de trabalho de oito horas. São cinco grupos de trabalho no total, sendo que enquanto três trabalham, dois folgam.

Os petroleiros vivem isolados das demais pessoas, não podendo programar as suas vidas em conjunto com aqueles que vendem a sua força de trabalho durante o dia. Isso faz com que os mesmos construam relações sociais tendo como referência o trabalho na refinaria. Quanto mais antigo o trabalhador, mais respeitado ele é, sendo o aprendizado histórico uma referência nessas relações. Desenvolvem uma linguagem peculiar repleta de códigos e significados. O “borracho” é o termo usado em todo o sistema Petrobrás, inicialmente na Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, para aqueles que iniciam suas atividades, fazem “perguntas tolas” e descobrem respostas “fantásticas” para algo que na realidade é bem mais simples do que possa parecer. O “borrachão” é aquele que já tem tempo no trabalho, mas não consegue aprender os aspectos formais e informais do processo. Essa expressão é utilizada para a discriminação, pois o saber do processo é cobrado constantemente entre os próprios empregados no cotidiano da fábrica.

O “pelego” é um termo presente não só entre os petroleiros, como nas demais categorias profissionais que possuem sindicatos críticos ao capitalismo. É utilizado para definir aqueles trabalhadores que não participam das lutas sindicais, colocando-se incondicionalmente ao lado dos interesses do capital. Ser denominado como “pelego” constitui uma humilhação dentro do cotidiano fabril, uma forma de discriminação que, contraditoriamente, visa manter a unidade da categoria. Em um contexto de riscos inerentes à saúde e à vida dos trabalhadores, o aspecto confiança é algo fundamental. Ao contrário do discurso empresarial que visa à perpetuação da individualidade, no trabalho petroleiro o aspecto coletivo é algo fundamental. Ele reforça as relações coletivas em virtude das características inerentes ao mesmo, como tempo, turno, segurança, etc. Os operários atuam na unidade de processo, controlando riscos e emergências operacionais, um podendo salvar a vida do outro. Trata-se, pois, de uma relação de confiança que tem como eixo central o trabalho.

O “pelego” é visto pelos operários do petróleo como aquele que não é digno dessas relações, um sujeito que cultua o individualismo ao invés do coletivismo. E, como tal, é encarado como não sendo digno da amizade e do respeito dos demais

trabalhadores. Um traidor do coletivo. Os trabalhadores recusam-se a realizar as suas refeições perto dele, chegando a levantar-se da mesa quando aproxima-se. É tratado no cotidiano fabril como se não existisse, isolado e sem relações sociais durante meses. A mensagem é que ou está ao lado do trabalho, representado pelos trabalhadores e pelo sindicato, ou não é digno de se relacionar com ninguém. Essa sólida resistência no local de trabalho presente no cotidiano petroleiro vem passando por profundas transformações nos últimos anos. O aspecto individual começa a crescer em um cotidiano onde o coletivo sempre imperou. Ao mesmo tempo, o movimento sindical petroleiro, que tem nos operadores de processo a principal base de mobilização, passa por uma crise, pois encontra dificuldades de criar bandeiras de luta contra o individualismo e por conquistas sociais.

O trabalho dos operadores de refinaria é peculiar. As técnicas de produção trazem embutidos segredos e um constante aprendizado profissional. De acordo com Ferreira e Iguti (1996: p. 22), diferentemente do que ocorre numa indústria de produção em série, onde a matéria-prima e os produtos intermediários e finais são vistos e manipulados pelos trabalhadores, numa unidade de processo tudo se passa dentro de equipamentos numerosos e complexos, num sistema fechado. Nem os produtos nem suas transformações são visíveis. Sabe-se que eles estão ocorrendo de modo indireto, através das indicações de instrumentos e indicadores das unidades de processo.

Cada unidade de processo contém um conjunto de equipamentos que obedecem a uma certa disposição física, isto é, são alinhados de uma certa forma e interligados. Nesse conjunto, existe uma estrutura de base em que ocorrem as reações físicas e/ou químicas que geram os produtos desejados: torres, vasos, compressores, reatores, misturadores e suas respectivas bombas e válvulas. Acoplada a essa estrutura, uma outra série de equipamentos completam esta produção, como fornos, fornalhas, caldeiras, trocadores de calor, torres de refrigeração, sistema de tochas, sistemas de regeneração de catalisadores, incluindo-se todos os equipamentos de energia elétrica, água, vapor e ar comprimido. Ao mesmo tempo, uma unidade petrolífera apresenta uma série de

segredos que não são previsíveis, relacionados ao desempenho dos equipamentos e das máquinas. É para atender a essa imprevisibilidade que ocorre a capacitação profissional dos trabalhadores da Petrobrás.

Os indicadores e comandos automatizados são importantes instrumentos para controlar o processo. Permitem verificar o grau de modernidade de uma unidade produtiva. Porém, nem todo o processo é automatizado, havendo necessidade de algumas máquinas serem controladas manualmente. Por sua vez, mesmo os instrumentos de medição – utilizados para medir variáveis como temperatura, pressão, vazão, etc. – podem entrar em pane, fornecendo informações falsas. Além desses equipamentos, os operadores têm como recurso a utilização de outros meios para o controle do processo. Esses são baseados na percepção e nos órgãos de sentido, audição, visão, olfato e tato. Foi a construção desse conhecimento que qualificou e valorizou a profissão dos operadores de refinaria da Petrobrás. Por ter dificuldade de ser sistematizado, e a sua construção ser fruto de um aprendizado histórico, elaborado a partir das dificuldades, dos erros, dos acertos, das experiências, o seu domínio tornou-se um dos alicerces para a continuidade da produção. Esse conhecimento é algo que restringe-se aos petroleiros com maior tempo de trabalho que conseguem realizar tarefas com alto grau de complexidade, em uma situação onde as anormalidades produtivas acontecem em tempo real sendo necessária a tomada de decisões rápidas que se baseiam em escolhas humanas. Sem o treinamento e a experiência adequados, seria impossível de realizá-las. A existência desses trabalhadores que conseguem manter e colocar os sistemas operacionais é alvo de ataques do corpo gerencial da empresa, que tenta sistematizá-los constantemente, inventando e reinventando formas para absorvê-los, investindo em novas tecnologias e automação. Quanto mais automatizado o processo e maior a independência da continuidade produtiva desses saberes, mais (des) qualificados são os trabalhadores.

De acordo com Roldán (1999: p. 75), toda organização produtiva implica disponibilidade de trabalhadores dotados de atitudes, conhecimentos, capacidades, experiências e saberes, as denominadas qualificações laborais que caracterizam o valor de uso da força de trabalho adquirida. Conforme foi discutido

anteriormente, a consolidação do capitalismo, acompanhada da instauração da maquinaria industrial, proporcionou a separação entre o saber e o fazer. O trabalho e seus desdobramentos passaram a coisificar os homens, visto que os mesmos não mais se enxergavam naquilo que produziam.

Porém, a concretização do trabalho é mais complexa do que aparenta ser. Em sua dimensão concreta, possui um saber que, tem como essência a manifestação da rebeldia. Um saber rebelde que em meio a um imenso universo de trabalho morto, questiona o comando da engenharia sobre o processo produtivo, ressaltando a importância do trabalho vivo. Ele existe independente da escola formal, pois se constrói de uma forma empírica, através de um processo histórico que se consolida a partir da relação entre o homem e a máquina. Aranha (1997: p. 14) define o conhecimento tácito do trabalhador como um processo contínuo e essencial ao andamento cotidiano do trabalho. É dificilmente codificável o que dificulta a sua sistematização, mas é extremamente dinâmico, estando presente em, praticamente, todos os processos de trabalho conhecidos no capitalismo. O cotidiano fabril apresenta incertezas técnicas e organizacionais que obrigam o trabalhador a adotar o trabalho prescrito às condições reais de sua execução. O trabalhador modifica constantemente o conteúdo do trabalho, a tarefa, a utilização da ferramenta, a administração do tempo, etc. O conhecimento tácito é a fonte onde o trabalho real se alimenta e se efetiva.

De acordo com Santos (1997: p. 15), existe no trabalho concreto, entre trabalho prescrito e trabalho real, um espaço onde o saber é necessariamente colocado em trabalho. As soluções criadas pelos trabalhadores sempre foram e continuam sendo fundamentais para que a produção se efetive. O trabalho convoca a inteligência de cada trabalhador, do coletivo do trabalho na descoberta, na aprendizagem, no desenvolvimento e na produção de saberes. A divulgação e o aprendizado do conhecimento tácito ocorrem informalmente, através das relações no cotidiano fabril. Um conhecimento que é restrito ao fazer, pois o seu domínio é condição fundamental para a concretização do processo produtivo. É um lembrete do fazer ao saber, pois aponta a dependência e os limites do trabalho

morto em relação ao trabalho vivo, a afirmação de que os homens são essenciais no trabalho.

Esse conhecimento não tem merecido o enfoque necessário, em virtude da dificuldade de o mesmo se expressar, visto que ele existe envolto em mistério. Ao mesmo tempo, o capital o despreza, o concebe como algo natural, inerente à produção, e não como uma estratégia de luta de classes, que questiona o seu controle no cotidiano fabril. De acordo com Santos (1997: p. 16), esses saberes jamais ganharam legitimação que os validasse tanto do ponto de vista epistemológico como, também, econômico, social, político e cultural. Tanto na empresa integrada como na flexível, esta continua a ser a regra. O que distingue o saber da concepção e o que lhe dá legitimidade é a sua formalização, sancionada por um conhecimento social e epistemologicamente reconhecido – materializado num diploma de curso superior – e é por essa virtude que ele se apresenta como não comparável àquele desenvolvido na execução. A incapacidade de formalização que caracteriza o saber da fábrica baseia-se no princípio de equivalência entre linguagem e cultura. O mesmo supõe que o que não é simbolizado, formalizado, equivale a uma falta de cultura. A formalização entendida nessa perspectiva tem como referência uma linguagem própria ao saber já formalizado, e uma idéia de cultura que aponta para a incultura como uma falha de linguagem.

Todas as profissões existentes sob o capitalismo possuem os seus saberes tácitos. Um metalúrgico, ao analisar a matéria-prima com o tato, realiza em sua mente inúmeros cálculos matemáticos, físicos e químicos que permitem diagnosticar se será ou não possível a sua transformação em mercadoria. Um pedreiro, ao construir uma casa, também realiza cálculos que permitem saber com quantos tijolos serão construídos uma residência, o formato do terreno, o tamanho do alicerce, a altura das paredes, etc. O mesmo possui implicações sociais, no sentido de utilizar técnicas que garantam o bem-estar dos futuros moradores da casa. Construir uma casa não consiste num simples assentar de tijolos, pois até isso depende de técnicas para a sua realização. Um eletricista precisa de

profundos conhecimentos físicos para elaborar uma rede de instalação que forneça segurança aos homens que dela irão se utilizar.

Na Petrobrás, os operadores petroleiros experientes são aqueles que conseguem sistematizar as ações formais e informais durante o período de trabalho. Para melhor entendimento, quando se fala em sentidos, o que se quer ressaltar é uma relação onde o homem consegue perceber os possíveis defeitos de uma máquina – que podem levar a sérios acidentes, que atentam à segurança e vida da coletividade – construindo diagnósticos a partir da observação. É comum através do tato o trabalhador constatar aumento de temperatura em um equipamento, mesmo sem saber o seu valor numérico. A audição é algo que está presente em todo o cotidiano de trabalho. Um problema num equipamento, uma vibração fora dos parâmetros, qualquer mudança do nível de ruído em uma unidade de processo é imediatamente constatada pelos operários mais experientes, mesmo com o elevado nível de ruído característico à unidade de processo. Através dos olhos, perceber um problema em uma torre de processamento, verificar os produtos que estão sendo lançados na atmosfera pela cor. Observar o aspecto de uma chama, e a partir daí constatar se um forno ou caldeira está funcionando dentro dos parâmetros estabelecidos. Pelo olfato, verificar se uma tubulação, quando não está em uso, pode ser manuseada sem riscos, se não existem hidrocarbonetos que podem incendiar-se. Constatar possíveis vazamentos de produtos químicos e identificá-los sem mesmo se aproximar, etc. As correções no processo produtivo derivam desses saberes. Desde a sensibilidade em movimentar uma válvula, até a adoção de parâmetros para a sua correção.

A sensibilidade é algo fundamental. Tome-se como exemplo, a colocação em operação de uma unidade de craqueamento catalítico.³⁴ A admissão do gasóleo na mesma passa por uma série de procedimentos que, se não utilizados, inviabilizam o processo. O operador controla uma série de variáveis, pressão, nível, vazão e temperatura, que são condições fundamentais para que o processo se realize. Adquire com o tempo, uma percepção do conjunto da unidade de

³⁴ Uma unidade que transforma o gasóleo, uma fração do petróleo, em gás de cozinha e gasolina, entre outros.

processo, significando que um erro no início do processo, em alguns casos, só é verificado no fim. Uma variável fora dos parâmetros em um equipamento é constatada somente a dezenas de metros em outro equipamento. Nota-se que uma unidade de processo é maior do que um quarteirão residencial, composta por centenas de válvulas e milhares de tubulações. Pela experiência desenvolvida através da história no trabalho, um petroleiro consegue identificar cada uma dessas tubulações e válvulas. Eles constroem diagnósticos, pois, ao reconhecê-las, sabem para que servem, a pressão com que trabalham, o produto e a toxicidade em seu interior, de onde elas vêm e para onde vão. O que fazer em caso de vazamento, o que isolar e a sua influência para a unidade.

O trabalhador de uma refinaria de petróleo terá que desvendar os aspectos formais e informais de controle do processo produtivo. Formais, no aprendizado de como os equipamentos funcionam e o que produzem. O estudo dos alinhamentos do processo produtivo, verificando através de centenas de válvulas e milhares de tubulações, por onde os produtos entram e saem, e no que se transformam. Informais, através do desenvolvimento de uma percepção não sistematizável das máquinas, através do contato com os mais experientes e da descoberta pessoal de novas situações, um aprendizado histórico que vai se constituindo e se transformando através do tempo. Porém, torna-se necessário historiar o processo que possibilitou o desenvolvimento desse conhecimento, sendo necessário ter como referência as primeiras gerações de trabalhadores da Petrobrás.

4.3 – A qualificação profissional das primeiras gerações de operadores na Petrobrás

A história da formação profissional dos trabalhadores da Petrobrás foi influenciada pelas transformações na organização da produção capitalista. O pessoal técnico da estatal começou a ser formado a partir dos quadros do CNP. Foram formados grandes contingentes de trabalhadores especializados que passaram a atuar nas atividades de transformação do petróleo. A Década de 1950 assistiu à formação do primeiro curso de engenharia de petróleo no Brasil, em parceria com a Universidade da Bahia. Esse curso foi pioneiro e a sua conclusão

foi condição para que fossem dados cargos de gerência a técnicos brasileiros. Um exemplo foram as funções de sondadores chefes que passaram dos trabalhadores americanos para os técnicos especializados brasileiros preparados na Bahia.

A relação entre os técnicos americanos e brasileiros foi fundamental para compreender as relações de trabalho que existiam no interior da estatal. Historicamente, todos os projetos de construção de refinarias de petróleo eram internacionais. O Brasil, apesar de apostar na auto-suficiência do petróleo, não possuía tecnologia que permitisse o desenvolvimento de seus equipamentos e instalações industriais independentes dos grandes trustes internacionais. Com efeito, todas as novas refinarias nacionais entravam em operação sob o controle de técnicos internacionais e, posteriormente, ocorria a transferência aos técnicos nacionais.

Os projetos de construção de refinarias de petróleo foram complexos e apresentaram incertezas operacionais, sendo que cada unidade demorou anos para se concretizar. Apesar dos processos serem realizados em um grande espaço de tempo, uma outra etapa, muito mais complexa, consistiu em fazer com que entrassem em operação e comesçassem a produzir. A continuidade operacional depende de uma série de fatores: o funcionamento dos equipamentos; a construção de estratégias seguidas para que possam funcionar; o conhecimento das máquinas para que os derivados de petróleo possam ser enquadrados nas especificações exigidas; etc. O início da produção não ocorre com um simples “ligar as máquinas”; pelo contrário, pois faz parte de um longo processo que pode, dependendo das dificuldades apresentadas, estender-se por mais de quatro dias. Entrar em operação não significa produção imediata. Uma refinaria pode estar operando há vários dias, mas sem os seus derivados de petróleo enquadrados de acordo com as especificações exigidas. Na realidade nada está produzindo. A produção só tem início quando os derivados estão em condições tais que possam ser estocados e comercializados com outras empresas.

O início da operação e produção das primeiras refinarias construídas no Brasil ocorreu na relação direta entre os técnicos internacionais – que operavam as unidades de processo – e os brasileiros – que acompanharam o processo. Por

ser a Petrobrás uma representante de um projeto nacional de desenvolvimento, ocorriam disputas no cotidiano fabril pelo controle do processo. Os técnicos internacionais limitaram-se a transmitir apenas as manobras mais simples de funcionamento das unidades de petróleo. Os técnicos brasileiros, querendo comprovar que poderiam assumir o controle do processo das refinarias, representavam a concretização da competência do trabalhador brasileiro. Ao mesmo tempo, a venda de projetos internacionais ao Brasil e a recusa de transferência de informações aos técnicos brasileiros visavam à manutenção de uma relação de dependência da Petrobrás aos trustes internacionais. Eles deveriam ser acionados por qualquer problema operacional.

A operação das refinarias nacionais por técnicos brasileiros foi marcada pelas incertezas operacionais inerentes ao processo de produção de petróleo. Os técnicos internacionais entregaram aos brasileiros refinarias de petróleo de cujo funcionamento os últimos não tinham total conhecimento. A forma como algumas máquinas atuavam, sua composição interior, entre outros, demoraram décadas para serem descobertas. Tanto os engenheiros como os operadores de refinaria iniciaram um processo de descoberta dos segredos das refinarias. Essa incerteza fez com que a direção da empresa adotasse uma estratégia de produção de manter as unidades operando a qualquer custo. No processo de uma refinaria, as atividades mais complexas consistem no controle das emergências operacionais, nas paradas e partidas das unidades, onde são exigidas as maiores habilidades para lidar com o complexo de maquinaria industrial. Quando uma unidade está operando em condições normais, as atividades dos operadores consistem no acompanhamento das pressões, temperaturas, vazões, etc. As correções, dependendo do tipo de unidade, são mínimas. As destilações e a produção de coque são as que requerem o maior número de ajustes em um turno de trabalho. Já as de craqueamento catalítico e de produção de enxofre, em condições estáveis de operação, chegam a passar várias horas sem qualquer necessidade de correção.

Sendo as emergências, paradas e as partidas as condições concretas onde a produção poderia ser interrompida, e os seus desdobramentos não eram

totalmente conhecidos pelos trabalhadores da Petrobrás, passaram a ser evitadas a qualquer custo. Manter as refinarias operando em qualquer situação era sinônimo do mais alto nível de competência técnica no cotidiano fabril. O aprendizado profissional que se desenvolvia, o desconhecimento das concepções tecnológicas inerentes aos equipamentos e seus limites, faziam com que os gerentes adotassem essa postura. Isso se comprova nas implicações que essa estratégia possibilitava. Uma ou mais unidades de processo operando em condições de emergência e com instabilidade operacional significava que todos os produtos que estavam sendo produzidos encontravam-se fora de especificação para venda. Com efeito, toda a produção deveria ser reprocessada.

Todo esse processo de aprendizado profissional apresentou contradições cuja abordagem é fundamental para a discussão das transformações que ocorreram na história do trabalho dos operadores petroleiros. A considerar a instauração da Petrobrás, ao mesmo tempo em que o trabalho petroleiro foi organizado sob a égide do taylorismo, ele também qualificou uma grande parcela dos seus trabalhadores (os operadores de refinaria). Quando se afirma que o trabalho taylorizou-se, parte-se do princípio de que ocorreu uma divisão no cotidiano fabril onde os engenheiros trabalharam na pesquisa e na produção de tecnologia e os operadores na continuidade produtiva. Os engenheiros dedicavam-se ao **pensar** tecnologia e os operadores ao **fazer** as atividades produtivas.

Apesar dessa divisão, as incertezas quanto à continuidade operacional das refinarias, em conjunto com o receio de que parassem de funcionar, consolidaram a importância dos operadores de processo no cotidiano da Petrobrás. Eram os mesmos que deveriam desvendar os “mistérios” – consolidando o conhecimento tácito – que as máquinas apresentavam. A continuidade operacional dependia diretamente das suas atuações conjuntas. Eram os operadores, que no contato diário com os equipamentos, tinham o conhecimento para discutir os seus limites. Apesar de os engenheiros decidirem o que e quanto deveria ser produzido, eram os operadores que apontavam se as metas estabelecidas pela direção da empresa poderiam ou não ser atingidas.

O caráter nacional da Petrobrás no sentido de concretização de um trabalhador nacional tão ou mais competente que o internacional fazia com que a estatal encontrasse limites na (des) qualificação dos seus funcionários. Ela não poderia simplesmente qualificar alguns trabalhadores e (des) qualificar outros, pois era dependente tanto dos engenheiros como dos operadores. Dentro desse processo onde os saberes interagem no cotidiano fabril, iniciou-se uma disputa onde o corpo de engenharia dominava as decisões quanto às inovações tecnológicas. Os operadores, por sua vez, controlavam as descobertas relativas à experiência no contato com as máquinas.

Os conflitos entre a engenharia e a operação ocorriam de tal forma, que os espaços de atuação eram totalmente demarcados. Um não admitia a inserção do outro nas atividades produtivas. Os segredos inerentes à continuidade operacional das refinarias não eram transmitidos aos engenheiros. Esse era um processo de luta no cotidiano fabril, onde os atores tinham perfeita compreensão dos seus papéis. Os operadores adotavam a estratégia de valorizar o seu saber. Um saber que vinha sendo construído através dos anos. Mantê-lo como misterioso, atrelado à estratégia de operar a qualquer custo, permitia consolidar uma relação de vantagem com a direção da estatal. Poderiam pressioná-la em conceder vantagens econômicas, trabalhar com um número de trabalhadores maior, e fornecer benefícios sociais em condições iguais para todos os petroleiros.

Nesse processo, o operador chefe de turno significava o mais alto posto em termos de qualificação e remuneração. Como um cargo de supervisão de nível médio, era tão ou mais respeitado do que qualquer engenheiro. Simbolizava a concretização do mais elevado nível do conhecimento operário. Decidia como e com quais operadores queria trabalhar. Questionava as determinações do pessoal de engenharia, apontando a sua impossibilidade. Se um engenheiro ameaçasse intervir nas decisões principais quanto à continuidade produtiva, o mesmo e seus assessores mais diretos ameaçavam retirar-se das instalações deixando a responsabilidade pelas anormalidades produtivas para o corpo da engenharia.

Com o desenvolvimento da indústria nacional, relacionado ao desconhecimento do funcionamento das refinarias, os operadores, com base no

conhecimento desenvolvido através dos anos, contrapunham-se à direção da empresa, ressaltando, apesar de todo o taylorismo presente, a importância do **fazer** no processo produtivo. Com isso forçavam a contratação de novos operadores e determinavam o tempo em que o treinamento deveria ser realizado. A Petrobrás também adotava concepções fordistas, distribuindo vantagens e mantendo o poder de compra dos salários de todos os trabalhadores como uma estratégia de controlar os conflitos de classe. Apesar de todo o apelo nacionalista, de uma empresa e um trabalhador nacional, eram as pressões dos trabalhadores que garantiam que a estatal mantivesse a mesma política salarial não promovendo discriminações.

Essas pressões, articuladas às descobertas dos segredos inerentes às máquinas, possibilitaram a concretização de uma noção de qualificação profissional que buscava superar os estreitos limites do tecnicismo capitalista. Parte-se do princípio de que a qualificação dos operadores petroleiros era fundada não só no funcionamento das máquinas, mas também na compreensão política dos processos sociais aos quais estavam inseridos. Quais eram os seus papéis, o que representava a empresa para o país, como as políticas governamentais poderiam influenciá-los, o significado da luta de classes para a transformação da sociedade, etc. Todas essas indagações contribuíram para a construção de uma noção de qualificação profissional que atentava aos limites da gerência capitalista. **Qualificação profissional** significava a construção da lutas sindicais. Implicava uma leitura crítica do mundo. **Qualificação profissional** era sinônimo da utilização do saber fabril como uma ferramenta para a luta de classes. **Qualificação profissional** significava a união entre o saber técnico, a discussão crítica das condições políticas e econômicas e a qualidade de vida social. Uma ferramenta utilizada para além do reajuste econômico, mas que questionava a inserção do Brasil e das estatais nas transformações do capitalismo monopolista. Essa foi uma noção de qualificação profissional que a direção da estatal atacou incessantemente através da história, sendo alvo de grandes conflitos, dos quais as greves citadas no capítulo primeiro são exemplos.

4.4 – Os limites do conhecimento tácito

As mudanças no cenário político brasileiro foram transformando radicalmente a qualificação dos operadores das refinarias de petróleo. Com o desenrolar dos anos, novas gerações de trabalhadores foram sendo formadas. Fruto da pressão dos operadores de processo, o número mínimo de operários que deveriam trabalhar por turno foi sendo alterado. Enquanto a dependência ao **fazer** atrelada ao caráter nacional e monopólico se manteve, a empresa foi forçada a ceder, e o número de contratações elevou-se. Por outro lado, quanto mais o projeto neoliberal foi atacando a Petrobrás e o monopólio, dificultando a resistência dos trabalhadores, mais as contratações foram se tornando escassas. Na Década de 1970, o número mínimo de operadores por turno em uma unidade de processo estava em torno de 14 operadores. No final da Década de 1990, esse número já era de 11 operadores, só que para operar duas unidades de processo simultaneamente.

O domínio do conhecimento tácito pelos trabalhadores passou a ser alvo de ataques por parte da direção da empresa. Para aprofundar essa discussão é necessário o debate que elucide os seus limites. O conhecimento tácito e a ciência são os alicerces da produção industrial. O primeiro, expressão de um conhecimento informal, é algo inseparável do trabalho. A Ciência, por sua vez, expressão do conhecimento formal, incorporada e explorada pelo capital, atenta contra o próprio trabalhador, afastando-o da pesquisa e das inovações produtivas. O primeiro não é sinônimo de um trabalho não alienado, muito pelo contrário, pois é relacionado à continuidade produtiva, atentando exclusivamente ao lucro. O fato de os proletários desenvolverem uma série de codificações que constituem um dos pilares da produção capitalista não é suficiente para a perpetuação da sua autonomia e nem para a construção de uma sociedade além do capital. O segundo permanece no campo da engenharia. Um operador petroleiro, apesar de realizar complexas operações que permitem a continuidade operacional, desconhece a tecnologia dos equipamentos que coloca em operação.

Por mais que intervenha no processo produtivo, produzindo diagnósticos que se baseiam em elaborações mentais que se utilizam dos princípios da Física, Química ou Matemática, a sua intervenção ainda continua em termos do trabalho alienado, pois não supera a lógica da produção das mercadorias e nem o torna proprietário dos meios de produção. Apesar de constituir uma relação que se expressa em símbolos e linguagens, o máximo que consegue é desvendar o funcionamento da máquina, desconhecendo a tecnologia que foi utilizada para produzi-la. As decisões fabris ainda continuam sendo propriedade dos gestores da direção da empresa. Por mais que o conhecimento tácito se contraponha, dele não consegue ir além.

O domínio do saber tácito não garante aos petroleiros a construção de uma relação profissional que permita a elaboração de um trabalho dotado de conteúdo. A estatal é contraditória, pois ao mesmo tempo em que desconsidera a sua importância, aposta na apropriação total do mesmo. Isso se confirma com a busca incessante da qualidade total sendo parte da mesma a obtenção dos certificados ISO. Ocorre uma padronização da produção através da documentação de todos os procedimentos produtivos utilizados para a fabricação de uma mercadoria. Os auditores conferem esses procedimentos, verificando no local de trabalho se são compatíveis. Apesar dos belos discursos da qualidade total como uma garantia ao consumidor, o que está em jogo é a apropriação de um dos alicerces principais da produção capitalista, pois são sistematizados os conhecimentos dos trabalhadores. Os petroleiros reagem a essa iniciativa, adotando como estratégia “não escrever tudo o que se faz”, visando manter uma certa autonomia na realização de suas tarefas e burlar as normas de segurança empresariais. Há de se convir que as normas de segurança por mais que atentem à manutenção da integridade física dos trabalhadores, funcionam também como uma forma de sistematizar o trabalho, uma vez que, para elaborá-la, o seu autor tem que conhecer como são feitas as tarefas. Na Petrobrás, as normas de segurança e sua rigidez variam de acordo com o interesse em manter a maquinaria produtora de mais valia em funcionamento. A Refinaria de Paulínia é um dos exemplos em que unidades de processo e equipamentos chegam a operar por meses em condições

precárias atentando contra a vida de centenas de trabalhadores. Foi assim com a unidade de craqueamento catalítico em 1994, com as unidades produtoras de enxofre na mesma década, etc.

O corpo gerencial aposta no conhecimento tácito dos petroleiros para a garantia da continuidade operacional e dos lucros empresariais. Uma ação que possui suas contradições. A aceitação ou não desses saberes é algo que pode eximi-lo de responsabilidades sociais sobre os riscos de sua operação. Se, por um lado, sua aceitação atenta contra um dos princípios da produção capitalista que é o controle total e absoluto da produção pelos gestores do capital, por outro, sua negação consiste num “lavar as mãos” do empresariado em face dos insucessos da produção. Qualquer acidente do trabalho, dano ao meio ambiente, ou problema de funcionamento nas máquinas é atribuído à falha humana, ou seja, à incompetência individual de um ou mais trabalhadores que não cumpriram as determinações da empresa. A Petrobrás, enquanto obtém lucro com as constantes inovações do trabalho, se dá por satisfeita, pois o sucesso de algo que não existe só é tangível pelo conhecimento que é reconhecido. Quando dão certo, e garantem o aumento da produtividade, são atribuídas ao saber reconhecido, a engenharia. Em caso de insucesso, como o conhecimento “não existe e não é aceito”, são encarados como obras de desleixo e rebeldia. Resultados do não-cumprimento das normas da empresa, custando a muitos, como o cenário do trabalho nos elucida com muitos exemplos, o próprio emprego.³⁵

³⁵ Um oleoduto, tem em seu interior, equipamentos de controle, como válvulas de pressão e vazão, densímetros, indicadores de temperatura e vazão, etc. No caso do não-funcionamento de alguns deles, o que é comum dentro da indústria do petróleo, é pelos sentidos que os operadores contornam os problemas. Pela temperatura em um costado de um tanque de armazenamento, consegue-se saber quanto tempo irá durar o bombeio de um produto. Pela vibração de uma tubulação, é possível constatar se existe vazão adequada em seu interior. Na transferência de diferentes produtos, as amostragens no decorrer do percurso, através do tato e da visão, permitem uma análise do tempo necessário para a chegada da interface entre um produto e outro. Em um oleoduto, todos os produtos são bombeados ao mesmo tempo, ou seja, assim que um bombeio de gasolina é realizado, logo atrás dela é enviado o gás de cozinha, e em seguida o óleo diesel. O mesmo nunca pára de funcionar. Uma falha num equipamento não é motivo para a sua desativação temporária, pelo contrário, ele continua em operação, mesmo que o problema demore dias para ser resolvido. Se a produção é mantida, o saber não formal que a mantém sequer é discutido, pois dentro das normas da empresa ele não existe. Quando ocorre o contrário, ele é imediatamente culpado, tido como desleixo, incompetência, pois não está sistematizado. As afirmações de “falha humana” partem desse princípio, sendo o vazamento de óleo na Baía de Guanabara, em 2000, um rico exemplo a ser investigado.

O conhecimento tácito é algo contraditório, pois propicia tanto avanços, como uma ferramenta de luta de classes, quanto retrocessos, por ser apropriado gratuitamente. A Petrobrás o aceita e nega ao mesmo tempo, usufruindo de algo que não é seu, e denominando-o como negligência, quando não se desenvolve como o previsto. O trabalho é sempre o responsável pelas anomalias na produção. A apropriação dos trabalhadores do conhecimento tácito e da ciência burguesa constitui um elemento fundamental para a construção de uma sociedade que eleve-se, como afirma Marx, do reino das necessidades para o reino da liberdade. Com efeito, a educação entendida em uma dimensão maior constitui-se numa importante ferramenta que pode unir o que o capital tenta separar e ter ao seu controle.

O domínio do conhecimento tácito pelos petroleiros não pode ser entendido apenas pelo princípio do funcionamento das máquinas. Ele faz parte de uma estratégia de luta no local de trabalho. A defesa contra as constantes investidas da empresa na busca da sistematização do saber operário. A perpetuação dos segredos presentes na subjetividade do trabalhador, que são passados e transformados de geração para geração de operários, constitui um mecanismo de resistência onde o trabalho vivo busca garantir parte do controle do processo. Esse conflito deve ser bem entendido pelo leitor. O que está em jogo é o controle de decisões-chave no cotidiano da fábrica, intimamente ligadas à continuidade operacional. Esse é um processo em que os operários lutam pela centralidade do trabalho vivo em meio ao trabalho morto, mostrando ao último as suas limitações, e que não é tão independente como aparenta ser. Ao mesmo tempo, apesar desse conflito, é a direção da estatal que detém o controle do que e como deve ser produzido: as quantidades de combustíveis, os diferentes tipos de petróleo a serem processados, as características e especificações dos produtos, etc.

Essa é uma disputa que se estende para além dos muros da fábrica. A direção da empresa tenta valorizar o trabalho morto, apostando na eficiência das máquinas como uma forma de sistematizar a subjetividade operária, reduzindo o trabalho vivo. Os trabalhadores ressaltam a importância do trabalho vivo, e a negação da supremacia do trabalho morto. A importância desses mecanismos de

resistência deve ser entendida a partir da discussão da própria maquinaria, sendo a contribuição de Marx no volume I de O Capital fundamental. A luta no local de trabalho, pela supremacia do trabalho vivo em relação ao trabalho morto, possui um significado maior. Ao se confrontarem, com a estatal buscam a garantia de existir, se opondo contra a sua redução.

4.5 – A qualificação profissional dos petroleiros e o cenário neoliberal

O cenário neoliberal e as privatizações estão alterando as relações profissionais na Petrobrás em termos de qualificação dos seus trabalhadores. Ocorre um aumento no investimento em automação nas refinarias. Isso está levando os petroleiros a se posicionarem e terem cuidados com relação a esse processo. Esse cuidado não tem significado a negação da tecnologia, até porque, conforme foi discutido, os males da sociedade capitalista são inerentes à sua incapacidade estrutural de melhoria das condições de vida dos trabalhadores e geração de empregos. O que os petroleiros estão atentos diz respeito à “facilitação do trabalho”, apregoada pela direção da empresa. Em uma emergência, parada ou partida operacional, a realização através dos Sistemas Digitais de Controle à Distância (SDCD) de todas as operações dos operadores consiste em uma investida para a taylorização do saber tácito dos operários. Uma estratégia que vai muito além da simples perspectiva da continuidade operacional, mas que visa ao controle e ao adestramento da força de trabalho. Em uma empresa de processo contínuo, com elevados níveis de periculosidade, e com uma produção que é um dos alicerces energéticos do capitalismo monopolista, a iniciativa empresarial de taylorização constitui-se na estratégia para a consolidação do idiotismo da profissão. É o conhecimento tácito que possibilita uma relação de barganha com o capital. Foi ele que foi utilizado como estratégia para a paralisação da produção das refinarias nas greves discutidas no primeiro capítulo deste trabalho.

A facilitação do trabalho, mesmo com o aumento do nível de escolaridade na fábrica, como no caso dos petroleiros, contraditoriamente atenta a uma (des) qualificação dos trabalhadores que possibilita o implemento da multifunção em ocupações cada vez menos elaboradas na hierarquia da empresa. (Des) qualificação que propicia o crescente estranhamento e desconhecimento dos princípios de funcionamento das unidades de processo. (Des) qualificação que ocasiona a redução do tempo de treinamento dos operadores – um fenômeno comum no cenário neoliberal cotidiano da Petrobrás –, pois o que está em jogo é que nada mais precisa ser ensinado. A idiotice da profissão possibilita a redução do tempo de treinamento, pois pouco tem a ser aprendido.

Ao contrário das primeiras gerações de petroleiros, onde o manter as refinarias operando a qualquer custo qualificou os operadores como os principais atores desse processo, com as novas gerações isso não mais ocorre. Em tempos de neoliberalismo e de transformações na organização da produção capitalista, a estratégia operacional da direção da empresa transformou-se radicalmente. As estratégias de envolvimento manipulatório para a apropriação do conhecimento tácito dos trabalhadores expandiram-se no cotidiano fabril. Com efeito, a um sinal de emergência operacional é ordenada a parada das máquinas, e não mais a tentativa da continuidade operacional. Com essas mudanças, o próprio tempo de treinamento dos trabalhadores reduziu-se. Os operadores perderam o poder de pressão que tinham para forçar a estatal com relação ao treinamento e ao número mínimo de trabalhadores por turno. Com boa parte do conhecimento tácito sistematizado, a direção da empresa pouco se preocupa em parar ou partir as unidades. O saber dos trabalhadores tem deixado de ser misterioso. Um mistério que era uma das fontes da sua qualificação.

A redução do tempo de treinamento na Petrobrás, atrelada à taylorização do trabalho e articulada à (des) qualificação das atividades, afetou as novas gerações de petroleiros. Por possuírem um maior nível de escolaridade, acreditam que a redução do tempo de treinamento deveu-se à sua maior capacidade intelectual individual em relação às primeiras gerações de operadores petroleiros. O que ocorre é que, em um cenário de profunda transição da força de trabalho petroleira,

pelas aposentadorias e sem reposição no mesmo nível, pelos incentivos à demissão voluntária – que atingem os trabalhadores com maior tempo de serviço e com referencial histórico para verificar se as mudanças que ocorrem na organização da produção capitalista beneficiam ou não os proletários – o treinamento está a cargo de um trabalhador inexperiente possuindo poucas chances de conseguir qualificar outro trabalhador. Se já não bastassem os limites do treinamento no local de trabalho, no cenário neoliberal, nas refinarias da Petrobrás, a idiotice da profissão possui uma tendência de difundir-se de forma implacável. Um (des) qualificado profissional que tenta, de forma precária, ensinar algo a outro trabalhador que pouco irá se qualificar-se.

As formas de treinamento dos operadores na Petrobrás são precárias. Um exemplo é o treinamento “on line”, estratégia empresarial utilizada em tempos de redução de efetivos de trabalhadores. O mesmo consiste em os operadores realizarem a leitura de procedimentos operacionais através de terminais de computadores. A gerência da estatal considera o treinamento realizado a partir do acesso do trabalhador às informações, obrigando-o a assinar um documento comprovando que teve acesso às informações. Não importa se entendeu ou não aquilo que estava escrito.

Um outro exemplo são os projetos de certificação profissional. Têm por objetivo medir o conhecimento de um petroleiro, através de uma prova dissertativa, dos procedimentos operacionais. Baseiam-se no princípio da elaboração – geralmente por supervisores – de bancos de questões. A avaliação consiste nos trabalhadores “decorarem” as questões presentes nos respectivos bancos, entre as quais são escolhidas algumas para serem aplicadas nas provas. O nível de conhecimento do trabalhador é medido pela capacidade de memorização e pelo número de questões que são respondidas adequadamente. São entendidas como corretas as respostas exatamente iguais àquelas presentes no gabarito do banco de questões. Esquecer “palavras” ou “vírgulas” é considerado como erro nas respostas.

Essa forma de treinamento não é nova. Ao contrário de constituir-se em uma “nova estratégia” que atende às necessidades e imperativos das “novas

tecnologias” observa-se que a sustentação teórica dessa “moderna estratégia de treinamento empresarial”, ainda é a concepção tecnicista. De acordo com Saviani (1983: p. 15), a partir do pressuposto da neutralidade científica e dos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista defende a reordenação do processo educativo de forma a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico. Para Saviani (1983: p. 16), o elemento principal da pedagogia tecnicista é a organização racional dos meios, ocupando professor e aluno posição secundária, relegados que são à concepção de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam sob o domínio de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos e imparciais.

O que está em jogo é a mera transmissão de informações como instrumento para a consolidação e a divulgação de um conhecimento que está pronto e não deve ser questionado. Ao mesmo tempo, o tecnicismo atua como uma ferramenta teórica que visa legitimar o trabalho alienado. Saviani (1983: p. 16) afirma que é o trabalhador quem deve se adaptar ao processo de trabalho, já que esse foi objetivado e organizado de forma parcelada. O resultado do trabalho é uma decorrência da forma como é organizado o processo. O conjunto de ações de diferentes sujeitos produz um resultado com o qual nenhum dos sujeitos se identifica e que, ao contrário, lhes é estranho.

Esses treinamentos e suas formas de avaliação tentam quantificar algo que não é quantificável, pois difundem no cotidiano fabril a disputa pelas notas mais altas, inserindo a individualidade. Se já não bastasse, a empresa ainda lucra em mais dois aspectos. O primeiro, conseguindo a disputa de proletário contra proletário, visto que erros em provas passam a ser reprimidos entre os próprios trabalhadores, gerando uma disputa que atenta contra a solidariedade de classe. Por último, essas avaliações constituem-se em autênticos documentos que eximem o capital de qualquer culpa, em face de acidentes de trabalho ou problemas produtivos. Em outras palavras, se a aplicação do conhecimento tácito do trabalhador na solução de problemas produtivos ocasionar mortes, danos ao

meio ambiente, etc., a empresa se exime apresentando o documento (a prova) que mostra que o trabalhador foi treinado a priori, e que tudo o que ocorra fora da normalidade produtiva é culpa exclusiva do trabalho (da incompetência humana). Essa afirmação comprova-se com o próprio conceito de incompetência que está embutido dentro na concepção tecnicista. Incompetência é vista como sinônimo de marginalização. O trabalhador marginalizado não é identificado como ignorante, mas sim, como ineficiente e improdutivo. A direção da empresa não assume a ignorância operária, até porque essa ação consistiria em atestar a precariedade da sua própria estrutura de capacitação profissional. Com esse referencial, por mais que a estatal reduza o número dos trabalhadores, que propicie condições precárias de trabalho, as falhas passam a ser sempre atribuídas aos próprios proletários, pois as inovações do capital não podem parar, cabendo aos trabalhadores “a elas se adaptarem”.

O princípio da educação tecnicista está presente em praticamente todos os cursos de formação profissional para os operadores na Petrobrás. A transmissão simples de um conhecimento estranho aos trabalhadores legitima uma relação onde o que está em jogo é que na realidade pouco está sendo ensinado. A capacitação dos operadores petroleiros ocorre fora das estruturas formais da empresa. É nesse sentido que deve ser vista a (des) qualificação dos trabalhadores na estatal. Uma vez que sua estrutura de formação profissional é precária, a redução das condições de treinamento no local de trabalho, conforme demonstrado anteriormente, concretiza uma relação voltada para o empobrecimento contínuo do conteúdo e um estranhamento crescente do trabalho.

É isso que as grandes transformações do capitalismo monopolista estão reservando aos petroleiros. Esse é o cenário da (des) qualificação em que estão inseridos os trabalhadores da estatal, onde mesmo a elevação do nível de escolaridade não eleva a qualificação. Conforme discutido no capítulo anterior, o aumento do nível de escolaridade tem atentado à exploração gratuita por parte da empresa dos saberes formais dos trabalhadores, não consolidando nenhuma relação de vantagem para os petroleiros no cotidiano fabril. O aumento do nível de

escolaridade não significa elevação de sabedoria operária, e muito menos a construção de homens superiores que visualizam além do trabalho alienado. O desafio está na união entre o **saber** e o **fazer**, em juntar algo que as constantes transformações na organização técnica e social da produção capitalista separam e que está muito distante dos operários da Petrobrás.

4.6 – A Petrobrás e o neotaylorismo

Para aprofundar a discussão anterior, é necessário estabelecer uma relação que permita verificar qual é a forma de organização técnica e social inerente à Petrobrás; entre os princípios de produção fordista e toyotista, e como os mesmos influenciam simultaneamente a Petrobrás. Em um contexto de crise do capitalismo, uma análise dessa empresa demonstra que a mesma visa adotar aquilo que existe de mais autoritário nos dois modelos, organizando-se em uma mescla de determinações que estão concretizando as condições mais vis de trabalho que visam domesticar os petroleiros.

O sistema de funcionamento de uma indústria de processo contínuo difere em muito das automobilísticas, objeto de grande parte das pesquisas sobre a organização técnica do trabalho. Na mesma não existem linhas de montagem, muito menos trabalhadores treinados para operar uma só máquina. O desenvolvimento das atividades dos petroleiros realiza-se de outra forma. O seu contato não se dá apenas com um equipamento, ou máquina isolada. Atuam na unidade de processo como um todo. Em outras palavras, a formação profissional de um operador petroleiro consiste em conhecer todas as partes que compõem a unidade de processo. Em uma unidade de craqueamento catalítico, por exemplo, a parte do conversor, do compressor de gases, do tratamento de produtos, do painel de tratamento de produtos, do painel do conversor, etc.

O universo de trabalho petroleiro possui uma forma peculiar de produzir em comparação a outros segmentos produtivos. Quando um operário vende a sua força de trabalho no ramo metalúrgico, a sua relação com as máquinas ocorre de forma direta. Nem todas as máquinas são automáticas e, ao mesmo tempo, a

própria produtividade está voltada, por um lado, para o grau de automação que possui o sistema produtivo e, por outro, para a capacidade do operário em operar o equipamento. A atuação do homem em relação à máquina é fundamental, bem como o grau de automação é essencial no número de mercadorias a serem produzidas.

Por mais que as máquinas possam ser modificadas constantemente para o aumento da produtividade, com freqüentes inovações tecnológicas, a transformação do petróleo em derivados é diferenciada em relação a outros ramos de produção. O projeto de engenharia possui limitantes. O aumento da capacidade produtiva depende da transformação quase que total da fábrica. Tome-se, como exemplo, a Refinaria de Paulínia, que na Década de 1990, passou por transformações organizacionais e tecnológicas. Por mais que muitos equipamentos tenham sido substituídos por outros mais modernos, com formas e jeitos de operar totalmente diferentes, a capacidade produtiva final não se alterou. Não que ela não possa ser transformada, substituída em partes, mas o que se observa é que, historicamente, as unidades de processo têm mantido basicamente a sua mesma disposição desde o projeto, sendo mudados equipamentos que, na realidade, em nada alteram no produto final. Com efeito, se uma unidade de processo mantém basicamente a mesma capacidade produtiva independente das inovações tecnológicas, o aumento da produtividade se dá através da intensificação do ritmo de trabalho.

Marx discute no volume I de **O Capital**, as formas pelas quais o trabalho é intensificado afirmando que o primeiro efeito da jornada de trabalho reduzida,

(...) decorre da lei evidente de que a eficiência da força de trabalho está na razão inversa de seu tempo de efetivação. Por isso, dentro de certos limites, ganha-se em grau de esforço o que se perde em duração. (Marx, 1988: p. 32) Não há a menor dúvida de que a tendência do capital, uma vez que o prolongamento da jornada de trabalho lhe é definitivamente vedado por lei, é de ressarcir-se mediante sistemática elevação do grau de intensidade do trabalho e transformar todo aperfeiçoamento da maquinaria num meio de exaurir ainda mais a força de trabalho, o que logo deve levar a novo ponto de reversão, em que será inevitável outra redução das horas de trabalho. (Marx, 1988: p. 37)

No trabalho petrolífero, o fato de não aumentar a produção não quer dizer que não haja aumento da produtividade. A produtividade é elevada em função do aumento de intensidade e do controle do trabalho. Ocorre uma constante desvalorização da força de trabalho, onde o capital tenta aumentar as rotinas de trabalho em razão de não poder elevar a produção final da fábrica. A empresa explora os trabalhadores através da implantação da multifunção e da redução constante da força de trabalho. O objetivo é o aumento do trabalho absoluto e relativo. A substituição da “velha” pela “nova” tecnologia, apesar de não gerar aumento no produto final da fábrica, funciona como uma sistematização da subjetividade e do saber operário, das percepções do processo produtivo adquiridos através da história.

Isso comprova-se pela evolução tecnológica dos equipamentos que controlam uma refinaria de petróleo. A primeira geração de controladores de refinaria foi feita com equipamentos pneumáticos. Esses equipamentos funcionavam à base de ar comprimido e boa parte do controle das variáveis operacionais localizava-se no local onde o equipamento estava instalado. Logo, numa unidade de processo de grandes dimensões, era fundamental saber a localização desses equipamentos. Isso se constitui em algo difícil de ser desvendado, pois o operador de petróleo tem que construir em sua mente um imenso mapa da localização das centenas de válvulas e equipamentos distribuídos pela área de refino. Um engano poderia colocar em risco a sua vida e a dos demais operários que ali estivessem. A necessidade de conhecimento das mesmas e a sua difícil localização complicavam o controle gerencial. A direção da empresa tinha dificuldades de fiscalizar, pois não conhecia a localização dos equipamentos e nem tinha conhecimento de como funcionavam.

A segunda geração foi formada pelos equipamentos analógicos. Eles tinham como princípio de funcionamento a transferência dos controles localizados na área produtiva para os painéis de controle. Vários controladores, onde eram registrados os dados relativos ao processo, tais como pressão, temperatura, níveis de líquidos, capacidade produtiva, etc. Esse foi o primeiro passo para uma tentativa de controle, por parte da direção da empresa, dos segredos do processo, visto

que a centralidade das decisões estaria presente em um só local, com os registradores de processo resumindo aquilo que foi feito no local de trabalho.

A terceira geração foi formada pelos SDCDs, sendo estes utilizados nas indústrias petrolíferas e químicas do planeta, na atualidade. O controle do processo passou a ser feito por um computador principal que envia comandos digitados pelo homem a serem executados pelos equipamentos no processo produtivo. Um operador pode controlar solitário uma unidade de processo, pois uma tela de computador substitui o antigo painel de 15 metros, aproximadamente. Esse sistema, como foi dito, possibilitou uma sistematização crescente do saber dos operadores. A subjetividade no trabalho começou a ser transferida de forma mais elaborada para dentro da máquina. Para se ter um parâmetro do controle que representa os SDCDs, por uma linha telefônica e um terminal de computador é possível acessar as telas de controle desde as próprias residências dos funcionários da Petrobrás. A estatal possui empregados de confiança que realizam a checagem em seus horários de repouso, sem serem remunerados. Gestores que ajudam o crescimento da empresa e imaginam ser “indispensáveis”. Esse é um exemplo do mais alto grau de alienação daqueles que sonham ser os braços e ouvidos do capital, mas para quem o despertar revela a realidade: a que lhes impõe uma condição de exploração, onde o trabalho se confunde com o próprio lar.

A constituição das atividades dos petroleiros não ocorre com cada um realizando suas tarefas independentemente. A unidade funciona com a atuação de todos ao mesmo tempo. Quanto maior o nível de automação, maior a transformação que se dá na realização das tarefas. Em alguns casos, todos os trabalhadores que estão no campo podem atuar em conjunto em função de possíveis problemas operacionais. A presença física do operador nas respectivas áreas ocorre em termos de fiscalização e realização de manobras e rotinas de amostragem de produtos. Da mesma forma, dos operadores que estão nos painéis de controle. Em uma área que apresenta problemas, todos os operadores podem atuar para solucioná-los. O trabalho dos operadores petroleiros ocorre em

grupo, onde não são tomadas soluções individuais para os problemas operacionais.

Em um cenário de transição do fordismo ao toyotismo, é necessário estabelecer algumas relações que permitirão a comprovação das afirmações feitas aqui sobre a empresa adotar uma estratégia de produção empresarial que privilegia as práticas mais autoritárias e de aumento de intensidade do trabalho que os dois modelos permitem. De acordo com Roldán (1999: pp. 88-89) o toyotismo possui algumas características fundamentais. Algumas características estão presentes e outras não na Petrobrás. Entre as que estão presentes, observa-se a busca sistemática de economia de tempos, a eliminação de custos e a redução de desperdícios. Esses processos estão ocorrendo em termos de paradas e partidas das unidades de processo. Os trabalhadores são pressionados para que executem esses processos o mais rápido possível. A redução de custos atua no intuito de, nas paradas de manutenção, só ser substituído aquilo que for “imprescindível”. Ao contrário dos anos anteriores, quando eram maiores as substituições e o tempo para a manutenção, na Década de 1990, as prioridades estão sendo invertidas.

Com efeito, é comum logo após as partidas das unidades, equipamentos apresentarem defeitos, válvulas estarem travadas, as unidades apresentarem problemas operacionais em virtude de os serviços e os equipamentos trocados serem inferiores àqueles que estavam operando. À direção da empresa o que importa é a redução do tempo de serviço, compreendido como um “melhoramento contínuo” do corpo operacional. Os problemas citados são encarados como anormalidades. Se atentarem contra a integridade física dos trabalhadores, serão tratados como dados estatísticos, onde são comparados o tempo que um equipamento operou e quais os danos que o mesmo causou. A direção da empresa realiza a defesa da redução da manutenção preventiva, apontando-a como sinal dos “novos tempos”. Caso ocorram acidentes de trabalho, atribui a culpa aos trabalhadores que negligenciaram suas atividades. A mesma chega ao ponto de afirmar que, para um equipamento que funcionou por 15 anos, apresentar um defeito é aceitável. Independentemente de ocasionar a morte de

petroleiros – sejam da Petrobrás ou empresas terceirizadas – ou produzir acidentes lesivos ao meio ambiente, como as constantes contaminações do ar na Baixada Santista ou vazamentos, como o da Baía de Guanabara.

Roldán (1999: p. 89) afirma que o princípio toyotista de produção baseia-se na concretização do estoque zero. As empresas deverão produzir somente aquilo que será vendido. Na Petrobrás, esse processo ocorre na armazenagem de produtos transformados a partir do petróleo. O gás de cozinha (GLP), em função da demanda da região, já está vendido antes mesmo de ser fabricado. Seu tempo de estocagem é praticamente inexistente. Qualquer problema operacional, em função da precariedade em que estão funcionando as unidades de processo, atinge diretamente a produção de GLP. O mesmo para ser comercializado tem que ser enquadrado em níveis aceitáveis de corrosão e ponto final de ebulição. Possui especificações que não danifiquem os botijões de gás e que permitam que possa ser utilizado em um fogão de cozinha. Em uma unidade de craqueamento catalítico, a gasolina tem a mesma tendência que o GLP. A propósito, em uma mesma Torre de Processo são produzidos os dois derivados. O GLP, em função de menor peso molecular, sai pela parte de cima da torre e a gasolina, em função do maior peso molecular, sai pela parte de baixo.

Na demanda de estoque zero, relacionada à eliminação de desperdícios e à economia de tempos, todas as anormalidades operacionais são atribuídas a falhas humanas individuais. A direção da empresa pressiona os trabalhadores pela retomada da produção utilizando desde o discurso da incompetência individual até afirmações de que a quebra do fluxo contínuo da operação ocorre em função de sabotagem. Sabotagem da qual os próprios operadores são os principais suspeitos. É comum a empresa colocar gerentes para acompanharem as rotinas dos trabalhadores, especialmente aqueles que estão trabalhando no painel de controle. Passam a trabalhar em turno, semelhante aos operadores, acompanhando todas as manobras que são realizadas nas unidades. Todas as manobras que são feitas devem ser comunicadas aos gerentes que acompanham sentados ao lado dos operadores. Um autêntico interrogatório no cotidiano fabril onde o que está em jogo é o próprio emprego dos operadores.

Em termos de especialização do trabalho, Roldán (1999: p. 92) afirma que no toyotismo, as empresas reestruturaram-se no intuito de reduzir as hierarquias e eliminar cargos gerenciais e postos inferiores de supervisão. A redução das divisões do trabalho coincide com uma especialização menos hierarquizada. Na Petrobrás, esse processo não ocorreu bem assim. Apesar de ter havido redução nas hierarquias profissionais, o que se observa é que os setores mais atingidos foram os cargos de nível médio. As promoções praticamente acabaram na carreira de operador de refinaria. Os operadores são obrigados a exercer funções de supervisão sem remuneração compatível. A Petrobrás apresenta-se com um grande universo de trabalhadores interinos que exercem a função de supervisão sem serem promovidos. Em alguns casos, operadores são obrigados a exercer essas funções, recebendo como “incentivo profissional”, os dizeres da direção da empresa de que, no cenário atual do capitalismo, devem estar felizes por ainda terem um emprego. A exemplo das discussões sobre a qualificação na perspectiva individual, o desemprego é utilizado como chantagem para que os petroleiros sejam domesticados e aceitem as imposições da direção da empresa.

Esse processo também atingiu o pessoal da área gerencial. As reestruturações fizeram com que muitos gerentes da empresa passassem a assumir a direção de setores cada vez maiores. Apesar dessa aparente redução, outros cargos de gerência foram criados. Poucos trabalhadores com cargos de gerência o deixaram de ser. Os gerentes garantiram os seus postos de trabalho. Talvez com menor poder de decisão, mas continuaram a exercer os seus cargos. Isso se comprova com a política recente da direção da empresa que concedeu reajuste salarial de 100% para a diretoria e parte do quadro gerencial enquanto oferece pouco mais de 5% para os outros trabalhadores da estatal.

As constantes reestruturações realizadas pela direção da estatal transformaram as relações do corpo de engenharia com o pessoal da operação. A redução de trabalhadores na Petrobrás ocorreu, em sua maior parte, entre o pessoal de nível médio de capacitação, no qual estão inseridos os operadores de petróleo. Os princípios toyotistas voltados para uma maior integração entre a planificação técnica e a produção, redução da burocracia, polivalência e maior

intensidade na atribuição das responsabilidades ocorreram em parte na Petrobrás. As inter-relações entre esses pressupostos toyotistas são contraditórias na estatal. Em termos de polivalência, estão sendo retiradas dos operadores todas as perspectivas de controle sobre o seu trabalho. A intensidade das relações entre engenheiros, supervisores e operadores transformou-se em um amplo processo de aumento da taylorização da produção petroleira. Considerando números, um grupo de operadores que está trabalhando no horário administrativo tem ao seu redor quase um número semelhante de engenheiros a determinarem as operações que deverão ser realizadas. O processo de trabalho petroleiro possui uma tendência a aumentar os cargos de engenharia e reduzir os cargos de operação. A aproximação do corpo de engenharia ao da operação está (des) qualificando continuamente o trabalho dos operadores petroleiros, pois seu princípio de atuação baseia-se em apropriar-se do conhecimento tácito dos operadores, incorporando-o ao pessoal de engenharia. O corpo de engenharia tem atuado no intuito de retirar o conteúdo do trabalho dos operadores, domesticando-os a atividades cada vez mais subordinadas no cotidiano fabril. O objetivo é a construção de um outro trabalhador cujas capacitações laborais são voltadas ao compromisso, à cooperação, ao consenso e à lealdade à competitividade da empresa. Mesmo que para isso seja difundida a idiotice da profissão, a iniciativa de (des) qualificar uma das profissões mais respeitadas e qualificadas da história do Brasil.

Os operadores de refinaria da Petrobrás estão sendo (des) qualificados continuamente. Uma (des) qualificação que vai além do próprio exercício das tarefas, pois afeta as suas condições de vida fora da empresa. A estatal está sendo (des) fordizada, termo utilizado por Faria (1995) quando da análise do complexo petroquímico da Bahia. Direitos sociais conquistados sob a égide do fordismo estão sendo retirados, os poucos avanços econômicos e sociais inerentes ao toyotismo não estão sendo repassados aos trabalhadores, como formação contínua, promoção, direitos sociais e econômicos, maiores salários, etc. Apesar de sua relativa dissimulação, voltada para os dizeres de “minha refinaria, minha torre, meu computador, nossa empresa, nossa casa e meu

gerente”, a Petrobrás é uma mescla do que existe de mais autoritário em termos de organização técnica da produção capitalista. Uma empresa que combina o autoritarismo, a (des) qualificação e a centralização do saber produtivo perpetuando as técnicas tayloristas de produção.

Pode-se dizer que se configura como uma empresa **neotaylorista**. Um **neotaylorismo** que, por mais contraditório que possa parecer, (des) qualifica não só os operadores, bem como os próprios engenheiros. Os engenheiros, ao assumirem as prerrogativas históricas do trabalho dos operadores, transformando suas tarefas através da absorção do conhecimento tácito, vêem a sua própria profissão também ser esvaziada de conteúdo. Estão sendo proletarizados. As atividades de pesquisa inerentes à indústria de petróleo passam a centralizar-se em órgãos de pesquisa da empresa como o Cempes. Localizado no Rio de Janeiro, é responsável pela realização de todas as pesquisas tecnológicas em termos de produção e refino de petróleo. É onde são projetados novos equipamentos, instalações, procedimentos de uso, especificações, etc. O Cempes no contexto atual da Petrobrás, tem centralizado em um ritmo crescente toda a produção científica da empresa, ocasionando uma reorganização nas atividades dos trabalhadores de engenharia na estatal. Os engenheiros que atuam em termos de pesquisa e aprimoramento de projetos – uma parcela cada vez menor – e os engenheiros que apenas executam e supervisionam a implantação desses projetos – uma parcela cada vez maior – atuando de forma semelhante aos operadores. É nesse sentido que pode-se afirmar que a Petrobrás caminha para um **neotaylorismo**. **Neotaylorismo** que separa de forma mais árdua o **saber** do **fazer**, (des) qualificando tanto o trabalho dos operadores como o dos engenheiros. **Neotaylorismo** que confunde a capacitação e a qualificação profissional, entendendo como iguais, concepções que são diferentes. A capacitação constitui-se no desenvolvimento de técnicas para o manuseio de máquinas, algo que permanece nas fronteiras do tecnicismo e do trabalho alienado. Qualificação profissional é uma dimensão maior que vai além dessas prerrogativas. Significa superar os limites da técnica e atingir o âmbito da política, da cultura, dos movimentos sociais, da cidadania, etc. **Neotaylorismo** que significa a negação

total e progressiva do acesso aos bens de consumo, dos direitos sociais, das condições de vida e saúde. **Neotaylorismo** que atua como uma punição técnica, social e econômica àqueles que foram eleitos como as anomias do neoliberalismo, punição cujo sinônimo é a ameaça constante do desemprego.

A considerar o conceito de qualificação construído quando das primeiras gerações de petroleiros, observa-se que a direção da empresa, dentro do **neotaylorismo**, aposta em uma (des) qualificação total dos seus trabalhadores. Em um cenário de profundo desemprego e de crise do movimento sindical, atua no intuito de (des) qualificá-los politicamente, endurecendo as negociações sindicais e tentando descaracterizar os sindicatos como interlocutores dos interesses da categoria. Essa é uma ação que visa destruir toda a qualificação política que foi construída durante décadas. O enfraquecimento da mesma abre espaços para atuações – por parte da direção da empresa – que visam à redução do direito à cidadania. No cotidiano da Petrobrás, a concessão de poucas vantagens, raríssimas promoções ou cargos interinos está vinculada à retirada, pelos operários de todo e qualquer processo – na Justiça do Trabalho – que tenham contra a empresa reivindicando o cumprimento de direitos sociais e econômicos. A estatal, sustentada no alicerce do desemprego, visa atuar como um “árbitro” que determina o que e quando os trabalhadores devem reivindicar. A retirada de processos da Justiça do Trabalho ocorre sob ameaça aos trabalhadores. A direção da Petrobrás compreende que só aqueles que são de confiança – que não reivindicam – é que são dignos de receberem os pífios benefícios que ainda distribui. A submissão passa a ser utilizada como condição para chantagear aqueles que possuem posturas críticas no local de trabalho.

Ao agir dessa forma, constrói a arena para a luta de um trabalhador contra outro. Enfraquece o coletivo em prol do individual. Apostando no individualismo absoluto, restringe o conceito de qualificação profissional ao apoliticismo e à execução de tarefas cada vez mais simplificadas no processo de trabalho. É por isso que só o conhecimento técnico – **a capacitação profissional** – desprovido da política e da luta de classes não é sinônimo de qualificação. A qualificação fragmentada e despolitizada constitui-se no esvaziamento do conteúdo dos

trabalhadores. A qualificação profissional deve ir além disso, construindo uma crítica que permita aos trabalhadores discutirem qual é a sociedade em que estão vivendo, seus limites e em que modelo gostariam de viver. Com efeito, a noção de qualificação profissional deve ser construída pelos próprios petroleiros, recuperando a historicidade dos antigos trabalhadores, as suas lutas e reivindicações, tendo como princípio a concretização da cidadania.

O seu enfraquecimento possibilita o aumento da alienação do e pelo trabalho, onde os direitos dos trabalhadores passam a ser estranhos aos mesmos. Isso se comprova no trato da Petrobrás com relação aos acidentes do trabalho, vistos como de responsabilidade individual – onde os acidentados são sempre os culpados por serem negligentes nas funções e pressionados pelos gerentes os pressionam para o retorno às funções, antes mesmo do término da licença médica. Desenvolve-se uma autêntica estrutura, na qual os médicos da estatal pressionam os privados para a mudança dos atestados. O objetivo é mascarar os índices de acidentados. Nas unidades da Petrobrás, existem operários que exercem as suas atividades com os membros posteriores ou superiores imobilizados. Por não excederem 15 dias, não são contabilizados no INSS. Aí demonstra-se como a empresa lida com os seus acidentes em tempos de qualidade total. O que leva a acreditar que os números mostrados anteriormente podem estar muito aquém do que são na realidade.

O trabalho dos petroleiros desafia as afirmações que criticam a educação por não formar força de trabalho suficientemente preparada para atuar dentro dos princípios da revolução tecnológica. O conceito de sabedoria dentro do trabalho deve ser visto em uma dimensão maior que atente à luta de classes, aos processos de cooptação dos saberes operativos e ao próprio desempenho das funções produtivas. O fato de um operador trabalhar com máquinas mais modernas não significa elevação de sua sabedoria, até porque a mesma não é quantificável como uma simples equação matemática onde maior avanço tecnológico corresponde ao maior saber. O saber no campo do tecnicismo possui limites, sobre os quais dissertou-se no decorrer desta pesquisa. O desafio consiste em verificar, a exemplo do caso dos operadores petroleiros, como as

transformações na organização técnica e social, fruto das crises do capitalismo monopolista, vão influenciando o trabalho. Com efeito, recuperar a historicidade do trabalho é fundamental, pois é através dela que será possível verificar se ocorreram avanços em uma determinada categoria profissional, ou se o trabalho desqualificou-se e precarizou-se.

O estudo sobre o trabalho e a qualificação dos petroleiros articulado, à crise do capitalismo monopolista e atrelado às suas influências catastróficas na Petrobrás, aponta que, em termos de formação dos trabalhadores, nada há a esperar de uma educação voltada apenas para a difusão do tecnicismo e do apoliticismo. Até porque maior nível escolar não corresponde a maior sabedoria profissional. O desafio consiste em praticar uma educação que vá além do tecnicismo, sendo compreendida ao mesmo tempo em suas perspectivas culturais, sociais, políticas e econômicas. Uma educação que tenha como referência a historicidade da sociedade e que restabeleça o trabalho como a forma mais humana de o homem transformar a natureza para sobreviver. Em outras palavras, onde impere o reino da felicidade e o reino da necessidade seja apenas algo a ser negado e esquecido.

O universo de precarização do trabalho dos petroleiros não pode ser compreendido como um fenômeno sem alternativa, para o qual não existem saídas. As contradições existentes dentro do próprio capitalismo é que apontam alternativas para o que e como lutar, o que almejar, em quais princípios basear-se. É nesse sentido que foi discutido o conceito de politecnia no capítulo anterior. A mesma pode ser uma alternativa de luta e resistência dos trabalhadores, um pressuposto que tenha como referência um amplo processo de transformação da sociedade que renegue a exploração de uma classe social por outra.

Em um contexto de grandes dificuldades em termos de organização dos trabalhadores em virtude da crise do capitalismo monopolista da Década de 1970, e as respostas da burguesia para a sua superação, ao movimento sindical colocam-se desafios na busca de saídas para o impasse que está concretizado. Entre as mesmas, o debate sobre qual a forma de organização da produção capitalista é mais benéfica aos trabalhadores constitui-se em uma discussão

periférica. Tanto o fordismo como o toyotismo são formas de organização geridas pelos interesses do capital, onde os alicerces são a exploração, o fetiche da mercadoria e o trabalho alienado. Não é no interior dessas fronteiras que estão as saídas aos trabalhadores, até porque um olhar para a produção capitalista demonstra que em um mesmo espaço geográfico encontram-se empresas que se organizam de formas totalmente diferentes, sendo a Petrobrás um dos exemplos.

Uma das saídas para a organização sindical é encampar a luta pela construção de um homem total, através da mobilização para a construção de uma escola do trabalho que produza uma qualificação politécnica. Esse não pode ser apenas um debate acadêmico descolado dos trabalhadores. Acredito que a discussão realizada até então, tendo como referência o trabalho na Petrobrás e as bases do neotaylorismo que ali configuram-se, seja mais um exemplo de negação da formação aos moldes do capitalismo.

Por mais difíceis que sejam os embates com a burguesia, com o crescente desemprego, e a “aparente vitória” do capitalismo, a luta de classes ainda é central na sociedade que vive do trabalho. A crise do capitalismo monopolista, por mais catastrófica que seja aos trabalhadores, fornece fundamentos aos mesmos para a sua superação. Longe de ser um fim, a mesma é a continuidade de longo embate entre o capital e o trabalho. Um embate que deve ser encarado com otimismo, pois dele surgem alternativas que demonstram que ao invés da sua morte, a resistência renasce e transforma-se a cada dia. Quanto mais tentam sufocá-la, com maior força articula-se. Quanto menos alternativas apresentam, mais saídas são encontradas.

CONCLUSÃO

Com as transformações do capitalismo monopolista no final da Década de 1970, e conseqüentemente, as respostas do capital para superação dessa crise, a Petrobrás, como uma empresa estatal, nacional e monopólica, passou a ser atacada por interesses transnacionais que estão, em um processo gradativo, levando à total destruição da mesma. Esse é um processo que ocorre externamente, através da aprovação de leis e políticas que visam à sua privatização. Ao mesmo tempo, ocorre um processo de precarização contínua das condições de trabalho em seu interior, que atentam a uma constante (des) qualificação dos seus trabalhadores.

Todo esse processo deve ser compreendido tendo como referência as transformações históricas pelas quais passaram a empresa e os trabalhadores. Quanto mais o capitalismo monopolista foi-se modificando, maior foi a sua influência na estatal. A Petrobrás, criada na Década de 1950, representou um projeto nacional-desenvolvimentista voltado para a instalação de indústrias de base no Brasil. As discussões que levaram à sua implementação foram acirradas e expressaram interesses adversos. Desde aqueles que visualizavam a possibilidade da construção de uma grande nação aos moldes do capitalismo, passando pelos que acreditavam em uma outra sociedade além do capitalismo, até os que estavam comprometidos com os interesses dos grandes trustes internacionais.

Com o término da Segunda Grande Guerra Mundial, o petróleo foi eleito como a principal matriz energética do capitalismo monopolista. Em substituição ao carvão, transformou-se na força motriz das maiores empresas do planeta. Um modelo de sociedade baseado na produção e no consumo em massa consolidou-se. O fordismo estendeu suas fronteiras, fazendo ecoar através do mundo capitalista o jeito americano de viver e trabalhar. Em uma nítida rejeição ao jeito socialista de viver e trabalhar, os capitalistas inseriram a felicidade nas fronteiras

do trabalho alienado, compreendendo-a como sinônimo de consumo. O Estado forte nacional teria a grande missão de consolidar esse processo.

A crescente importância do petróleo pelo mundo influenciou a Petrobrás. Os seus defensores partiram do princípio de que a instalação de uma empresa nacional e monopólica era condição para que o Brasil conquistasse uma relação favorável no mundo capitalista. Apesar de o Oriente Médio e a Venezuela se constituírem nos principais produtores internacionais – praticando preços do barril de petróleo a valores pífios – a possibilidade de descoberta no território nacional significava o fortalecimento do Estado nacional.

As primeiras gerações de trabalhadores petroleiros desenvolveram-se em um contato direto com os técnicos dos trustes. Todos os projetos de refinarias e instalações da Petrobrás foram internacionais. O Brasil não possuía tecnologia para realizá-los sem a participação das grandes empresas petrolíferas mundiais. Foram instalações que iniciaram sua operação com o controle internacional e, posteriormente, foram assumidas pelos brasileiros. Com o desconhecimento do total funcionamento das refinarias, o trabalho petroleiro apresentou uma contradição logo em seu início. Ao mesmo tempo em que nasceu sob a égide do taylorismo, onde os engenheiros deveriam **pensar** o processo produtivo e os operários **fazer** as atividades produtivas, qualificou um importante segmento dos trabalhadores: os operadores de processo.

Descobrir os segredos das máquinas e colocar as suas descobertas e experiências profissionais a serviço da produção, passou a fazer parte do cotidiano desse segmento de trabalhadores. O conhecimento tácito trouxe condições de vantagem aos operadores. Possuíam a mesma importância que os engenheiros no processo produtivo. Pelo desconhecimento da maquinaria industrial por parte da direção da empresa, adotou-se a estratégia de evitar ao máximo que parassem. Manter a continuidade operacional a qualquer custo, foi concebido como sinônimo da mais alta qualificação profissional. Os operadores compreendiam a sua centralidade e forçavam a direção da empresa a conceder direitos trabalhistas. Discutiam quantos trabalhadores deveriam trabalhar por turno, as condições de trabalho, as possibilidades em termos de capacidade

produtiva das unidades de processo, e as manobras que poderiam ser realizadas. Detinham um conhecimento que era estranho ao pessoal da engenharia. Por mais que os engenheiros realizassem pesquisas importantíssimas – como o desenvolvimento, através das décadas, da tecnologia nacional de produção de petróleo em águas profundas –, eram dependentes dos operadores em termos de manter as unidades em operação. A direção da Petrobrás, visando controlar os conflitos no cotidiano fabril, estendia benefícios sociais, não discriminando seus trabalhadores.

Ao mesmo tempo, foi sendo construída uma noção de qualificação profissional que ia além do tecnicismo inerente ao descobrimento dos segredos que envolviam as máquinas. Por mais que os mesmos fossem importantes, qualificar significava superar a técnica. Qualificação profissional era sinônimo de compreender a importância da luta de classes e entender como a política influenciava o seu cotidiano. Qualificação profissional significava a construção da luta dos trabalhadores e a garantia da qualidade de vida.

O capitalismo foi tomando a sua marcha e o fordismo passou a ser questionado. Os movimentos sociais e as sucessivas crises do petróleo no Oriente Médio começaram a desenhar uma outra configuração social, política e econômica no planeta. Os excluídos gritavam aos quatro cantos da sociedade produtora de mais-valia. A oferta de petróleo já não era mais farta como nas Décadas de 1950 e 1960. O lucro capitalista foi atingido, e a burguesia internacional respondeu para mantê-lo e elevá-lo. Dentre essas respostas, o toyotismo, o neoliberalismo e a transnacionalização do capital surgiram como as grandes alternativas.

Destruir o Estado keynesiano e recuperar o mercado como o agente capaz de recuperar a taxa de lucro do capital internacional foram as estratégias. As empresas passaram a ser reestruturadas produtivamente. Tecocratas internacionais assumiram o seu controle burocrático. Grandes transnacionais estenderam-se pelo planeta. Governos foram forçados a defender seus interesses. Elites nacionais a reverenciaram. O cotidiano fabril também transformou-se. A multifunção foi sendo implementada e os estoques remanejados. Foram desenvolvidas outras formas de comunicação e de controle dos trabalhadores.

Essas transformações mudaram as relações sociais e econômicas na sociedade. A miséria, a exclusão social e o desemprego elevaram-se, proporcionando condições de vida deploráveis para grandes contingentes populacionais.

Todas essas mudanças afetaram diretamente o Brasil e as empresas estatais. Quanto mais os interesses internacionais impuseram a diminuição do tamanho e da atuação do Estado, mais os seus trabalhadores foram sendo atingidos. O crescimento do neoliberalismo revitalizou os setores liberalizantes nacionais, cujas vozes já eram ouvidas antes mesmo da criação da Petrobrás. As estruturas para o desmonte do Estado começaram a ser construídas. A abertura dos contratos de risco, mudanças na legislação visando restringir o Monopólio Estatal do Petróleo foram exemplos. Começaram a ser construídos os alicerces para a entrega do petróleo nacional – o que se concretizou na Década de 1990 – para o controle internacional. Com as crises no Oriente Médio, o controle de cada gota de jazida de petróleo significaria o domínio político, social e econômico do planeta.

Os petroleiros, compreendendo esse processo, iniciaram uma luta histórica de resistência. Luta que questionou a ditadura militar e denunciou as forças entreguistas presentes nas elites brasileiras. Os petroleiros tornaram-se um dos principais atores do movimento sindical brasileiro nas últimas décadas. Quanto mais a economia mundial foi sendo transformada, mais a Petrobrás e os seus trabalhadores foram sendo atacados. Empresas estatais, símbolos de projetos nacionais de desenvolvimento, passaram a não ser mais bem-vindas. Consolidava-se uma competição internacional onde o mercado era para poucos.

As relações de trabalho transformaram-se radicalmente. Quanto mais o Brasil foi sendo influenciado pelas transformações do capitalismo monopolista, mais a Petrobrás foi precarizando as condições de trabalho dos seus funcionários. As iniciativas fordistas de extensão de benefícios foram retiradas. A empresa começou a se (des) fordizar. Uma nova estratégia para o controle dos conflitos sociais foi sendo implementada: a ameaça contínua de demissão como forma de forçar os trabalhadores a aceitarem as mudanças organizacionais da empresa. O

desemprego foi utilizado como chantagem, apontando aos petroleiros a possibilidade de exclusão do mercado de trabalho.

O desemprego é um fenômeno que compreende um amplo processo de reorganização global da força de trabalho. Dentro dele, desenvolvem-se a estabilidade de emprego e a seguridade social para uma parcela ínfima de profissionais altamente qualificados e a ampla maioria da população é condenada às condições miseráveis de trabalho. O trabalhador desempregado, em sua maior parte, é uma força de trabalho em situação de inferioridade e em amplo processo de marginalização. O que está em jogo não é o fim da centralidade do trabalho, mas a reestruturação da força de trabalho nas piores condições possíveis. Ocorre o crescimento do desemprego por longo prazo e do trabalho informal pelo planeta. Em um cenário de absoluta exclusão, as empresas terceirizadas, a economia informal e o crime organizado surgem como alternativas para uma parcela de trabalhadores que multiplicam-se com o passar das décadas.

Com o crescimento no número de desempregados, fruto das transformações do capitalismo monopolista, acirram-se as discussões das relações existentes entre a educação e o trabalho. Uma discussão que, dentro da concepção neoliberal, atribui à educação os males do desemprego na sociedade produtora de mais-valia. O cinismo inerente a essa concepção afirma que os grandes culpados pelo desemprego são os próprios trabalhadores que não têm capacitação suficiente. Com efeito, a discussão da qualificação dos trabalhadores entrou em questão. O conhecimento tradicional passou a se desvalorizar em maior velocidade do que nas sociedades anteriores. As iniciativas de formação profissional passaram a atender interesses voltados para a concretização do livre mercado e o desmantelamento do setor público. O sistema educacional deveria promover o que os neoliberais determinam como conceito de empregabilidade. Empregabilidade compreendida como a construção de uma maior eficácia das qualificações inerentes aos empregos. A submissão completa da qualificação profissional às transformações na organização técnica da produção capitalista. Os trabalhadores deveriam adaptar-se aos novos requisitos produtivos, sendo o

desemprego o instrumento de chantagem utilizado para domesticar os insatisfeitos.

Ocorrem profundas mudanças no capitalismo monopolista. A economia nacional, com as aberturas comercial e financeira, está em uma competição internacional sem qualquer proteção. As grandes empresas, ao abrirem mão do crescimento pelo aumento da produção, passaram a atuar na terceirização das atividades, no abandono das linhas de produtos, na redução de unidades produtivas, na racionalização da produção, na importação de máquinas e equipamentos e na busca de fusões ou parcerias. O governo nacional, visando, favorecê-las, aponta para a flexibilização da legislação trabalhista. Ocorre uma desagregação da relação entre cidadania e o exercício do trabalho, onde o emprego é um direito e cabe ao Estado assegurá-lo. As elites nacionais tentam se liberar dos seus encargos, apontando o desemprego como algo de responsabilidade individual. A discussão sobre a empregabilidade é feita dentro dessa perspectiva: a transferência absoluta dos riscos e responsabilidades aos trabalhadores, fazendo com que assumam a sua empregabilidade, por meio de formação profissional, requalificação, etc.

A formação profissional permanente tem contribuído para o aumento da competição e da exclusão. Ao contrário de ser o principal instrumento que garante a volta do desempregado ao mercado de trabalho, funciona como aparelho de adestramento profissional. A manter-se o desemprego como algo individual, a possibilidade de qualificação transforma-se em um fenômeno de força, onde os mais fortes excluem os mais fracos.

Essas tendências influenciaram a capacitação dos trabalhadores petroleiros. Sendo o desemprego e a qualificação profissional uma perspectiva individual, são utilizados no intuito de domesticar os trabalhadores. A perspectiva de participação nos cursos oferecidos pela Petrobrás passou a atender critérios voltados para a postura política no cotidiano fabril. Petroleiros favoráveis à luta dos trabalhadores passaram a ser excluídos da sua participação. Começaram a ser realizados por uma parcela, cada vez maior, de trabalhadores fiéis aos interesses da empresa. Possuir uma postura crítica transformou-se em sinônimo de exclusão e a

participação passou a ter como pré-requisito a omissão. Ao mesmo tempo em que os cursos são utilizados como uma chantagem para dividir os trabalhadores, na realidade pouco acrescentam para aqueles que o realizam. O que está em jogo é a instauração da multifunção e do aumento do ritmo de trabalho.

Com o desenvolvimento do cenário neoliberal, a direção da empresa começou a absorver, de forma mais elaborada, aquilo que consolidou historicamente a importância dos operadores de refinaria: o conhecimento tácito. As transformações tecnológicas atreladas à chantagem e ao envolvimento manipulatório dos trabalhadores passaram a sistematizar continuamente o saber, que era um dos pilares de sua resistência e poder de barganha no cotidiano fabril. Quanto mais o trabalho dos operadores foi sendo sistematizado, maiores foram as mudanças nas estratégias de produção da direção da empresa. Ao contrário da operação contínua em qualquer situação, nos anos 90, a qualquer problema operacional passou a ser ordenada a parada imediata das refinarias. Com as novas tecnologias implementadas, os equipamentos passaram a realizar as funções que antes estavam no campo do conhecimento tácito. As funções dos operadores transformaram-se, apontando uma tendência crescente em realizar tarefas de menor complexidade.

O corpo de engenharia vem assumindo gradativamente as prerrogativas profissionais que antes eram dos operadores. Todo esse processo atentou a uma crescente **(des) qualificação** de uma das categorias profissionais mais qualificadas da história do trabalho brasileiro. Uma **(des) qualificação** que empobreceu o conteúdo intelectual dos trabalhadores. Uma **(des) qualificação** que foi imposta aos petroleiros, retirando continuamente conquistas, utilizando como referência – para domesticar os petroleiros – a chantagem através da ameaça do desemprego. Uma **(des) qualificação** que visa despolitizar os trabalhadores, tentando reduzir, a dimensões pífias, algo que possuía uma amplitude maior. O tempo de treinamento dos operadores foi reduzido drasticamente. Com o crescimento da **(des) qualificação**, pouco teria a ser aprendido, visto que aqueles que dela participassem encontrariam inúmeras dificuldades em se qualificar aos moldes das primeiras gerações de petroleiros.

Com todos os benefícios fordistas sendo retirados, em conjunto com a crise que atravessa a classe trabalhadora e os seus sindicatos, as unidades da Petrobrás estão se transformando em autênticas fábricas de horror. O desânimo e a tristeza são inerentes a todas as suas instalações. Um contingente de trabalhadores sem esperança que viram seus sonhos de acesso ao consumo e estabilidade relativa no emprego desaparecerem. A estatal está sendo destruída simultaneamente interna e externamente. Internamente, através da precarização sistemática das condições de trabalho, refletindo em aumento dos acidentes de trabalho, mortes, doenças profissionais, emergências, entre outros. Muitos petroleiros passam a aceitar qualquer condição para se livrar da empresa. O aumento da procura pelos incentivos à demissão é um rico exemplo. Outros, submetem-se a qualquer situação para segurar o emprego, sendo sua integridade física uma incerteza. Externamente, pelas políticas governamentais que entregam as descobertas, as pesquisas e o petróleo nacional a custos pífios aos interesses transnacionais e, ao mesmo tempo, constroem o processo para a sua privatização.

Ainda em termos da **(des) qualificação**, além dos operadores, os próprios engenheiros também estão sendo atingidos. Ao assumirem as tarefas dos operadores, as suas profissões também vão se esvaziando de conteúdo. Suas vantagens, poder de decisão e benefícios diminuem. Distanciam-se da pesquisa da indústria de petróleo, passando a atuar apenas em pequenos sistemas industriais. As inovações da indústria de petróleo passam a ser estranhas a eles, que assim vão sendo proletarizados. A pesquisa passa a ser exercida por um grupo cada vez menor de engenheiros, localizados no Cenpes, no Rio de Janeiro, onde é discutida e produzida a tecnologia. Os lotados nas refinarias transformam-se em autênticos “executantes de luxo”, onde a crescente alienação torna-se a lógica do seu trabalho. Com representação frágil e isolados dos demais trabalhadores das refinarias, apresentam pouca resistência. Por terem uma postura política voltada aos interesses da estatal, encontram dificuldades de contraporem-se a esse processo.

Esse processo deve ser verificado em uma dimensão maior. Para isso é necessário discutir como a Petrobrás organiza a sua produção em termos técnicos e sociais. A estatal não é totalmente fordista e muito menos toyotista. Possui características que combinam as duas formas de organização. Sua estratégia baseia-se em se apropriar daquilo que eleva o ritmo de trabalho e garanta o aumento dos lucros. Do fordismo, apropria-se do autoritarismo e da chantagem através do desemprego, criando condições insuportáveis aos trabalhadores. Do toyotismo, das estratégias de multifunção, de estoque zero, de redução de cargos, etc. Ao mesmo tempo em que adota essas estratégias de produção, oferece em troca a **(des) qualificação** maciça dos seus funcionários. É uma forma de organização cujos alicerces são o medo e a exclusão.

A Petrobrás organiza-se tendo como égide o que denomina-se como **neotaylorismo**. Forma que possibilita uma separação ainda mais árdua entre o saber e o fazer, desqualificando um leque maior de trabalhadores. **Neotaylorismo** que confunde a capacitação com a qualificação profissional. **Neotaylorismo** que significa a negação total de qualquer acesso a bens de consumo, a retirada de conquistas sociais e econômicas e a concretização de condições precárias de trabalho. **Neotaylorismo** que não aceita críticos, sendo aos mesmos reservado, como punição, o desemprego.

Com efeito, a própria formação dos petroleiros entra em discussão. A mesma desafia as afirmações que realizam críticas quanto à educação não formar força de trabalho qualificada para o labor. Um comparativo do ramo petrolífero nacional com outros ramos produtivos foge aos limites dessa pesquisa. Porém, pode ser novo tema a ser pesquisado, que permitirá verificar se o **neotaylorismo** aplica-se a outros trabalhadores, ou se os petroleiros constituem uma contradição dentro do capitalismo.

Em termos de trabalho na indústria petroleira, o manejo de máquinas mais avançadas tecnologicamente não significa aumento de sabedoria. Não é no campo do tecnicismo puro que se constrói um trabalhador mais sábio. Mesmo o conhecimento tácito dos trabalhadores permanece dentro das fronteiras do lucro da produção capitalista, independentemente dos seus mistérios, das formas como

apresenta-se ou do seu reinventar. O tecnicismo, quando ameaça fugir ao controle, estratégias empresariais são elaboradas no intuito de domesticá-lo. É por esse motivo que o desafio está em ir além da técnica. Não é nas fronteiras do trabalho alienado que reserva-se a construção de uma sociedade com sentido à coletividade humana. A superação dos limites do capital parte do princípio da união entre o **saber** e o **fazer**, de os homens enxergarem-se naquilo que eles têm de mais humano, **o trabalho**.

Enxergar a qualificação profissional além do domínio da técnica consiste em estabelecer dimensões da educação que devem estar ao alcance de toda a coletividade. A discussão política, o acesso à cultura, às artes e à cidadania são pressupostos para a construção de uma sociedade onde a felicidade seja imperativa. Felicidade não compreendida pelos princípios estreitos do acesso ao consumo, voltado a poucos e nas fronteiras do reino da necessidade. Felicidade onde o seu reinado tenha o seu próprio nome. Uma sociedade que rejeite a “troca” e decrete o “útil” como fundamental à existência da humanidade.

BIBLIOGRAFIA

- ABADIE, Elie. **Petróleo: aspectos políticos e econômicos**. Petrobrás, 1997.
- ANDERSON, Perry. O Balanço do Neoliberalismo. In GENTILE, Pablo; SADER, Emir. **Pós-Neoliberalismo - As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. – São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996. Capítulo I, pp. 9-38.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho ?**, - Campinas: Ed. Cortez, 1995. 155p.
- _____. **A Rebeldia do Trabalho**. 2a . edição. - Campinas: Ed. Unicamp, 1992. 220p.
- _____. **Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil**. – São Paulo: Ed. Ensaio, 1988. 187p.
- _____. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. - São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 258p.
- _____. Trabalho, Reestruturação Produtiva e Algumas Repercussões no Sindicalismo Brasileiro. In. ANTUNES, R. **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo : Boitempo, 1997. p.71-84
- ARANHA, A. V. S. O conhecimento tácito e a qualificação do trabalhador. In **Revista Trabalho e Educação**. Belo Horizonte : nº 2, 1997. p. 12-30
- ARRUDA, Marcos. A formação que interessa à classe trabalhadora. In **Revista Forma & Conteúdo**. São Paulo: CUT, nº 1, 1999.
- BARAN, Paul A. e SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana**. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1974. p. 281- 331
- BERNARDO, J. **Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?**. São Paulo: Boitempo, 2000. 98p.
- BIHR, Alan. **Da Grande Noite à Alternativa: O movimento operário europeu em crise**. São Paulo : Boitempo Editorial, 1998. 287p.
- BIONDI, A. **O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São

Paulo: Perseu Abramo, 1999. 48p.

_____. **O Brasil Privatizado II: o assalto das privatizações continua.**
São Paulo: Perseu Abramo, 2000. 64p.

Boletim Dieese, junho/1999.

Boletim Informativo da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET),
1994.

Boletim Petroleiros de SP. Sindicato dos Petroleiros do Estado de São Paulo.
N. 149. Ano 3, 20 a 25/09/99.

Boletim Petroleiros, n. 174, 27 a 31/3/00

Boletim Primeira Mão. Federação Única dos Petroleiros, agosto, 1997.

BRAVERMAM, H. **Trabalho e Capitalismo Monopolista.** Rio de Janeiro :
Zahar, 1980. 379p.

BRESCIANNI, Luís Paulo, Os Desejos e o Limite: Reestruturação Industrial
e Ação Sindical no Complexo Automotivo Brasileiro, In Leite, Márcia de
Paula, **O Trabalho em Movimento: Reestruturação Produtiva e
Sindicatos no Brasil**, Campinas, São Paulo: Ed. Papius, 1997. p. 31-111.

BRANT, V. C. **Paulínia: petróleo e política.** Campinas: CEBRAP, 1990. 195p.

BRYAN, Newton Antonio P. **Educação, Trabalho e Tecnologia em Marx.**
Texto para Discussão. Campinas: Unicamp, FAE, DASE. 39p.

CARNOY, Martin e LEVIN, Henry M. **Trabalho e Escola no Estado
Capitalista.** São Paulo : Cortez, 1993. 350p.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do
salário.** Rio de Janeiro : Vozes, 1998. Parte VII, p.415-494.

CASTILLO, J. **Revista de Economia y Sociología.** Madri: Ministério de
Trabajo y Seguridad Social, n. 23/24, março – junho, 1994.

CHESNAIS, François. O Capitalismo de Fim de Século, In COGGIOLA et.
alli. **Globalização e Socialismo.** São Paulo : Xamã, 1997. p. 7-34.

CONNELL, R. W. Pobreza e Educação. In Gentile P. (org.) **Pedagogia da
Exclusão: crítica ao neoliberalismo em Educação.** Petrópolis, Rio de

Janeiro : Vozes, 1995. p. 11-42.

CORIAT, Benjamin. ***Pensar ao Avesso: o modelo japonês de trabalho e organização***; Tradução de Emerson S. da Silva. - Rio de Janeiro : Revan : UFRJ, 1994. 209p.

DONADONE, Júlio César. ***Reestruturação Produtiva e Mudanças Organizacionais: A difusão dos sistemas participativos na década de 1980***. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Engenharia de Produção. São Carlos: UFScar, 1996.

DOWBOR, L. ***A Reprodução Social***. São Paulo, 1997. Mimeo. 124p.

ENGELS, F. ***A Dialética da Natureza***. São Paulo : Paz e Terra, 1991. Apêndice, pp. 215- 238.

_____. ***A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado***. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1987. 215p.

ENGUITA, M. R. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In Silva T. T. e Gentili P. A. (org.) ***Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação***. Petrópolis : Vozes, 1995. Capítulo 3, p.93-110.

FARIA, Maria da Graça Druck, ***Terceirização: (Des) Fordizando a Fábrica***. – Campinas, São Paulo: Tese de Doutorado, Unicamp, 1995.

FERREIRA, Leda Leal; IGUTI, Aparecida Mari. ***O Trabalho dos petroleiros: perigoso, complexo, contínuo e coletivo***. - São Paulo: Ed. Escrita, 1996. 152p.

FIGUEIREDO, Betania Gonçalves. ***A criação do Sesc e do Sesi: do enquadramento da preguiça à produtividade do ócio***. Dissertação de Mestrado. IFCH. Unicamp, 1991.

FREITAS, Adriana Gomes de. ***Capacitação Tecnológica em Sisistemas de Produção para Águas Profundas: O caso da Petrobrás***. Dissertação de Mestrado. IFCH. Unicamp, 1993.

FRIGOTTO, G. A Educação e Formação Técnico-Profissional Frente à Globalização Excludente e o Desemprego Estrutural. In In SILVA, H. S. ***A Escola Cidadã no Contexto da Globalização***. São Paulo: Vozes, 1999. p.218-238.

_____. Os delírios da razão; crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In Gentile P. (org.) ***Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em Educação***. Petrópolis, RJ : Vozes,

1995. pp. 77-108.

GENTILI, P. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no

campo educacional. In Silva T. T. e Gentili P. A. (org.) **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis : Vozes, 1995. Capítulo 4, p. 111-178.

GONÇALVES, R. e POMAR, V. **O Brasil Endividado**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. 47p.

GORZ, A. **Adeus ao Proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1987. 203p.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. S.P. Boitempo Editorial, 1999. 117p.

_____. Luites concurrentielles et stratégies d' accumulation dans l'industrie automobile. Revista **Etudes Marxistes**. 1991, nº 10.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**; tradução Carlos Nelson Coutinho - 9 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 244p.

_____. **Maquiavel, A Política e o Estado Moderno**. São Paulo : Civilização Brasileira, 1976. pp. 375-413.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 6 ed. - São Paulo: Edições Loyola, 1996. 349 p.

HOLLOWAY, John. PELÁEZ, Eloína. Aprendendo a curvar-se: pós-fordismo e determinismo tecnológico. In **Revista Outubro**. São Paulo : 1998, nº 2. pp.21-30.

HAYEK, Friedrich A. **O Caminho da Servidão**. 2 ed. - São Paulo: Editora Globo, 1977. 234p.

HOBBSBAWM, Eric. J. **A Era do Capital 1848 – 1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 459p.

_____. **A Era dos Extremos: o breve século XX 1914 -1991**. São Paulo : Companhia de Letras, 1998. 598p.

_____. **A Era dos Impérios 1875 -1914**; Tradução Sieni

- Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 546p.
- IANNI, Octávio. **A Era do Globalismo**, 3ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1997. 225p.
- _____. Neoliberalismo e nazi-fascismo. In **Revista Crítica Marxista** São Paulo : Xamã, 1998, nº 7. pp. 112-120.
- JESUS, Antônio Tavares de. **O Pensamento e a Prática Escolar de Gramsci**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998. 129p.
- Jornal do Sindicato dos Petroleiros do Estado de São Paulo. N. 209, ano 4, 04 a 08/12/00
- Jornal Surgente n. 421 13/1/1998 – Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro.
- KUENZER, A. **Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 1995. 205p.
- KURZ, R. **Os últimos combates**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997. 394p.
- LÊNIN, Vladimir Ilich - **O imperialismo: fase superior do capitalismo**; tradução Olinto Beckerman. 4. ed. - São Paulo: Global, 1987. 127p.
- LIPIETZ, A. **Miragens e Milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo**. Tradução Catherine Marie Matthieu. São Paulo : Nobel, 1988. 231p.
- LOMBARDI, José Claudinei, História da Educação Brasileira e Marxismo. **Revista Trajetos**, nº 1, 1994.
- _____, **Marxismo e História de Educação: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente**. Tese de doutorado, Faculdade de Educação, Campinas: Unicamp, 1993
- LUCENA, Carlos Alberto. **Aprendendo na Luta: A História do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia**. - São Paulo : Ed. Publisher Brasil, 1997. 147p.
- _____. Os desafios da formação educativa sindical frente ao neoliberalismo. **Revista Educação nº 3**. - PUC Campinas, 1997. pp.51-58
- MACHADO, L. R. S. **Educação e Divisão Social do Trabalho**. São Paulo: Autores Associados, 1982. 154p.
- MANACORDA, M. A. **Marx y la Pedagogía Moderna**. Barcelona, Espanha :

- Oikos-tau Ediciones, 1979. 212p.
- MARX, K., ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Ed. Moraes, 1984. 119p.
- _____. **Crítica da Educação e do Ensino**. Portugal : Moraes Editores, 1978. 265p.
- MARX, K. **Miséria de la Filosofia**. México: Siglo Veintuno Editores, 1987. 215p.
- _____. **Capítulo VI (inédito)** . São Paulo : Ciências Humanas, 1985. 169p.
- _____. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857 ~ 1858**. Volume 2. 10 ed. Siglo Veintiuno Editores, 1985.
- _____. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998. 254p.
- _____. **O Capital: crítica da economia política**; Livro 1º, Volume I, tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 2. ed - São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985. 301p.
- _____. **O Capital: crítica da economia política**; Livro 1º, Volume II, tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 3. ed. - São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1988. 294p.
- _____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 3º, Volume VI, tradução Reginaldo Sant' Anna - 3. ed. - São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1984. 305p.
- MATTOSO, J. **A Desordem do Trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995. 210p.
- _____. **O Brasil Desempregado**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999. 47p.
- MELLO, A. F. **Marx e a globalização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 286p.
- MCILROY, J. O inverno do sindicalismo. In. ANTUNES, R. **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo : Boitempo, 1997. pp.39-70
- MÉSZÁROS, I. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. - São Paulo : Ensaio, 1996. 147p.

MORAES, Reginaldo C. Neoliberalismo e neofascismo - és lo mismo pero no és igual? in **Revista Crítica Marxista**, São Paulo : Xamã, 1998, nº 7. P. 120-126.

NAPOLEONI, Cláudio, **Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx**, tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p. 86-95

NETO, José Paulo. Relendo a Teoria Marxista da História. In SAVIANI, D., LOMBARDI, J. C. e SANFELICE, J. L. (orgs.) **História e História da Educação**. Campinas: Autores Associados : HISTEDBR, 1998. p. 50-54.

NOVA, A. C. B. **Energia e Classes Sociais no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1985. 247p.

OFFE, C. **Capitalismo Desorganizado**, São Paulo : Brasiliense, 1994. 322p.

O Trabalhador e o Processo de Integração Mundial, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, Banco Mundial, Washington, D.C. (Relatório do Banco Mundial de 1995)

Oil & Journal de 23/12/1996 apud Revista Petróleo – Aspectos Políticos e Econômicos.

Resoluções do 4º Congresso dos Metalúrgicos da CUT

Revista Diagnóstico do Complexo Metal Mecânico Brasileiro. Dieese e CNM/CUT, 1998.

Revista Educação, ano26, Nº 221, Campinas: setembro, 1999.

Revista A modernização tecnológica da Repar: uma abordagem ergonômica, 1995. Paraná: Petrobrás

Revista Petrobrás 40 anos, Rio de Janeiro: Petrobrás,1993.

Revista Programa Integrar. Confederação Nacional dos Metalúrgicos. Junho/1998.

Revista Sistema Petrobrás: fatos, dados e perspectivas. Petrobrás, outubro 1995.

ROLDÁN, M. **Globalización o Mundialización**. Argentina: Mundo Contemporáneo. 1999. Capítulo 2, pp.73-113.

- SADER, Eder. **Quando os Novos Personagens Entraram em Cena**. - São Paulo: Ed. Fase, 1983. 329p.
- SALERMO, Mário Sérgio. **Reestruturação Produtiva e Sindicatos**. - São Paulo: USP, 1993.
- SALM, C. L. e FOGAÇA, A. Tecnologia, emprego e qualificação: algumas lições do século XIX. In **Emprego e Desenvolvimento Tecnológico**. São Paulo: Dieese, 1998.
- SALM, C. **Escola e Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1980. 112p.
- SANTOS, E. H. Trabalho Prescrito e Trabalho Real no Atual Mundo do trabalho. **Revista Trabalho e Educação**. Belo Horizonte : nº 1, 1997. p. 13-27.
- SANTOS, Francisca dos. Educação, Trabalho, Cidadania e Qualidade Social. **Revista Trabalho e Educação**. Belo Horizonte : nº 1, 1997. p. 48-55.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1983. 96p.
- _____. **Sobre a Concepção de Politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989. 50p.
- SEVÁ FILHO, Arsenio Oswaldo. e GIL, Telma Fernandes Barrionuevo. **“Agravamento dos riscos técnicos, causados pela gestão neoliberal, em uma grande empresa, e sua compreensão pelos trabalhadores e pelo Judiciário (no caso da Refinaria de Paulínia, 1992/96)”**. Piracicaba: XVI ENEGEP (Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção). Outubro, 1996. 6p.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**, Petrópolis. Ed. Vozes, 1994. Capítulo 1, pp. 9-30.
- SINGER Paul. **Uma Utopia Militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998. 182p.
- _____. O Brasil no contexto do capitalismo internacional: 1889 - 1930. In: HOLANDA, S.B. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira - Tomo III: O Brasil Republicano - 1º Volume: Estrutura de poder e economia (1889 - 1930)**. São Paulo: DIFEL, 1985. pp. 345 - 390.
- SMITH, P. S. **Petróleo e Política no Brasil Moderno**. Brasília: Universidade de Brasília, 1976. 275p.
- SOARES, J. L. **Sindicalismo no ABC Paulista: Reestruturação Produtiva e Parceria**. Brasília : Outubro - Centro de Educação e Documentação

popular, 1998. 354p.

SOLIARI, André. **Jornal Folha de São Paulo**: 27/6/1999.

TADDEI, E. H. “Empregabilidade” e Formação Profissional: A “Nova” Face da Política Social da Europa. In SILVA, H. S. **A Escola Cidadã no Contexto da Globalização**. São Paulo: Vozes, 1999. pp. 340-367.

THOMPSON, E. P., O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo.
SILVA, Tomaz T. et. alli. **Trabalho, Educação e Prática Social**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1991.

WOMACK, James P, et alli. **A Máquina que mudou o Mundo**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.347p.

YERGIN, D. **O Petróleo: uma história de ganância, dinheiro e poder**. São Paulo: Scritta, 1992. pp.397-612.

Artigos obtidos na Internet

Euzébio Rocha. Petrobrás: esse patrimônio é nosso. APUD. **Brasil, ame-o ou deixe-o**. <http://brasil.iwarp.com/euzebio7.html>

Jornal El Juego. <http://www.sicoar.com.uy/us/pagina6.html>

Jornal do Engenheiro – junho de 1999.
<http://www.seesp.org.br/opiniao1a.html>

Jornal Nacional de Portugal Disponível na Internet:
<http://www.aecops.pt/noticias/199920/2846.html#indice>

Jornal O Espelho – Informativo da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco de Brasil. CNB/CUT Março/99 – n. 180
<http://www.cutpb.org.br/artigo/privbra.html>

Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponíveis na Internet:
http://www.mct.gov.br/clima/comunic_old/ines022.htm
http://www.aids.gov.br/prevencao/baixa_renda/situacao.htm

Oficina Regional para América Latina y el Caribe. Unicef, 1999).
<http://www.unicef.org/lac/espanol/infancia/pobreza.htm>

Relatório do Banco Mundial de 1999.
<http://www.worldbank.org/html/extdr/extme/2214es.htm>.

Site da Petrobrás. www.petrobras.com.br.

ZICA, Luciano. Privatização e perspectivas dos setor petróleo. **Revista MST**.
N.9, 1999. Disponível na Internet em:
Terra<http://www.revistasemterra.org.br/Paginas/Revistas/Edicao09/Pol%EDtica09.htm>

ANEXOS

Texto da Lei 2004³⁶

4 - Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS)

4.1 - Lei n.º 2.004 de 3 de outubro de 1953 ¹

Dispõe sobre a política nacional de petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art.1º - Constituem monopólio da União:

I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarburetos fluidos e gases raros, existentes no território nacional;

II - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III - o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados de petróleo produzidos no País, e bem assim o transporte, por meio de condutos, de petróleo bruto e seus derivados, assim como de gases raros de qualquer origem.

Art.2º - A União exercerá o monopólio estabelecido no artigo anterior:

I - por meio do Conselho Nacional do Petróleo, como órgão de orientação e fiscalização;

II - por meio da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A. e das suas subsidiárias, constituídas na forma da presente lei, como órgãos de execução.

Capítulo II

Do Conselho Nacional do Petróleo

Art.3º - O Conselho Nacional de Petróleo, órgão autônomo, diretamente subordinado ao Presidente da República tem por finalidade superintender as medidas concernentes ao abastecimento nacional de petróleo.

³⁶ Retirado do site <http://www.aepet.org.br/2004.html>

§ 1º - Entende-se por abastecimento nacional de petróleo a produção, a importação, a exportação, a refinação, o transporte, a distribuição e o comércio de petróleo bruto, de poço ou de xisto, assim como de seus derivados.

§ 2º - Ainda se inclui na esfera da superintendência do Conselho Nacional de Petróleo o aproveitamento de outros hidrocarburetos fluidos e de gases raros.

Art.4º - O Conselho Nacional do Petróleo continuará a reger-se, na sua organização e funcionamento, pelas leis em vigor, com as modificações decorrentes da presente lei.

Parágrafo único - O Presidente da República expedirá o novo Regimento do Conselho Nacional do Petróleo, tendo em vista o disposto neste artigo.

Capítulo III

Da Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS) e suas subsidiárias

Seção I

Da Constituição da PETROBRÁS

Art.5º - Fica a União autorizada a constituir, na forma da lei, uma sociedade por ações, que se denominará Petróleo Brasileiro S.A. e usará a sigla ou abreviatura de PETROBRÁS.

Art.6º - A Petróleo Brasileiro S.A. terá por objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o comércio e o transporte do petróleo - proveniente de poço ou de xisto - de seus derivados bem como quaisquer atividades correlatas ou afins.

Parágrafo único - A pesquisa e a lavra realizadas pela Sociedade obedecerão a planos por ela organizados e aprovados pelo Conselho Nacional do Petróleo, sem as formalidades, exigências de limitações de áreas e outras julgadas dispensáveis, em face do Decreto-lei n.º 3.236, de 7 de maio de 1941 autorizando-as o Conselho em nome da União.

Art.7º - O Presidente da República designará por decreto o representante da União nos atos constitutivos da Sociedade.

§ 1º - Os atos constitutivos serão precedidos:

I - pelo estudo e aprovação do projeto de organização dos serviços básicos da Sociedade, quer internos, quer externos;

II - pelo arrolamento, com todas as especificações, dos bens e direitos que a União destinar à integralização de seu capital;

III - pela elaboração dos Estatutos e sua publicação prévia, para conhecimento geral.

§ 2º - Os atos constitutivos compreenderão:

I - aprovação das avaliações dos bens e direitos arrolados para constituírem o capital da União;

II - aprovação dos Estatutos;

III - aprovação do plano de transferência dos serviços que tenham de passar do Conselho Nacional do Petróleo para a Sociedade e das verbas respectivas.

§ 3º - A Sociedade será constituída em sessão pública do Conselho Nacional do Petróleo, cuja ata deverá conter os Estatutos aprovados, bem como o histórico e o

resumo dos atos constitutivos, especialmente da avaliação dos bens e direitos convertidos em capital.

§ 4º - A constituição da Sociedade será aprovada por decreto do Poder Executivo e sua ata será arquivada, por cópia autêntica no registro do Comércio.

Art.8º - Nos Estatutos da Sociedade serão observadas, em tudo que lhes for aplicável, as normas da lei de sociedades anônimas. A reforma dos Estatutos em pontos que impliquem modificação desta lei depende de autorização legislativa, e, nos demais casos, fica subordinada à aprovação do Presidente da República, mediante decreto.

Seção II

Do Capital da PETROBRÁS

Art.9º - A Sociedade terá inicialmente o capital de Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), dividido em 20.000.000 (vinte milhões) de ações ordinárias, nominativas, do valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), cada uma.

§ 1º - até o ano de 1957, o capital será elevado a um mínimo de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), na forma prevista no art.12

§ 2º - as ações da Sociedade serão ordinárias, nominativas, com direito de voto, e preferenciais, nominativas ou ao portador, sempre sem direito de voto, sendo-lhes inclusive inaplicável o disposto no parágrafo único do artigo 81 e no artigo 125 do Decreto-lei n.º 2.627, de 2 de setembro de 1940, inconversíveis em ações ordinárias. Os aumentos de capital poderão dividir-se, no todo ou em parte, em ações preferenciais para cuja emissão não prevalecerá a restrição do parágrafo único do artigo 9 do referido Decreto-lei n.º 2.627

§ 3º - As ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital e na distribuição do dividendo mínimo de 5 % (cinco por cento).

§ 4º - As ações da Sociedade poderão ser agrupadas em títulos múltiplos de 100 (cem) a 100.000 (cem mil) ações, sendo nos Estatutos regulados o agrupamento e o desdobramento de acordo com a vontade do acionista.

Art.10º - A União subscreverá a totalidade do capital inicial da Sociedade, que será expresso em ações ordinárias e, para sua integralização, disporá de bens e direitos que possui, relacionados com o petróleo, inclusive a permissão para utilizar jazidas de petróleo, rochas betuminosas e pirobetuminosas e de gases naturais; também subscreverá, em todo aumento de capital, ações ordinárias que lhe assegurem pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital volante.

§ 1º - Se o valor dos bens e direitos referidos neste artigo, apurado mediante avaliação aprovada pelo Conselho Nacional do Petróleo, não bastar para integralização do capital, a União o fará em dinheiro.

§ 2º - Fica o Tesouro Nacional, no caso previsto no parágrafo anterior, autorizado a fazer adiantamentos sobre a receita dos tributos e contribuições destinados à integralização do capital da Sociedade, ou efetuar operações de crédito por antecipação da receita até a quantia de Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros).

§ 3º - A União transferirá, sem ônus, aos Estados e Municípios, em cujos territórios existem ou venham a ser descobertas jazidas e minas de petróleo de rochas betuminosas e pirobetuminosas e de gases naturais, respectivamente, 8% (oito por cento) e 2% (dois por cento) das ações relativas ao valor atribuído a essas jazidas e pelo qual sejam incorporadas ao capital da PETROBRÁS no ato de sua constituição ou posteriormente.

Art.11 - As transferências pela União de ações do capital social ou as subscrições de aumento de capital pelas pessoas naturais e jurídicas, às quais a lei confere este direito, não poderão, em hipótese alguma, importar em reduzir a menos de 51% (cinquenta e um por cento) não só as ações com direito a voto de propriedade da União, como a participação desta na constituição do capital social.

Parágrafo único - Será nula qualquer transferência ou subscrição de ações feita com infringência deste artigo, podendo a nulidade ser pleiteada inclusive por terceiros, por meio de ação popular

Art.12 - Os aumentos periódicos do capital da Sociedade far-se-ão com recursos mencionados nos artigos seguintes.

Art.13 - A parte da receita do imposto único sobre combustíveis líquidos a que se refere o art.3º da Lei n.º 1.749, de 28 de novembro de 1952, terá a seguinte aplicação:

I - os 40% (quarenta por cento) pertencentes à União em ações da Sociedade, até que esteja assegurada a integralização do capital previsto no § 1º do art.9º e, eventualmente, na tomada de obrigações;

II - os 60% (sessenta por cento) pertencentes aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios serão aplicados:

a) em ações da Sociedade, até que esteja assegurada a integralização do capital, de acordo com os planos aprovados pelo Conselho Nacional do Petróleo, devendo a participação de cada entidade ser, no mínimo, proporcional à respectiva cota do imposto único;

b) na tomada de obrigações da Sociedade ou de ações e obrigações das Subsidiárias, ficando sempre assegurada aos Estados, Distrito Federal e Municípios, uma participação proporcional às respectivas contribuições, observada a preferência estabelecida no art.40.

Parágrafo único - A cota do Fundo Rodoviário Nacional, que cabe às entidades mencionadas no inciso II, poderá ficar retida, se for oposto qualquer obstáculo à aplicação da percentagem especificada no mesmo inciso aos fins e nos termos estabelecidos neste artigo.

Art.14 - O produto dos impostos de importação e de consumo incidente sobre veículos automóveis e do imposto sobre a remessa de valores para o exterior, correspondente à importação desse veículos, suas peças e acessórios, se destina à subscrição pela União de ações e obrigações da Sociedade.¹¹

Art.15 - Os proprietários de veículos automóveis, terrestres, aquáticos e aéreos, contribuirão anualmente, até o exercício de 1957, com as quantias discriminadas na tabela anexa, recebendo, respeitado o disposto no art.18, certificados que serão substituídos por ações preferenciais ou obrigações da Sociedade, os quais conterão declaração expressa desse direito, assegurada a responsabilidade solidária da União em qualquer hipótese, pelo valor nominal de tais títulos.

Parágrafo único - Os atos relativos a veículos automóveis compreendidos na competência da União só poderão ser realizados depois de feito o pagamento da contribuição a que se refere este artigo, promovendo o Governo convênio ou entendimento com as demais entidades de direito público para que, em relação ao licenciamento e emplacamento anual daqueles veículos, nos limites de sua competência, seja prestada colaboração no mesmo sentido.

Art.16 - Os recursos de que tratam os arts. 13,14 e 15 serão recolhidos à conta ou contas especiais no Banco do Brasil.

§ 1º - A União, por intermédio do representante designado nos termos do art.7º poderá movimentar os recursos destinados por esta lei à PETROBRÁS, antes de sua constituição de acordo com as instruções do Ministro da Fazenda, para ocorrer à respectivas despesas.

§ 2º - Ainda que não tenham sido distribuídas as ações correspondentes ao aumento de capital, a Sociedade poderá movimentar as contas especiais referidas neste artigo.

Art.17 - A Sociedade poderá emitir, até o limite do dobro do seu capital social integralizado, obrigações ao portador, com ou sem a garantia do Tesouro.

Seção III

Dos acionistas da PETROBRÁS

Art.18 - Os Estatutos da Sociedade poderão, em relação às ações ordinárias, admitir como acionistas somente:

I - as pessoas jurídicas de direito público interno;

II - o Banco do Brasil, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e demais órgãos da Administração Federal Indireta, bem como as sociedades de economia mista criadas pelos Estados ou Municípios, as quais em consequência de lei estejam sob controle acionário permanente do poder Público;

III - os brasileiros natos ou naturalizados, salvo quando casados com estrangeiros sob o regime de comunhão de bens ou qualquer outro que permita a comunicação dos adquiridos na constância do casamento, limitada a aquisição de ações ordinárias a 0,1% (um décimo por cento) do capital volante;

IV - as pessoas jurídicas de direito privado, organizadas com observância do disposto no artigo 9º, letra "b", do Decreto n.º 4.071, de 12 de maio de 1939, limitada a aquisição de ações ordinárias a 0,5% (cinco décimos por cento) do capital volante;

V - as pessoas jurídicas de direito privado, brasileiras, de que somente façam parte as pessoas indicadas no item III, limitada a aquisição de ações ordinárias a 0,1% (um décimo por cento) do capital volante.

Parágrafo único - As restrições deste artigo não se aplicam à admissão de acionistas na categoria das ações preferenciais.

Seção IV

Da Diretoria e do Conselho Fiscal da PETROBRÁS

Art.19 - A Sociedade será dirigida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e uma Diretoria Executiva

§ 1º - O Conselho de Administração será constituído de:

a) 1 (um) Presidente nomeado pelo Presidente da República e demissível ad nutum, com direito de veto sobre as decisões do próprio Conselho e da Diretoria Executiva.

b) de 3 (três) a 6 (seis) Diretores nomeados pelo Presidente da República, com mandato de 3 (três) anos.

c) Conselheiros eleitos pelas pessoas jurídicas de direito público, com exceção da União, em número máximo de 3 (três) e com mandato de 3 (três) anos.

d) Conselheiros eleitos pelas pessoas físicas e jurídicas de direito privado, em número máximo de 2 (dois) e com mandato de 3 (três) anos.

§ 2º - O número dos Conselheiros será fixado na proporção de um para cada parcela de 5% (cinco por cento) do capital volante da Sociedade, subscrito pelas pessoas mencionadas nas letras c e d do § 1º. Caso não sejam preenchidas estas condições, fica assegurada a representação mínima de um conselheiro para cada um destes grupos de acionistas, exigindo-se, em qualquer hipóteses o quorum de um terço do respectivo capital volante.

§ 3º - A Diretoria Executiva compor-se-á do Presidente e dos Diretores nomeados pelo Presidente da República.

§ 4º - É privativo dos brasileiros natos o exercício das funções de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO N.º 150, DE 07 DE AGOSTO DE 1997³⁷
LEI N.º 9.478, DE 06 DE AGOSTO DE 1997

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO N.º 150, DE 07 DE AGOSTO DE 1997
LEI N.º 9.478, DE 06 DE AGOSTO DE 1997

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

Dos princípios e objetivos da política energética nacional

Art. 1º As políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia visarão aos seguintes objetivos:

I - preservar o interesse nacional;

II - promover o desenvolvimento, ampliar o mercado de trabalho e valorizar os recursos energéticos;

III - proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos

IV - proteger o meio ambiente e promover a conservação de energia;

V - garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional, nos termos do § 2º do art. 177 da Constituição Federal;

VI - incrementar, em bases econômicas, a utilização do gás natural;

VII - identificar as soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas regiões do País;

VIII - utilizar fontes alternativas de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis;

³⁷ Retirado do site [www. Petrobras.com.br](http://www.Petrobras.com.br)

- IX - promover a livre concorrência;
- X - atrair investimentos na produção de energia;
- XI - ampliar a competitividade do País no mercado internacional.

Do conselho nacional de energia

Art. 2º: Fica criado o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, vinculado à Presidência da República e presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, com a atribuição de propor ao Presidente da República políticas nacionais e medidas específicas destinadas a:

I - promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País, em conformidade com os princípios enumerados no capítulo anterior e com o disposto na legislação aplicável;

II - assegurar, em função das características regionais, o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do País, submetendo as medidas específicas ao Congresso Nacional, quando implicarem criação de subsídios;

III - rever periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do País, considerando as fontes convencionais e alternativas e as tecnologias disponíveis;

IV - estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do álcool, do carvão e da energia termonuclear;

V - estabelecer diretrizes para a importação e exportação, de maneira a atender às necessidades de consumo interno de petróleo e seus derivados, gás natural e condensado, e assegurar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei n.º 8.176, de 8 de fevereiro de 1991.

§ 1º Para o exercício de suas atribuições, o CNPE contará com o apoio técnico dos órgãos reguladores do setor energético.

§ 2º O CNPE será regulamentado por decreto do Presidente da República, que determinará sua composição e a forma de seu funcionamento.

Da titularidade e do monopólio do petróleo e do gás natural

Seção I - Do Exercício do Monopólio

Art. 3º Pertencem à União os depósitos de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos existentes no território nacional, nele compreendidos a parte terrestre, o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva.

Art. 4º Constituem monopólio da União, nos termos do art. 177 da Constituição Federal, as seguintes atividades:

I - a pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos;

II - a refinação de petróleo nacional ou estrangeiro;

III - a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;

IV - o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem como o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e de gás natural.

Art. 5º As atividades econômicas de que trata o artigo anterior serão reguladas e fiscalizadas pela União e poderão ser exercidas, mediante concessão ou autorização, por empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País.

Seção II - Das Definições Técnicas

Art. 6º Para os fins desta Lei e de sua regulamentação, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - Petróleo: todo e qualquer hidrocarboneto líquido em seu estado natural, a exemplo do óleo cru e condensado;

II - Gás Natural ou Gás: todo hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, incluindo gases úmidos, secos, residuais e gases raros;

III - Derivados de Petróleo: produtos decorrentes da transformação do petróleo;

IV - Derivados Básicos: principais derivados de petróleo, referidos no art. 177 da Constituição Federal, a serem classificados pela Agência Nacional do Petróleo;

V - Refino ou Refinação: conjunto de processos destinados a transformar o petróleo em derivados de petróleo;

VI - Tratamento ou Processamento de Gás Natural: conjunto de operações destinadas a permitir o seu transporte, distribuição e utilização;

VII - Transporte: movimentação de petróleo e seus derivados ou gás natural em meio ou percurso considerado de interesse geral;

VIII - Transferência: movimentação de petróleo, derivados ou gás natural em meio ou percurso considerado de interesse específico e exclusivo do proprietário ou explorador das facilidades;

IX - Bacia Sedimentar: depressão da crosta terrestre onde se acumulam rochas sedimentares que podem ser portadoras de petróleo ou gás, associados ou não;

X - Reservatório ou Depósito: configuração geológica dotada de propriedades específicas, armazenadora de petróleo ou gás, associados ou não;

XI - Jazida: reservatório ou depósito já identificado e possível de ser posto em produção;

XII - Prospecto: feição geológica mapeada como resultado de estudos geofísicos e de interpretação geológica, que justificam a perfuração de poços exploratórios para a localização de petróleo ou gás natural;

XIII - Bloco: parte de uma bacia sedimentar, formada por um prisma vertical de profundidade indeterminada, com superfície poligonal definida pelas coordenadas geográficas de seus vértices, onde são desenvolvidas atividades de exploração ou produção de petróleo e gás natural;

XIV - Campo de Petróleo ou de Gás Natural: área produtora de petróleo ou gás natural, a partir de um reservatório contínuo ou de mais de um reservatório, a

profundidades variáveis, abrangendo instalações e equipamentos destinados à produção;

XV - Pesquisa ou Exploração: conjunto de operações ou atividades destinadas a avaliar áreas, objetivando a descoberta e a identificação de jazidas de petróleo ou gás natural;

XVI - Lavra ou Produção: conjunto de operações coordenadas de extração de petróleo ou gás natural de uma jazida e de preparo para sua movimentação;

XVII - Desenvolvimento: conjunto de operações e investimentos destinados a viabilizar as atividades de produção de um campo de petróleo ou gás;

XVIII - Descoberta Comercial: descoberta de petróleo ou gás natural em condições que, a preços de mercado, tornem possível o retorno dos investimentos no desenvolvimento e na produção;

XIX - Indústria do Petróleo: conjunto de atividades econômicas relacionadas com a exploração, desenvolvimento, produção, refino, processamento, transporte, importação e exportação de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e seus derivados;

XX - Distribuição: atividade de comercialização por atacado com a rede varejista ou com grandes consumidores de combustíveis, lubrificantes, asfaltos e gás liquefeito envasado, exercida por empresas especializadas, na forma das leis e regulamentos aplicáveis;

XXI - Revenda: atividade de venda a varejo de combustíveis, lubrificantes e gás liquefeito envasado, exercida por postos de serviços ou revendedores, na forma das leis e regulamentos aplicáveis;

XXII - Distribuição de Gás Canalizado: serviços locais de comercialização de gás canalizado, junto aos usuários finais, explorados com exclusividade pelos Estados, diretamente ou mediante concessão, nos termos do § 2º do art. 25 da Constituição Federal;

XXIII - Estocagem de Gás Natural: armazenamento de gás natural em reservatórios próprios, formações naturais ou artificiais.

Da agência nacional do petróleo

Seção I - Da Instituição e das Atribuições

Art. 7º Fica instituída a Agência Nacional do Petróleo - ANP, entidade integrante da Administração Federal indireta, submetida ao regime autárquico especial, como órgão regulador da indústria do petróleo, vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

Parágrafo único. A ANP terá sede e foro no Distrito Federal e escritórios centrais na cidade do Rio de Janeiro, podendo instalar unidades administrativas regionais.

Art. 8º A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, cabendo-lhe:

I - implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo e gás natural, contida na política energética nacional, nos termos do Capítulo I desta Lei, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo em todo o

território nacional e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;

II - promover estudos visando à delimitação de blocos, para efeito de concessão das atividades de exploração, desenvolvimento e produção;

III - regular a execução de serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção petrolífera, visando ao levantamento de dados técnicos, destinados à comercialização, em bases não-exclusivas;

IV - elaborar os editais e promover as licitações para a concessão de exploração, desenvolvimento e produção, celebrando os contratos delas decorrentes e fiscalizando a sua execução;

V - autorizar a prática das atividades de refinação, processamento, transporte, importação e exportação, na forma estabelecida nesta Lei e sua regulamentação;

VI - estabelecer critérios para o cálculo de tarifas de transporte dutoviário e arbitrar seus valores, nos casos e da forma previstos nesta Lei;

VII - fiscalizar diretamente, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal, as atividades integrantes da indústria do petróleo, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato;

VIII - instruir processo com vistas à declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, de dutos e de terminais;

IX - fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, dos derivados e do gás natural e de preservação do meio ambiente;

X - estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento;

XI - organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades da indústria do petróleo;

XII - consolidar anualmente as informações sobre as reservas nacionais de petróleo e gás natural transmitidas pelas empresas, responsabilizando-se por sua divulgação;

XIII - fiscalizar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei n.º 8.176, de 8 de fevereiro de 1991;

XIV - articular-se com os outros órgãos reguladores do setor energético sobre matérias de interesse comum, inclusive para efeito de apoio técnico ao CNPE;

XV - regular e autorizar as atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

Art. 9º Além das atribuições que lhe são conferidas no artigo anterior, caberá à ANP exercer, a partir de sua implantação, as atribuições do Departamento Nacional de Combustíveis - DNC, relacionadas com as atividades de distribuição e revenda de derivados de petróleo e álcool, observado o disposto no art. 78.

Art. 10. Quando, no exercício de suas atribuições, a ANP tomar conhecimento de fato que configure ou possa configurar infração da ordem econômica, deverá comunicá-lo ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, para que este adote as providências cabíveis, no âmbito da legislação pertinente.

Seção II - Da Estrutura Organizacional da Autarquia

Art. 11. A ANP será dirigida, em regime de colegiado, por uma Diretoria composta de um Diretor-Geral e quatro Diretores.

§ 1º Integrará a estrutura organizacional da ANP um Procurador-Geral.

§ 2º Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação dos respectivos nomes pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

§ 3º Os membros da Diretoria cumprirão mandatos de quatro anos, não coincidentes, permitida a recondução, observado o disposto no art. 75 desta Lei.

Art. 12. (VETADO)

I - (VETADO)

II - (VETADO)

III - (VETADO)

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 13. Está impedida de exercer cargo de Diretor na ANP a pessoa que mantenha, ou haja mantido nos doze meses anteriores à data de início do mandato, um dos seguintes vínculos com empresa que explore qualquer das atividades integrantes da indústria do petróleo ou de distribuição;

I - acionista ou sócio com participação individual direta superior a cinco por cento do capital social total ou dois por cento do capital votante da empresa ou, ainda, um por cento do capital total da respectiva empresa controladora;

II - administrador, sócio-gerente ou membro do Conselho Fiscal;

III - empregado, ainda que o respectivo contrato de trabalho esteja suspenso, inclusive da empresa controladora ou de entidade de previdência complementar custeada pelo empregador.

Parágrafo único. Está também impedida de assumir cargo de Diretor na ANP a pessoa que exerça, ou haja exercido nos doze meses anteriores à data de início do mandato, cargo de direção em entidade sindical ou associação de classe, de âmbito nacional ou regional, representativa de interesses de empresas que explorem quaisquer das atividades integrantes da indústria do petróleo ou de distribuição.

Art. 14. Terminado o mandato, ou uma vez exonerado do cargo, o ex-Diretor da ANP ficará impedido, por um período de doze meses, contados da data de sua exoneração, de prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a empresa integrante da indústria do petróleo ou de distribuição.

§ 1º Durante o impedimento, o ex-Diretor que não tiver sido exonerado nos termos do art. 12 poderá continuar prestando serviço à ANP, ou a qualquer órgão da Administração Direta da União, mediante remuneração equivalente à do cargo de direção que exerceu.

§ 2º Incorre na prática de advocacia administrativa, sujeitando-se às penas da lei, o ex-Diretor que violar o impedimento previsto neste artigo.

Seção III - Das Receitas e do Acervo da Autarquia

Art. 15. Constituem receitas da ANP:

I - as dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II - parcela das participações governamentais referidas nos incisos I e III do art. 45 desta Lei, de acordo com as necessidades operacionais da ANP, consignadas no orçamento aprovado;

III - os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas, excetuados os referidos no inciso anterior;

IV - as doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

V - o produto dos emolumentos, taxas e multas previstos na legislação específica, os valores apurados na venda ou locação dos bens móveis e imóveis de sua propriedade, bem como os decorrentes da venda de dados e informações técnicas, inclusive para fins de licitação, ressalvados os referidos no § 2º do art. 22 desta Lei.

Art. 16. Os recursos provenientes da participação governamental prevista no inciso IV do art. 45, nos termos do art. 51, destinar-se-ão ao financiamento das despesas da ANP para o exercício das atividades que lhe são conferidas nesta Lei.

Seção IV - Do Processo Decisório

Art. 17. O processo decisório da ANP obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Art. 18. As sessões deliberativas da Diretoria da ANP que se destinem a resolver pendências entre agentes econômicos e entre estes e consumidores e usuários de bens e serviços da indústria do petróleo serão públicas, permitida a sua gravação por meios eletrônicos e assegurado aos interessados o direito de delas obter transcrições.

Art. 19. As iniciativas de projetos de lei ou de alteração de normas administrativas que impliquem afetação de direito dos agentes econômicos ou de consumidores e usuários de bens e serviços da indústria do petróleo serão precedidas de audiência pública convocada e dirigida pela ANP.

Art. 20. O regimento interno da ANP disporá sobre os procedimentos a serem adotados para a solução de conflitos entre agentes econômicos, e entre estes e usuários e consumidores, com ênfase na conciliação e no arbitramento.

Da exploração e da produção

Seção I - Das Normas Gerais

Art. 21. Todos os direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural em território nacional, nele compreendidos a parte terrestre, o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva, pertencem à União, cabendo sua administração à ANP.

Art. 22. O acervo técnico constituído pelos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras é também considerado parte integrante dos recursos petrolíferos nacionais, cabendo à ANP sua coleta, manutenção e administração.

§ 1º A Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS transferirá para a ANP as informações e dados de que dispuser sobre as bacias sedimentares brasileiras, assim como sobre as atividades de pesquisa, exploração e produção de petróleo ou gás natural, desenvolvidas em função da exclusividade do exercício do monopólio até a publicação desta Lei.

§ 2º A ANP estabelecerá critérios para remuneração à PETROBRAS pelos dados e informações referidos no parágrafo anterior e que venham a ser utilizados pelas partes interessadas, com fiel observância ao disposto no art. 117 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as alterações procedidas pela Lei n.º 9.457, de 5 de maio de 1997.

Art. 23. As atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural serão exercidas mediante contratos de concessão, precedidos de licitação, na forma estabelecida nesta Lei.

Parágrafo único. A ANP definirá os blocos a serem objeto de contratos de concessão.

Art. 24. Os contratos de concessão deverão prever duas fases: a de exploração e a de produção.

§ 1º Incluem-se na fase de exploração as atividades de avaliação de eventual descoberta de petróleo ou gás natural, para determinação de sua comercialidade.

§ 2º A fase de produção incluirá também as atividades de desenvolvimento.

Art. 25. Somente poderão obter concessão para a exploração e produção de petróleo ou gás natural as empresas que atendam aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pela ANP.

Art. 26. A concessão implica, para o concessionário, a obrigação de explorar, por sua conta e risco e, em caso de êxito, produzir petróleo ou gás natural em determinado bloco, conferindo-lhe a propriedade desses bens, após extraídos, com os encargos relativos ao pagamento dos tributos incidentes e das participações legais ou contratuais correspondentes.

§ 1º Em caso de êxito na exploração, o concessionário submeterá à aprovação da ANP os planos e projetos de desenvolvimento e produção.

§ 2º A ANP emitirá seu parecer sobre os planos e projetos referidos no parágrafo anterior no prazo máximo de cento e oitenta dias.

§ 3º Decorrido o prazo estipulado no parágrafo anterior sem que haja manifestação da ANP, os planos e projetos considerar-se-ão automaticamente aprovados.

Art. 27. Quando se tratar de campos que se estendam por blocos vizinhos, onde atuem concessionários distintos, deverão eles celebrar acordo para a individualização da produção.

Parágrafo único. Não chegando as partes a acordo, em prazo máximo fixado pela ANP, caberá a esta determinar, com base em laudo arbitral, como serão eqüitativamente apropriados os direitos e obrigações sobre os blocos, com base nos princípios gerais de Direito aplicáveis.

Art. 28. As concessões extinguir-se-ão:

I - pelo vencimento do prazo contratual;

II - por acordo entre as partes;

III - pelos motivos de rescisão previstos em contrato;

IV - ao término da fase de exploração, sem que tenha sido feita qualquer descoberta comercial, conforme definido no contrato;

V - no decorrer da fase de exploração, se o concessionário exercer a opção de desistência e de devolução das áreas em que, a seu critério, não se justifiquem investimentos em desenvolvimento.

§ 1º A devolução de áreas, assim como a reversão de bens, não implicará ônus de qualquer natureza para a União ou para a ANP, nem conferirá ao concessionário qualquer direito de indenização pelos serviços, poços, imóveis e bens reversíveis, os quais passarão à propriedade da União e à administração da ANP, na forma prevista no inciso VI do art. 43.

§ 2º Em qualquer caso de extinção da concessão, o concessionário fará, por sua conta exclusiva, a remoção dos equipamentos e bens que não sejam objeto de reversão, ficando obrigado a reparar ou indenizar os danos decorrentes de suas atividades e praticar os atos de recuperação ambiental determinados pelos órgãos competentes.

Art. 29. É permitida a transferência do contrato de concessão, preservando-se seu objeto e as condições contratuais, desde que o novo concessionário atenda aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pela ANP, conforme o previsto no art. 25.

Parágrafo único. A transferência do contrato só poderá ocorrer mediante prévia e expressa autorização da ANP.

Art. 30. O contrato para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo ou gás natural não se estende a nenhum outro recurso natural, ficando o concessionário obrigado a informar a sua descoberta, prontamente e em caráter exclusivo, à ANP.

Seção II - Das Normas Específicas para as Atividades em Curso

Art. 31. A PETROBRAS submeterá à ANP, no prazo de três meses da publicação desta Lei, seu programa de exploração, desenvolvimento e produção, com informações e dados que propiciem:

I - o conhecimento das atividades de produção em cada campo, cuja demarcação poderá incluir uma área de segurança técnica;

II - o conhecimento das atividades de exploração e desenvolvimento, registrando, neste caso, os custos incorridos, os investimentos realizados e o cronograma dos investimentos a realizar, em cada bloco onde tenha definido prospectos.

Art. 32. A PETROBRAS terá ratificados seus direitos sobre cada um dos campos que se encontrem em efetiva produção na data de início de vigência desta Lei.

Art. 33. Nos blocos em que, quando do início da vigência desta Lei, tenha a PETROBRAS realizado descobertas comerciais ou promovido investimentos na exploração, poderá ela, observada sua capacidade de investir, inclusive por meio de financiamentos, prosseguir nos trabalhos de exploração e desenvolvimento pelo prazo de três anos e, nos casos de êxito, prosseguir nas atividades de produção.

Parágrafo único. Cabe à ANP, após a avaliação da capacitação financeira da PETROBRAS e dos dados e informações de que trata o art. 31, aprovar os blocos em que os trabalhos que referidos neste artigo terão continuidade.

Art. 34. Cumprido o disposto no art. 31 e dentro do prazo de um ano a partir da data de publicação desta Lei, a ANP celebrará com a PETROBRAS, dispensada a licitação prevista no art. 23, contratos de concessão dos blocos que atendam às condições estipuladas nos arts. 32 e 33, definindo-se, em cada um desses contratos, as participações devidas, nos termos estabelecidos na Seção VI.

Parágrafo único. Os contratos de concessão referidos neste artigo serão regidos, no que couber, pelas normas gerais estabelecidas na Seção anterior e obedecerão ao disposto na Seção V deste Capítulo.

Art. 35. Os blocos não contemplados pelos contratos de concessão mencionados no artigo anterior e aqueles em que tenha havido insucesso nos trabalhos de exploração, ou não tenham sido ajustados com a ANP, dentro dos prazos estipulados, serão objeto de licitação pela ANP para a outorga de novos contratos de concessão, regidos pelas normas gerais estabelecidas na Seção anterior.

Seção III - Do Edital de Licitação

Art. 36. A licitação para outorga dos contratos de concessão referidos no art. 23 obedecerá ao disposto nesta Lei, na regulamentação a ser expedida pela ANP e no respectivo edital.

Art. 37. O edital da licitação será acompanhado da minuta básica do respectivo contrato e indicará, obrigatoriamente:

I - o bloco objeto da concessão, o prazo estimado para a duração da fase de exploração, os investimentos e programas exploratórios mínimos;

II - os requisitos exigidos dos concorrentes, nos termos do art. 25, e os critérios de pré-qualificação, quando este procedimento for adotado;

III - as participações governamentais mínimas, na forma do disposto no art. 45, e a participação dos superficiários prevista no art. 52;

IV - a relação de documentos exigidos e os critérios a serem seguidos para aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica dos interessados, bem como para o julgamento técnico e econômico-financeiro da proposta;

V - a expressa indicação de que caberá ao concessionário o pagamento das indenizações devidas por desapropriações ou servidões necessárias ao cumprimento do contrato;

VI - o prazo, local e horário em que serão fornecidos, aos interessados, os dados, estudos e demais elementos e informações necessários à elaboração das propostas, bem como o custo de sua aquisição.

Parágrafo único. O prazo de duração da fase de exploração, referido no inciso I deste artigo, será estimado pela ANP, em função do nível de informações disponíveis, das características e da localização de cada bloco.

Art. 38. Quando permitida a participação de empresas em consórcio, o edital conterá as seguintes exigências:

I - comprovação de compromisso, público ou particular, de constituição do consórcio, subscrito pelas consorciadas;

II - indicação da empresa líder, responsável pelo consórcio e pela condução das operações, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas;

III - apresentação, por parte de cada uma das empresas consorciadas, dos documentos exigidos para efeito de avaliação da qualificação técnica e econômico-financeira do consórcio;

IV - proibição de participação de uma mesma empresa em outro consórcio, ou isoladamente, na licitação de um mesmo bloco;

V - outorga de concessão ao consórcio vencedor da licitação condicionada ao registro do instrumento constitutivo do consórcio, na forma do disposto no parágrafo único do art. 279 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 39. O edital conterá a exigência de que a empresa estrangeira que concorrer isoladamente ou em consórcio deverá apresentar, juntamente com sua proposta e em envelope separado:

I - prova de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal, nos termos da regulamentação a ser editada pela ANP;

II - inteiro teor dos atos constitutivos e prova de encontrar-se organizada e em funcionamento regular, conforme a lei de seu país;

III - designação de um representante legal junto à ANP, com poderes especiais para a prática de atos e assunção de responsabilidades relativamente à licitação e à proposta apresentada;

IV - compromisso de, caso vencedora, constituir empresa segundo as leis brasileiras, com sede e administração no Brasil.

Parágrafo único. A assinatura do contrato de concessão ficará condicionada ao efetivo cumprimento do compromisso assumido de acordo com o inciso IV deste artigo.

Seção IV - Do Julgamento da Licitação

Art. 40. O julgamento da licitação identificará a proposta mais vantajosa, segundo critérios objetivos, estabelecidos no instrumento convocatório, com fiel observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e igualdade entre os concorrentes.

Art. 41. No julgamento da licitação, além de outros critérios que o edital expressamente estipular, serão levados em conta:

I - o programa geral de trabalho, as propostas para as atividades de exploração, os prazos, os volumes mínimos de investimentos e os cronogramas físico-financeiros;

II - as participações governamentais referidas no art. 45.

Art. 42. Em caso de empate, a licitação será decidida em favor da PETROBRAS, quando esta concorrer não consorciada com outras empresas.

Seção V - Do Contrato de Concessão

Art. 43. O contrato de concessão deverá refletir fielmente as condições do edital e da proposta vencedora e terá como cláusulas essenciais:

I - a definição do bloco objeto da concessão;

- II - o prazo de duração da fase de exploração e as condições para sua prorrogação;
- III - o programa de trabalho e o volume do investimento previsto;
- IV - as obrigações do concessionário quanto às participações, conforme o disposto na Seção VI;
- V - a indicação das garantias a serem prestadas pelo concessionário quanto ao cumprimento do contrato, inclusive quanto à realização dos investimentos ajustadas para cada fase;
- VI - a especificação das regras sobre devolução e desocupação de áreas, inclusive retirada de equipamentos e instalações, e reversão de bens;
- VII - os procedimentos para acompanhamento e fiscalização das atividades de exploração, desenvolvimento e produção, e para auditoria do contrato;
- VIII - a obrigatoriedade de o concessionário fornecer à ANP relatórios, dados e informações relativos às atividades desenvolvidas;
- IX - os procedimentos relacionados com a transferência do contrato, conforme o disposto no art. 29;
- X - as regras sobre solução de controvérsias, relacionadas com o contrato e sua execução, inclusive a conciliação e a arbitragem internacional;
- XI - os casos de rescisão e extinção do contrato;
- XII - as penalidades aplicáveis na hipótese de descumprimento pelo concessionário das obrigações contratuais.

Parágrafo único. As condições contratuais para prorrogação do prazo de exploração, referidas no inciso II deste artigo, serão estabelecidas de modo a assegurar a devolução de um percentual do bloco, a critério da ANP, e o aumento do valor do pagamento pela ocupação da área, conforme disposto no parágrafo único do art. 51.

Art. 44. O contrato estabelecerá que o concessionário estará obrigado a:

- I - adotar, em todas as suas operações, as medidas necessárias para a conservação dos reservatórios e de outros recursos naturais, para a segurança das pessoas e dos equipamentos e para a proteção do meio ambiente;
- II - comunicar à ANP, imediatamente, a descoberta de qualquer jazida de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos ou de outros minerais;
- III - realizar a avaliação da descoberta nos termos do programa submetido à ANP, apresentando relatório de comercialidade e declarando seu interesse no desenvolvimento do campo;
- IV - submeter à ANP o plano de desenvolvimento de campo declarado comercial, contendo o cronograma e a estimativa de investimento;
- V - responsabilizar-se civilmente pelos atos de seus prepostos e indenizar todos e quaisquer danos decorrentes das atividades de exploração, desenvolvimento e produção contratadas, devendo ressarcir à ANP ou à União os ônus que venham a suportar em consequência de eventuais demandas motivadas por atos de responsabilidade do concessionário;
- VI - adotar as melhores práticas da indústria internacional do petróleo e obedecer às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, inclusive quanto às técnicas apropriadas de recuperação, objetivando a racionalização da produção e o controle do declínio das reservas.

Seção VI - Das Participações

Art. 45. O contrato de concessão disporá sobre as seguintes participações governamentais, previstas no edital de licitação:

I - bônus de assinatura;

II - royalties;

III - participação especial;

IV - pagamento pela ocupação ou retenção de área.

§ 1º As participações governamentais constantes dos incisos II e IV serão obrigatórias.

§ 2º As receitas provenientes das participações governamentais definidas no caput, alocadas para órgãos da administração pública federal, de acordo com o disposto nesta Lei, serão mantidas na Conta Única do Governo Federal, enquanto não forem destinadas para as respectivas programações.

§ 3º O superávit financeiro dos órgãos da administração pública federal referidos no parágrafo anterior, apurado em balanço de cada exercício financeiro, será transferido ao Tesouro Nacional.

Art. 46. O bônus de assinatura terá seu valor mínimo estabelecido no edital e corresponderá ao pagamento ofertado na proposta para obtenção da concessão, devendo ser pago no ato da assinatura do contrato.

Art. 47. Os royalties serão pagos mensalmente, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada campo, em montante correspondente a dez por cento da produção de petróleo ou gás natural.

§ 1º Tendo em conta os riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores pertinentes, a ANP poderá prever, no edital de licitação correspondente, a redução do valor dos royalties estabelecido no caput deste artigo para um montante correspondente a, no mínimo, cinco por cento da produção.

§ 2º Os critérios para o cálculo do valor dos royalties serão estabelecidos por decreto do Presidente da República, em função dos preços de mercado do petróleo, gás natural ou condensado, das especificações do produto e da localização do campo.

§ 3º A queima de gás em flares, em prejuízo de sua comercialização, e a perda de produto ocorrida sob a responsabilidade do concessionário serão incluídas no volume total da produção a ser computada para cálculo dos royalties devidos.

Art. 48. A parcela do valor do royalty, previsto no contrato de concessão, que representar cinco por cento da produção, correspondente ao montante mínimo referido no § 1º do artigo anterior, será distribuída segundo os critérios estipulados pela Lei n.º 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

Art. 49. A parcela do valor do royalty que exceder a cinco por cento da produção terá a seguinte distribuição:

I - quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:

a) cinquenta e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Estados onde ocorrer a produção;

b) quinze por cento aos Municípios onde ocorrer a produção;

c) sete inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

d) vinte e cinco por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo;

II - quando a lavra ocorrer na plataforma continental:

a) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Estados produtores confrontantes;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios produtores confrontantes;

c) quinze por cento ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas de produção;

d) sete inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

e) sete inteiros e cinco décimos por cento para constituição de um Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os Estados, Territórios e Municípios;

f) vinte e cinco por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo.

§ 1º Do total de recursos destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, serão aplicados no mínimo quarenta por cento em programas de fomento à capacitação e ao desenvolvimento científico e tecnológico nas regiões Norte e Nordeste.

§ 2º O Ministério da Ciência e Tecnologia administrará os programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico previstos no caput deste artigo, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso X do art. 8º, e mediante convênios com as universidades e os centros de pesquisa do País, segundo normas a serem definidas em decreto do Presidente da República.

Art. 50. O edital e o contrato estabelecerão que, nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade, haverá o pagamento de uma participação especial, a ser regulamentada em decreto do Presidente da República.

§ 1º A participação especial será aplicada sobre a receita bruta da produção, deduzidos os royalties, os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação e os tributos previstos na legislação em vigor.

§ 2º Os recursos da participação especial serão distribuídos na seguinte proporção:

I - quarenta por cento ao Ministério de Minas e Energia, para o financiamento de estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural, a serem promovidos pela ANP, nos termos dos incisos II e III do art. 8º;

II - dez por cento ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, destinados ao desenvolvimento de estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo;

III - quarenta por cento para o Estado onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção;

IV - dez por cento para o Município onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção.

§ 3º Os estudos a que se refere o inciso II do parágrafo anterior serão desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso IX do art. 8º.

Art. 51. O edital e o contrato disporão sobre o pagamento pela ocupação ou retenção de área, a ser feito anualmente, fixado por quilômetro quadrado ou fração da superfície do bloco, na forma da regulamentação por decreto do Presidente da República.

Parágrafo único. O valor do pagamento pela ocupação ou retenção de área será aumentado em percentual a ser estabelecido pela ANP, sempre que houver prorrogação do prazo de exploração.

Art. 52. Constará também do contrato de concessão de bloco localizado em terra cláusula que determine o pagamento aos proprietários da terra de participação equivalente, em moeda corrente, a um percentual variável entre cinco décimos por cento e um por cento da produção de petróleo ou gás natural, a critério da ANP.

Parágrafo único. A participação a que se refere este artigo será distribuída na proporção da produção realizada nas propriedades regularmente demarcadas na superfície do bloco.

Do refino do petróleo e do processamento de gás natural

Art. 53. Qualquer empresa ou consórcio de empresas que atenda ao disposto no art. 5º poderá submeter a ANP proposta, acompanhada do respectivo projeto, para a construção e operação de refinarias e de unidades de processamento e de estocagem de gás natural, bem como para a ampliação de sua capacidade.

§ 1º A ANP estabelecerá os requisitos técnicos, econômicos e jurídicos a serem atendidos pelos proponentes e as exigências de projeto quanto à proteção ambiental e à segurança industrial e das populações.

§ 2º Atendido o disposto no parágrafo anterior, a ANP outorgará a autorização a que se refere o inciso V do art. 8º, definindo seu objeto e sua titularidade.

Art. 53. Qualquer empresa ou consórcio de empresas que atenda ao disposto no art. 5º poderá submeter a ANP proposta, acompanhada do respectivo projeto, para a construção e operação de refinarias e de unidades de processamento e de estocagem de gás natural, bem como para a ampliação de sua capacidade.

§ 1º A ANP estabelecerá os requisitos técnicos, econômicos e jurídicos a serem atendidos pelos proponentes e as exigências de projeto quanto à proteção ambiental e à segurança industrial e das populações.

§ 2º Atendido o disposto no parágrafo anterior, a ANP outorgará a autorização a que se refere o inciso V do art. 8º, definindo seu objeto e sua titularidade.

Art. 54. É permitida a transferência da titularidade da autorização, mediante prévia e expressa aprovação pela ANP, desde que o novo titular satisfaça os requisitos expressos no § 1º do artigo anterior.

Art. 55. No prazo de cento e oitenta dias, a partir da publicação desta Lei, a ANP expedirá as autorizações relativas às refinarias e unidades de processamento de gás natural existentes, ratificando sua titularidade e seus direitos.

Parágrafo único. As autorizações referidas neste artigo obedecerão ao disposto no art. 53 quanto à transferência da titularidade e à ampliação da capacidade das instalações.

Do transporte de petróleo, seus derivados e gás natural

Art. 56. Observadas as disposições das leis pertinentes, qualquer empresa ou consórcio de empresas que atender ao disposto no art. 5º poderá receber autorização da ANP para construir instalações e efetuar qualquer modalidade de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, seja para suprimento interno ou para importação e exportação.

Parágrafo único. A ANP baixará normas sobre a habilitação dos interessados e as condições para a autorização e para transferência de sua titularidade, observado o atendimento aos requisitos de proteção ambiental e segurança de tráfego.

Art. 57. No prazo de cento e oitenta dias, a partir da publicação desta Lei, a PETROBRAS e as demais empresas proprietárias de equipamentos e instalações de transporte marítimo e dutoviário receberão da ANP as respectivas autorizações, ratificando sua titularidade e seus direitos.

Parágrafo único. As autorizações referidas neste artigo observarão as normas de que trata o parágrafo único do artigo anterior, quanto à transferência da titularidade e à ampliação da capacidade das instalações.

Art. 58. Facultar-se-á a qualquer interessado o uso dos dutos de transporte e dos terminais marítimos existentes ou a serem construídos, mediante remuneração adequada ao titular das instalações.

§ 1º A ANP fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração adequada, caso não haja acordo entre as partes, cabendo-lhe também verificar se o valor acordado é compatível com o mercado.

§ 2º A ANP regulará a preferência a ser atribuída ao proprietário das instalações para movimentação de seus próprios produtos, com o objetivo de promover a máxima utilização da capacidade de transporte pelos meios disponíveis.

Art. 59. Os dutos de transferência serão reclassificados pela ANP como dutos de transporte, caso haja comprovado interesse de terceiros em sua utilização, observadas as disposições aplicáveis deste Capítulo.

Da importação e exportação de petróleo, seus derivados e gás natural

Art. 60. Qualquer empresa ou consórcio de empresas que atender ao disposto no art. 5º poderá receber autorização da ANP para exercer a atividade de importação e exportação de petróleo e seus derivados, de gás natural e condensado.

Parágrafo único. O exercício da atividade referida no caput deste artigo observará as diretrizes do CNPE, em particular as relacionadas com o cumprimento das disposições do art. 4º da Lei n.º 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e obedecerá às demais normas legais e regulamentares pertinentes.

Da Petrobrás

Art. 61. A Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS é uma sociedade de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que tem como objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins, conforme definidas em lei.

§ 1º As atividades econômicas referidas neste artigo serão desenvolvidas pela PETROBRAS em caráter de livre competição com outras empresas, em função das condições de mercado, observados o período de transição previsto no Capítulo X e os demais princípios e diretrizes desta Lei.

§ 2º A PETROBRAS, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, associada ou não a terceiros, poderá exercer, fora do território nacional, qualquer uma das atividades integrantes de seu objeto social.

Art. 62. A União manterá o controle acionário da PETROBRAS com a propriedade e posse de, no mínimo, cinquenta por cento das ações, mais uma ação, do capital votante.

Parágrafo único. O capital social da PETROBRAS é dividido em ações ordinárias, com direito de voto, e ações preferenciais, estas sempre sem direito de voto, todas escriturais, na forma do art. 34 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 63. A PETROBRAS e suas subsidiárias ficam autorizadas a formar consórcios com empresas nacionais ou estrangeiras, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados à indústria do petróleo.

Art. 64. Para o estrito cumprimento de atividades de seu objeto social que integrem a indústria do petróleo, fica a PETROBRAS autorizada a constituir subsidiárias, as quais poderão associar-se, majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas.

Art. 65. A PETROBRAS deverá constituir uma subsidiária com atribuições específicas de operar e construir seus dutos, terminais marítimos e embarcações para transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, ficando facultado a essa subsidiária associar-se, majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas.

Art. 66. A PETROBRAS poderá transferir para seus ativos os títulos e valores recebidos por qualquer subsidiária, em decorrência do Programa Nacional de Desestatização, mediante apropriada redução de sua participação no capital social da subsidiária.

Art. 67. Os contratos celebrados pela PETROBRAS, para aquisição de bens e serviços, serão precedidos de procedimento licitatório simplificado, a ser definido em decreto do Presidente da República.

Art. 68. Com o objetivo de compor suas propostas para participar das licitações que precedem as concessões de que trata esta Lei, a PETROBRAS poderá assinar pré-contratos, mediante a expedição de cartas-convites, assegurando preços e compromissos de fornecimento de bens e serviços.

Parágrafo único. Os pré-contratos conterão cláusula resolutiva de pleno direito, a ser exercida, sem penalidade ou indenização, no caso de outro licitante ser declarado vencedor, e serão submetidos, a posteriori, à apreciação dos órgãos de controle externo e fiscalização.

Das disposições finais e transitórias

Seção I - Do Período de Transição

Art. 69. Durante um período de transição de, no máximo, trinta e seis meses, contados a partir da publicação desta Lei, os reajustes e revisões dos preços dos derivados básicos de petróleo e do gás natural, praticados pelas refinarias e pelas unidades de processamento, serão efetuados segundo diretrizes e parâmetros específicos estabelecidos, em ato conjunto, pelos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia.

Art. 70. Durante o período de transição de que trata o artigo anterior, a ANP estabelecerá critérios para as importações de petróleo, de seus derivados básicos e de gás natural, os quais serão compatíveis com os critérios de desregulamentação de preços, previstos no mesmo dispositivo.

Art. 71. Os derivados de petróleo e de gás natural que constituam insumos para a indústria petroquímica terão o tratamento previsto nos arts. 69 e 70, objetivando a competitividade do setor.

Art. 72. Durante o prazo de cinco anos, contados a partir da data de publicação desta Lei, a União assegurará, por intermédio da ANP, às refinarias em funcionamento no país, excluídas do monopólio da União, nos termos do art. 45 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, condições operacionais e econômicas, com base nos critérios em vigor, aplicados à atividade de refino.

Parágrafo único. No prazo previsto neste artigo, observar-se-á o seguinte:

I - (VETADO)

II - as refinarias se obrigam a submeter à ANP plano de investimentos na modernização tecnológica e na expansão da produtividade de seus respectivos parques de refino, com vistas ao aumento da produção e à conseqüente redução dos subsídios a elas concedidos;

III - a ANP avaliará, periodicamente, o grau de competitividade das refinarias, a realização dos respectivos planos de investimentos e a conseqüente redução dos subsídios relativos a cada uma delas.

Art. 73. Até que se esgote o período de transição estabelecido no art. 69, os preços dos derivados básicos praticados pela PETROBRAS poderão considerar os encargos resultantes de subsídios incidentes sobre as atividades por ela desenvolvidas.

Parágrafo único. À exceção das condições e do prazo estabelecidos no artigo anterior, qualquer subsídio incidente sobre os preços dos derivados básicos, transcorrido o período previsto no art. 69, deverá ser proposto pelo CNPE e submetido à aprovação do Congresso Nacional, nos termos do inciso II do art. 2º.

Art. 74. A Secretaria do Tesouro Nacional procederá ao levantamento completo de todos os créditos e débitos recíprocos da União e da PETROBRAS, abrangendo

as diversas contas de obrigações recíprocas e subsídios, inclusive os relativos à denominada Conta Petróleo, Derivados e Álcool, instituída pela Lei n 4.452, de 5 de novembro de 1964, e legislação complementar, ressarcindo-se o Tesouro dos dividendos mínimos legais que tiverem sido pagos a menos desde a promulgação da Lei n 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo único. Até que se esgote o período de transição, o saldo credor desse encontro de contas deverá ser liquidado pela parte devedora, ficando facultado à União, caso seja a devedora, liquidá-lo em títulos do Tesouro Nacional.

Seção II - Das Disposições Finais

Art. 75. Na composição da primeira Diretoria da ANP, visando implementar a transição para o sistema de mandatos não coincidentes, o Diretor-Geral e dois Diretores serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado de Minas e Energia, respectivamente com mandatos de três, dois e um ano, e dois Diretores serão nomeados conforme o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 11.

Art. 76. A ANP poderá contratar especialistas para a execução de trabalhos nas áreas técnica, econômica e jurídica, por projetos ou prazos limitados, com dispensa de licitação nos casos previstos na legislação aplicável.

Parágrafo único. Fica a ANP autorizada a efetuar a contratação temporária, por prazo não excedente a trinta e seis meses, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, do pessoal técnico imprescindível à implantação de suas atividades.

Art. 77. O Poder Executivo promoverá a instalação do CNPE e implantará a ANP, mediante a aprovação de sua estrutura regimental, em até cento e vinte dias, contados a partir da data de publicação desta Lei.

§ 1º A estrutura regimental da ANP incluirá os cargos em comissão e funções gratificadas existentes no DNC.

§ 2º (VETADO)

§ 3º Enquanto não implantada a ANP, as competências a ela atribuídas por esta Lei serão exercidas pelo Ministro de Estado de Minas e Energia. .

Art. 78. Implantada a ANP, ficará extinto o DNC.

Parágrafo único. Serão transferidos para a ANP o acervo técnico-patrimonial, as obrigações, os direitos e as receitas do DNC.

Art. 79. Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transferir ou utilizar os saldos orçamentários do Ministério de Minas e Energia, para atender às despesas de estruturação e manutenção da ANP, utilizando como recursos as dotações orçamentárias destinadas às atividades finalísticas e administrativas, observados os mesmos subprojetos, subatividades e grupos de despesa previstos na Lei Orçamentária em vigor.

Art. 80. As disposições desta Lei não afetam direitos anteriores de terceiros, adquiridos mediante contratos celebrados com a PETROBRAS, em conformidade com as leis em vigor, e não invalidam os atos praticados pela PETROBRAS e suas subsidiárias, de acordo com seus estatutos, os quais serão ajustados, no que couber, a esta Lei.

Art. 81. Não se incluem nas regras desta Lei os equipamentos e instalações destinados a execução de serviços locais de distribuição de gás canalizado, a que se refere o § 2º do art. 25 da Constituição Federal.

Art. 82. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 83. Revogam-se as disposições em contrário, inclusive a Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953.

Brasília, 06 de agosto de 1997, 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Iris

Raimundo

Luiz Carlos Bresser Pereira

Rezende

Brito

Os vetos

DOU, de 07.08.97 - Pág. 16934 - Seção I
DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Mensagem n.º 870

Senhor Presidente do Senado Federal.

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei n.º 6, de 1997 (n.º 2.142/96 na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências".

Ouvidos, os Ministérios de Minas e Energia, da Justiça e da Administração Federal e Reforma do Estado, manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Art. 12

"Art. 12. Os membros da Diretoria da ANP somente poderão ser exonerados em razão de:

I - condenação penal, transitada em julgado;

II - prática de ato de improbidade apurado em processo administrativo;

III - violação administrativa grave ou descumprimento manifesto de suas atribuições, reconhecidos em decisão fundamentada do Senado Federal, por provocação do Presidente da República.

Parágrafo único. Nas hipóteses deste artigo, o Presidente da República poderá afastar temporariamente do cargo o Diretor sob investigação, até decisão final do Senado Federal."

Razões do veto

Por inconstitucional, pois o inciso III do art. 12. condiciona a exoneração de membros da Diretoria da ANP pelo Presidente da República ao reconhecimento pelo Senado Federal, em decisão fundamentada, numa flagrante ingerência em área de competência privativa do Presidente da República, qual seja a de dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal (CF art. 84, VI), configurando-se assim infringência ao princípio da independência dos poderes reconhecido pela Constituição Federal em seu art. 2º.

Inciso I do Parágrafo único do art. 72

"Art. 72.

Parágrafo único.

I - as refinarias se obrigam a manter os postos de trabalho em existência na data de publicação desta Lei."

Razões do veto

Por contrário ao interesse público, o inciso I do parágrafo único do art. 72 estabelece obrigatoriedade a empresas que exercem atividades previstas em contrato, não podendo a lei interferir na gestão empresarial privada sob pena de ferir o livre exercício da atividade econômica, princípio consagrado pela Constituição Federal no parágrafo único do artigo 170.

§ 2º do art. 77

"Art. 77

§ 2º Fica criado na ANP o cargo em comissão de Natureza Especial de Diretor-Geral."

Razões do veto

Por inconstitucional, o § 2º do art. 77, além de invadir área privativa do Executivo, a quem cabe dispor sobre organização e funcionamento da administração federal, na forma do art. 84, VI da Constituição Federal, fere o disposto na Carta Magna em seu art. 61, inciso II, alínea "a". Além disso, tratando-se de projeto de lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República, na forma do inciso I do art. 63 da Constituição Federal não é admitido aumento de despesa.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar em parte o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 6 de agosto de 1997